

REVISTA
DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO - LETRAS

RUA-L

COORDENADORES
CARLOS DE MIGUEL MORA / OTÍLIA PIRES MARTINS
N.º 7 (II. SÉRIE) 2018

80 ANOS DA
GUERRA CIVIL
DE ESPANHA.
UM OUTRO OLHAR
– O OLHAR DO OUTRO



dlc universidade de aveiro
departamento de línguas e culturas

cllc universidade de aveiro
centro de línguas, literaturas e culturas

**GUERRA CIVIL
DE ESPANHA**

FICHA TÉCNICA

RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro – Letras

N.º 7 (II. série) 2018

Revista Anual

Sítio na www: <https://proa.ua.pt/index.php/rual>

Logótipo da RUA-L: Ana Salomé Santos

DIREÇÃO

Ana Maria Pinhão Ramalheira (Diretora)

Reinaldo Silva Nuno Rosmaninho

CONSELHO CIENTÍFICO / ARBITRAGEM

Abdelilah Suisse	Ana Margarida Ramos
Ana Maria Bernardo	Ana Maria Ramalheira
Anthony Barker	António Barreira Moreno
António Manuel Andrade	Carlos de Miguel Mora
David Damrosch	Eugénio Lisboa
Fernando Martinho	Francisco José Fidalgo Enríquez
George Monteiro	Isabel Cristina Rodrigues
João de Mancelos	João Manuel Torrão
Katrin Herget	Luís Machado de Abreu
Lurdes Moutinho	Márcia Seabra Neves
Maria Eugénia Pereira	Maria Fernanda Brasete
Maria Luísa Álvares Pereira	Maria Manuela Gouveia Delille
Maria Manuela Tavares Ribeiro	Maria Teresa Cortez
Maria Teresa Roberto	Noemí Pérez
Nuno Rosmaninho	Onésimo Teotónio Almeida
Paulo Alexandre Pereira	Reinaldo Silva
Rosa Lúcia Coimbra	Sérgio Guimarães de Sousa
Telmo Verdelho	Teresa Alegre

CAPA

Design: Carlos Gonçalves

EDIÇÃO | ADMINISTRAÇÃO | CONTACTOS

UA Editora – Universidade de Aveiro

Departamento de Línguas e Culturas (DLC)

Editora: UA Editora

Campus Universitário de Santiago – 3810-193 Aveiro

Telef.: (+351) 234 370 358 | Fax: (+351) 234 370 940

E-mail: dlc-rual@ua.pt – amram@ua.pt

PAGINAÇÃO Pedro Bandeira

IMPRESSÃO Clássica – Artes Gráficas SA (Rio Tinto)

TIRAGEM 300 Exemplares

DEPÓSITO LEGAL 85031/94

ISSN 0870-1547 | **E-ISSN** 2183-4695

A RUA-L adota a licença Creative Commons BY 4.0.

A RUA-L está indexada no RCAAP e no OpenAIRE e está em processo de indexação nas seguintes bases de dados:

DOAJ, ERIHPLUS, LatIndex, SCOPUS, SHERPA/RoMEO e Web of Science

Aceitam-se permutas | Exchanges are accepted

RUA-L
Revista da Universidade de Aveiro – Letras
N.º 7 (II. série) 2018

**80 ANOS DA
GUERRA CIVIL DE ESPANHA
Um outro olhar – O olhar do outro**

Coordenação de
Carlos de Miguel Mora
Otília Pires Martins

Departamento de Línguas e Culturas
Centro de Línguas, Literaturas e Culturas
Aveiro
2018

NOTAS DA DIREÇÃO:

1. Foi deixado ao critério dos autores seguirem, ou não, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.
2. As rubricas «Recensões/Textos de apresentação», «Apontamentos literários» e «Eventos do DLC» foram coordenadas pela diretora da revista, que contraiu uma enorme dívida de gratidão para com todos os autores, e outros, que com ela colaboraram de forma assaz generosa e diligente.

Índice

9 Nota prévia, CARLOS DE MIGUEL MORA / OTÍLIA PIRES MARTINS

Artigos

- 21 Da memória histórica à memória cultural: políticas de memória sobre a Guerra Civil e o Franquismo, INÊS ESPADA VIEIRA
- 33 Georges Bernanos: Continuité ou Rupture ?, GORETE MARQUES
- 45 *Terra de Ninguém*. A Guerra Civil de Espanha visitada e revisitada por escritores portugueses, ANTÓNIO APOLINÁRIO LOURENÇO
- 61 Marcas da Guerra Civil de Espanha na imprensa e na poesia portuguesas, NUNO JÚDICE
- 71 A Guerra Civil de Espanha e a imprensa aveirense, CARLOS DE MIGUEL MORA
- 97 Contra las «mentiras de Madrid». Portugal y las emisiones radiofónicas durante la Guerra Civil Española, ALBERTO PENA RODRÍGUEZ
- 115 Portugueses pela República: republicanos e anarquistas combatentes em Espanha (1934/1936-1939), HELOISA PAULO

Recensões / Textos de Apresentação

- 129 *Apenas um Homem* de Carlos Carranca, JOSÉ MARIA CARVALHO
- 145 *Alegria* de Eduardo Mahon, SÉRGIO GUIMARÃES DE SOUSA
- 149 *Um Passado Imprevisível* de Ernesto Rodrigues, VAMBERTO FREITAS
- 153 *Poesia* de Filomena Serpa, LEOCÁDIA REGALO
- 159 *Fui quase todas as mulheres de Modigliani* de Graça Pires, JOÃO DE MANCELOS
- 165 *Luzes distantes, vozes perdidas* de João de Mancelos, ANTÓNIO MOTA
- 173 *Outono em Visita/Otonõ de Visita* de Josefa de Maltezinho, JOÃO DE MANCELOS
- 179 *Prantos* de Teolinda Gersão, EUGÉNIO LISBOA

Apontamentos Literários

- 185 Páginas inéditas de um *Diário*, EUGÉNIO LISBOA
- 191 iluminando o fim do verão / Outra noite, outra memória, JOÃO DE MANCELOS
- 197 Dois poemas inéditos, NUNO JÚDICE
- 201 Um saco de notas bárbaras (ou excertos de um quase diário-em-estórias), ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA
- 217 3547, ANA M. M. SANTOS

Departamento de Línguas e Culturas: Eventos | 2018

- 223 Congressos, Colóquios, Ciclos de Conferências e Jornadas
- 225 Conferências, Aulas Abertas, Seminários e *Workshops*
- 228 Provas Académicas

Nota prévia

80 Anos da Guerra Civil de Espanha. Um outro olhar – o olhar do outro

Lembro-me de ter dito um dia a Arthur Koestler: “A História parou em 1936”, ao que ele acenou afirmativamente com a cabeça. Estávamos ambos a pensar no totalitarismo em geral, mas em particular na Guerra Civil de Espanha.

(George Orwell, *Recordando a Guerra Civil de Espanha*)

Por que razão evocar, em Portugal, os 80 anos da Guerra Civil de Espanha? Trata-se de uma pergunta legítima, pelo facto de se relembrar uma guerra na qual Portugal, oficialmente, não teve uma participação ativa. Com efeito, foi esta a perspetiva que se adotou durante muito tempo: que se tratou de uma guerra entre espanhóis em que também intervieram potências outras fascistas, como a Alemanha ou a Itália, mas em que o vizinho Portugal ficou mais ou menos de fora, na medida em que se limitou a facultar um irrelevante apoio logístico aos sublevados. A investigação atual, porém, tem vindo a desmontar esta imagem de aparente neutralidade e a demonstrar a ativa participação portuguesa na contenda espanhola em apreço.

A interrogação acima é contudo legítima. Na verdade, faz todo o sentido evocar uma efeméride alegre, como o nascimento de um grande poeta ou do médico que descobre um novo tratamento contra uma doença mortal. Será todavia sensato evocar o começo de uma guerra sangrenta, que foi palco das mais arrepiantes barbáries que o ser humano pôde conceber contra o seu próximo?... Para responder a esta questão podem ser aduzidas duas razões principais que tornam esta evocação não apenas apropriada, mas até necessária.

Em primeiro lugar, e de forma mais superficial, podemos dizer que, ao deixarmos de comemorar um acontecimento alegre e digno de celebração, arriscamo-nos a esquecer-nos dele. Por outro lado, é certamente muito perigosa a possibilidade de esquecer, de desvalorizar, ou até de negar atrocidades cometidas, pois corre-se o risco de os mesmos erros poderem vir a repetir-se ciclicamente. Será legítimo ou correto continuar a olhar para o lado para não ver refugiados

que morrem na sua tentativa de viver em paz, para não ver crianças que são separadas dos pais sem quaisquer apoios, de psicólogos, de advogados ou de assistentes sociais, para não ver pessoas que se veem obrigados a viver na rua, porque um banco arrestou a sua casa? Neste sentido, a Guerra Civil de Espanha foi igualmente um dos acontecimentos mais terríveis e marcantes da História do século XX. A luta fratricida, o combate entre ideologias irreconciliáveis, as novas técnicas bélicas utilizadas contra a população civil, as barbáries perpetradas pelos participantes na contenda e a longa e cruel ditadura que dela surgiria marcaram, para sempre, o imaginário do povo espanhol e de outros povos vizinhos que, de uma forma ou de outra, se viram também envolvidos nessa luta.

Em segundo lugar, e sobretudo, porque nesta época de incúria, apatia e desídia que costumamos designar pomposamente de pós-modernidade, nesta época em que a ideologia foi decapitada por conveniências, é preciso olhar para aquela que foi talvez a última guerra fratricida na Europa movida por ideais. Milhares de estrangeiros decidiram participar ativamente num conflito que não se prendia com razões económicas ou com questões territoriais. Lutaram antes movidos pelo triunfo de um ideal de progresso social e pela derrota do fascismo. Nesta época em que vivemos, em que déspotas obstinados e machistas têm vindo a subir ao poder, nesta época em que os grupos de ultradireita conseguem convencer os eleitores, um pouco por toda a Europa, a apoiarem as suas visões nacionalistas, xenófobas e racistas, ganha uma pertinência redobrada evocar pessoas e mundividências do mesmo género, contribuindo assim para intensificar uma tomada de consciência generalizada tendente a travar eventuais investidas sangrentas análogas.

O tema *80 anos da Guerra Civil de Espanha. Um outro olhar – O olhar do outro* pretende, no octogésimo aniversário do conflito, explorar sobretudo a visão que dela tiveram outros povos, nomeadamente o português, ainda que não só. Povos que não puderam permanecer indiferentes perante as atrocidades de um duelo que dividiu e apaixonou as populações, do ponto de vista belicista, político e humanitário, mas que inspirou, também, grandes obras de arte, designadamente nos domínios da pintura e da literatura. A visão do outro, além disso, torna-se necessária, porque as visões oriundas de Espanha tendem sempre a ser analisadas como partidárias. Ainda nos dias de hoje, cada facção das «duas Espanhas», segundo a expressão do poeta sevilhano Antonio Machado, critica a visão da guerra da outra, decerto até com mais força, como se verificou nas recentes controvérsias no âmbito da exumação dos restos mortais do ditador do Vale dos Caídos. A receção portuguesa deste conflito contribuirá decerto para esclarecer muitos dos preconceitos sobre a Guerra Civil de Espanha.

A evocação dos 80 anos da Guerra Civil da vizinha Espanha através da perspectiva dos recetores portugueses ganha assim uma relevância muito especial.

Os artigos que integram o presente volume facultam uma interessante amostra da visão do outro, de um vizinho, sobre este episódio marcante na História do século passado. A especialista portuguesa Inês Espada Vieira analisa, de fora, a visão que em Espanha se teve da guerra, através de uma revisão da evolução das três fases das políticas de memória praticadas neste país desde os inícios do regime franquista até à atualidade. Uma contextualização deste teor ajuda a compreender o impacto que a memória do conflito ainda tem na sociedade espanhola e a complexidade das políticas públicas sobre questões de memória histórica por parte dos sucessivos governos.

Antes de se apresentar uma visão da Guerra Civil por recetores portugueses, o artigo de Gorete Marques debruça-se sobre o testemunho de um dos primeiros intelectuais franceses que conseguiram abdicar da perceção do conflito que lhes era supostamente própria. Georges Bernanos, como católico, defendeu num primeiro momento o bando dos rebeldes, como seria natural, tendo em conta o pendor abertamente anticlerical e antirreligioso do lado republicano, mas, como a investigadora demonstra incontestavelmente, as hipocrisias de uma facção que se dizia cristã, enquanto aprovava cruéis fuzilamentos contrários às ideologias do catolicismo, levaram-no a partilhar da visão de um comunismo mais sincero, ainda que claramente ateu, apesar da incompreensão dos seus contemporâneos.

Os quatro artigos que compõem a parte central deste volume centram-se na perspectiva da Guerra presente na Literatura e nos meios de comunicação social portugueses.

António Apolinário Lourenço analisa no seu artigo dois romances de Manuel de Seabra, em que ecoam as reflexões sobre a contenda espanhola feitas por Miguel Torga, testemunha da tensão que se vivia na retaguarda controlada pelos rebeldes antirrepublicanos, na fronteira com Portugal. O acurado estudo destas obras, da *visão* da Guerra de Torga (que inclui em si própria uma revisão, ao ter publicado um texto mais alargado, com o relaxamento da censura após a morte de Salazar) e da *revisão* feita por Seabra, é revelador do impacto que a crueldade do conflito e a arrogância do totalitarismo tiveram nos intelectuais mais sensíveis ao sofrimento das populações.

O texto de Nuno Júdice explora igualmente o impacto da Guerra Civil de Espanha na literatura portuguesa, centrando-se todavia no singular do fuzilamento de Federico García Lorca. Sublinha habilmente a escassa relevância que o acontecimento mereceu na imprensa, nomeadamente no *Diário de*

Lisboa, onde a notícia foi atenuada por uma série de informações erradas ou manifestamente falsas que nunca foram desmentidas. Em contrapartida, e apesar da censura, o fuzilamento foi abordado nas obras de vários escritores e críticos literários, que não deixaram que o cruel assassinio de um poeta de fama mundial passasse quase despercebido em Portugal. Nuno Júdice afirma que «não será muito fácil, hoje, ter consciência de qual poderia ser a opinião dominante naquele tempo em Portugal acerca do que se passava em Espanha [...]». Seria necessário, como é óbvio, um extenso trabalho de leitura comparada dos jornais portugueses».

Precisamente, o texto de Carlos de Miguel Mora tenta dar um contributo para estudos posteriores, mais alargados, sobre esta questão levantada por Nuno Júdice, baseando-se na imprensa local do distrito de Aveiro, que contava com um grande número de jornais. O autor escolhe alguns deles, que são representativos de cada uma das tendências em que foram classificados pelo Secretariado de Propaganda Nacional: situacionistas, simpatizantes, neutros e anti-situacionistas. O estudo tenta demonstrar que o endurecimento da censura, nos primeiros momentos da guerra, foi alterando a visão destes jornais. Finalmente, centra-se na conhecida figura de Homem Cristo, diretor de *O povo de Aveiro*, o único que se manteve fiel aos seus princípios, apesar das pressões que sofreu.

De um modo geral, os jornais adotaram o ponto de vista dos insurretos, aquele que convinha ao Estado salazarista. O mesmo aconteceu com as emissões radiofónicas. O documentado estudo de Alberto Pena Rodríguez analisa com exaustivo rigor o papel da rádio portuguesa como difusora da propaganda da facção franquista, bem como o controle e a censura impostos pelo Governo de Salazar para evitar que se difundissem pontos de vista alheios à versão oficial. O apoio à visão do lado rebelde nem sempre foi absolutamente descarado, pois houve momentos, sobretudo no início da Guerra, em que a Emissora Nacional teve de aparentar uma certa neutralidade para que tivesse sucesso o plano salazarista de servir de apoio diplomático aos rebeldes nos foros internacionais. A análise de Alberto Pena é reveladora das diferentes estratégias tendenciosas que foram utilizadas para difundir as mensagens desejadas em diferentes momentos, incluindo a preocupação em evitar que outros pontos de vista fossem ouvidos.

Por fim, passando do apoio logístico e diplomático à intervenção direta, mas agora em defesa da facção republicana, Heloísa Paulo descreve, no seu texto não só rigoroso, mas também empolgante, as relações entre os exilados portugueses, fugidos de Portugal depois da ditadura militar e do regime fascista, e a República espanhola. Estas relações começam após o estabelecimento da República em

Espanha em 1931. Madrid foi o centro das operações da luta contra o regime de Salazar. Após o início da Guerra Civil, os exilados tomaram ativamente o partido do Governo espanhol contra os rebeldes, participando nas operações de guerra e chegando até a assumir importantes postos de chefia. Este artigo apresenta uma novidade assinalável, porquanto a grande maioria dos estudos sobre as relações dos dois países durante a Guerra Civil tem vindo a centrar-se no apoio do regime salazarista aos rebeldes franquistas.

É, portanto, um olhar novo que os artigos apresentados neste volume lançam sobre a Guerra Civil de Espanha, um outro olhar: o olhar do outro, um ponto de vista diferente, a partir de fora, que faculta uma estranheza e uma objetividade de que muitas vezes carece o olhar reflexivo dos próprios.

«Guernica»: quando a Arte *faz* a História

A luta contra o fascismo espanhol traduziu-se num momento essencial para os intelectuais do mundo inteiro. Foram, até há pouco, identificados mais de 16 mil livros sobre a Guerra Civil de Espanha, alguns, fruto da vivência do conflito, como os romances *A Esperança*, de André Malraux, *Por quem os sinos dobram*, de Ernest Hemingway, ou *Homenagem à Catalunha*, uma memória desapontada de George Orwell. O romance de Hemingway e particularmente o livro de Orwell foram recebidos com polémica pelos antifascistas, que não gostaram de aí ver reveladas a incompetência dos líderes e as purgas internas do campo republicano. Nesse conflito, Orwell descobriu que, mesmo lutando por uma causa, a guerra não é para heróis.

Ao longo de várias décadas, as memórias da Guerra Civil de Espanha foram expurgadas do registo artístico. Um pacto de esquecimento que se manteve mesmo durante a democracia.

No cinema, não existe verdadeiramente um filme sobre a Guerra Civil de Espanha que tenha marcado os espíritos. O cinema nunca interessou ao franquismo, que se limitou a recalá-lo, dando origem a décadas de produção menor. Reconhecíveis, para os portugueses, serão talvez *Belle Époque*, de Fernando Trueba, divertido e ternurento, sobre os anos pré-guerra, e o *Labyrinth of Fauna*, tétrico conto de fadas de Guillermo del Toro, sobre os anos pós-guerra, ambos galardoados com o Óscar de melhor filme estrangeiro (1993 e 2007). No domínio da fotografia, *A Morte de um Meliciano* é a grande representação da Guerra Civil de Espanha. As imagens de Robert Capa mostram o horror desses anos em que grande parte do mundo permaneceu em silêncio.

No campo da poesia, a par de uma poesia espanhola que glorifica o povo, os poemas são usados como panfletos subversivos a que dão voz, entre outros, León Felipe, Pablo Neruda, cônsul em Espanha durante o conflito, Rafael Alberti que, em *Capital de la Gloria*, reuniu os poemas que leu para os companheiros durante os bombardeamentos de Madrid.

A pintura terá sido, porventura, uma das artes que mais testemunharam a dor e a crueldade da luta fratricida que rasgou todo o país: a obra de Miró, dominada pelo negro, denuncia a violência e a crueza dos tempos, através de quadros cheios de sombras e de inquietude, como «Natureza morta com Sapato». Mas é com o cartaz «Aidez l'Espagne» que Miró apela à união pela causa republicana. Os cartazes foram, aliás, uma das manifestações artísticas mais férteis neste conflito, e invadem o pavilhão de Espanha na Exposição de Paris, onde também são mostrados documentários como «Madrid 36», de Luis Buñuel ou «Spain in Flames», de John dos Passos. Já a propaganda de Franco é veiculada pelo pavilhão do Vaticano.

Em 1937, num panfleto intitulado «Sonho e Mentira de Franco», vendido em Paris para recolha de fundos destinados à causa republicana, Picasso retratou o General *Caudillo*, a cavalo, conferindo-lhe a aparência monstruosa de uma lesma assassina de mulheres e crianças. Com vestes eclesiásticas, Franco destrói a cultura e semeia ignorância e morte, até ser trespassado por um touro – o povo espanhol. Surgem, nestes desenhos, figuras que se assemelham às de «Guernica», a denúncia maior do Mal que atravessou a Guerra Civil de Espanha. Uma tela de cerca de oito por três metros e meio, para a qual Picasso transportou o grito de dor da população massacrada pela Legião Condor nazi. Essa visão de pesadelo chocou o público da Exposição Internacional de Paris, nesse ano de 1937, inquietou os nacionalistas e desiludiu os republicanos. No seu testamento, Picasso estipulou que «Guernica» pertencia ao povo espanhol mas só poderia entrar em Espanha quando o povo tivesse recuperado as liberdades que lhe haviam sido arrancadas. Assim, o quadro, a que chamaram «o último exilado», como se de uma pessoa se tratasse, deambulou pelo mundo (depois de exposições por toda a Europa, permaneceu 42 anos, no MoMA, em Nova Iorque), atingindo, ao longo do tempo, o estatuto de símbolo universal. A sua chegada a Espanha, em 1981, assinalada por uma cerimónia que reuniu, lado a lado, partidários de Franco e resistentes antifascistas, como que sublinha e valida a transição democrática de todo um país e se assume como metáfora da reconciliação de todo um povo. Para Picasso, a pintura não tinha por função decorar apartamentos. Pela sua força, devia antes ser um instrumento de guerra, ofensivo e defensivo, uma bandeira e um símbolo. Com «Guernica», Picasso assinou

um verdadeiro acto político, dando a conhecer ao mundo o horror da violência gratuita perpetrada pelas forças de Hitler e Mussolini para quem Espanha, e Guernica muito particularmente, foram apenas o teatro das premissas da Segunda Guerra Mundial.

Assim, pela sua desmesura, pela sua expressividade na representação do Mal, da Dor, da Destruição, este mural cubista, monocromático em tons de cinza, preto e branco, impôs-se-nos, de imediato, como a imagem que melhor serviria a capa deste 7.º volume da II. série da *RUA-L*.

Carlos de Miguel Mora
Otilia Pires Martins

Túmulo de Lorca

Em ti choramos os outros mortos todos
Os que foram fuzilados em vigílias sem data
Os que se perdem sem nome na sombra das cadeias
Tão ignorados que nem sequer podemos
Perguntar por eles imaginar seu rosto
Choramos sem consolação aqueles que sucumbem
Entre os cornos da raiva sob o peso da força
Não podemos aceitar. O teu sangue não seca
Não repousamos em paz na tua morte
A hora da tua morte continua próxima e veemente
E a terra onde abriram a tua sepultura
É semelhante à ferida que não fecha
O teu sangue não encontrou nem foz nem saída
De Norte a Sul de Leste a Oeste
Estamos vivendo afogados no teu sangue
A lisa cal de cada muro branco
Escreve que tu foste assassinado
Não podemos aceitar. O processo não cessa
Pois nem tu foste poupado à patada da besta
A noite não pode beber nossa tristeza
E por mais que te escondam não ficas sepultado

(Sophia de Mello Breyner, *Geografia*, 1967)

■ Artigos

Da memória histórica à memória cultural: políticas de memória sobre a Guerra Civil e o Franquismo

From historical memory to cultural memory:

The politics of memory on the Civil War and Francoism

INÊS ESPADA VIEIRA*

PALAVRAS-CHAVE: Memória histórica, Memória cultural, Políticas de memória, Franquismo, Democracia, Trauma.

KEYWORDS: Historical memory, Cultural memory, Memory policies, Francoism, Democracy, Trauma.

Porque el pasado no pasa nunca, ni siquiera [...] es pasado; el pasado es sólo una dimensión del presente.

Javier Cercas, *El impostor*

Apresentação

As edições *online* de alguns jornais espanhóis generalistas de dia 13 de outubro de 2016, relatando as cerimónias oficiais do Dia da Hispanidade celebrado na véspera, refletiam sobre moda. Sim, sobre tendências de moda: os casacos das infantas e os seus chapéus de chuva. Não era, porém, mais um *fait divers* estilístico ou um tema prosaico inusitadamente elevado na hierarquia das notícias. Não, naquele dia 12 de outubro, as filhas dos reis Felipe VI e Letizia Ortiz saíram à rua vestidas para o rigor da ocasião chuvosa – e também a rigor para alimentar um debate a que o vermelho e o azul dos seus dois sobretudos de meninas não eram alheios.

Perguntamos surpreendidos: «Mas há mesmo pessoas que reparam nisso?» Sim, há. Há as que reparam e se riem, e há as que aproveitam a ocasião – mesmo a calhar – para insistir numa *reflexão* pouco *refletida*, mas nem por isso menos sintomática de uma história contada em versão simplista: o casaco vermelho da infanta Sofia e o casaco azul da princesa Leonor. Nas caixas de comentários *online*, habitual fervedor de iras e desencontros, alguns leitores deixaram, em registo humorístico e provocador, sinais do debate que há algumas décadas

* Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), Universidade Católica Portuguesa.

se vem travando no espaço público espanhol: o azul escuro da direita monárquica (usado pela herdeira do trono, Leonor) e o vermelho da esquerda republicana (vestido por Sofia), sob conciliadores guarda-chuvas transparentes.¹

Quando interpretamos tudo, até as roupas das infantas, não é verdadeiramente apenas porque nos apetece, ou como nos apetece; as estruturas da interpretação foram-nos transmitidas e estão imbuídas na nossa memória individual, fruto e partícipe da memória coletiva do grupo a que pertencemos. Naturalmente, ler «duas Espanhas» nas roupas das infantas, em jeito de «semiótica patriótica», não deixa de ser excessivo, mas o *El País* foi buscar para a sua edição *online* um debate que se travou nas redes sociais.

Na investigação que publiquei em 2012 – *Intelectuais, Modernidade e Memória* – apresentei o modo como este debate foi tantas vezes hipersimplificado a partir da fórmula sintética «memória histórica» (cf. Vieira, 2012). Em 2018, porém, já não é possível aceitar uma maneira redutora de mostrar a(s) complexa(s) narrativa(s) que faz(em) o relato coletivo sobre o século XX espanhol.

Neste trabalho, farei um itinerário que incide sobre as principais políticas de memória desde o Franquismo à atualidade, refletindo sobre os contrastes entre diferentes períodos, e propondo no final uma leitura em chave cultural dos discursos memorialísticos, de modo a que estes se tornem inclusivos, incorporando as próprias perplexidades e contradições da memória da Guerra Civil (1936-1939) e do Franquismo (1939-1975).

Memória e esquecimento

Não é fácil escrever sobre a memória coletiva. Não porque não haja artigos e livros sobre o assunto, mas antes pela abundância de bibliografia. Afinal, o investigador tem de escolher as suas referências num âmbito linguístico e cultural que lhe é afim, sem deixar de referir os textos fundamentais sobre a memória citados em quase todos os trabalhos sobre o assunto, o que leva ao risco da repetição e da redundância.

Maurice Halbwachs é o primeiro a escrever sobre a memória como fenómeno social e coletivo. Se é verdade que do ponto de vista cognitivo a memória é um fenómeno individual, recordar é um ato singular, o que recordamos depende de um processo social mais complexo. A seleção dos factos que se

¹ Este debate sobre a roupa escolhida para a festa nacional não se repetiu, nem em 2017, nem em 2018, embora em ambas as ocasiões as infantas tenham voltado a usar azul e/ou vermelho.

recordam e o modo como são invocados relaciona-se primordialmente com dinâmicas de grupo, considerados em determinados contextos. Esta descrição aplica-se principalmente às recordações de factos coletivos e em particular à memória do conflito e do trauma. Aqueles que viveram o trauma (qualquer que ele tenha sido) têm de lidar com a memória desse trauma. E memória é tanto escolha pessoal como seleção involuntária, é esquecer e/ou recordar.

O caso da memória da Guerra Civil de Espanha e da ditadura que se lhe seguiu serve exemplarmente para entendermos alguns dos processos descritos em investigação já clássica de autores como Halbwachs, Pierre Nora, Paul Ricoeur. Tem servido também para descrever novos ensaios sobre a memória dos povos e o modo como as sociedades (re)agem perante o trauma coletivo, sem receitas definitivas e mostrando o caráter essencialmente dinâmico da sociedade e, claro, da memória dessa sociedade.²

Em 2008, a historiadora Josefina Cuesta publicou um livro que levava no título não só o seu conteúdo como a sua essência: *La Odisea de la Memoria: Historia de la Memoria en España. Siglo XX*. O balanço e análise crítica propostos pela obra mostram essa odisseia dos *caminhos da memória* (para usar o nome do importante e premiado documentário de José-Luis Peñafuerte, de 2009), uma viagem cheia de peripécias e aventuras inusitadas que parte e chega, afinal, sempre ao mesmo acontecimento traumático: a Guerra Civil de 1936-1939. Destaca-se no livro de Cuesta a distinção crítica entre história e memória, reconhecendo as íntimas relações entre os dois conceitos (e a sua aplicação prática). Uma década passada da publicação desta obra, valeria a pena continuar o «Epílogo inacabado» com que fecha o livro, já que o debate intelectual, moral e político sobre «[...] la maldita guerra civil y su bendita memoria [...]» (Ibáñez Fanés, 2009, p. 206) ainda não terminou.

Todavia, é possível, aproximando-se os alvares de 2019, olhar para trás e entender o caminho percorrido no século XXI. «Entender» é um verbo fundamental; como escreve a voz narrativa de Javier Cercas em *El Impostor*, é preciso entender, o que, obviamente, não significa desculpar (2016, p. 21).

A experiência do trauma pode levar à recordação ou exigir o silêncio, porventura ambos, em momentos distintos, como uma cadência respiratória marcada pelas dinâmicas vitais do indivíduo e da comunidade. Desde logo, para um derrotado «lo más urgente después de una guerra es olvidar la guerra»,

² Como exemplo destes «novos ensaios», veja-se o volume editado por Castillo Villanueva e Pintado Gutiérrez, *New Approaches to Translation, Conflict and Memory: Narratives of the Spanish Civil War and the Dictatorship* (2019).

como nos recorda a já citada voz do narrador de *El Impostor*, mesmo que no pós-guerra a *vida normal* fosse sempre apenas um «simulacro de vida normal» (Cercas, 2016, p. 110).

É comumente aceite que a História é escrita pelos vencedores; todavia, a narrativa submersa de quem perdeu um conflito sobrevive e ajuda a sobreviver toda uma comunidade. A narrativa dos vencidos da guerra, o lado republicano, foi duplamente silenciada: ao longo dos longos anos do Franquismo e nas primeiras décadas da democracia, em prol de uma política de «dialogic forgetting» (A. Assman, 2010). Porém, o silêncio não implica esquecimento, e há vozes e murmúrios do plano íntimo e familiar, do plano não oficial, que coexistiram em paralelo com a dura narrativa institucional. São as memórias subterrâneas, latentes, que não conduzem ao esquecimento, mas existem como oposição ao excesso de discursos oficiais, prontas para emergir (cf. Pollak, 1989). Na verdade, a inflamada retórica da vitória e da *nova Espanha* dos anos da ditadura, o contingente (no meu entender essencial) discurso oficial dos anos da Transição, não apagaram a memória da Guerra Civil e do Franquismo vivida, assimilada, (re)transmitida, (re)organizada pela voz dos que perderam. É desta forma que, coincidindo com um específico momento político (ou quicá dele participando porque não são estanques estes domínios), a literatura dá voz a essa História afinal não esquecida, não apagada, afinal nem sequer silenciada, ainda que durante um certo período de tempo relegada para o plano do murmúrio.

Falar, relatar, testemunhar, são verbos que assumem papel primordial na seleção, preservação e recuperação da memória. A dimensão testemunhal é central, por exemplo, na memória do Holocausto, e está muito relacionada com a própria identidade do povo judeu: contar ao próximo, passar a palavra, repetir o relato, salvar as vítimas do esquecimento, prolongar a narrativa tornando-a universal e lançando-a para uma dimensão intemporal. Desenvolvendo uma reflexão que tem no seu cerne a memória do Holocausto, Todorov considera fundamental a existência de um passado ao serviço do presente, assim como a existência de uma memória (e de um esquecimento) ao serviço da justiça (cf. Todorov, 2000, p. 59). Neste sentido, o exigente trabalho de enquadramento da memória «reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro» (*ibid.*, p. 11).

A História tem-nos mostrado diversos exemplos que comprovam a obrigação (não necessariamente exterior ao indivíduo) de falar ou de calar. No caso da História da Espanha do século XX, esta mostra-nos também que o modo de lidar com o trauma não é um caminho de um só trilho e que depois

dos anos do silêncio (oficial, político), assistimos a vários anos de discussão (oficial, política, mas também, diríamos, social), tal como veremos mais adiante neste trabalho.

Em *Can these bones live?*, ensaio sobre tradução, sobrevivência e memória cultural, Bella Brodzki escreve: «In all its variety, literature in the late twentieth century reflects an almost global obsession with transmission, preservation, repression, and potential effacement of memory as an instrument of historical consciousness» (Brodzki, 2007, p. 101). Esta constatação é partilhada por vários investigadores, mas Brodzki traz à colação a dimensão de *consciência histórica* presente também na literatura. Em momentos políticos específicos (deles participando porque não são estanques estes domínios), a Literatura tem sido um lugar de História e de histórias, representando a polifonia narrativa do nosso destino comum. Porque o trauma nunca é uma experiência simples ou uniforme, a literatura mostra uma oportunidade de resistir à unidade, à massificação, escancarando perante os olhos do leitor a incontornável subjetividade da experiência traumática.

Voltaremos a olhar para as memórias coletivas sobre a guerra e a ditadura, mas nos próximos parágrafos centrar-nos-emos nas políticas oficiais de memória.

Políticas da memória

Entendemos políticas da memória como as apresenta Aguilar (2008): iniciativas públicas com o fim de consolidar e divulgar a visão particular de um acontecimento pretérito, muito importante para certos grupos sociais ou políticos, ou para um país (cf. p. 53). Estas considerações vão no mesmo sentido do entendimento de Beramendi e Baz (2008), para quem as políticas da memória constituem o conjunto de ações programadas oficialmente para fazer aceitar uma determinada versão da memória. As ações executadas dentro de um programa de políticas de memória tornam-se, com o tempo, parte de uma tradição (cf. p. 16). E, acrescento, a tradição pode ser usada como estratégia insidiosa de controlo da memória (nomeadamente, da memória pública).

Empenhemos o nosso esforço de síntese numa dimensão pedagógica e ponhamos em contraste as políticas oficiais de memória durante o Franquismo e em democracia. Veremos as diferenças claras e já sumamente apreciadas entre as políticas de dois regimes distintos. Em democracia, observaremos a importância de um antes e depois de 2007, bem como o esmorecer de «la gran moda de la llamada memoria histórica» (Cercas, 2016, p. 91).

Franquismo (1939-1975)

Desde a primeira hora, ainda durante os anos da Guerra Civil, o Franquismo apresentou um discurso que construía uma nova ordem, reorganizando factos históricos (muitas vezes, transformados numa espécie de narrativas míticas), de modo a desenhar uma nova cronologia que – claro está – fundamenta num passado glorioso o novo regime. A repetição do adjetivo *novo* das linhas anteriores é sintomática da importância que essa ideia teve na propaganda da ditadura, consumada na síntese perfeita de *la nueva España*, um tópico, aliás, muito caro à modernidade e às ideologias totalitárias.

As políticas de memória não são declarações de vontade ou atos legislativos distantes dos cidadãos, elas são estratégias para entrar no seu quotidiano. O Franquismo serviu-se de dois instrumentos fundamentais para o domínio da memória: o tempo e o espaço, o calendário e o mapa.

Estabeleceu-se um calendário de novas celebrações, cujo ritmo passou a organizar a vida coletiva, apresentando uma nova era, fundada a 18 de julho de 1936, a partir da qual se contavam os novos *anos triunfais* até ao *ano da vitória* (1939). A construção do novo tempo não se ficou pelo período da guerra, mas foi-se edificando durante a ditadura. O dia 18 de julho, que celebrava o *alzamiento* de 1936 e, portanto, o ano zero da Espanha franquista, era também o dia da «exaltação do trabalho». Deste modo, deslocava-se a apologia do trabalho dos próprios trabalhadores, esvaziando a sua importância, e o regime trazia para a sua essência um dos temas mais explorados pela retórica falangista.

Da mesma forma, com o mesmo intuito, redesenharam-se os mapas alterando os nomes de ruas e praças, original índice onomástico da memória oficial. A principal característica do espaço durante o Franquismo é a sua militarização, tal como se pode observar nas discretas mas omnipresentes placas toponímicas de tantas localidades em Espanha. Como veremos a seguir, esta questão é também simbólica e ainda polémica.

No fundo, o tempo e os espaços reinventados são meios de comemoração, em que o passado foi, mais uma vez, adaptado às necessidades do presente, escolhendo o que se deve celebrar como símbolo da nova ordem.

Outro dos instrumentos fundamentais do controlo da memória oficial é o sistema de ensino. A utilização da escola para impor uma determinada versão do passado e promover uma identidade comum não é estratégia exclusiva dos regimes autoritários; porém, a manipulação feita por esses regimes é absolutamente unilateral, contrária ao pensamento crítico e à partilha de conhecimento. Na Espanha de Franco, a memória recente (por ex., o período da II República)

é apagada e dá-se o maior relevo a um passado que se quer trazer para o presente (por ex., o reinado dos reis católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão). Tal como sucede em Portugal, a análise dos manuais escolares franquistas é absolutamente reveladora do discurso oficial veiculado nas salas de aula.

Usando uma metáfora dos estudos literários, diria que espaço, tempo e ação, são as «categorias da narrativa» que o *grande narrador* – participante e onisciente – impõe às personagens secundárias que com ele vivem/ouvem a História.

Democracia (1975-presente)

Cabe agora ensaiar uma sistematização das principais políticas de memória sobre a Guerra Civil e o Franquismo na Espanha democrática. Propomos considerar uma divisão em três momentos distintos.

O primeiro, desde a Transição (1975-1978)³ até ao início dos anos 2000: período fortemente marcado pela fórmula “amnistia e amnésia” que presidiu ao debate político nos anos primeiros da jovem democracia e de que a lei de amnistia, lei 46/1977 de 15 de outubro, foi a marca mais visível. Num século XXI espanhol marcado social, política e culturalmente, pelo sintagma «memória histórica», parece hoje surpreender aquilo que Paloma Aguilar revela na entrada «memória histórica» do *Diccionario político y social del siglo XX español*: ao longo dos debates parlamentares preparatórios da lei de amnistia de 1977, nem uma vez surgiram as palavras «memória» ou «memória histórica» (Aguilar, 2008a). Na verdade, o tema da Guerra Civil e do Franquismo esteve praticamente ausente do debate público nas primeiras décadas da democracia espanhola – o que não significou nunca ausência de reflexão académica (cf. Juliá, 2003, p. 17).⁴ Paloma Aguilar, por exemplo, publica a sua investigação sobre a memória da Guerra Civil em 1996, prova e testemunha da existência de uma memória coletiva traumática (cf. Aguilar, 1996, p. 20). Durante este primeiro período, a palavra-chave da generalidade dos debates sobre o passado foi o consenso, de

³ Entendida *stricto sensu* como o período desde a morte do *caudillo* até à aprovação em referendo da Constituição, no dia 6 de dezembro de 1978, sendo também considerada, em sentido alargado, a data da tentativa frustrada de golpe de Estado no dia 23 de fevereiro de 1981.

⁴ No ensaio citado, o autor defende que há uma diferença fundamental entre *caer en el olvido*, i.e., a ação involuntária de não mais se lembrar de algo, e *echar al olvido* – atirar para o esquecimento, voluntariamente, algo que se pretende apagar da memória porque se tem consciência da sua presença como recordação marcante.

que se orgulhavam publicamente os seus protagonistas (cf. Herrero de Miñon, 1999).

O segundo momento desta sistematização, poderemos situá-lo a partir de 2004 (quando o Partido Socialista, liderado por José Luis Rodríguez Zapatero, chega ao Governo, após oito anos de governação do Partido Popular) até 2015 (com o agudizar do processo independentista catalão). Este período é o do final do consenso e teve o seu auge simbólico nos anúncios necrológicos publicados nos diários *El País* e *El Mundo* (cf. Tesón, 2006) e na chamada *Lei de Memória Histórica* («Ley por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la Guerra Civil y la Dictadura.» Publicada no Boletín Oficial del Estado, n.º 310, de 27 de dezembro de 2007, p. 53410, como Ley 52/2007, de 26 de dezembro), cume natural de um percurso desenhado politicamente pelo governo que no ano anterior, 2006, tinha já feito aprovar no parlamento a declaração do «ano da memória histórica», para assinalar os 75 anos do início da Guerra Civil.

Este período é o da «apoteose da chamada memória histórica», com «campeões» e «estrelas de rock» (cf. Cercas, 2016, p. 311) no centro do palco mediático. Como numa festa em que a música vai subindo de tom, o espaço público é ocupado por novos protagonistas, no momento em que, pela primeira vez, o poder e a sociedade acolhem a narrativa dos perdedores. As políticas de memória das duas legislaturas com Rodríguez Zapatero na presidência do governo criaram as condições (e são também um pouco sua consequência) para o debate público e para as ações privadas, na procura de restaurar a memória dos perdedores da guerra. Tratou-se, sobretudo, de uma oportunidade para dar visibilidade a pessoas e grupos cuja história tinha sido ignorada, silenciada, deturpada, renegada, nomeadamente às narrativas das mulheres ou sobre as mulheres, cuja *voz* estivera *adormecida*, remetendo para o título do romance de Dulce Chacón (*La Voz Dormida*, 2002).

O terceiro momento para a análise das políticas de memória em democracia situamo-lo a partir de 2015, embora com alguma possibilidade de ajuste.⁵

⁵ A análise posterior não ignora que, principalmente a nível local, continua a haver temas prementes relacionados com a «memória histórica», nomeadamente a questão da toponímia. Para dar um exemplo não central (e em Madrid, esta questão também tem sido colocada), sirvo-me do caso da substituição de nomes vinculados ao Franquismo em 21 ruas de Oviedo, Astúrias, assunto muito atual, de outubro de 2018, data da redação do essencial deste trabalho. A «reescrita do mapa» do Franquismo na cidade passa por “neutralizar” alguns nomes (Jardín de los Reyes Caudillos passou a chamar-se apenas Jardín de los Reyes), por substituir datas (19 de Julio passa a chamar-se Progreso) ou

É minha convicção que a mudança de tom e de destaque relativamente ao tema da «memória histórica» é consequência da conjugação de dois fatores: por um lado, certo esgotamento do tema e cansaço com a «estridência» dos discursos e a quantidade de produtos produzidos (livros, programas de TV, exposições, filmes, etc.); por outro lado, o facto de o processo independentista catalão se ter transformado na principal preocupação política, atraindo para si muita da atenção e da discussão também do espaço público, ao mesmo tempo que levanta questões diferentes do debate sobre a memória.

Ao contexto de aparente desinteresse sobre a memória, não é estranho que uma proposta de lei, apresentada em 22 de dezembro de 2017 pelo grupo parlamentar socialista, para reformar a já referida «Lei de memória histórica», tenha tido pouco eco, por exemplo, nos jornais. Um artigo de José María Ruiz Soroa no diário *El País*, apresenta essa proposta de lei como um retrocesso, já que, segundo o autor, a memória da democracia é legitimada por um passado antifranquista, desde logo longe do valor da inclusão, tido em conta durante o período da Transição (Ruiz Soroa, 2018).

No momento da redação deste texto, a lei ainda não foi aprovada, mas os próximos tempos dirão do caminho a trilhar e o modo como a realidade imporá um reajustar da presente proposta de divisão.⁶

Memória cultural

Como vimos, os factos históricos não correspondem com exatidão à memória desses acontecimentos: os factos históricos do século XX espanhol não são o mesmo que a memória da Guerra Civil e do Franquismo ao longo desse mesmo século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, embora como objeto de estudo eles se cruzem e sobreponham. Muito do que se tem dito e escrito em Espanha sobre o passado recente tem mais a ver com o presente do que com a História, mas permanece um conflito, às vezes latente, às vezes evidente, que nasce da dimensão e da importância que cada lado concede a

mesmo por dar visibilidade às mulheres (nomes próprios: Mariano Flórez passa a Flora Tristán; ou nomes «coletivos»: Coronel Aranda passa a Trece Rosas).

⁶ Entre a conclusão da redação deste ensaio e a data da sua publicação, houve dois momentos importantes que merecem uma análise que não cabe no presente texto: a homenagem do primeiro-ministro Pedro Sánchez a Manuel Azaña e a Antonio Machado, em Argelès sur Mer (a 21 de fevereiro de 2019), e o inconcluso processo de exumação dos restos mortais de Franco.

esses factos. Os lados a que me refiro são aqueles representados pela interpretação das cores dos sobretudos das princesas, com que iniciámos esta reflexão.

Não estamos à procura de uma História única, de uma narrativa unívoca, de uma paz irreal e irrealista. Reconciliar a Espanha com o seu passado terá de ir mais no sentido da memória partilhada de que fala Ibáñez Fáles. No momento em que escrevo estas linhas, com a Catalunha em confronto aberto com o Estado espanhol, essa não parece uma tarefa fácil.

A minha proposta de uma leitura em chave cultural é devedora da obra de Jan Assman (2004, 2007). Para a memória cultural, tal como propõe J. Assman, interessam menos os factos históricos do que a História que é lembrada, a memória desse passado. Neste sentido, embora sempre apresentada numa perspetiva dupla, a memória da Guerra Civil é também uma memória cultural: dos factos históricos passa-se à lembrança do momento pretérito e, conseqüentemente, transformada em mito, essa memória ilumina o presente a partir da origem (J. Assman, 2007).

Esta dinâmica funciona para as duas visões em contraste: a Guerra Civil como mito original serve para se entender, identificar e justificar o presente. Não me refiro a duas memórias, de «dois lados» e cores diferentes, mas sim a uma memória dúplice: uma memória cultural que é inclusiva, a duplicidade faz parte da sua essência.

Estas reflexões são também devedoras da reflexão moral de Jordi Ibáñez Fanés sobre a necessidade de se encontrar um lugar para mesa da memória partilhada: «hablar de memoria *compartida* en lugar de memoria *colectiva* ayuda a resolver algunos problemas [...]. Pero sobre todo ayuda a superar la tendencia, dominante aquí todavía, de la memoria usurera.» (Ibáñez Fáles, 2009, p. 38). Se no lugar de «memória coletiva» se dissesse «memória histórica», as observações de Ibáñez Fáles seriam ainda mais acertadas.

Partilhar a mesa, não o pão, é o passo fundamental para a construção da memória partilhada:

[...] cada uno aporta su trozo de vida, y la suma final, una suma en que nunca lo individual queda subsumido en lo colectivo, da esa idea de memoria compartida. Sólo que luego ni esta idea es nada imaginable ni esta memoria compartida puede traducirse en una narración, sino más bien en una moralidad doliente, en una *Trauerarbeit*, en el proceso de duelo compartido. Con esta idea [...] se podría explorar la posibilidad de que todas las memorias condicionadas por experiencias opuestas del daño y del sentido de la injusticia se reencontrasen en ese lugar

intangible pero piadoso y doliente, en esta imaginaria mesa de la memoria compartida. (*ibid.*, p. 34).

Continua a parecer-me ser este o caminho para interpretar, incorporar, reivindicar, dignificar a memória daqueles que perderam a guerra, sobreviventes ou não, os *insignes-ficantes* como lhes chamou Jorge de Sena (cf. Sena, 1978) e os exilados, os que viveram na sombra e os que se misturaram com a multidão. Continua a parecer-me que para fazer verdadeiramente justiça aos injustiçados, mas também aos seus herdeiros, na Espanha democrática e europeia do século XXI, é urgente resolver a velha batalha maniqueísta que ainda se encontra ativa, tendo a coragem de abraçar a conciliação.

Referências bibliográficas

- AGUILAR FERNÁNDEZ, P. (2008). *Políticas de la Memoria y Memorias de la Política*. Madrid: Alianza Editorial.
- (2008a). Memoria histórica. In FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. / FUENTES, J. F. (dirs.), *Diccionario Político y Social del Siglo XX Español*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 768-774.
- (1996). *Memoria y Olvido de la Guerra Civil Española*. Madrid: Alianza Editorial.
- ASSMAN, A. (2010). From collective violence to a common future: four models for dealing with a traumatic past. In SILVA, H. *et al.*, (eds.), *Conflict, Memory Transfers and the Reshaping of Europe*. Newcastle-upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 8-23.
- ASSMAN, J. (2007). *Das kulturelle Gedächtnis: Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. München: Verlag C. H. Beck.
- (2004). *Religion und Kulturelles Gedächtnis: Zehn Studien*. München: Verlag C.H.Beck.
- BERAMENDI, J. / BAZ, M. J. (2008). Memoria, tradición e identidades. In BERAMENDI, J. / BAZ, M. J. (eds.) *Identidades y Memoria Imaginada*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, pp. 9-18.
- BRODZKI, B. (2007). *Can These Bones Live?: Translation, Survival, and Cultural Memory*. Stanford: Stanford University Press.
- CASTILLO VILLANUEVA, A. / PINTADO GUTIÉRREZ, Lucía (2019). *New Approaches to Translation, Conflict and Memory: Narratives of the Spanish Civil War and the Dictatorship*. [s.l.]: Palgrave Macmillan.
- CERCAS, J. (2016). *El Impostor*. Barcelona: Debolsillo.

- CUESTA, J. (2008). *La Odisea de la Memoria: Historia de la Memoria en España. Siglo XX*. Madrid: Alianza Editorial.
- GRACIA, J. (2017). La verdad de la novela. *El País*, 18.03.2017. URL: https://elpais.com/elpais/2017/03/06/opinion/1488826810_363341.html. (Consultado a 16-09-2019).
- HERRERO DE MIÑÓN, M. (ed.) (1999). *La Transición Democrática en España (vol. I) / A Transição Democrática em Espanha*. Bilbao: Fundación BBV / Fundação Mário Soares. Documenta.
- IBÁÑEZ FANÉS, J. (2009). *Antígona y el Duelo. Una Reflexión Moral sobre la Memoria Histórica*. Barcelona: Tusquets Editores.
- JULIÁ, S. (2003). Echar al olvido. Memoria y amnistía en la transición. *Claves de Razón Práctica*, n.º 129, janeiro / fevereiro, pp. 14-24.
- POLLAK, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 1, n.º 3, Rio de Janeiro, pp. 3-15.
- RUIZ SOROA, J. M. (2018). La nueva memoria. *El País*, 17.10.2018. URL: https://elpais.com/elpais/2018/10/16/opinion/1539701643_430600.html. (Consultado em a 16-09-2019).
- SENA, J. (1978). Alexandre ou o prémio Nobel aos insígnificantes. *Diário Popular. Suplemento Letras e Artes*. 1-6-1978, pp. I, IX-XI
- TESÓN, N. (2006). Esquelas de las dos Españas. *El País*, 10.09.2006, pp. 28-29.
- TODOROV, T. (2000). *Los Abusos de la Memoria* [1995]. Barcelona: Paidós.
- VIEIRA, I. E. (2012). *Intelectuais, Modernidade e Memória*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

TÍTULO: Da memória histórica à memória cultural: políticas de memória sobre a Guerra Civil e o Franquismo

RESUMO: Este ensaio apresenta uma proposta de sistematização das principais políticas de memória empreendidas em Espanha desde o início do regime franquista até aos dias de hoje. Esse itinerário começa por contextualizar as dinâmicas da memória e do esquecimento, salienta algumas das políticas de memória do Franquismo e sugere a divisão das políticas de memória em democracia em três momentos distintos. Finalmente, apresenta-se uma leitura em chave cultural que possa servir para continuar a reflexão sobre a memória traumática da Guerra Civil e da ditadura, ressitua-a num âmbito menos fraturante.

TITLE: From historical memory to cultural memory: The politics of memory on the Civil War and Francoism

ABSTRACT: This essay presents a proposal of systematization of the main policies of memory undertaken in Spain from the early days of Francoism up to 2018. This itinerary begins by contextualizing the dynamics of memory and oblivion; subsequently, it points out some of the policies of memory during Francoism and, lastly, suggests the division of the policies of memory in democracy in three different moments. Finally, it argues that a cultural reading could serve to continue the reflection on the traumatic memory of the Civil War and of the dictatorship, re-locating it in a less divisive context.

Georges Bernanos: Continuité ou Rupture?

Georges Bernanos: Continuity or Rupture?

GORETE MARQUES*

PALAVRAS-CHAVE: Bernanos, Intelectual católico, Conflito de ideologias, Guerra civil de Espanha, França nos anos trinta.

KEYWORDS: Bernanos, Catholic Intellectual, Conflict of ideologies, Civil War of Spain, France in the thirties.

Quatre-vingt-trois ans après le début de la guerre civile d'Espagne, l'Histoire ne cesse de montrer que ce conflit fut une avant-première de la Seconde Guerre mondiale.

La guerre civile, qui débute après la victoire légale du *Frente Popular* en 1936, ne se réduit, aucunement, au simple conflit entre républicains et nationalistes. La division entre la droite et la gauche se rattache au domaine des idéologies fascistes et communistes, bien que la gauche soit loin d'être majoritairement communiste et la droite entièrement fasciste. L'amalgame entre la politique espagnole et les idéologies totalitaires engendre des épisodes sanglants, au sein de l'Espagne républicaine, perpétrés par des luttes entre les communistes et les anarchistes et les militants du Parti Ouvrier d'Unification Marxiste.

Tandis que Staline essaie d'introduire les communistes au pouvoir, Hitler pense à ses conquêtes et aide Franco. La guerre oppose l'Allemagne nazie et l'Italie fasciste aux démocraties occidentales et à la Russie communiste. Les représentants des deux univers totalitaires ont tout à gagner par leur participation en Espagne qui devient leur camp d'expérimentation à plusieurs niveaux. Divers aspects transversaux transcendent une lutte politique entre le *Frente Popular* et le *Frente Nacional*: l'antifascisme, le fascisme, le communisme, l'anticommunisme, le pacifisme et la religion font l'objet d'équivoques et de confusions. Plus qu'une

* Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico de Leiria. Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA-ILTEC), Universidade de Coimbra.

guerre, l'Espagne vit *plusieurs* guerres, devenant ainsi le centre de débats politiques, idéologiques et religieux.

D'après Vilar (1997, p. 82), «l'opinion mondiale se divisa, sauf exceptions limitées, entre ceux qui virent dans la République espagnole 'la liberté' luttant contre 'le fascisme', et ceux qui virent, vite incarnées dans Franco, les vieilles valeurs (religion, famille, patrie) en butte aux menaces de 'Moscou'». Franco, en effet, se réjouit de la complicité de l'Église catholique espagnole qui l'accompagne dans sa croisade contre les infidèles, même si la position du Vatican, qui condamne les excès des républicains et dénonce le péril communiste, n'agit pas selon son gré.

Ce combat politique, idéologique et religieux passionne le monde entier et, en particulier, la France (qui vit, au départ, un contexte politique, économique et social très proche). Du côté religieux, les catholiques vivent un moment de grande tension face aux événements d'Espagne. Car, pour les catholiques, plus qu'un cas de conscience, la guerre d'Espagne est le plus grand défi du XX^e siècle: puisque le conflit devient une question manichéenne – le combat du Bien contre le Mal – utilisée pour promouvoir la cause des nationalistes qui luttent contre les impies communistes, les catholiques doivent faire un choix difficile. Dans ce contexte, les intellectuels catholiques prennent différentes positions. Parmi les intellectuels catholiques français, Georges Bernanos ressort par son parcours singulier concernant ses prises de position face à la guerre. Au début du conflit, Bernanos est en faveur du *Pronunciamento* et le défend publiquement. Cependant, il décide de ne pas suivre la tendance nationaliste prédominante chez les catholiques. Pour quelle raison a-t-il pris cette décision et à partir de quels critères? La guerre d'Espagne a-t-elle été l'événement qui a transformé ses convictions?

Le combat des intellectuels

Depuis la célèbre Affaire Dreyfus, au début du XX^e siècle, aucune *cause* n'avait autant attiré l'attention des intellectuels qui, à ce moment-là, descendent de leur tour d'ivoire, où leur action était limitée à leurs écrits, et s'engagent dans le chemin de la responsabilité sociale et du débat politique, n'échappant pas, parfois, à l'illusion et à l'aveuglement idéologique, qu'il s'agisse de communisme ou de fascisme. Les intellectuels du monde entier se trouvent de ce fait concernés par le sujet de la guerre d'Espagne et, pour des questions d'humanité,

d'idéologie ou de religion, ils s'y dédient avec acharnement, en utilisant la plume mais aussi en y participant physiquement.¹

Pour qui sonne le glas d'Ernest Hemingway, *Un testament espagnol* d'Artur Koestler, *L'Espoir* de Malraux, *Les Grands Cimetières sous la lune* de Georges Bernanos, *Hommage à la Catalogne* de George Orwell figurent, aujourd'hui encore, parmi les témoignages les plus poignants des événements cruels et destructeurs de l'époque.

Les intellectuels français se sentent, d'immédiat, concernés et deviennent des protagonistes d'une étape précieuse de l'Histoire. Dans son étude *La guerre civile espagnole et la littérature française*, Muñoz (1972, p. 322) affirme que la lutte fratricide espagnole a suscité les réactions les plus vives en France et les intellectuels qui, jusqu'alors hésitaient encore à descendre sur la place publique, furent tous « entraînés dans la bourrasque ». Même les intellectuels français qui, jusqu'à ce moment, ne s'engageaient pas, prennent position: Julien Brenda, qui avait une réputation de ne jamais prendre parti, s'engage, à l'âge 70 ans, pour l'Espagne républicaine. Jean Cassou, engagé politiquement à gauche, s'intéressera à l'Espagne même après la guerre. Saint-Exupéry, Louis Aragon, Elie Faure, Albert Camus, Jean-Richard Bloch, André Chamson, Simone Téry et Simone Weil sont autant de noms associés aux républicains. Du côté nationaliste, des noms également importants prennent position: Charles Maurras, Jérôme et Jean Tharaud, Pierre Héricourt, Henri Massis et Paul Claudel.

Si les intellectuels se sentent passionnés par le conflit et pensent avoir un mot à dire sur tout ce qui se passe en Espagne, les intellectuels catholiques se sentent encore plus concernés, étant donné la question religieuse de la guerre. Pour les intellectuels catholiques, le combat se mène dans la profondeur de l'âme. L'engagement en faveur ou contre la croisade de Franco est un des aspects polémiques qui les oblige à prendre position. La majorité des intellectuels catholiques français, particulièrement les catholiques les plus conservateurs, écoutent les paroles de Franco et celles du haut clergé espagnol – qui publie la Lettre Collective – concernant la guerre sainte: Gaétan de Bernoville, par

¹ Intégrés dans les fameuses Brigades Internationales – organisées par le Komintern – ou dans d'autres milices, ces volontaires sont l'une des preuves de la contradiction de la politique de non-intervention proposée par la France. Un nouveau type d'engagement apparaît, trouvant en la personne d'André Malraux sa figure emblématique. Malraux combat pour ses convictions idéologiques de gauche et est considéré proche des communistes par certains auteurs. Il s'est rendu en Espagne le 20 juillet et organise l'escadrille *España*, devenant son chef, et voyage même aux E.U.A. et au Canada afin de rassembler des fonds pour cette lutte.

exemple, multiplie les apologies au Pape pour qu'il se prononce publiquement en faveur de Franco; Henri Joubert est un bon exemple de la droite traditionnelle qui n'était ni fasciste ni dictatoriale. Relativement à la Guerre d'Espagne, Joubert met au premier plan la persécution dont les catholiques sont victimes. Selon lui, la guerre civile devrait être évitée par les catholiques mais, en même temps, elle est sainte par la sainteté des valeurs qu'elle défend.

Cependant, l'opinion des intellectuels catholiques n'est pas unanime: certains dénoncent la prétention religieuse dès le premier moment (une position représentée en France par Paul Claudel) et d'autres changent d'opinion sur la *cause* des nationalistes; les uns et les autres doivent subir la réprobation des autres catholiques et de quelques membres du clergé.

La conduite des nationalistes, les méthodes de répression, les bombardements et les exécutions perpétrés par les nationalistes eux-mêmes, par les Italiens et les Allemands sont des raisons qui éveillent certains intellectuels catholiques, désormais favorables au soulèvement. Cependant, le cas du Pays Basque – particulièrement les massacres de Badajoz, en août 1936, et le bombardement de Guernica – est, sans aucun doute, la situation qui choque le plus les intellectuels catholiques, comme ce fut le cas de Jacques Maritain, François Mauriac ou Emmanuel Mounier.

D'autres intellectuels catholiques se situent dans la recherche de la médiation, surtout à partir de 1937, suivant les idées de Jacques Maritain, l'inspirateur du Comité pour la paix civile et religieuse, un Comité qui publiera des manifestes en défense de la médiation.

Bernanos, l'écrivain libre

Georges Bernanos, qui vivait à Majorque au moment du soulèvement, témoigne la guerre en écrivant à ses amis et en publiant des articles dans le journal *Sept*. Après son retour en France en 1938, il publie *Les Grands Cimetières sous la lune*, une œuvre qui suscitera une forte polémique dans les milieux de la droite catholique. Ses idées ont, selon Albouy (1980, p. 7), séduit, heurté ou scandalisé les contemporains, intellectuels, politiques et catholiques mais surtout elles les ont menés à l'accuser d'être incohérent et contradictoire: formé par l'antisémitisme social de Drumont, il condamnera l'antisémitisme hitlérien; défenseur de *l'Action française*, il l'abandonne; il est, d'abord, favorable au soulèvement en Espagne, puis, il est contre; il est un catholique qui critique l'Eglise. Enfin, il semblerait que Bernanos bascule d'un camp à l'autre: Bernanos

est-il le personnage instable et incohérent que ses adversaires ont accablé de sarcasmes ou le modèle de continuité politique que vénèrent encore ses admirateurs ou quelqu'un d'autre encore? (Albouy, 1980, p. 15).

En 1936, Bernanos n'est pas encore un écrivain consacré comme Mauriac. C'est un homme formé à droite, dès l'enfance, et renforce cette position par son adhésion à l'*Action française*. Jusque là, l'opinion générale n'a pas de doutes concernant le côté politique où l'écrivain se trouve car, d'après Muron (1996, p. 10), il est perçu comme le porte-parole d'une droite conservatrice et sectaire. Or, au contraire, en polémiste épris de liberté, il ne se laisse assujettir à aucune idéologie.

La preuve de son non-conformisme est la collaboration à *Marianne* entre avril et juillet 1935. Cette attitude est contestée par la droite, surtout par l'*Action française*, qui réagit par la colère. Bernanos sent, alors, la nécessité d'expliquer son choix de façon à ce que les rapports entre lui et la direction de la revue ne soient pas ambigus et qu'il puisse montrer qu'il n'est pas un homme assujetti à un système. Selon Guillemin (1976, p. 101), c'est à ce moment que Bernanos refuse pour la première fois d'être connoté à droite:

C'est là, pour la première fois, publiquement, que Bernanos refuse (17 avril 1935) de se laisser prendre pour un «homme de droite», spécifiant qu'il n'est pas davantage un «homme de gauche», car, de la gauche comme de la droite, un certain esprit bourgeois n'est pas absent.

La guerre est-elle un point de départ, un virage ou une trahison? Les réponses sont multiples. L'attitude de Bernanos est considérée comme une trahison aux principes qui faisaient partie de sa vie et de sa conduite jusqu'en 1936 par ceux qui l'attaquent. D'autres pensent que l'écrivain exprime des idées contradictoires dans *Les Grands Cimetières sous la lune*. Field (1975, p. 174) défend qu'il y a eu, indéniablement, un changement d'attitude chez l'écrivain; cependant cela ne veut pas dire que la cause soit uniquement la guerre civile. La guerre d'Espagne, comme auparavant les événements d'Abyssinie, éveillent la polémique, chez lui comme chez d'autres catholiques, qui interviendront, à leur tour, par leurs écrits, dans les événements politiques internationaux. En 1935, Bernanos se montre sensibilisé face à la violence commise en Abyssinie et développe des réflexions sur les dictatures; en 1936, sa position face à la guerre civile est considérée le tournant décisif de sa pensée politique, peut-être parce qu'il affirme, en 1945: «cette expérience d'Espagne a été, peut-être, l'événement capital de ma vie» (1969, p. 13).

Aux accusations d'incohérence, l'auteur de *Monsieur Ouine* répond qu'il n'a pas changé puisqu'il continue de dénoncer le mal, l'imposture de la bourgeoisie et l'hypocrisie de l'Église. Bernanos est considéré, alors, un homme de droite, voire d'extrême-droite, qui s'oppose à la démocratie et qui est monarchiste de cœur. Ses sentiments et ses idées seront toujours marqués par l'*Action française* et, à l'image de Maurras, il est profondément nationaliste (il aime la France comme s'il s'agissait d'une personne) et religieux (ne comprenant pas l'agnosticisme). Les fascistes français défendent des aspects similaires à ses idées, notamment l'anticapitalisme, l'antisémitisme, la révolte contre les vieillards et leur passivité, la glorification de la jeunesse, de l'homme et de l'héroïsme. Néanmoins, il s'en distingue par des aspects fondamentaux qui le mènent à un point opposé de cette idéologie: il prône la liberté refusant tout déterminisme historique, un système politique qui sacrifie la personne humaine à l'État ou, encore, refusant de renoncer à son âme.

Change-t-il ses idées au moment de la guerre civile espagnole, en défendant les républicains? Il est certain que sa position marque une rupture avec l'opinion dominante de la droite mais ce n'est pas une rupture de sa pensée car celle-ci se vérifie, selon lui, au niveau de la pensée des autres. L'écrivain est qualifié de traître, de rouge et accusé d'être à gauche, de défendre les institutions républicaines et la démocratie. Reculant jusqu'au début de la guerre, il est fondamental de rappeler que Bernanos était en faveur du soulèvement et des valeurs que celui-ci défendait, mais l'écrivain finit par condamner les nationalistes face à la trahison commise et aux principes défendus hypocritement (Bayle, 1999, pp. 269-270).

L'écrivain justifie sa position par la défense de l'esprit de la monarchie chrétienne et populaire qui avait été la motivation de la lutte de sa jeunesse. Si d'autres catholiques, notamment Mauriac et Maritain, associaient facilement l'image de l'*Action française* aux nationalistes espagnols, Bernanos considérait que cette attitude de l'*Action française* était une trahison, puisque ses principes, préconisés pendant sa jeunesse, avaient été trahis. D'ailleurs, Bernanos présente cette idée dans *Les Grands Cimetières sous la lune* et continuera ses attaques dans les autres publications; il accuse l'*Action française* surtout de se soumettre à l'ordre établi oubliant la révolution promise.

C'est ainsi que la droite lui reproche son attitude et la gauche le revendique. Comme Bayle (1999, p. 270) le décrit parfaitement, il est dénoncé par la droite, mal compris par la gauche. Voici une idée que Camus (cité par Barou, 2015, p. 13-14) résume en juillet 1939, lors de la publication de l'article «La pensée engagée», dans *Alger Républicain*:

Bernanos est un écrivain deux fois trahi. Si les hommes de droite le répudient pour avoir écrit que les assassinats de Franco lui soulèvent le cœur, les partis de gauche l'acclament quand il ne veut point l'être par eux. Il faut respecter l'homme tout entier et ne pas tenter de l'annexer.

Le nom de Bernanos apparaît associé à la défense des républicains, victimes des massacres de Malaga perpétrés par les nationalistes en février 1937. Son nom est inclus, sans qu'il le sache, dans une liste d'intellectuels français qui est publiée dans l'*Humanité*. Il essaie de rectifier ceci: le 26 février 1937, Bernanos adresse une lettre à Christiane Manificat où il lui demande qu'elle fasse parvenir une lettre au journal *Humanité*. Malgré l'envoi de cette lettre, le journal n'a publié aucune rectification. Il n'atteindra donc pas son objectif et accusera la gauche d'être pareille à la droite:

Je protesterais volontiers contre les massacres de Malaga, qui paraissent, hélas! plus que vraisemblables. Mais en mon nom. Les gens de gauche ne me paraissent pas plus qualifiés que les gens de droite pour prendre la défense des malheureux. Tout ce qui se passe est hideux...

Mettez-vous bien dans la tête que rien n'est sûr en Espagne. J'y vois se développer chaque jour une crise pathologique effrayante dont les événements ne donnent qu'une idée bien faible. C'est dans les consciences qu'il faut en vérifier l'horreur... Pensez que je travaille comme d'habitude – huit heures de café-bureau par jour. Je fais ce que je peux, vous voyez. (1971, n.º 457, p. 178).

Cette situation permet d'associer le nom de l'écrivain au combat républicain et de susciter des jugements erronés. Par exemple, Muntaner (1997, p. 207) affirme que Bernanos a protesté publiquement contre les massacres de Malaga.

Indépendamment de l'objectif de Bernanos, *Les Grands Cimetières sous la lune* seront considérés comme une preuve de son changement de camp, suivant les mots de Daudin (1998, p. 34), de son changement de bord. Winock (1997, p. 304) explique que cet ouvrage est, classé à 'gauche' et que son contenu «donne à penser à certains que Bernanos est devenu un homme de gauche, tant y pleuvent les flèches contre la droite, les catholiques tièdes, les fascistes...». Cette accusation fonctionne pour ceux, spécialement à droite, qui n'ont pas compris que la révolte de Bernanos se liait à l'épuration franquiste et que Bernanos aurait la même attitude face à la terreur républicaine s'il l'avait vécue. Balthasar (1956, p. 163) décrit cette condition:

Si, au lieu d'être alors à Majorque, Bernanos s'était trouvé dans une région d'Espagne où sévissait la terreur «républicaine», il eût très certainement réagi contre cette terreur avec non moins de violence que devant la terreur franquiste, et la suite de son combat politique eût pu être différente: il eût peut-être reproché alors à la droite de ne pas dénoncer assez vigoureusement les crimes des Rouges...

De surcroît, Bernanos ne s'intéresse pas à la gauche et, comme il le souligne dans *Les Grands Cimetières sous la lune* (p. 427), il s'adresse aux hommes de droite. En effet, l'ouvrage est un pamphlet de combat contre la droite, adressé à la droite française. Néanmoins, le souci de critiquer la droite ne veut pas dire que l'écrivain défend le communisme, la gauche, la république, la démocratie ou la démocratie-chrétienne; d'ailleurs, il ne se considère ni républicain ni démocrate. Pour lui, la démocratie ouvre la porte à la dictature. En ce qui concerne la démocratie-chrétienne, les affinités sont limitées, par exemple, en ce qui concerne l'utilisation de la religion à des fins politiques et la question de la liberté individuelle prônée aussi par Maritain et Mauriac. L'expression «démocratie-chrétienne» lui paraissait donner peu d'importance à la chrétienté, comme si le premier mot cachait le second comme une chose honteuse (Lapaque, 1998, p. 80).

Sa critique dans *Les Grands Cimetières sous la lune* s'étend aussi à la croisade réalisée sous de faux prétextes. L'écrivain présente son refus progressif de la répression qu'il avait d'abord acceptée. Picon (1997, p. 131) avance même l'idée que le témoin Bernanos se sent plus près du communisme espagnol mourant le blasphème à la bouche que du prêtre qui bénit le fusilleur. Car Bernanos sait que le plus important pour le véritable chrétien c'est de maintenir l'esprit chrétien.

Le pamphlet est, en résumé, une alerte aux Français, aux élites et aux catholiques, contre un danger qui se préfigure: la fascisation. Ce thème l'inquiète parce qu'il sent que le totalitarisme fasciste avance en Europe et dans les cœurs catholiques.

La politique intéresse l'écrivain dans la mesure où elle doit respecter les valeurs fondamentales de la vie humaine telles que la justice et la liberté. Sa lutte s'est incontestablement située dans la constante réaffirmation de ses principes et la négation des accusations de tous les «imbéciles». C'est lui-même qui tient à préciser qu'il ne s'est pas converti à la cause du libéralisme et de la démocratie et qu'il reste royaliste et homme de droite (Field, p. 174). Les imbéciles l'accusent cependant de revirements politiques (Gaucher, 1994) quand Bernanos dénonce des injustices ou des impostures au-delà d'un parti, d'un

clan ou d'une classe avec un regard chrétien, en appelant aux valeurs d'honneur (l'honneur est un concept lié à la religion et à la patrie. L'honneur français est, avant tout, l'honneur chrétien) et de vérité. Cette attitude est un devoir de l'homme libre qui doit présenter la vérité, indépendamment des conséquences.

Les critiques qui parlent de continuités ou de ruptures se questionnent sur une discontinuité de la pensée de Bernanos au niveau de la politique moderne. Certains ont réussi à voir et à découvrir son unité, notamment Albouy (1980), qui a voulu présenter la continuité d'une pensée et d'une vie chez Bernanos. Cette continuité a ses racines dans la foi de l'écrivain et c'est à partir de celle-ci qu'il trouve ses adversaires. Si, apparemment, tout le destinait à être un écrivain d'extrême-droite, il n'a jamais cédé aux rumeurs du temps et son esprit indépendant l'a mené à refuser toute forme de compromission intellectuelle.

En somme, ce qui relève de l'analyse du parcours de Bernanos s'oriente, d'après les mots de Kohlhauer (1988, p. 109), vers une réflexion éventuellement qualifiée de métapolitique, car elle repense la politique, en l'ouvrant à l'éthique et aux religieux et en adoptant le point de vue – utopique – de l'humain.

Tandis que certains intellectuels sont restés fidèles à des idéologies de gauche ou de droite, au communisme ou au fascisme, la pensée de Bernanos ne s'est jamais arrêtée, toujours en évolution jusqu'à sa mort. Ses écrits de combat ultérieurs continuent de rappeler ce qui s'est passé en Espagne ainsi que la situation du pays sous la dictature de Franco. *Scandale de la vérité*, *Nous Autres Français*, *Français si vous saviez...*, *Le Chemin de la croix-des-âmes*, *Liberté pour quoi faire?*, *Le Lendemain c'est vous!* sont autant d'écrits où les principes de Bernanos se répètent. Indépendamment des événements, le solitaire Bernanos s'engage dans le principe de la vérité pour que l'homme se réveille et réfléchisse sur sa condition dans le monde moderne.

L'engagement de Bernanos, face à la guerre civile d'Espagne, trouve, aujourd'hui, toute son actualité tout en étant une leçon pour les esprits de notre temps. En réalité, la guerre d'Espagne se répète dans les guerres actuelles de même que la propagande et les valeurs manichéennes. Les réactions de cet intellectuel prouvent que la pression de la société, de la politique et de la religion ne fonctionne pas pleinement sur des individus qui considèrent leur fidélité à un Dieu, libre des conditionnements temporels des hommes. En somme, le raisonnement de Georges Bernanos est un appel à la société afin qu'elle rejette l'imposition de toute valeur sans avoir, auparavant, procédé à un exercice de discernement et de critique. Son engagement est une matière à réflexion, fondamentale et actuelle, dans un temps où de nouveaux totalitarismes prennent forme.

Références

- ALBOUY, S. (1980). *Bernanos et la Politique*. Toulouse: Éd. Privat.
- BALTHASAR, H. U. Von (1956). *Le Chrétien Bernanos*. Trad. de Maurice de Gandillac. Paris: Éd. du Seuil.
- BAROU, J.-P. (2015). *La guerre d'Espagne ne fait que commencer*. Paris: Éditions du Seuil.
- BAYLE, J.-L. L. (del) (1999). *L'Illusion Politique du XXe Siècle – Des Écrivains Témoins de leur Temps – J. Romain, Drieu La Rochelle, Aragon, Camus, Bernanos, Malraux*. Coll. «Analyse politique». Paris: Economica.
- BERNANOS, G. (1971). *Correspondance Inédite – Tome II. 1934 – 1948 Combat pour la Liberté*. Recueillie par A. Béguin, choisie et présentée par Sœur J. Murray, O.P. Paris: Librairie Plon.
- (1971a). *Les Grands Cimetières sous la lune*. In Estève / M. Bridel, Y. (dir.), *Essais et Ecrits de Combat I*. Textes présentés et annotés par J. Chabot et J. Jurt. Bibliothèque de La Pléiade. Paris: Éd. Gallimard.
- (1969). Notice Autobiographique. *Le lendemain c'est vous!*. Paris: Librairie Plon.
- DAUDIN, C. (1998). *Georges Bernanos – Une Parole Libre*. Paris: Desclée de Brouwer.
- FIELD, F. (1975). *Three French Writers and the Great War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GAUCHER, G. (1994). *Georges Bernanos ou l'Invincible Espérance*. [Plon, 1962]. Paris: Éd. du Cerf.
- GUILLEMIN, H. (1976). *Sur Bernanos*. Paris: Éd. Gallimard.
- KOHLHAUER, M. (1988). «À propos d'une rupture célèbre: Bernanos et Maurras, ou l'impasse du discours politique». In Gilles, P. / Milner, M. (coord.), *Bernanos: Continuités et Ruptures – Actes du colloque International organisé par le Groupe d'Informations et de Recherches sur Bernanos*, pp. 101-111. Nancy: P.U.N.
- LAPAQUE, S. (1998). *Bernanos Encore une Fois*. Lyon: Les Provinciales (L'Age d'Homme).
- MUÑOZ, M. B. (1972). *La Guerre Civile Espagnole et la Littérature Française*. Etudes de Littérature Etrangère et Comparée. Québec: Didier.
- MUNTANER, J. M. (1997). *Guerra Civil i Repressió a Mallorca*. Barcelone: Publicacions de l'Abadia de Montserrat.
- MURON, L. (1996). *Bernanos*. Paris: Éd. Flammarion.

- PICON, G. (1997). *Bernanos. L'Impatiente Joie*. [Éd. Robert Marin, 1948]. Paris: Hachette.
- VILAR, P. (1997). *La Guerre d'Espagne. (1936-1939)*. [1986]. Paris: P.U.F. (Coll. «Que Sais-je?»).
- WINOCK, M. (1997). *Le Siècle des Intellectuels*. Paris: Éd. du Seuil.

TITRE: Georges Bernanos: Continuité ou Rupture?

RÉSUMÉ: Le *pronunciamiento*, en juillet 1936, a divisé l'Espagne et le monde en se révélant un conflit de totalitarismes, imprégné par l'esprit de croisade avec lequel Franco a voulu entamer un combat contre les républicains. Divers aspects transversaux transcendent une lutte politique entre le *Frente Popular* et le *Frente Nacional*. En effet, plus qu'une guerre, l'Espagne vit *plusieurs* guerres, devenant ainsi le centre de débats politiques, idéologiques et religieux au sein de l'*intelligentsia* mondiale, assumés dans des proclamations littéraires et menées jusqu'à l'engagement armé. Les intellectuels français se sentent concernés et deviennent des protagonistes d'une étape précieuse de l'histoire. Pour les intellectuels catholiques, le choix semble évident, étant donné la question religieuse de la guerre, cependant, Georges Bernanos – un intellectuel catholique français, situé politiquement à droite – a suivi un parcours surprenant dont, au départ, rien ne laissait deviner l'originalité. Bien que cet écrivain ait approuvé publiquement le *pronunciamiento*, il est devenu antifranquiste et a dénoncé la croisade de Franco. Les prises de position de Bernanos ont contrarié l'acceptation doctrinaire de ses contemporains et ses réactions seront critiquées par la plupart des penseurs et des publicistes de l'époque.

TITLE: Georges Bernanos: Continuity or Rupture?

ABSTRACT: The *pronunciamiento*, in July of 1936, divided Spain and the world at large. Moreover, it underscored how this conflict of totalitarianisms was imbued with the spirit of a crusade and the ways in which Franco wanted to launch a war against the Republicans. Various cross-cutting issues, however, transcend[ed] such a political struggle between the *Frente Popular* and the *Frente Nacional*. Indeed, more than a war, Spain witnessed several wars, thus becoming the center of political, ideological and religious debates among the *intelligentsia circles* around the world, substantiated by literary proclamations and carried out upon engaging in *de facto* warfare. Concerned with such a reality, French intellectuals became protagonists during this poignant moment in History. For the Catholic intellectuals, the choice was quite obvious, given the underlying religious nature of the war. Georges Bernanos, however, a French Catholic intellectual and right-wing politician, embarked on a surprising course which, initially, provided no hint of its originality. Although this writer publicly approved the *pronunciamiento*, through time, he no longer endorsed Franco's views and eventually denounced Franco's crusade. Bernanos' unexpected choices, thus, clashed with the doctrinal beliefs of his contemporaries and his reactions would be highly criticized by most thinkers and critics of the time.

Terra de Ninguém. A Guerra Civil de Espanha visitada e revisitada por escritores portugueses

The Spanish Civil War visited and revisited by portuguese writers

ANTÓNIO APOLINÁRIO LOURENÇO*

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Civil, Literatura Portuguesa, Miguel Torga, Manuel de Seabra.

KEYWORDS: Civil War, Portuguese Literature, Miguel Torga, Manuel de Seabra.

1. Os poetas portugueses e a Guerra Civil de Espanha

Um acontecimento político e militar como a Guerra Civil Espanhola teve, como não poderia deixar de ser, importantes repercussões na sociedade portuguesa, que, no entanto, não pôde acompanhar de forma imparcial através da comunicação social o desenrolar dos acontecimentos. Em 1936, ano do início da guerra, a popularidade de Salazar atingia o auge e um forte aparelho censório controlava a imprensa e toda a atividade editorial. A Emissora Nacional, cujas emissões experimentais tiveram início em abril de 1934, funcionava como órgão de propaganda radiofónico do governo ditatorial, apoiando politicamente os militares rebeldes antirrepublicanos.

Na antologia organizada por Joaquim Namorado e intitulada *A Guerra Civil de Espanha na Poesia Portuguesa* (1987), os escassos poemas efetivamente redigidos e publicados durante o conflito ou nos anos mais próximos atestam a dificuldade em escrever com liberdade sobre a tragédia que se abatia sobre o povo espanhol, que se juntava à impotência de nada poder fazer para alterar o curso dos acontecimentos. Veja-se o caso de uma das *Heroicas* de José Gomes Ferreira, composta durante o conflito, e que viria a integrar o seu livro *Poesia I*, publicado, em 1948, na coleção coimbrã «Sob o Signo do Galo»:

* Universidade de Coimbra. Membro do Centro de Literatura Portuguesa (CLP) da mesma Universidade.

A alma arde-me o corpo. Posso lá dormir! Levanto-me.
 Outro cigarro. Abro a janela. Pasma...
 Oh! que luar suspenso! Oh! que mulher sem corpo! Oh! tanta alma inútil!
 E eu para aqui sozinho com um fantasma a bradar-me nos olhos:
 Irmãos! Irmãos que combateis contra todos os Destinos Mutilados
 nas árvores, nas ruas, nas esquinas,
 nas teias de aranha, nos esgotos,
 nas covas, nas trincheiras, no outro mundo,
 nos patíbulos, na lua, nas estrelas!
 Irmãos! eis o que eu posso dar à vossa luta:
 um cinzeiro com dez pontas de cigarros
 e uma noite de insónia insubmissa...

(In Namorado, 1987, p. 108).

Em 1948, já se concluíra também o ciclo da Segunda Guerra Mundial com a derrota do nazi-fascismo europeu, mas continuava a ser impossível publicar em Portugal críticas tão diretas ao regime franquista como aquelas que se registam no Brasil, em poemas dados à estampa nesse mesmo ano, da autoria de Carlos Drummond de Andrade («Notícias de Espanha», em *Poesia até Agora*) ou de Manuel Bandeira («No vosso e em meu coração», em *Belo Belo*), ainda mais contundente que o seu colega mineiro:

Espanha no coração:
 No coração de Neruda,
 No vosso e em meu coração.
 Espanha da liberdade,
 Não a Espanha da opressão.
 Espanha republicana:
 A Espanha de Franco, não!

(Bandeira, 1986, p. 173).

A antologia de Joaquim Namorado é, evidentemente, uma recolha muito distanciada dos acontecimentos que a inspiraram. Inclui poesias de 19 autores, e alguns dos poemas que comportam referências políticas perfeitamente identificáveis, como acontece com os de Reinaldo Ferreira («A que morreu às portas de Madrid») e Carlos de Oliveira («Descrição da Guerra em Guernica»), foram publicados muitos anos depois do final da guerra. Percebe-se, quer pelos

poemas que são dedicados a Federico García Lorca, quer pelos vários «romances» que integram a antologia, que o poeta granadino – junto com Euskadi (ou simplesmente Guernica) o protagonista principal da antologia – era sobretudo conhecido como autor do *Cancionero Gitano*. As aspas que coloquei na palavra *romance* significam que, salvo o «Romance de Granada» de David Mourão-Ferreira, aqueles poemas, de métrica e rima variáveis, não são tecnicamente romances.

De todos os poetas antologados por Joaquim Namorado há um que merece, sem sombra de dúvida, um especial destaque. Trata-se de Miguel Torga, que, para além de comungar das apreensões de todos os democratas portugueses, viajou pela Espanha nacionalista enquanto decorria a Guerra Civil e esteve relativamente próximo da frente de combate. Joaquim Namorado incluiu três poemas de Torga na sua antologia: «Unamuno», «Federico Garcia Lorca», e «Não passarão». Os dois primeiros tinham integrado a coletânea intitulada *Alguns Poemas Ibéricos* (1952), enquanto o segundo, com uma mensagem política muito mais óbvia, engrossara a edição dos *Poemas Ibéricos* de 1965.¹

2. *A Criação do Mundo*

A coragem manifestada por Miguel Torga ao partilhar as reflexões sobre os protagonistas do conflito, sobretudo no III volume de *A Criação do Mundo – o Quarto Dia*, valeu-lhe não apenas a apreensão do livro pela censura salazarista, mas também a prisão. Como se sabe, *A Criação do Mundo* é uma autobiografia romanceada de feição peculiar. O narrador não se identifica formalmente com o autor, mas os acontecimentos narrados têm um evidente paralelismo com os factos reais da vida de Miguel Torga, ou, mais rigorosamente, de Adolfo Correia da Rocha, o verdadeiro nome do escritor. Tal como o autor

¹ No livro intitulado *Alguns Poemas Ibéricos*, apenas o poema «Pesadelo de D. Quixote» continha alusões óbvias à Guerra Civil de Espanha: «A nossa Dama, Sancho! A nossa Dama! / Pois quem é que me chama e que te chama? / Castela, dizes tu?! Dizes Castela?! / Acorda, Sancho! A Dulcinea é ela!... // Pois de quem hão de ser estes gemidos?! / Pois de quem hão de ser?!... / Só dela, Sancho, que nos meus ouvidos / Anda o meu coração a padecer...». Em 1965, da adição de onze novos poemas a essa primeira recolha resultou o volume intitulado *Poemas Ibéricos*. Uma subtil alteração operada num dos versos de «Pesadelo de D. Quixote» entendia a toda a Península Ibérica a denúncia do sofrimento provocado pelas ditaduras: «Sancho: ouço uma voz etérea / Que nos chama... / Ibéria, dizes tu?!... Disseste Ibéria?! / Acorda, Sancho, é ela a nossa dama!». Os poemas são, por outro lado, agrupados em secções, na última das quais, «Pesadelo», se associarão a «Pesadelo de D. Quixote» duas novas poesias: «Não passarão» e «Exortação a Sancho».

empírico, o narrador-protagonista é um jovem médico de origem rural, com aspirações a escritor, cujos estudos são suportados por um tio emigrado no Brasil e que procura – no final dos anos 30 do século XX – uma estabilidade profissional que lhe permita, simultaneamente, usufruir de independência económica e dispor de tempo para construir uma obra literária socialmente reconhecida. O destino final da viagem de Adolfo Rocha que motivou as passagens dedicadas à Guerra Civil espanhola era a Itália, passando também pela França, pela Suíça e pela Bélgica, mas para aí chegar era necessário atravessar todo o Norte de Espanha, já completamente controlado pelas forças franquistas. Em artigo recentemente publicado na revista *Veredas*, de Santiago de Compostela, Maria Manuela Delille identifica os participantes e os objetivos reais da viagem, que terá decorrido em Dezembro de 1937 e Janeiro de 1938.

À publicação do livro, em abril de 1939, seguir-se-ia a sua apreensão, em 30 de novembro de 1939, a consequente detenção do poeta pela PSP em Leiria, a passagem pela sede da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e a prisão no Aljube até 2 de fevereiro de 1940 (cf. Delille, 2016, p. 62). Os preparativos da viagem e o seu troço português (de Coimbra à fronteira de Vilar Formoso) já surgiam, no entanto, no segundo volume da obra (*O 3.º Dia da Criação do Mundo*) e, com referências tão explícitas que aí eram feitas ao marxismo (cf. Torga, 1938, 86) e ao bolchevismo (cf. Torga, 1938, p. 70),² conjugadas com a denúncia de que a obtenção de um lugar de médico municipal dependia de uma «assinatura de adesão» (à União Nacional, depreende-se) (cf. Torga, 1938, pp. 104-105), pode mesmo estranhar-se que detenção do escritor não tenha ocorrido mais cedo.

Manuela Delille chama a atenção para as profundas alterações introduzidas no texto na edição de 1971, materializadas desde logo no aumento do número de páginas, particularmente visíveis nas referências à passagem por Espanha, que passam das nove páginas de 1939 para as vinte e seis da segunda edição (Delille, 2016, p. 62):

Esse alargamento implica uma estruturação mais elaborada: não só a inserção, a nível da diegese, de novas etapas e novas figuras (também a supressão de algumas),

² Quando, concluído o curso de Medicina e tendo perdido qualquer fé religiosa, o narrador regressa à sua terra natal, Agarez, onde chega a exercer uma incipiente atividade clínica, o povo considera-o um bolchevista e até o seu pai começa a defender um «socialismo especial»: «De comer para todos, em princípio. Depois... Lá isso a Barrosa tinha-lhe custado o suor do rosto. A Barrosa e a Cortinha da Fonte! Que o esgaravatassem. Mas pão para todos» (Torga, 1938, 70).

mas, por sua vez, a nível do discurso, o aditamento de vários trechos em diálogo, ou de novos passos em que o narrador/protagonista, ora em monólogo interior, ora em comentários de carácter digressivo, se autointerroga e/ou reflete sobre os eventos/lugares presenciados ou rememorados e sobre o próprio ato da escrita. (Delille, 2016, p. 62-63)

É claro que a passagem dos anos (são mais de vinte os que medeiam entre as duas edições) – afetando tanto a História da Europa como a história pessoal do autor – não é alheia às modificações introduzidas:

Se na edição de 1939, perante a propaganda franquista e a destruição física e moral presenciada em Espanha, alternam na voz do sujeito autobiográfico a indignação com a raiva e o desespero (notem-se as constantes exclamações, interpelações, perguntas retóricas, repetições, reticências, uso abundante de adjetivos e advérbios), no texto da segunda não só se atenua – na procura de um estilo mais sóbrio e objetivo – o discurso veemente, enfático, por vezes até algo patético ou melodramático, da versão anterior, mas também se instaura, pelas repetidas inserções de passos reflexivos ou comentadores, um tom mais sereno e distanciado. (Delille, 2016, p. 63).

Mas não é só o distanciamento temporal que explica a maior sobriedade e refinamento estético da versão refundida. Biograficamente, o protagonista não é também precisamente o mesmo «revolucionário» ingénuo da primeira edição. Nas edições de 1971 e posteriores, é acrescentada à experiência literária do narrador a colaboração numa revista literária, *Vanguardia* (transposição ficcional da *Presença*), de que a personagem se afastaria por motivos ideológicos (não aceita o excessivo esteticismo da publicação), e a direção de uma outra revista, de curta duração, *Trajecto*, reproduzindo ficcionalmente a experiência editorial de Torga como diretor do *Manifesto* (codirigido por Albano Nogueira).

Logo na travessia da fronteira, o narrador e os seus companheiros de viagem depararam com um cartaz de propaganda política nas paredes da alfândega, onde se registava, em letras garrafais:

FRANCO!
Mar Nacional
de todos los ríos espirituales
de España!

(Torga, 2016, p. 253).³

³ Respeito a pontuação da obra, que não corresponde à norma espanhola.

Com ideias muito claras sobre os malefícios do fascismo e do nazismo, antes mesmo do início das suas ações mais tenebrosas, o poeta recusa-se a corresponder à saudação fascista com que o brindam os funcionários aduaneiros: «Não. Ao menos eu seria um protesto. A mãe Ibéria cortar-me-ia o braço se, em resposta à provocação arrogante dos funcionários, o erguesse também para saudar um tirano.» (Torga, 2016, p. 253).

Como refere Manuela Delille, embora a passagem por Espanha seja relatada, na edição de 1939, num ritmo narrativo bastante acelerado, a crítica da rebelião militar reacionária nacionalista não era menos contundente e inequívoca:

E foi para ler isto que eu vim! Foi para ler isto que estive dois dias na fronteira à espera! [...] Para isto e talvez para muito mais... Menos para levantar o braço em saudação romana a este gordo D. Ramón. Não! Os companheiros que saúdem e, depois, na solidão impressionante de Castela, se desdigam. Que levantem timidamente o braço e digam a seguir, baixinho, uma das sonoras asneiras nacionais. Por mim não tenho forças para tanto. [...] As mãos ficam-me no bolso, regeladas. Clamem os companheiros contra a minha obstinação. Para mim não se trata de salvar a viagem, não se trata de não arranjar complicações. Trata-se de não saudar este mar negro dos rios negros de Espanha. (Torga, 1939, p. 9-10).

Como já referi, embora a viagem em território espanhol seja relatada integralmente no 4.º dia, a parte da viagem que decorre em território nacional, era descrita no volume anterior. Na versão definitiva, os viajantes detêm-se em Vilar Formoso para uma última refeição, e, perante o aviso da empregada espanhola que os serve num café local – «Hoy no pasarán. Han cerrado la frontera» (Torga, 2016, p. 249) –, o narrador não resiste a dar expressão à sua simpatia pela facção republicana, «*No pasarán!*... Na boca da Pepita, uma trivial indicação de trânsito; na boca de milhares de combatentes, o grito simbólico duma causa» (Torga, 2016, p. 249). Intriga-o também a dificuldade em entender, fora do espaço formal da fronteira, por onde passa a delimitação precisa entre os dois estados peninsulares, pelo que se atreve a perguntar, a um contrabandista que se sentou a seu lado, qual a *nacionalidade* de um *pinheirito* que se divisava a alguma distância. A resposta do interlocutor, também ele de nacionalidade indefinida, introduz-nos de forma muito concreta no tema deste artigo: «Pues, hombre, a nenhuma. Lá és Terra de Ninguém» (Torga, 2016, p. 249). Na versão de 1938 do *Terceiro Dia da Criação do Mundo*, a expressão exortativa «no pasarán» – popularizada pela dirigente comunista Dolores Ibárruri (*La Pasionaria*) –, que o narrador repete e destaca, colocando-a em

itálico, é pronunciada pela empregada de uma pensão de Vilar Formoso em que os viajantes pernoitam antes de desafiarem o desconhecido. A censura não deverá ter reparado no nome desta criada espanhola: Dolores. Nessa edição, que não contemplava a presença do contrabandista, o narrador atribui a autoria da expressão «Terra de Ninguém», para definir a entidade proprietária do terreno onde crescia um pinheirito bravo, a um guarda fronteiriço (cf. Torga, 1938, p. 141).

É claro que a passagem por Espanha, sempre a razoável distância da frente de combate, decorre no menor tempo possível, apenas com as paragens necessárias para o descanso dos viajantes e conversas limitadas a pedidos de orientação rodoviária. A presença ostensiva da *guardia civil* e dos militares – «soldados sujos e tenebrosos, de arma na mão, vigilantes» (Torga, 1939, p. 13), em cada cidade atravessada, lembra aos viajantes a violenta contenda que se trava mais a sul. Assim sendo, a denúncia das atrocidades praticadas pelos militares nacionalistas é sobretudo transmitida nos comentários, reflexões e atitudes do narrador, que, na edição refundida, chegam a perturbar a relação do protagonista com os restantes companheiros de viagem. O aumento do número de páginas e até o abrandamento da censura depois da morte de Salazar permitem desenvolver alguns episódios da viagem e explicitar de forma mais contundente a brutalidade da contenda:

Como poderia eu conceber antecipadamente, apesar dos jornais e da rádio, o mundo apocalíptico que, do alto da torre de menagem, Hernando, o moço das malas [da pousada de Ciudad Rodrigo], me descrevia? Com voz apagada – de medo ou de pudor? –, parecia a própria Espanha a despejar a alma no ralo dum confessionário – o rol dos pecados transformado num rosário de horrores. Combates ferozes, fuzilamentos em massa, violações, incêndios, massacres – um pesadelo de ódios e vinganças. Até que o espectro do irmão, caído na frente de Madrid, a enfrentar os esquadrões italianos, lhe selou a boca. (Torga, 2016, p. 259).

Não foram, porém, exclusivamente as páginas dedicadas à travessia da Espanha as únicas que provocaram a drástica atuação policial. O tom discursivo recriminatório dos regimes totalitários, por vezes mais explícito do que a prudência aconselharia, mantém-se na passagem do narrador e dos seus companheiros de viagem pela Itália fascista e pela democrática França. Em Paris, o narrador, que tem nome na primeira edição (Mário de Araújo), reencontra um companheiro de Coimbra, que o leva até à redação de um jornal produzido

por um pequeno grupo de exilados políticos portugueses, *Combate*, não resistindo a transcrever destacadamente, em *bold* e letra de tamanho maior, as «velhas máximas» revolucionárias que ornamentam as paredes da redação:

Proletários de todo o mundo, uni-vos
O proletariado luta pela emancipação de toda a humanidade
Os proletários não têm mais que perder do que as suas cadeias
e têm um mundo a ganhar

(Torga, 1939, p. 45).⁴

3. *Terra de Ninguém*

A Guerra Civil espanhola está também presente em vários romances portugueses, como é o caso, para referir apenas alguns dos principais exemplos, de *Sinais de Fogo*, de Jorge de Sena, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, de José Saramago, ou *Trabalhos e Paixões de Benito Prada*, de Fernando Assis Pacheco. Centrar-me-ei, no entanto, em dois notáveis romances de Manuel de Seabra, um dos mais injustiçados escritores portugueses do século XX, pagando talvez tributo à sua longa ausência física do seu país natal. Ernesto Manuel de Seabra Ferreira Bértolo, de seu nome completo, nasceu em Lisboa em 7 de julho de 1932 e faleceu em Barcelona – cidade em se fixara, primeiro intermitentemente e depois de modo definitivo –, no dia 22 de maio de 2017. Jornalista, tradutor, dicionarista, para além de poeta e ficcionista, é bem possível que a sua devoção à obra alheia tenha prejudicado, pelo menos quantitativamente, a sua dedicação à produção original. Serviu-se indistintamente do português e do catalão como línguas de trabalho, mas dominava igualmente o esperanto, e traduziu, quer para português quer para catalão (sem esquecer as suas traduções para esperanto), obras escritas em idiomas tão díspares como o inglês, o francês, o castelhano,

⁴ Cito pela primeira edição, porque é aquela que está na origem da detenção e reclusão do escritor. Na edição mais recente, a visita à redação, com a reprodução dos mesmos *slogans*, é descrita nas páginas 310 e 311 (Torga, 2016). Significativamente, na 1.^a edição do livro, o narrador-protagonista é apresentado aos colaboradores da revista que se encontram na redação, nomeadamente a «camarada Elisa» e o «camarada Carlos Gouveia», como «o camarada Mário de Araújo, médico» (cf. Torga, 1939, p. 44), enquanto na edição refundida, face aos mesmos «camaradas», é apenas «o nosso doutor, que é também poeta» (Torga, 2016, p. 311).

o russo ou o chinês, contemplando autores como Mao Tse-Tung, Vladimir Maiakovski, Mikhail Bulgakov, Charles Bukowski, Frank Herbert ou Jack Kerouack, entre muitos outros. Como colorário da sua ação, autores catalães como Fèlix Cucurull, Pere Calders ou Salvador Espriu chegaram a adquirir alguma notoriedade em Portugal em meados do século XX, não obstante as perseguições a que o idioma em que escreviam estava sujeito na Espanha franquista.

Uma das obras portuguesas que traduziu para catalão foi *A Criação do Mundo*, de Miguel Torga.⁵ Da impressionante lista de traduções do autor, destacam-se igualmente os volumes antológicos de poesia e de contos catalães,⁶ publicados em Portugal, e de poesia e contos portugueses editados em catalão,⁷ a que se juntam as antologias dedicadas à literatura russa, norte-americana, britânica, chinesa, cubana, brasileira ou provençal.

Para além das obras puramente literárias, merecem destaque algumas publicações que realizou em colaboração com a sua mulher Vimala Devi, como o ensaio histórico-literário *A Literatura Indo-Portuguesa* (1971), ou os dicionários de *Portuguès-Català* e *Català-Portuguès*, publicados pela Enciclopèdia Catalana, respetivamente em 1985 e 1989.

Os seus trabalhos literários, de divulgação cultural e de tradução valeram-lhe, entre outras distinções, o Prémio de Tradução Calouste Gulbenkian e o Prémio Máximo Gorki, atribuído pela União de Escritores da URSS. Em 2001, o governo catalão distinguiu-o com a mais importante condecoração do território: a Creu de Sant Jordi.⁸

O romance *Terra de Ninguém* foi publicado em 1959 e reeditado em 1972. É uma obra de uma grande modernidade, reveladora de um apurado conhecimento das mais recentes experiências estéticas europeias, coisa pouco comum entre os cultores da narrativa portuguesa dessa época. O essencial da história centra-se num vale, próximo de Valência, onde um grupo de soldados republicanos ali acantonados esperam e desesperam para serem enviados para a frente de combate.

⁵ *La Creació del Món*. Barcelona: Proa, 1989 (com Vimala Devi).

⁶ *Os Melhores Contos Catalães* (1954, em colaboração com Antoni Ribera) e *Antologia da Novíssima Poesia Catalã* (1974).

⁷ *Antologia de Contes Portuguesos* (1959) e *Poetas Portuguesos d'Ara* (1961), ambos em colaboração com Fèlix Cucurull.

⁸ A lista das suas obras originais e traduções, atualizada a 1996, pode ser encontrada no número de homenagem que lhe foi dedicado pelos *Cuadernos de Cultura e Estudio* (n.º 8, fevereiro de 1998).

O narrador é o alferes Manolo Riera, natural de Barcelona, que arrisca a vida diariamente, não em luta com o inimigo, mas por causa das suas fugas diárias do local de concentração militar para visitar, em Valência, uma jovem que tinha conhecido enquanto aí estivera destacado: Maruja, natural de Burgos, surpreendida na capital levantina pelo início da guerra civil.

A postura ideológica de Manuel de Seabra, intransigente opositor do salazarismo, não se traduz em qualquer maniqueísmo ideológico e, por isso mesmo, a obra escapou incólume ao aparelho da censura. Nota-se um claro afastamento da poética do neorealismo e uma aproximação ao existencialismo, denunciada, desde logo, pela epígrafe que reproduz uma passagem de *Les Mains sales*, de Jean-Paul Sartre, não obstante a peça sartriana ideologicamente mais próxima de *Terra de Ninguém* ser a emblemática *Huis clos*. Como o inferno de Sartre (2000, p. 93) – «L'enfer c'est les Autres» – o vale valenciano é, em grande medida um espaço fechado onde um punhado de personagens está enclausurado e mantém um relacionamento difícil.

No grupo de personagens que rodeiam o narrador (são 150 os homens colocados no vale), destacam-se Pepet, Josep, Llovet e Juan, o único com experiência militar e já condecorado por atos de bravura na frente de Madrid. Nenhum deles revela uma particular motivação ideológica, para além da identificação matricial de quase todos com a cultura catalã, e cada um terá de confrontar-se com problemas pessoais que os afetarão.

É o caso do narrador, cujo pai falece durante a sua permanência em Valência, ou de Llovet, que recebe uma carta a informá-lo de que a sua irmã perdera uma das pernas num bombardeamento dos «nacionais». Revelando, como já adiantei, um domínio notável das modernas técnicas romanescas, Seabra ponteia a sua narrativa em «tempo real» com evocações do passado do narrador, que nos conduzem à sua vida em Barcelona nos anos anteriores à Guerra Civil, mas também há no relato projeções de um futuro desconhecido da personagem Manolo Riera, mas já conhecido do mesmo Riera investido da qualidade de narrador, que conta a sua história a partir de um tempo de enunciação já distante da temporalidade do enunciado. Como é lógico, o momento da escrita é posterior ao da ação, sendo que, neste caso, também se ficcionaliza o tempo de enunciação, remetendo-o para um período posterior ao fim da Guerra.

A ação principal decorre na fase final da Guerra Civil, quando o desfecho da mesma já está decidido a favor das tropas franquistas, havendo referências ao desmantelamento das Brigadas Internacionais e às deserções em massa de soldados republicanos, que buscam a fronteira francesa. Um dos assuntos

reiterados nas conversas de Manolo com os seus companheiros é o que cada um pensa fazer depois da guerra, como se não houvesse uma luta para travar e a possibilidade de uma repressão sangrenta por parte dos vencedores.

Alheio à proximidade do fim do confronto bélico, a personagem-narrador continua a arriscar diariamente a vida, aproveitando a cadência das idas e das vindas, entre o vale e Valência, da ambulância conduzida pelo seu amigo Pablo, perfeitamente consciente de que, se for detetado, será acusado de desertor e enfrentará o pelotão de fuzilamento. Beneficia também da cumplicidade do seu amigo Juan, que goza de um ascendente sobre o capitão Losada (o comandante direto daquelas tropas) que os outros militares não conseguem compreender.

Só na parte final do romance os homens do vale serão finalmente enviados para a frente de batalha, designada por *Front*, em catalão, pelo narrador. Grande parte desses soldados serão abatidos nesses derradeiros confrontos, enquanto o narrador compreenderá, por fim, qual o laço que liga Juan e Losada. O capitão Losada era, afinal, o irmão mais novo de Juan, que se vê forçado a disparar sobre aquele, ferindo-o numa perna, para impedir que ele desertasse. Mas esse «pormenor» só é compreendido pelo narrador. Na verdade, o ato de Juan é mal interpretado pelo comando militar e é ele que é fuzilado como desertor.

Verdadeira crítica aos «nacionais» só se vislumbra no comportamento hipócrita do tenente que os comanda no último combate descrito. Terminado o confronto, o tenente sorri para os vencidos, dizendo-lhes que ninguém ganhou ou perdeu aquela guerra, que tinha apenas um vencedor: Espanha. Convida-os, seguidamente, a juntarem-se aos seus homens, que têm como objetivo a «libertação» de Valência. Aos outros, que não queiram segui-lo, ordena-lhes que deixem as armas e se dirijam para o norte. Também neste caso só o narrador compreenderá o alcance das palavras do comandante inimigo. No Norte, está o grosso das tropas franquistas, que irão prendê-los, enquanto as tropas do tenente não estão em condições de levar prisioneiros para o assalto a Valência.

O sentido alegórico da expressão que dá título ao romance *Terra de Ninguém* é-nos transmitido no momento em que se narra o encontro do alferes Manolo Riera com um soldado do exército franquista, Ramón,⁹ num lugar situado entre as duas frentes:

⁹ Ramón, circunstancialmente soldado dos «nacionais», era primo de um soldado republicano que pertencia ao contingente que foi rendido pelo grupo a que pertencia o narrador. Foi esse soldado que informou o alferes Riera de que todas as tardes Ramón ultrapassava a linha das trincheiras e fornecia aos republicanos comida e tabaco (cf. Seabra, 1972, p. 122).

Tudo à volta estava tranquilo e, como no vale, eu sentia uma densa paz encher-me, obrigando-me a ficar ali. Já não pensava no Ramón, nem nas trincheiras, nem sequer no lugar onde me encontrava, entre dois exércitos em luta, em plena terra de ninguém. Como hoje. (Seabra, 1972, p. 133)

Como *hoje* remete, evidentemente, para o tempo da escrita, denunciando não se sabe bem se a condição da Espanha na época de Franco, ou se a condição humana em geral, porque o homem está – vaticina o narrador – condenado a viver num mundo adverso (repetindo Sartre: «L'enfer c'est les Autres»).

4. A guerra de cartão

O romance *Os Exércitos de Paluzie* foi publicado em 1982, tanto na sua versão catalã (considerada a original) como na versão portuguesa do Círculo de Leitores. Foi, de resto, retirado do concurso para atribuição do Prémio Literário Círculo de Leitores (que ganhara), por ter deixado de ser obra inédita como exigiam os regulamentos desse concurso.

Conta a história de várias gerações da família Roureda, uma família burguesa de Barcelona com veleidades aristocráticas. No centro da ação estão quatro gerações de Edmonds Roureda, o bisavô, o avô, o pai e, no fim da linha, o próprio narrador, que colecionava soldados de papelão produzidos por uma empresa que efetivamente existiu e que produzia cartões com soldados para recortar.

A história da família cruza-se, inevitavelmente, com a história da cidade, a partir de finais do século XIX, quando Edmond – filho, pai e avô de Edmond –, engenheiro fabril formado em Manchester, abandona, deserdado, a casa e a fábrica da família para casar, contrariando a vontade paterna, com uma jovem criada.

A Guerra Civil aparece no último terço do romance. As primeiras notícias sobre o conflito remetem para o fracasso do «alzamiento» em Barcelona. O narrador, criança ainda no momento da eclosão da guerra – e, portanto, um narrador de duvidosa fiabilidade –, relaciona metaforicamente o falhanço das tropas espanholistas (que enfrentam um meio hostil, dominado pelo sentimento catalanista) com as limitações da sua coleção de soldados de cartolina:

Naquele 19 de julho, [...] os meus efetivos eram muito limitados, como era limitada a minha imaginação. Nem sequer tinha um mapa decente de Barcelona,

de acordo com o qual pudesse desdobrar as colunas dos três López destroçadas pelas forças populares; as forças de Mejías de la Cuesta e de Santos Villalón que não chegaram a passar do Paralelo; os homens de Francisco Lacasa, que acabaram por refugiar-se no convento dos carmelitas da Diagonal; o regimento de artilharia de Legorburu, que não passou de Balmes-Diagonal; a artilharia de montanha que, ironia das ironias, saiu da Avenida de Icária, comandada por Unzúe, e mal se pôde mover. (Seabra, 1982, p. 132)

Edmond-narrador perdeu na guerra três dos seus tios varões (havia ainda três tias), mas já antes disso o bisavô Edmond, industrial têxtil, como vimos, e de relações cortadas com o seu filho Edmond (por não aceitar o casamento deste), fora assassinado com dois tiros de pistola, quando entrava para o seu automóvel, frente ao Gran Hotel Colón, onde participara numa reunião com clientes estrangeiros:

Era a época em que a gente do Sindicato Livre, sob a proteção Martínez Anido e do chefe da polícia, o coronel Arlegui, por um lado, e a gente do CNT por outro, se matavam pelas ruas. Era cabeça por cabeça, a tiro de pistola ou à bomba. O bisavô Edmond foi um de muitos, não há mérito ou demérito nenhum nisso. (Seabra, 1982, p. 91).¹⁰

Enquanto o narrador Edmond, naquela altura com apenas seis anos de idade, brincava às guerras com os seus soldados de cartão, o exército rebelde ia sendo varrido das ruas da capital da Catalunha pela resistência popular. Entretanto ia morrendo gente dos dois lados. No funeral do tio Avelí, morto em combate no Portal de l'Àngel logo no dia 19 de julho, enquanto a tia Montse gritava «Fascistas! Mataram-no!» (Seabra, 1982, p. 138), numa cova ao lado gritava-se em castelhano: «¡Separatistas! Asesinos» (Seabra, 1982, p. 138). Também o tio Aleix, que se incorporara voluntariamente no exército republicano, seria morto na frente de Aragão nos primeiros dias de luta (Seabra, 1982, p. 153). À terceira morte, está umbilicalmente ligado o próprio narrador que,

¹⁰ No esperpento *Luces de Bohemia*, de Valle-Inclán, publicado na revista *España* em 1920, quando o poeta cego e ostracizado Max Estrella é colocado na prisão por ter desrespeitado um capitão da polícia municipal de Madrid, encontra na mesma cela um anarquista catalão ao qual confia que deve a Barcelona os únicos prazeres a que ainda pode aspirar: «Todos os dias um patrão morto, algumas vezes, dois. Isso consola» (Valle-Inclán, 2012, p. 102). Tradução do autor do artigo.

inocentemente e a troco da promessa de oferta de novos soldados de cartão, afiançou a um dirigente da FAI (Federação Anarquista Ibérica) que o seu tio Aniol vivia em Madrid e era um espião dos fascistas.

Distanciando-se desses anos, o Edmond narrador confessa que não fazia a mínima ideia do que fazia em Madrid o seu tio, nem de quais eram os seus ideais políticos. Confessa também – não sabemos se hipocritamente – que sente alguma angústia por não saber se as notícias que, pouco depois, chegaram à família sobre a prisão, julgamento e execução de Aniol Roureda, por espionagem a favor dos nacionais, tinham algo que ver com a sua imprudente denúncia. Mas esta não foi a sua única *inocente* malfeitoria no período da Guerra Civil, já que o mesmo dirigente político, que descreve como um «senhor muito simpático», o persuadiu igualmente a incentivar duas professoras conservadoras e católicas, que estavam escondidas na casa dos seus pais, a apresentarem-se no edifício da escola, onde estava agora instalada uma secção da FAI. O jovem Edmond conseguiu mesmo convencê-las, garantindo-lhes que o senhor simpático lhe prometera que nada de mal lhes aconteceria.

Também neste caso o discurso é ambíguo, obrigando o leitor a optar entre aceitar a prevalência do registo da inocência infantil do protagonista ou do discurso cínico do narrador adulto:

Depois de uma longa conversa [com o ramo da família Roureda que as acolhera], as duas professoras decidiram-se. Despediram-se de nós com muitos beijos, padre-nossos e gratidão, dizendo que logo que pudessem abrir a escola nos avisariam. Nunca nos avisaram, não as voltámos a ver e a escola também não reabriu. Foram muito ingratas. (Seabra, 1982, p. 152)

Trata-se, como se vê, de um episódio equivalente ao da rendição dos soldados republicanos na Frente de Valência, que nos confirma que Manuel de Seabra não pretendeu em qualquer destes romances proceder a uma divisão moralista e maniqueísta entre bons e maus naquele conflito sangrento. O homem, como diria Ortega y Gasset, é também as suas circunstâncias.¹¹ Frase que provavelmente Jean-Paul Sarte corrigiria para «o homem é, sobretudo, as suas circunstâncias».

¹¹ «Yo soy yo y mi circunstancia, y si no la salvo a ella no me salvo yo. *Benefac loco illi quo natus es*, leemos en la Biblia. Y en la Escuela Platónica se nos da como empresa de toda cultura, ésta: ‘salvar las apariencias’, los fenómenos. Es decir, buscar el sentido de lo que nos rodea» (Ortega y Gasset, 1914, pp. 43-44).

Referências bibliográficas

- BANDEIRA, Manuel (1986). *Estrela da Vida Inteira (Poesias Reunidas e Poemas Traduzidos)*. 12.^a ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Cuadernos de Cultura e Estudio*, n.º 8, fevereiro de 1998. URL: <http://www.acec-web.org/PDF/CUAD/8.pdf>. (Consultado em 5-9-2017).
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia (2009). Memória, silêncios e ficção em *O Quarto Dia de A Criação do Mundo* e no *Diário I* de Miguel Torga. *Veredas*, Santiago de Compostela, n.º 11, p. 59-76. URL: <http://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/109>. (Consultado em 5-2-2018).
- NAMORADO, Joaquim (ed.) (1987). *A Guerra Civil de Espanha na Poesia Portuguesa (Antologia)*. Coimbra: Centelha.
- ORTEGA Y GASSET, José (1914). *Meditaciones del Quijote*. Madrid: Publicaciones de la Residencia de Estudiantes.
- SARTRE, Jean-Paul (2000). *Huis clos* suívi de *Les Mouches*. Paris: Gallimard [1945].
- SEABRA, Manuel de (1972). *Terra de Ninguém*. 2.^a ed., Lisboa: Futura.
- (1982). *Os Exércitos de Paluzie*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- TORGA, Miguel (1938). *A Criação do Mundo – O Terceiro Dia*. Coimbra: Edição do Autor.
- (1939). *A Criação do Mundo – O Quarto Dia*. Coimbra: Edição do Autor.
- (2016). *A Criação do Mundo*. 5.^a ed. conjunta, Lisboa: D. Quixote.
- VALLE-INCLÁN, Ramón del (2012). *Lucas de Bohemia*. 7.^a ed., Barcelona: Espasa.

TÍTULO: *Terra de Ninguém*. A Guerra Civil de Espanha visitada e revisitada por escritores portugueses

RESUMO: Um acontecimento trágico de projeção universal como a Guerra Civil de Espanha dificilmente poderia deixar de impressionar e motivar os escritores de um país vizinho e irmão, como é o caso de Portugal.

Miguel Torga, que cruzou o Norte de Espanha enquanto a guerra decorria um pouco mais a Sul, legou aos seus leitores, em 1939, o vigoroso retrato de uma terra brutalmente pacificada, mas ainda manchada pelo sangue das vítimas inocentes. A sua coragem levá-lo-ia às prisões do regime ditatorial português.

Num registo emocionalmente mais distanciado, também Manuel de Seabra, um escritor português radicado na Catalunha, revisitaria, em obras de 1959 e 1982, o sangrento conflito que dividiu e enludou os espanhóis.

TITLE: The Spanish Civil War visited and revisited by portuguese writers

ABSTRACT: A tragic event of universal impact such as the Spanish Civil War could hardly fail to impress and stimulate the writers of a neighboring and brother country as is the case of Portugal.

Miguel Torga, who trekked through Northern Spain as the war proceeded a little further South, bequeathed to his readers, in 1939, the vigorous portrait of a land brutally pacified but still stained

with the blood of innocent victims. His courage would throw him into prison, arrested by the Portuguese dictatorship police.

In an emotionally, more detached register, Manuel de Seabra, too, a Portuguese writer based in Catalonia, would revisit in novels published in 1959 and 1982, this bloody conflict that divided and left the Spanish people in mourning.

Marcas da Guerra Civil de Espanha na imprensa e na poesia portuguesas

Marks of the Spanish Civil War in the portuguese press and poetry

NUNO JÚDICE*

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Civil, Garcia Lorca, Imprensa, Poesia.

KEYWORDS: Civil War, Garcia Lorca, Press, Poetry.

Falar da guerra civil de Espanha é voltar a um recalcado da nossa História recente que só há poucos anos começou a ser revisitado a partir de alguns episódios que foram exceções quanto ao tratamento desumano dos refugiados republicanos, muitas vezes devolvidos aos seus perseguidores com o conhecimento do destino que iriam ter: fuzilados na sua maior parte. O caso mais relevante foi o do poeta Miguel Hernández que, depois de se ter refugiado em Portugal, foi entregue às autoridades franquistas, tendo sido poupado à morte por ordem de Franco, que não queria ver repetido o escândalo internacional provocado pela execução de Garcia Lorca, mas que iria morrer de tuberculose na prisão já depois de a guerra ter terminado.

Não será muito fácil, hoje, ter consciência de qual poderia ser a opinião dominante naquele tempo em Portugal acerca do que se passava em Espanha. Não havia o que hoje se chama opinião pública e a Imprensa estava submetida a uma censura prévia que impedia que uma opinião favorável aos republicanos se manifestasse. Apesar disso, a guerra ocupava largas páginas da nossa Imprensa, e o público leitor podia acompanhar o que se passava nas diversas frentes, transmitido por correspondentes que iam acompanhando os movimentos militares. Note-se, no entanto, que esses correspondentes estavam sobretudo do lado franquista, e embora alguns conseguissem fazer passar notícias dos massacres que se davam de um e outro lado dos campos, como foi o caso de Mário Neves com os bárbaros fuzilamentos de Badajoz, o que transparece do

* Universidade Nova de Lisboa (FCSH).

modo como se vai dando a evolução da imprensa é uma simpatia pelo lado franquista. Esta atitude era, naquele contexto de Ditadura, normal tanto do ponto de vista ideológico como devido à dificuldade em manifestar abertamente um apoio à causa republicana. Em grande parte, esse condicionamento da informação vinha do facto de esses correspondentes serem «manipulados» pelos insurrectos, dado que acompanhavam a acção a partir de Sevilha ou de locais já dominados por eles.

Seria necessário, como é óbvio, um extenso trabalho de leitura comparada dos jornais portugueses; o meu objectivo será apenas o de seguir o que se passou nos primeiros meses da guerra a partir da morte de Garcia Lorca, sobretudo no que ia saindo no *Diário de Lisboa*, jornal que, na altura, seria o mais «liberal», ou seja, ainda influenciado por uma Oposição que se limitava aos que pretendiam o regresso da República com partidos e eleições livres, muito embora, nesse ano de 1936, estivéssemos bem longe do tempo em que começou a haver uma Oposição organizada e, sobretudo, dirigida por um Partido Comunista forte, o que só irá suceder após o termo da Segunda Guerra Mundial.

Foi precisamente o *Diário de Lisboa* o jornal em que Mário Neves colaborava, tendo sido ele a publicar as reportagens da conquista de Badajoz pelo exército de Franco e consequente repressão. O que se verifica, desde os primeiros meses da guerra, é que a República não é olhada como causa susceptível de vencer, e isto apesar da resistência que as forças republicanas vão oferecendo às investidas franquistas. Logo na primeira grande ofensiva contra Madrid, a cidade é apresentada como podendo cair a qualquer momento, e também na descrição do cerco do Alcazar de Toledo há uma ostensiva animosidade contra os republicanos, sendo a sua derrota apresentada como algo de inevitável, e isto logo em 1936. Também a presença de portugueses no conflito é referida de uma forma desfavorável à República, dando-se destaque ao fuzilamento de portugueses em Madrid por parte dos republicanos, sem qualquer garantia de que esta informação estivesse correcta, tanto mais que não havia correspondentes do lado republicano.

Ao longo dos primeiros meses de notícias da guerra, o *Diário de Lisboa* não publica textos de opinião assinados por qualquer nome do mundo intelectual relativamente ao conflito, e são escassas ou nulas as referências ao que escritores ou intelectuais estrangeiros escrevem a favor ou contra Franco. E é sintomático, entrando no tema do assassinato de Federico Garcia Lorca, o que é referido acerca da sua morte. Fuzilado por ordem do general Queipo de Llano em agosto de 1936, junto a Granada onde procurara refúgio junto da família, só quase um mês depois, em 16 de setembro, a notícia é dada:

Confirma-se o fuzilamento do poeta Garcia Lorca

BARCELONA, 16 – Confirma-se que o poeta Frederico (sic) Garcia Lorca foi fuzilado no dia 16 de agosto. Devido a uma denúncia foi encontrado na residência dum comerciante, onde se tinha escondido. – (Havas)

E segue-se uma nota da redacção:

Frederico [sic] Garcia Lorca era actualmente o mais representativo dos poetas modernos. O seu «Romancero Gitano» somou o maior número de edições em obras poéticas, e «Cante Jondo» obteve igualmente um grande êxito de venda, e de crítica. No teatro também Garcia Lorca conseguiu triunfos magníficos, como o de «Yerma», peça representada por Margarita Xirgu no teatro Espanhol, e agora na América do Sul. Como o poeta Rafael Alberti, e o dramaturgo Alfredo Casona, autor de «Nuestra Natacha», e, ao que parece, também já fuzilado, Garcia Lorca enfileirava nas hostes esquerdistas, ainda que ultimamente se lhe notasse certa evolução, expressa na colaboração que passara a dar à revista «Cruz y Raya».

Para lá da confusão com o nome de Alejandro Casona, trocado por Alfredo, este não foi fuzilado, tendo sobrevivido à guerra; mas a referência errada ao seu fuzilamento vem dar um toque de banalidade ao que deveria ser uma notícia de relevância excepcional, como é a execução de um escritor com o relevo de Lorca, justamente referido na sumária nota biográfica; e também esse crime quase encontra uma atenuante quando se refere o seu «esquerdismo», embora a indicação de uma «certa evolução» possa transmitir a ideia de que estaria em vias de aderir à ideologia do franquismo, de que a revista *Cruz e Raya* seria uma manifestação quando, na realidade, esta revista, dirigida por José Bergamin, se orientava no sentido do catolicismo progressista, tendo terminado a sua publicação precisamente em 1936.

Talvez para contrapor a esta notícia tão negativa para o lado dos insurrectos, o *Diário de Lisboa* publica uma semana depois, em 23 de Setembro, o relato do «assassinio do glorioso dramaturgo espanhol Jacinto Benavente, pelos «vermelhos» que estão «senhores de Madrid». A neutralidade e a economia com que o fuzilamento de Lorca fora dado são aqui substituídas por uma soma de pormenores, para além de classificar como «vermelhos» os republicanos que, à luz da legalidade democrática, constituíam de facto o poder legítimo em Espanha. E prossegue o jornalista:

Como se trata duma figura de prestígio universal, com o prémio Nobel, o Governo de Madrid recebeu reclamações enérgicas de várias Academias

Internacionais pedindo que se fizesse um inquérito para apurar a verdade. Ante isto, o Governo de Largo Caballero viu-se obrigado a publicar no jornal «Ahora» uma fantástica informação acerca da forma como morreu o famoso escritor, na qual parece que será apoiada a resposta oficial a dar às referidas Academias. Diz a citada informação que Benavente não foi assassinado e que encontrou a morte ao atravessar a rua na qual se estava travando violento combate entre marxistas e fascistas, sendo então atingido por vários tiros. «El Norte de Castilla», publicando este telegrama, diz que a versão não foi aceita por ninguém e produziu geral indignação em todos os centros culturais europeus, incluso nos franceses.

Só é verdade em tudo isto a «Fantástica informação» com que foi redigida a notícia, devida ao facto de Jacinto Benavente só ter morrido em 1954. No entanto, não houve qualquer desmentido do seu pretensoz fuzilamento pelos «vermelhos», tal como a morte de Lorca não suscitou mais nenhum comentário a partir da telegráfica informação publicada no dia 16. Inesperadamente para quem não tenha tido outra informação até ao dia da vitória de Franco, é publicada uma entrevista de Artur Portela com o dramaturgo, pretensamente fuzilado pela nossa imprensa, em Málaga, de onde os republicanos tinham acabado de retirar. Benavente, que fora simpatizante da União Soviética de 1933 até aos primeiros tempos da guerra, vem agora queixar-se de ter sido utilizado pelos republicanos. «Diziam-me favorável aos vermelhos», declara, e recrimina os que se serviram «abusivamente» do seu nome e do nome do poeta Antonio Machado, que morrera no exílio de Collioure, em França, no início de 1939, colocando as suas assinaturas numa declaração de protesto contra o bombardeamento de Almeria.

A entrada dos franquistas em Madrid é descrita, logo no dia 1 de abril de 1939, por Artur Portela e Rogério Pérez como uma festa:

Na «Plaza del Callao», o cinema «Palacio de la Musica», com decorações do português Almada Negreiros, tem a fachada destruída pela metralha. Surpreende não haver cartazes nem dísticos revolucionários. Parece ter havido a preocupação de limpar a cidade – antes da entrada das tropas de Franco. O teatro Garcia Llorca (sic) – com o nome dum poeta que a «Falange» reivindica como seu e que foi imolado em circunstâncias misteriosas, anuncia ainda o vaudeville «Pide por esa boca!». Hoje as mulheres são mais lindas! Há elegância, casacos de peles, e, sobretudo, lindas bocas pintadas e pálpebras azuladas.

As referidas «circunstâncias misteriosas» são, assim, uma forma de esconder a realidade do seu fuzilamento por um grupo de extremistas locais, com a

aprovação de Queipo de Llano, e a tentativa de apropriação do seu nome pelo novo poder falangista, embora não se saiba se esta não se deva sobretudo à enviesada interpretação do jornalista, mais do que à procura de desculpabilização por parte daqueles que o assassinaram.

Será, no entanto, no período posterior à Guerra Civil que encontramos um reflexo mais dramático na nossa classe literária da tragédia que representou essa morte do poeta. A publicação em 1946, na Coimbra Editora, de uma antologia feita e traduzida por Eugénio de Andrade, com um belo poema de Miguel Torga, em que o «pobre poeta da montanha», em preito a «García Lorca, irmão», vem «trazer torgas à rosa de Granada», com um prefácio de André Crabbée Rocha, representa uma significativa homenagem a Lorca, apesar das reservas que a prefaciadora coloca à plena maturação do génio lorquiano, tanto nos poemas mais modernistas, como o *Poeta em Nova Iorque*, como no teatro, exceptuando *Yerma*; mas saúda muito favoravelmente a inspiração andaluz e granadina de *Cante Jondo* e do *Romancero gitano*. E talvez se deva a esta antologia o lugar que Lorca passou a ter na nossa imprensa literária, de que destaco *O Mundo literário*, publicado a partir de 1946. Logo no n.º 2 (18 de maio de 1946), Jorge de Sena, em «Alguma poesia e outras considerações desagradáveis», refere o «garcialorquismo minhoto de Homem de Melo» (p. 6). Não é propriamente uma expressão positiva dado que, se o fosse, não estaria em consonância com o título, mas faz a constatação de que a poesia de Lorca já encontrara seguidores em Portugal, e tanto Pedro Homem de Mello como Eugénio de Andrade serão, talvez, os mais lorquianos pela música e pela solaridade das suas poéticas.

E é no número 14 de *O Mundo literário*, de 10 de agosto, que surge uma recensão à antologia de Lorca, feita por Joel Serrão. É uma crítica feita com profundidade e que, embora discordando de alguns aspectos da selecção de Eugénio de Andrade e de algumas opções de tradução que, para Serrão, desvirtuam o original, nos dá testemunho da importância que Lorca tinha no meio português:

A antologia não só vai ao encontro da sede legítima de Lorca, evidenciada pelos portugueses, que esgotam rapidamente todas as edições argentinas ou espanholas do admirável poeta do *Romancero Gitano*, de vez em quando aparecidas nas montras das livrarias, como revela, uma vez mais, o preito de admiração dos poetas portugueses pela obra poética daquele que caiu varado pelas balas no caminho de Cordoba [sic].

E cita os nomes de António de Navarro, Tomaz Kim, Joaquim Namorado, como alguns dos que «dedicaram à sua vida e à sua obra belos poemas». Também agradece a Andrée Crabbée Rocha o estudo que lhe dedica de onde, segundo esclarece, Lorca não sai diminuído, mas sim «...com a devida estatura, com a sua, e não com aquela que nós lhe emprestávamos, sem nenhum direito, sem nenhuma razão inteiramente plausível.» Isto é, o que Joel Serrão sugere é que Lorca era admirado já como figura mítica, devido ao seu estatuto de mártir do fascismo, sem que se atendesse ao chamado «valor» da sua poesia, que devia ser apreciado sobretudo ao nível literário, como Crabbée Rocha fizera no seu estudo.

Já muito mais tarde, no número de 1 de maio de 1948, Luiz Francisco Rebello, na secção de teatro, em artigo ilustrado pela fotografia de um quadro com o rosto de Lorca, destaca na temporada desse ano *A Casa de Bernarda Alba*, representada no Teatro Nacional D. Maria II. Chamando «genial» a essa peça, diz que «representa, sem dúvida, o mais arrebatador sopro de autêntica poesia dramática que, de há muito, atravessou os nossos palcos. Porque é autêntica poesia dramática aquela que o poeta vai beber na mais lídima de todas as fontes – o seu povo, com as suas dores e as suas alegrias. A «Casa de Bernarda Alba» foi, assim, o único elemento positivo que a presente temporada nos ofereceu – o único sinal do caminho a seguir pelo teatro de amanhã.»

E depois de destacar, em nota, as qualidades reveladas no seu elenco por Maria Barroso, «uma das nossas mais jovens e talentosas actrizes», lamenta o fracasso de público:

[...] o público burguês que acorre às conferências do sr. André Maurois – autorizado representante do espírito da civilização ocidental, ao que parece –, o público burguês que dispõe dos quarenta escudos necessários para, entre nós, se ir ao teatro, não podia aderir ao mundo levantado por Garcia Lorca a partir das dimensões concretas do povo anónimo que luta, trabalha, ama e sofre.

O que se depreende desta crítica de Luiz Francisco Rebello é a reivindicação do teatro popular de Lorca pelo neo-realismo que já ganhara o estatuto de movimento literário dominante desde a publicação dos dez livros do *Novo Cancioneiro*, entre 1941 e 1944, sendo um dos seus tópicos (quando a Censura permitia) a referência à guerra de Espanha e ao fuzilamento de Lorca, a que se juntou a denúncia do bombardeamento de Guernica para que o quadro de Picasso chamara a atenção universal. Lorca torna-se, portanto, um ícone do escritor que é vítima dos seus ideais. No livro de 1941 *Aviso à Navegação*,

da colecção *Novo Cancioneiro*, posteriormente integrado em *Incomodidade* (1945), Joaquim Namorado publica o *Romance de Federico* que, com a epígrafe de Antonio Machado «El crimen fué en Granada, en su Granada!», celebra a memória de Lorca:

Correi ventos de Espanha!
Chamai vozes de Espanha!
Mirad olhos de Espanha!
– Aonde está Federico?

Chorai corações de Espanha!»

– No acampamento cigano
uma virgem desmaiou:
romance de «pena negra»
a feiticeira agoirou.
Romance da «pena negra»,
romance da negra sorte,
com uma bala na fronte
e outra no coração
morto para sempre ficou...
(No veludo dos estojos,
as cordas das guitarras estalaram
com um ai grave e profundo...)
as mãos estendidas, sem raiva,
os olhos cheios de terra,
morto ficou.

Chorai corações de Espanha!...

Com os olhos cheios de terra,
sob o céu de *su* Granada,
morto ficou...

Cavalos negros da noite
encobriram as estrelas.
De Cadiz até Navarra,

De Badajoz ao Levante. (excerto)

De outra área estética, que encontraria nos *Cadernos de Poesia* de que Jorge de Sena foi uma das personalidades centrais, o seu porta-voz, Tomaz Kim, dedica a Lorca um outro poema notável, no livro *Os Quatro Cavaleiros* (1943). Em «Nocturno para o poeta», o tom elegíaco sobrepõe-se ao lamento épico de Namorado:

Quão deserta é a estrada por entre oliveiras
que tristeza a cobriu, Federico Garcia,
numa noite de lua-cheia!

Ai, Federico Garcia,
que nos deixaste, sozinhos,
numa noite de lua-cheia...

O poema prossegue no cenário da Andaluzia, e também com uma referência a Córdova, tal como a encontramos também no texto de Joel Serrão, para situar a morte do poeta, o que não corresponde à realidade, mas talvez se deva à impossibilidade de ter informações concretas sobre as circunstâncias exactas do seu fuzilamento junto à cidade de Granada, e não de Córdova (como Joel Serrão refere, o que se deverá à falta de informações objectivas sobre o crime), sendo, ainda hoje, o local onde se encontra o corpo indeterminado, apesar de buscas recentes, a que a família se opõe, que não tiveram grande êxito.

Embora o desencadear da Segunda Guerra Mundial tenha afastado a Espanha dos noticiários, e Franco tenha sido tolerado no poder pela Inglaterra devido à sua relativa neutralidade, a figura e a obra de Lorca mantiveram-se como o sinal que impediu o esquecimento acerca do que se passara em Espanha de 1936 a 1939. Jorge de Sena tinha razão ao falar do «garcialorquismo de Homem de Melo»; e noutra área ideológica, isto é, no grupo neo-realista, essa influência também está presente em Manuel da Fonseca, um outro dos grandes poetas do neo-realismo. Mas a guerra de Espanha marcou outros poetas, e também teve um lugar em poetas do regime, embora quase todos de inferior qualidade, dado ser uma poesia apologética do nacionalismo de Franco. De entre eles, poderei referir a «Vitória de Espanha» de Tomaz Vieira da Cruz, publicado em Luanda em 1939, escrito por um poeta que fez de Angola a sua pátria literária, tendo utilizado o quimbundo na sua poesia. O último poema desse livro é emblemático do fanatismo que envolveu uma geração que se alistou do lado de Franco:

Do calvário da raça da vitória
tal-qual o Sol rasgando a tempestade,
um grito se levanta, em plena glória,
cheio de luz, de sonho e de verdade!

Vai a passar, cantando, a mocidade,
Requetés, Viriatos... E a história
novas iluminuras de saudade
aceita em suas páginas de glória.

Vão a passar os mortos destemidos,
e ninguém acredita que os vencidos
fossem capazes duma acção tamanha!

Silêncio... Agora e sempre, ajoelhai! ~
Mártir e santa, lá vai Ela, vai,
vai a passar a gloriosa Espanha!

Celebrando os portugueses que se haviam alistado nas tropas insurrectas, que incluíam os batalhões carlistas dos Requetés e as unidades designadas por Viriatos, o poema não está à altura da fase posterior deste poeta, mas revela a paixão que, de um e outro lado, a guerra suscitou entre nós. O que será, porém, o grande poema da nossa imagem de Espanha, com alguma ambiguidade quanto à sua militância num ou noutro lado, mas que será mais admissível identificar com a República, foi «A que morreu às portas de Madrid» escrito por um poeta que viveu em Moçambique, Reinaldo Ferreira:

A que morreu às portas de Madrid,
Com urna praga na boca
E a espingarda na mão,
Teve a sorte que quis,
Teve o fim que escolheu.
Nunca, passiva e aterrada, ela rezou.
E antes de flor, foi, como tantas, pomo.
Ninguém a virgindade lhe roubou
Depois de um saque – antes a deu
A quem lha desejou,
Na lama dum reduto,

Sem náusea mas sem cio,
Sob a manta comum,
A pretexto do frio.
Não quis na retaguarda aligeirar,
Entre «champagne», aos generais senis,
As horas de lazer.
Não quis, activa e boa, tricotar
Agasalhos pueris,
No sossego dum lar.
Não sonhou minorar,
Num heroísmo branco,
De bicho de hospital,
A aflição dos aflitos.

Uma noite, às portas de Madrid,
Com uma praga na boca
E a espingarda na mão,
À hora tal, atacou e morreu.

Teve a sorte que quis.
Teve o fim que escolheu.

É este um capítulo da nossa política e da nossa cultura que merece um mais amplo destaque, sobretudo nesta época em que a Espanha se tenta libertar desses fantasmas que ensombram a sua história mas que, devido à proximidade, continuam a suscitar polémica.

TÍTULO: Marcas da Guerra Civil de Espanha na imprensa e na poesia portuguesas

RESUMO: A partir de uma leitura da imprensa portuguesa no início da guerra de Espanha é possível ver a ambiguidade das posições dos jornais, reflectindo o ponto de vista dos insurrectos franquistas. A morte de García Lorca é objecto igualmente de uma dissimulação dos culpados, também aqui revelando a falsa neutralidade jornalística a que só a poesia, a favor ou contra Franco, dará uma visão comprometida.

TITLE: Marks of the Spanish Civil War in the portuguese press and poetry

ABSTRACT: From a reading of the Portuguese press at the beginning of the Spanish war, it is possible to see the ambiguity of the newspapers' positions, reflecting the point of view of the Franco insurgents. The death of García Lorca is also the subject of concealment of the guilty, revealing the false journalistic neutrality to which only poetry, for or against Franco, will give a committed view.

A Guerra Civil de Espanha e a imprensa aveirense

The Spanish Civil War and the press of Aveiro

CARLOS DE MIGUEL MORA*

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Civil de Espanha, Censura, Imprensa regional, Homem Cristo.

KEYWORDS: Spanish Civil War, Censorship, Regional press, Homem Cristo.

1. O Estado Novo e a Segunda República Espanhola

As relações entre a ditadura espanhola de Miguel Primo de Rivera, iniciada em 1923, e a portuguesa de Carmona, iniciada em 1926, não foram más, tendo em conta que se tratava de duas ditaduras de pendor claramente nacionalista e totalitário. No entanto, a proclamação da Segunda República Espanhola de 1931 não podia trazer senão desavenças entre dois governos tão díspares.¹ Os receios de Salazar eram de diversa índole, mas tinham como principal foco a suposta ressurreição do iberismo, essa ideologia da unificação peninsular através de uma federação que tinha tido a sua quota de sucesso no século XIX, mesmo não tendo passado normalmente de fantasia utópica. Não bastava a ideia comunista bem conhecida da união entre os trabalhadores do mundo,

* Universidad de Granada.

¹ Na verdade, a tradicional desconfiança portuguesa do inimigo espanhol foi mudando aos poucos depois da adoção entusiasta, por parte dos setores mais conservadores de Espanha, das teses de António Sardinha sobre a Aliança Peninsular. As ideias de Sardinha permitiam unir o nacionalismo mais enraizado com a substituição das antigas pretensões anexionistas por outras ideias de cooperação em defesa da civilização católica ocidental. Esta mudança de posição (convertendo o antigo inimigo em possível aliado) foi rapidamente fortalecida após a chegada de Salazar ao poder, especialmente pela reação dos propagandistas do Estado Novo à implantação da Segunda República Espanhola. Os antigos inimigos, sendo agora Estados autoritários, tinham um inimigo comum: os bolcheviques. (Jiménez Redondo, 2017, pp. 99-105).

como ainda a ameaça se fez mais real porque a própria Constituição da República de 1931 dizia, no seu artigo 24:

A base de una reciprocidad internacional efectiva y mediante los requisitos y trámites que fijará una ley, se concederá ciudadanía a los naturales de Portugal y países hispánicos de América, comprendido el Brasil, cuando así lo soliciten y residan en territorio español, sin que pierdan ni modifiquen su ciudadanía de origen.

En estos mismos países, si sus leyes no lo prohíben, aun cuando no reconozcan el derecho de reciprocidad, podrán naturalizarse los españoles sin perder su nacionalidad de origen.

Além disso, o ideário iberista encontrou eco em grupos de esquerda como a Federação Anarquista Ibérica ou a Federação Ibérica de Juventudes Libertárias. Salazar acenou repetidas vezes o fantasma da absorção de Portugal por parte de uma Espanha imbuída de ideias socialistas, comunistas ou anarquistas, que defendiam a internacionalização e, portanto, a perda da identidade nacional.²

É óbvio que as relações com a República melhoraram no espaço do governo das direitas da CEDA, entre dezembro de 1933 e fevereiro de 1936,³ mas, quando nas eleições de 1936 ganhou a Frente Popular, a coligação de partidos de esquerda, as relações entre dois governos de ideologias antagónicas retesaram de novo.

² Cerca de 1940 foi editado em Lisboa, pelo Secretariado de Propaganda Nacional, um livro que recolhia uma série de documentos, traduzidos para o espanhol, de vez em quando de forma pedestre, que demonstravam que Portugal tinha defendido desde o início da contenda espanhola a posição dos rebeldes nacionalistas, guardando, simultaneamente, a necessária neutralidade: *Portugal ante la Guerra Civil de España. Documentos y notas*, s.d., Lisboa: Edições SPN. Num documento lá incluído, «Los acontecimientos de España y la no-intervención», que traduz uma nota oficiosa de Salazar de 23 de setembro de 1936, afirma-se: «Ahora bien, los que han seguido sin apasionamiento el drama peninsular, los que no han olvidado la historia de hace décadas, de hace años y de hace días, los que se acuerdan de las ambiciones alguna vez manifestadas del plan ibérico del comunismo, de la claridad alias muy de agradecer con que muchas veces ha sido defendido en la Prensa el derecho de intervención en Portugal, nos hacen la justicia de creer que los temores no son romanticos, ni tampoco que por capricho levantamos dificultades a nadie: simplemente no desistimos de que sea respetada nuestra tranquilidad ni podemos transigir en lo necesario a la defensa de la vida y libertad de nuestro pueblo» (*Portugal...*, [s.d.], pp. 39-40).

³ Cf. Pena Rodríguez, 1997, p. 70: «El triunfo de la coalición entre la Confederación de Derechas Autónomas (CEDA) de José M^a Gil Robles y el Partido Radical de Alejandro Lerroux el 19 de noviembre de 1933 fue una pomada para las purgaciones que empezaban a reventar en las relaciones peninsulares.»

Para o bom relacionamento entre os dois países não foram de ajuda as ligações de amizade entre os líderes dos partidos republicanos espanhóis, especialmente socialistas e anarquistas, e a oposição portuguesa ao salazarismo, os exilados revirralhistas Jaime Cortesão, Bernardino Machado ou Moura Pinto, com a possível intenção de ajudar financeiramente para uma operação de derrocada do governo salazarista (Paulo, 2013, pp. 113-114); nem que, do lado português, os jornais admirassem de forma clara a figura do general golpista Sanjurjo (Pena Rodríguez, 2010, p. 454) e que apoiassem direta e claramente os partidos de direita da CEDA nas eleições de 1936 (Pena Rodríguez, 2017, p. 43). A partir de março os cruzamentos de acusações entre jornais portugueses e espanhóis eram cada vez mais azedos, especialmente do lado português, muito mais controlados pela censura que os do lado espanhol. Salazar considerava muito arriscado continuar com um governo de esquerdas em Espanha e considerava que a estabilidade do Estado Novo dependia, em grande medida, de que em Espanha triunfasse um movimento nacionalista de tipo totalitário semelhante ao português. Por isso, decidiu apostar tudo na jogada do apoio aos rebeldes (Pena Rodríguez, 2017, pp. 44-46).

2. Censura e propaganda

No dia 25 de setembro de 1933, quando na República Espanhola estão a governar as esquerdas, é criado o Secretariado de Propaganda Nacional, sob a direção de António Ferro.⁴ Nos quase três anos decorridos até julho de 1936, quando começa a Guerra Civil, a mudança na linha editorial dos jornais tinha sido espantosa. O Secretariado tinha elaborado um boletim com as tendências dos jornais, classificando-os, seguindo um peculiar sistema de nomenclatura, em situacionistas, simpatizantes, neutros e anti-situacionistas (Barros, 2011, p. 269 n. 9). O SPN tinha uma equipa de redatores que se ocupava em fabricar notícias que enviavam aos jornais e coagiam aqueles que ousassem não seguir as indicações com eliminação de artigos, sanções penais ou diversas fórmulas encaminhadas ao fecho do jornal. Só num ano, entre dezembro de 1933 e dezembro de 1934, tinham conseguido uma deslocação importantíssima de um bom número de jornais para a classificação superior (próxima da ideologia do Estado Novo) (Pena Rodríguez, 2012, p. 182), como explica Barros (2011, p. 275):

⁴ Decreto-Lei n.º 23054, de 25 de setembro de 1933.

Não obstante, é fácil verificar que as transferências seguiram um percurso altamente favorável ao Estado Novo, num total de 54 transferências, 49 orientaram-se nesse sentido. Destas, 26 foram jornais classificados como neutros que passam a simpatizantes (24) e situacionistas (2). Da categoria dos jornais anti-situacionistas também se transferem 16 títulos de jornais, em 1934, para o bloco de imprensa pro-regime: 2 passam a situacionistas, 7 a simpatizantes e 7 a neutros.

A censura prévia estava perfeitamente organizada quando começou a guerra civil espanhola, mas foi endurecida em setembro.⁵ Esses quase dois meses que demorou a censura a fortalecer o seu posicionamento permite ver as tendências dos jornais, pois alguns conseguiram publicar notícias durante essa época que depois se tornaram impublicáveis. O decreto de setembro obrigava a todos os funcionários a jurar por escrito a ordem social estabelecida pela Constituição salazarista, rejeitando expressamente o comunismo e quaisquer movimentos subversivos (Pena Rodríguez, 2012, pp. 566-567).

As indicações da Direção Geral dos Serviços de Censura, dadas a 5 de agosto numa circular, que publicou Alberto Pena, são muito claras (2012, p. 572):

Tendo o Movimento do Exército Espanhol uma feição caracterizadamente nacionalista e de luta contra o comunismo, deve ser permitido todo o noticiário que relate os excessos de toda a ordem que têm sido cometidos pelas milícias comunistas. Pela mesma ordem de ideias não deve ser autorizada qualquer exaltação às mesmas milícias. Deve, porém, ter-se um especial cuidado em não envolver por qualquer forma a responsabilidade do nosso Governo, quer nas simples notícias, quer nos comentários a elas, quer ainda nas ideias expostas pelos jornais, responsabilidade esta que, por exemplo, ficaria sempre comprometida se se permitisse a publicação de referências a auxílio ou apoio material que não existe, mas que vários têm tentado preconizar.

Além destas indicações, torna-se evidente, pela evolução das notícias, que os censores impediam que se falasse da ajuda alemã ou italiana para o bando rebelde, enquanto se podia e devia falar claramente da ajuda russa e francesa às tropas governamentais; que se devia insistir na ordem do lado nacional e as crueldades dos comunistas e que não se devia fazer eco das críticas ao tratamento das notícias pelos jornais portugueses.

⁵ Por causa do Decreto-Lei n.º 27003, de 14 de setembro de 1936.

3. A imprensa portuguesa na Guerra Civil

Outro fator que devemos ter em conta é que os jornalistas portugueses foram absolutamente privilegiados no acesso à informação do lado rebelde. Tiveram salvo-condutos, acesso ao campo de batalha, mesmo depois ou até durante a batalha, e chegaram a desfrutar de automóveis para as suas deslocações num momento de extrema carestia de meios de transporte (Pena Rodríguez, 1997, p. 263). O motivo era que os correspondentes portugueses tinham sido eleitos pelo Secretariado de Propaganda Nacional entre os mais fiéis defensores das ideias pelas que apostava o Estado Novo, que não eram outras que apoiar o ponto de vista do bando nacional da guerra (Pena Rodríguez, 2012, pp. 183-185). As informações deturpadas chegavam assim a uns jornais que não só formaram a opinião pública portuguesa, mas também a espanhola, pois eram lidos em numerosas partes do território espanhol, e por muitos países do estrangeiro, que faziam eco das notícias dadas pelos jornalistas que tinham melhor acesso ao campo de batalha.

4. A imprensa regional

A imprensa regional tinha uma série de características que a diferenciava da nacional. Esta última encontrava-se mais estreitamente vigiada pela censura, o que não quer dizer que a regional tivesse mais margem de manobra, pois todas as edições eram submetidas ao olho do censor, mas sim que podia demorar mais tempo a ser corrigida. Além disso, esta ocupa-se, sobretudo, de notícias locais, não tem correspondentes no estrangeiro e é mais dependente de notícias já publicadas nos jornais nacionais. Por este motivo, em outras ocasiões acontece que o jornalista não informa os seus leitores, tão só se debruça sobre uma notícia já conhecida por eles, tecendo uma reflexão.

O distrito de Aveiro era aquele em que mais jornais provinciais se publicavam entre 1933 e 1934, o ano em que a censura provocou a mudança de afinidade política em tantos deles (Barros, 2011, p. 268). Segundo a informação fornecida por Júlia Leitão de Barros, a classificação dada pelo SPN foi a seguinte:

- 1) Situacionistas. a) Em 1933: *Soberania do Povo, Defesa de Arouca, Tradição e Opinião*. b) Em 1934, a estes quatro se acrescentariam mais seis: *Acção Nacional, Concelho da Murtosa, Ilhavense, O Democrata, Gazeta de Arouca e Política Nova*.

- 2) Simpatizantes. a) Em 1933: *O Jornal de Espinho*, *Correio do Vouga*, *O Democrata*, *Jornal de Albergaria*, *Defesa de Espinho*, *Ilhavense*, *Concelho da Murtosa*, *O Progresso da Murtosa* e *Bairrada Elegante*. b) Em 1934, os três que tinham passado a situacionistas (*O Democrata*, *Ilhavense* e *Concelho da Murtosa*) foram substituídos por: *O Regional*, *O Povo de Pardilhó* e *Correio da Feira*.
- 3) Neutros. a) Em 1933: *O Nauta*, *Jornal de Estarreja*, *Jornal de Cambra*, *O Regional*, *O Povo de Pardilhó* e *O Arrifanense*. b) Em 1934, estes seis tinham sido reduzidos para quatro pela reclassificação dos dois que tinham passado a simpatizantes, *O Regional* e *O Povo de Pardilhó*.
- 4) Anti-situacionistas. a) Em 1933: *O Debate*, *O Povo de Aveiro*, *Ecos de Cacia*, *Jornal de Cacia*, *O Povo de Ovar*, *Águeda*, *Independência de Águeda*, *A Gazeta de Albergaria*, *A Ideia Livre*, *Gazeta de Arouca*, *Beira Mar*, *Democrata Feirense*, *O Correio de Azeméis*, *Alma Popular*, *A Voz do Povo* e *Correio da Feira*. b) Em 1934, estes 16 tinham-se reduzido para 13, pelo desaparecimento de *O Debate* e de *Beira Mar*, pela reclassificação como situacionista de *Gazeta de Arouca* e como simpatizante do *Correio da Feira* e, por fim, pelo surgimento de um novo jornal, o *Jornal de Ílhavo*.⁶

Desta lista, estudaremos sucintamente um dos jornais catalogados como situacionista no momento do início da Guerra Civil de Espanha, *O Democrata*, outro dos referenciados como simpatizante, *O Correio do Vouga*, e, passando por alto os menos interessantes “neutrais”, dois dos anti-situacionistas, *Ecos de Cacia* e *O Povo de Aveiro*, com trajetórias muito diferentes.

5. O Democrata

Era um jornal dirigido por Arnaldo Ribeiro, um aveirense ilustre, republicano de longa data, pois já por volta de 1900 ou 1901 fora um dos membros mais ativos de uma Comissão Municipal Republicana (Cerqueira, 1976, p. 22), mas, aos poucos, foi perdendo a fé no regime republicano e abraçando a causa do Estado Novo. No dia do começo da Guerra Civil, quando ainda não tinha chegado a Aveiro a notícia do levantamento militar em Espanha, mas sim o assassinato de José Calvo Sotelo, o rastilho que o espoletou, tece considerações dignas do chefe da CEDA, Gil Robles, ao animar à rebelião

⁶ A informação está retirada do quadro que apresenta Barros (2011, p. 292).

armada, numa espécie de predição acertada dos acontecimentos. É de salientar a comparação com os crimes de 19 de outubro, os da «noite sangrenta» que abriu o caminho à cadeia das conspirações militares e que finalmente provocou a queda da I República, a desumanização dos comunistas e anarquistas, comparados com feras, e o apelo à rebelião como única forma de repor a civilização, argumentos todos usados pelos partidos da direita espanhola (Sevillano Calero, 2011, pp. 34-39). Assinalo em itálico os argumentos que reproduzem as estratégias usadas pelos jornais espanhóis mais incendiários como *Acción Española*, o jornal que animava à rebelião e onde colaborava assiduamente José Calvo Sotelo; estratégias que estavam encaminhadas a salientar a barbárie dos partidos de esquerda, contrária à civilização, a retirar aos seus seguidores a categoria de humanos e a justificar que a única via possível para restituir a ordem era a violência:

Abominável

Foi esta semana assassinado em Madrid, capital da República Espanhola, o deputado monárquico Calvo Sotelo, cuja eloquência se vinha assinalando em contínuos protestos *contra as barbaridades cometidas por uma horda de malvados* que, após a mudança do regime político, se têm entregado *aos mais condenáveis actos de banditismo*.

Todo o mundo culto estremeceu, comovendo-se, diante do *novo crime, muito semelhante ao nosso 19 de Outubro*, e parece-nos que não há ninguém, salvo *as feras humanas, em permanente estado de aviltamento*, que deixe de o reprovar como um dos mais nefandos atentados contra a liberdade, em nome da qual aqueles *demagogos furibundos* agem.

Não. A Espanha segue um mau caminho e está perdida se da parte dos dirigentes *continuar a passividade* que se tem notado em presença das ideias extremistas e das suas conseqüências.

A desordem permanente em que vive está a pedir remédio, mas remédio enérgico que a arranque da anarquia e lhe dê aquela felicidade que nós gostaríamos que disfrutasse sob o regime republicano.

Que os seus homens de valor se unam *e a salvem*. Que todos os patriotas se dêem as mãos *e a levantem*. Que toda a gente, enfim, se convença de *que sem ordem* não póde haver felicidade.

Querem um exemplo? Não é preciso ir mais longe: basta olhar para Portugal (*O Democrata*, n.º 1432 de sábado 18 de julho de 1936, p. 1).

No entanto, e contrariamente àquilo que seria de esperar num jornal «situacionista», as notícias dadas a 25 de julho ainda são túbias, hesitantes e pouco contundentes e usam um léxico que se diria pouco apropriado para os interesses do Estado Novo: a expressão «governa Madrid» seria mais tarde evitada, pois preferia dar-se uma imagem de uma desorganização total e de um inimigo formado por «hordas comunistas», não de um governo legítimo contra o qual se dava um golpe de Estado; «grande nação ibérica» seria um termo apropriado para referir-se aos nacionalistas, pois respondia ao ideário de que falámos anteriormente, às teses de António Sardinha de aliança peninsular afinçadas no nacionalismo, mas neste caso é atribuído sem grande distinção a todo o território espanhol; o termo «revoltosos» ainda não tinha conotações negativas; mais tarde a censura franquista e a salazarista evitarão o uso dessa palavra:

Gráve!

O que se passa em Espanha estava previsto, era inevitável. Sómente ninguém calculava que os acontecimentos atingissem tanta gravidade, tomassem o carácter de guerra civil. A Espanha atravessa horas angustiosas, o sangue dos seus filhos corre abundantemente de norte a sul e de nascente a poente da República vizinha. Como vizinhos de Espanha, sentimos profundamente as horas amaríssimas que atravessa.

À hora em que escrevemos, as notícias são ainda extremamente contraditórias. Há províncias em que *governa Madrid* e províncias em que dominam *os revoltosos*, há cidades em poder das melícias populares e há cidades nas mãos do Exército. Os combates entre as fôrças antagónicas são constantes e travam-se em terra, no mar e no ar. A morte paira, sinistramente, sôbre a terra de Espanha, espalhando sem descanso, sem tréguas, o luto, a dor.

Oxalá que depressa o sangue deixe de correr no vizinho paíz e que, sem de longas, horas tão más deixem de soar para *a grande nação ibérica* (*O Democrata*, n.º 1433 de sábado 25 de julho de 1936, p. 1).

No dia 1 de agosto nada se diz sobre a Guerra e a escassa informação de dia 8 continua a parecer mais a de um jornal «neutro» que de um jornal teoricamente situacionista. Não esqueçamos que três dias antes, a 5 de agosto, se enviou o texto do SPN que vimos anteriormente, e que dois dias antes, a 6 de agosto, o Embaixador de Espanha em Lisboa, Cláudio Sánchez-Albornoz, já se tinha queixado amargamente de que os serviços de censura impediam qualquer signo de imparcialidade e que até um jornal do Porto tinha levado uma coima de 20.000 escudos por suposta tibieza no elogio do levantamento militar (Pena

Rodríguez, 2012, p. 569). Pois bem, *O Democrata* continua a falar de direitistas e esquerdistas, de luta fratricida, de revoltosos, de nação ibérica e, em termos gerais, do desastre que virá da guerra, seja quem for o vencedor, argumentos que encontraremos em jornais anti-situacionistas.

EM ESPANHA

Continúa a luta *entre direitistas e esquerdistas* na nossa vizinha Espanha. O sangue dos seus filhos ensopa cada vez mais o solo *da grande nação ibérica*. Jamais houve no mundo guerra civil tão sangrenta, de resultados tão catastróficos. A aviação, os submarinos, os navios de guerra, os tanks, o rádio, estão ao serviço *da luta fratricida*. Por enquanto, apenas os gazes não fizeram a sua aparição.

Não se sabe ao certo, ainda, quem vencerá. As notícias de ambos os lados –suprema ironia!– são optimistas...

Parece, no entanto, que *os revoltosos*, têm alcançado vantagens.

Mais *saiam vencedoras as direitas ou as esquerdas*, vencida por muito tempo será a Espanha, arruinada sob muitos pontos de vista.

Oxalá que a onda de loucura, de ódios, de paixões acesas, que varre o paiz vizinho de lés a lés passe sem demora. A bem da Espanha e da própria Humanidade (*O Democrata*, n.º 1435 de sábado 8 de agosto de 1936, p. 1).

No dia 15 de agosto, apenas uma brevíssima e neutral nota lembra a sangrenta guerra espanhola.

Espanha sangrenta

Os nossos vizinhos continuam a matar-se uns aos outros, arrepiando tão horrorosa carnificina.

A guerra civil é assim. O extravasamento de ódios só traz conseqüências funestas, lamentáveis.

Temos pena da Espanha (*O Democrata*, n.º 1436 de sábado 15 de agosto de 1936, p. 1).

Igualmente breve, mas já com uma atribuição de culpas ao comunismo, como a censura estava a impor, aparece uma nota no dia 22 de agosto:

Na mesma

Ainda se não modificou a situação em Espanha, acusando as estatísticas, até à presente data, 55.000 mortos! O número de feridos não tem conta, o das viúvas eleva-se a 25.000 e o dos órfãos a 60.000.

Um horror!

Mas o comunismo é assim. Foi assim na Rússia e desde que estendeu os seus tentáculos à Espanha esta não podia fazer excepção à regra.

Até quando, tamanha carnificina? (*O Democrata*, n.º 1437 de sábado 22 de agosto de 1936, p. 1).

E a partir de 29 de agosto pode ler-se no jornal um pedido de ajudas, sob a forma de subscrição, para socorro dos combatentes do bando nacional, pedido que se repetirá em números sucessivos. O léxico já inclui a distinção de patriotas para os nacionalistas:⁷

Quem nos quiere acompanhar?

«O Democrata» abre hoje nas suas colunas uma subscrição a favor dos feridos nacionalistas espanhóis

Sabido, pela imprensa diária, o que se passa em Espanha onde um *punhado de patriotas* procura, *pela força das armas*, arrancar o *Governo das mãos do comunismo*; sabido, pela imprensa diária, a soma de sacrifícios que isso tem custado, quer em vidas quer em invalidez por ferimentos recebidos; sabido, finalmente, pela imprensa diária, das privações dos últimos e da sua instantânea necessidade de recursos, o *Democrata* vem fazer um apêlo ao coração dos seus numerosos leitores no sentido de obter deles o que fôr da sua vontade e estiver ao seu alcance. É que *os nacionalistas espanhóis feridos* têm direito à nossa solidariedade porque se bateram *contra uma facção extremista* cuja doutrina se patenteia por actos que são *a completa negação da paz e da harmonia social*. Por actos que não podem nem devem ser admitidos *tão afastados andam da moral e da civilização* dos nossos dias. Entendemos, pois, que é necessário ir ao encontro dos que expuseram o peito às balas em defesa dos *sãos princípios nacionalistas*, socorrendo-os.

Quem nos quiere acompanhar?

«O Democrata. 30\$00

(*O Democrata*, n.º 1438 de sábado 29 de agosto de 1936, p. 1).

De resto, poucas notícias diretas da guerra, quase nenhuma nestes meses, a não ser aquelas que se originavam em Portugal, como o comício anti-comu-

⁷ A pátria dos nacionalistas, por oposição à anti-pátria dos comunistas foi argumento usado constantemente pelos ideólogos da ideia de «Hispanidad» como Ramiro de Maeztu, colaborador assíduo de *Acción Española*. Cf. González Calleja & Limón Nevado, 1988, p. 23.

nista de dia 28 de agosto na praça de touros de Campo Pequeno e a revolta em Lisboa dos marinheiros dos navios *Afonso de Albuquerque*, *Dão* e *Bartolomeu Dias* a 8 de setembro.

É preciso aguardar por um momento posterior ao Decreto-Lei de 14 de setembro de 1936, ao qual já nos referimos anteriormente, isto é, ao endurecimento da censura por parte do SPN e à obrigação, por parte dos funcionários, da rejeição expressa de doutrinas comunistas e subversivas, para encontrar algumas notícias desse teor n' *O Democrata*. Já a 19 de setembro encontramos notícias que, na verdade, não passam da repetição de declarações de outros. Uma delas, na qual o termo «revoltosos» foi substituído por «movimento revolucionário», incluindo a terminologia do bando nacionalista, já vaticina o triunfo dos nacionais espanhóis e a futura concórdia entre os dois países, salientando o papel do Estado Novo como modelo:

O futuro da Espanha

O general Franco, um dos chefes do *movimento revolucionário* contra o Governo do país vizinho, fez a seguinte declaração que é um esboço do programa legislativo a adoptar *após o triunfo*:

«A administração será confiada a técnicos e não a políticos, dando-se assim, à Nação, a estrutura orgânica e característica da Espanha. Não adoptaremos os métodos alemães nem os italianos. As directrizes da nossa política serão idênticas às seguidas em Portugal. Por isso, a nossa organização assemelhar-se-há muito à portuguesa.

Espanha e Portugal são e serão irmãs pelo Destino e pela História. As relações entre os dois países devem ser as melhores possíveis, pois convém à Espanha que Portugal continue sendo forte, progressivo e prestigioso».

Oxalá as palavras *do valoroso general* se transformem em realidade (*O Democrata*, n.º 1441 de sábado 19 de setembro de 1936, p. 1).

A outra salienta o horror anarquista e a incapacidade do governo de Madrid:

Afundando-se

De Valhadolid transmitiram esta notícia em 12:

«Os padres agostinhos do Escorial, em número de 14, foram fuzilados, sem julgamento, pelos milicianos marxistas. Êste drama espantoso vem colocar o Chefe do Estado, Manuel Azaña, numa posição infeliz.

Azaña foi aluno dos padres agostinhos e, quando do movimento nacionalista, declarou-lhes que nada tinham a recear, pois enquanto êle estivesse no Poder

nenhum mal lhes sucederia. Não pode, porém, cumprir essa promessa. As milícias anarquizadas fuzilaram todos os sacerdotes, o que veio mais uma vez pôr em evidência o pouco prestígio de que o Presidente da República Espanhola dispõe». Sem dúvida (*O Democrata*, n.º 1441 de sábado 19 de setembro de 1936, p. 1).

A partir do número seguinte, de 26 de setembro, as diretrizes do Decreto-Lei serão cumpridas à risca e vão aparecer notícias sobre as atrocidades realizadas pelos comunistas, como a execução de Rafael Salazar Alonso, político radical espanhol sentenciado à morte apesar de não haver provas do seu envolvimento na sublevação militar. O léxico insiste na desumanização do inimigo, que já não pertence mais ao género humano, e das suas práticas contrárias à civilização:

Barbaridade!

O extermínio dos homens de valor, em Espanha, pelas *gentes do comunismo*, continua num crescendo assustador – de arrepiar e indignar.

Agora, coube a vez a Salazar Alonso, ex-ministro do Interior, a quem as milícias julgaram, condenaram à morte e fuzilaram sem remissão de pecados.

É *bárbaro*, é cruel, é infame e *indigno de gente civilizada* o que se está praticando em Espanha.

Sentimo-nos revoltados com semelhante atitude.

Não se justifica que no século XX se recorra a tais violências, por idéias opostas, contra filhos da mesma pátria.

É inadmissível; é inqualificável.

É a *negação de todos os sentimentos humanos*; de tudo quanto o homem tem de bom; *daquilo que o deve separar dos seres inferiores de harmonia com a sua inteligência e com o que representa na sociedade*.

Ai de nós se, do meio dela, *não forem afugentadas as feras*...

Ai de nós – do mundo (*O Democrata*, n.º 1442 de sábado 26 de setembro de 1936, p. 1).

A notícia será explorada nas edições seguintes do jornal e, a partir de 3 de outubro, já vão ser incluídas também novidades sobre os avanços do exército nacionalista (já não «revoltosos» nem «revolucionários»), usando a seleção de informações, o léxico e a parcialidade exigida pelo regime salazarista. Merece especial destaque a expressão *movimento redentor*, que acumula a evocação de *Movimiento Nacional* e da denominação de *cruzada* ou «guerra santa» que se estava a dar ao conflito por parte dos rebeldes, bem como a referência à defesa do Alcázar de Toledo, que se tornaria famosa:

A Espanha em armas

Ainda não terminou, nem terminará com a pressa que muitos desejam, a guerra civil no visinho país embora *as tropas nacionalistas* avancem constantemente *para o triunfo final*

A tomada de Irun e ultimamente *a de Toledo* encheram de entusiasmo quantos acompanham dia a dia o *movimento redentor* e anseiam pela sua vitória.

As tropas, com *os heroicos cadetes, defensores do Alcazar*, marcham agora sôbre Madrid, onde já lavra o pânico e o Govêrno concentra reforços, que serão inúteis, dada *a força e o valor das gentes de Franco* (*O Democrata*, n.º 1443 de sábado 3 de outubro de 1936, p. 1).

Portanto, podemos dizer que *O Democrata*, apesar da catalogação como situacionista pelo relatório de 1934 da comissão do SPN e da Direção do Serviço da Censura, não agiu como tal, mas diríamos que como «simpatizante» ou até «neutro» no primeiro mês da guerra, aderindo às diretrizes do regime só quando se tornou incontornável devido à publicação do Decreto-Lei de 1936.

6. Correio do Vouga

Este jornal era dirigido pelo Padre Allyrio Gomes de Mello, prior de Vagos, escritor, crítico literário, professor e jornalista, e pelo Dr. Querubim Guimarães, militante da Acção Católica, desde a sua fundação, em 1928, monárquico constitucionalista, sidonista e senador eleito por Aveiro, em representação da minoria monárquica em 1922 e 1925. Esta publicação era, portanto, uma firme candidata a mostrar ideologia pró-fascista. As raízes monárquicas de um dos seus fundadores podem ter constituído a razão de ter sido catalogado simplesmente como «simpatizante» em lugar de «situacionista», mas a verdade é que, desde as suas primeiras notícias da Guerra de Espanha, cumpre e excede as diretrizes do SPN e, o que é mais interessante, quase desde o início inclui nos seus textos a visão, a retórica e a terminologia da Espanha franquista, a começar pelo assassinato de José Calvo Sotelo. Esta notícia vem na edição de 18 de julho, com menos alusões veladas que *O Democrata*, e com uma energia condenatória maior. Compara os esquerdistas com feras desumanas e fala dos conciliábulos comunistas, dentro da mais pura retórica nacional que tentou tirar aos seus rivais a categoria de homens, falando deles quase como infra-humanos, e salientando a abjeção e hediondez dos seus crimes:

NOTA DA SEMANA

Bárbaros!

Muito longe estava o rabiscador desta secção de supôr que, depois de uma interrupção forçada de duas semanas, a primeira penada devia ser de dôr e protesto por *um crime que feras não cometeriam mais clinicamente*. José Calvo Sotelo, um dos melhores valôres da Espanha de nossos dias, foi barbaramente assassinado em Madrid no dia 13. Tinha 43 anos. Formado em Direito Civil e Canónico pelas Universidades de Saragoça e Madrid. Era membro do Côrpo dos Advogados do Estado, e catedrático da Universidade madrilenha. Ministro das Finanças, quatro anos, no govêrno de Primo de Rivera. Escreveu várias obras de Direito. Era o *leader* da “Renovação Espanhola”. Orador de invulgares recursos: vibrante, erudito, incisivo, temível no parlamento *ao espírito moscovita que anda a queimar a Espanha*. Há neste acontecimento trágico *requintes de ferocidade que são um autêntico enxovalho à espécie humana*: não há diversidade de opiniões nem ideologias tôrvas que sejam explicação suficiente. *As feras*, certamente, se tivessem inteligência e consciência na arte de matar, *não ousariam tais processos*: ir a casa da vítima, *arrastá-la violentamente, com feroz violação* das imunidades parlamentares, e mata-la *com crueldade bastante* para a deixar quási irreconhecível! E sendo a vítima um homem que foi um formidável lutador, mas só pela pena e pela palavra, que nunca defendeu *a violência bárbara*.

Mas *preparar-se um atentado assim, em conciliábulo* de encarregados da ordem pública, e servirem-se os cínicos da sua situação para realizarem os seus intentos sinistros, como quem tem certa a impunidade!... E o zêlo com que *os comunistas pediram logo violências sobre as Direitas?! E a pressa com que se tratou de dar férias* ao parlamento, para evitar as interpelações de Gil Robles e de outros?!

Foram ordenadas investigações; mas, a avaliar pelo recente passado, a conclusão será: não se sabe quem matou nem quem mandou matar!

– Não houve ainda, na história dos homens, lições mais repelentes e aterradoras de perversidade humana...

M.R.

(*Correio do Vouga*, n.º 287 de 18 de julho de 1936, p. 1)

Na semana seguinte emprega já toda a temática franquista no seu cabeçalho: guerra de independência dos poderes estrangeiros (conspiração comunista e judeo-maçónica), triunfos das tropas rebeldes, atrocidades do exército popular:

A Espanha em armas

O exército bate-se pela independência da pátria

As milícias comunistas sofrem derrotas sucessivas, apesar de tôdas as suas atrocidades

(*Correio do Vouga*, n.º 288 de 25 de julho de 1936, p. 1)

O corpo da notícia excessivamente extensa para ser aqui reproduzida na íntegra, articula-se em torno destes eixos, intercalando-os sucessivamente para que o leitor não esqueça nunca esta tríade, à qual se acrescenta a generosidade das tropas rebeldes. A terminologia repete insistentemente algumas ideias: movimento (*Movimiento Nacional*, oposto ao partidismo) libertação, triunfo, de um lado, e atrocidades e ilegalidade (*criminosamente*) do outro.

A primeira página do jornal de 1 de agosto está dominada na sua maior parte pelo conflito espanhol, com repetição dos tópicos anteriormente descritos.

Muito interessante é a edição de 8 de agosto, que parece ter recolhido o arsenal panfletário franquista que ainda faltava explorar: a) que o conflito não se iniciou em julho, mas em fevereiro de 1936, precisamente com as eleições ganhas pela Frente Popular; com isto, o bando revoltoso pretendia atirar as culpas para o governo legal que se tornava, deste modo, ilegal, sendo ele o depositário da verdadeira legalidade; b) que se tratava da luta da civilização contra o caos, dos valores contra os anti-valores; portanto, e resumidamente, da luta eterna do bem contra o mal ou de Deus contra o Diabo; c) que se tratava, por isso, de uma “cruzada”, termo que rapidamente deram os bispos espanhóis à guerra, da Espanha contra a Anti-Espanha e muito mais, da civilização ocidental contra a barbárie. Escolheremos umas frases para apresentar uma amostra desse arsenal, uma vez que os textos são demasiado extensos para transcrevê-los integralmente:

Se não quisermos mostrar cegueira voluntária, a guerra civil vem de há tempo, pelo menos de 16 de fevereiro último. Agora, trata-se apenas de um recrudescimento que abrange literalmente toda a Espanha [...]

Defrontam-se, em combate de morte, duas civilizações, ou para falar com exactidão, estão em jôgo dois conceitos de civilização: dum lado, o cristão, com toda a sua doutrina social – Deus, Pátria, Família, Ordem, isto é, a civilização; doutro lado, o comunista, com a sua incendiária ideologia anarquista – anti-Deus, anti-Pátria, anti-Família, anti-Ordem, quer dizer, a barbárie. Evidentemente, o triunfo dum é a morte do outro. [...]

Tem-se escrito que estamos num ângulo da história. Não há dúvida. Um sinal dos tempos é a irreductibilidade política, religiosa e social, incarnada pela Igreja e pelo comunismo –as duas cidades, de Deus e de Satanas, respectivamente. [...]

Em Espanha não há presentemente uma rebelião, um levantamento do exército contra um govêrno que lhe desagrade. Não é a luta de um pretendente ao mando

contra o seu adversário no poder. Nem pode dizer-se que há uma revolução ou uma guerra civil. Nem mesmo se trata de uma aventura revolucionária para restaurar um regímen caído – monárquicos contra republicanos. Há pura e simplesmente isto – Uma cruzada do exército espanhol contra os bárbaros, contra os moscovitas que mandam em Madrid. É a Espanha contra a anti-Espanha. E é mais do que isso. A defeza que o exército espanhol está fazendo da sua Espanha alarga-se à defeza de toda a civilização ocidental que os novos bárbaros ameaçam. [...]

... uma civilização milenária que [...] favorece no homem a eclosão e o desenvolvimento das virtudes que o enobrecem e que o fazem homem verdadeiramente, filho do espírito, a diferenciá-lo do primata da escala zoológica [...] (*Correio do Vouga*, n.º 290 de 8 de agosto de 1936, p. 1).

Como estamos a ver, o *Correio do Vouga* adoptou desde o início uma atitude pró-rebeldes que teria superado as expectativas de qualquer censor, recolhendo não só a ideologia do lado nacional, como também a sua retórica, o seu estilo panfletário e a sua terminologia.

7. Ecos de Cacia

Este era um dos jornais que o relatório da censura catalogava como anti-situacionista. A primeira, brevíssima, notícia sobre a Guerra Civil, no jornal de 25 de julho, aventa a hipótese de os rebeldes quererem implantar uma ditadura:

POR ESPANHA

Dizem os jornais de grande informação que em Espanha se revoltaram alguns regimentos militares *para ali implantarem uma ditadura*.

À hora que o nosso jornal se imprime é-nos impossível dar notícia exata do que se passa no país visinho.

Contudo, oxalá que a Espanha volte à normalidade (*Ecos de Cacia*, n.º 311 de 25 de julho de 1936, p. 1)

Trata-se de uma abordagem que não ia ao encontro dos interesses do Estado Novo e que parece tirada de jornais afins ao governo republicano, de modo que podemos pensar que a catalogação foi correta, especialmente quando vemos que a seguinte informação sobre a Guerra de Espanha, de 8 de agosto,

igualmente brevíssima, insiste no mesmo qualificativo, «ditatorial» que, para maior desafio, aparece coordenado com o adjetivo «nacionalista», e não augura o triunfo dos rebeldes:

ACONTECIMENTOS DE ESPANHA

Complicam-se, dia para dia, os acontecimentos revolucionários na vizinha Espanha, onde parte do exército luta para constituir um governo *nacionalista e ditatorial*.

O govêrno da República mantém-se resoluto e *não se prevê ainda de que lado estará a vitória* (*Ecos de Cacia*, n.º 313 de 8 de agosto de 1936, p. 1).

Não esqueçamos que a circular da DSC que analisámos anteriormente era de 5 de agosto; portanto, as instruções sobre o que se devia dizer já eram bastante claras.

O número do dia 15 de setembro nada diz da Guerra de Espanha, mas o de 22 de agosto, muito antes do novo endurecimento da censura em meados de setembro, a linha editorial deste jornal, no que diz respeito à Guerra em Espanha, muda radicalmente. Num artigo deste número recolhem-se vários dos tópicos da propaganda salazarista que alentava o bando insurreto: as chacinas dos comunistas, a perda dos valores cristãos da civilização ocidental, os comunistas como seres infra-humanos, semelhantes a feras, o passado glorioso de Espanha, semelhante ao português, a ideia de império, ligada à raça e ao cristianismo (Cf. González Calleja & Limón Nevado, 1988, pp. 57-71). Utiliza-se o léxico já habitual das «hordas» comunistas e da «libertação» do povo pelo exército nacional. O texto, contrariamente às breves notas anteriores, é bastante extenso, e dele podemos transcrever alguns trechos:

HORAS VAGAS

O comunismo é a morte pela fome ou pelo fuzilamento. Fora do Temor de Deus, nunca se encontra justiça – O homem sem Religião, torna-se inferior às fêras. – A guerra civil em Espanha, bárbara e sanguinária, é prova mais que eloquente.

[...] Que consideração pode merecer a vida ou direitos dum homem a outro homem que não crê na imortalidade da alma? Um govêrno de ateus puros, que sejam coerentes com os seus princípios e vivam, segundo eles, seria *um govêrno de assassinos e de bandidos* que faria a desgraça e a destruição do povo. [...]

Vê-se isto claramente observando os factos que actualmente se estão passando na vizinha Espanha, cuja história é o seu maior orgulho, e como a nossa, ativa, forte

e cheia de heróicidade, pois as duas nações da Península Iberica, Espanha e Portugal, foram como nenhum outro povo da Terra as que mais audaciosamente *se esforçaram escudadas pela Cruz e pela Espada nas conquistas e descobrimentos*, não só com o pensamento justo e *patriótico* da expansão, mas para levar também *a civilização cristã*, de amor e de paz, *aos mais longiquos e apagados povos do Mundo*. [...]

Nós temos visto animais que lamentam a morte de outros animais. *Quando não têm Religião, os homens tornam-se inferiores às fêras*. Não revelão os mais elementares sentimentos de bondade (*Ecos de Cacia*, n.º 315 de 22 de agosto de 1936, pp. 1-2).

Uma vez alterada a linha editorial do jornal, o comportamento é já semelhante aos situacionistas, e como tal caberia classificá-lo. Apesar de ser um jornal de pendor muito local, com pouca presença de notícias internacionais, as escassas menções à guerra de Espanha cumprem com os requisitos salazaristas, como esta de 5 de setembro: descrição da barbárie comunista e desumanização dos homens de esquerda (como condição prévia à aceitação da sua eliminação):

Remoques

Analiza, leitor, em tua consciencia, se o que se passa em Espanha corresponde – quanto a idéias vindas da Rússia – aquilo a que nós chamamos ostensivamente: *civilização!!!* Três pontos de admiração, aqui são poucos.

Vê o caso de Almendralejo, aonde *foram crucificadas trinta e nove pessoas* e em seguida *regadas a gazolina e queimadas*; aonde um pobre pai viu amarrarem dois filhos novinhos, um contra o outro, *levando gazolina* em cima, e, *zás, lume com eles*, sofrendo aquele depois a mesma morte! Oh! Deus!

E há quem goze talvez com tais *martírios!* Haverá? *Monstros?! [...]*

Bem temos nós dito, que, a civilização, quando se aproxima do seu auge, é como uma ponta do arco de círculo ao *apró-chegar-se* – olhem bem para êste termo – da outra ponta donde se partiu.

Assim, na Espanha, os homens parece mesmo que se estão a *apró-chegar* do *troglodita* – *do homem das cavernas, enfim, do homem primário*. Parece mesmo (*Ecos de Cacia*, n.º 317 de 5 de setembro de 1936, p. 2).

Neste caso, pois, verificamos uma mudança clara de rumo no teor das notícias sobre a Guerra Civil de Espanha, num jornal classificado ano e meio antes como «anti-situacionista», isto é, de ideologia perigosa para o regime. A partir de 22 de agosto, no entanto, a sua obediência às diretrizes da DSC e ao SPN será total.

8. O Povo de Aveiro

Este jornal era dirigido por Francisco Manuel Homem Christo, que dispensa qualquer apresentação. Como vimos, estava também classificado com a etiqueta de anti-situacionista, mas teve um percurso bem diferente do anterior. A primeira referência à Guerra de Espanha surge a 26 de julho de 1936, uma vez que no número anterior as notícias da insurreição militar ainda não tinham chegado. Nesta, o ilustre erudito faz uma certa análise dos motivos da guerra, num exercício de rara objetividade que a censura, ainda sem orientações claras sobre os procedimentos a seguir, permitiu. Vale a pena ler o fragmento completo, onde vemos como as culpas, embora partilhadas, se atribuem mais à direita espanhola, como se descreve que a violência da esquerda foi uma reação de autodefesa, enquanto a violência da direita foi uma estratégia de vitória, como se explica que o povo resistiu ao exército e como, enfim, se insinua que deve calar porque a censura não permitiria uma análise mais pormenorizada:

Hespanha

Os acontecimentos de Hespanha não suprehenderam ninguém. Já se esperavam. *São a consequencia de uma serie d'eros enormes commettidos por todos, os da esquerda e os da direita, mas, faça-se justiça, mais os da direita do que os da esquerda.*

A republica hespanhola não quis estabelecer a dictadura. Isso deu motivo a que os vencidos, logo de principio, se apresentassem, perante os vencedores, n'uma attitude arrogante e affrontosa. Logicamente, vieram as represalias, que foram crescendo tanto mais quanto mais *se accentuava, dia a dia, o proposito de matar a republica da parte dos monarchicos.* Isto lançou os republicanos, por necessidade de defesa, nos braços dos extremistas. Organizou-se a *frente popular.* Vieram as eleições que deram uma grande maioria á frente popular. Era caso para os fascistas e monarchicos usarem de mais prudência, a partir d'essa hora. Deu-se o contrario. *Redobraram os sempre condenaveis assassinatos, em que os fascistas e monarchicos não assassinaram menos do que os extremistas e republicanos.* Emfim, *veio a sublevação militar coroar a tragédia, sublevação que foi vencida pela resistência popular.*

Este caso prestava-se a muitos e muitos commentarios. Contem grandes ensinamentos, e ensinamentos de varias ordens.

Abstemo-nos, porem, de commentar (O Povo de Aveiro, n.º 450 de 26 de julho de 1936, p. 1).

Na edição de 2 de agosto, em parte provavelmente para se esquivar à censura e em parte por beber de outros jornalistas mais bem informados,

Homem Christo traduz um artigo bastante sério e objetivo publicado em *Le Temps*. Depois de comparar os dois textos, podemos dizer que a tradução é muito fiel. Neste artigo, que não transcrevemos por ser muito extenso, conjectura-se, sob a base das informações muitas vezes contraditórias que chegam à França, sobre o poder militar de cada um dos bandos, o seu posicionamento estratégico, avaliam-se as suas ideologias e chega-se à conclusão de que quer uma ditadura do proletariado quer uma ditadura militar seriam nefastas para a Espanha. Após a sua tradução do francês, Homem Christo acrescenta o seguinte comentário sobre a recusa dos barcos ingleses a fornecer combustível ao governo legítimo da República, no qual denuncia claramente a incompreensível atitude internacional que recusa o apoio a um governo legítimo enquanto vai aceitando tacitamente um *status* oficial para os rebeldes (Homem Christo não evita o uso deste termo):

Este artigo é correctissimo. Diz tudo sem offender ninguém. Apenas n'elle ha um ponto que briga com o direito internacional. O *Temps* diz que os inglêses andaram *correctamente* recusando combustivel aos navios de guerra hespanhoes. Como assim? Estamos em face de *belligerantes* ou de um governo *reconhecido por todas as nações* em lucta com rebeldes? Estes, agora em Hespanha, ainda não foram *reconhecidos como belligerantes* por nenhuma nação. Ora, para esses casos, o direito internacional é expresso: não há *condescendencias* nenhuma com os rebeldes; e devem-se *todas as atenções* á nação reconhecida pelas potencias. O contrario pode ser um *casus belli*, ou, pelo menos, motivo para ruptura de relações diplomaticas.

Homem Christo⁸

(*O Povo de Aveiro*, n.º 451 de 2 de agosto de 1936, p. 1).

Na mesma página, esta informação sobre a Catalunha merece destaque. Com efeito, pode parecer uma notícia banal, mas é claramente subversiva. Contrariamente à imagem que pretende dar o Estado Novo, apresenta-se a zona mais «vermelha» de toda a Espanha como um lugar de «ordem» (logo na primeira linha), de absoluta normalidade, onde a comida não faltava e era entregue *gratuitamente* (em itálico no próprio texto de Homem Christo), dando uma imagem de concórdia, de bons sentimentos, bem longe da imagem de bestas ferozes que queria dar a censura salazarista, onde os estrangeiros são

⁸ Neste caso, ao contrário do que acontece nos textos apresentados anteriormente, os itálicos aparecem no próprio jornal.

muito bem tratados. Salienta o autor do artigo que as palavras são tiradas *ipsis verbis* de um jornal que, no fundo, é de direita, provavelmente para escapar à censura:

A Guerra em Hespânia

O *Temps*, de 25, diz que *a ordem, em Barcelona, era absoluta e o policiamento da cidade perfeito*.

Todos os operarios acudiram ao trabalho, todas as lojas abertas, todas as ruas cheias de gente.

De muitas aldeias catalans chegaram ao mercado camiões carregados de galinhas e outras aves, de fructa, de batatas, de leite, etc., que os habitantes d'essas aldeias offereceram *gratuitamente* aos hospitaes e ás milicias populares.

Os atletas inglêses que tinham ido para os jogos olympicos desfilaram de manhã pelos boulevards com as suas bandeiras desfraldadas, sendo vivamente aclamados pela immensa multidão que n'elles se agglomerava.

Todos os atletas estrangeiros, de tarde, organizaram na Praça da Republica, em frente do palácio da Generalidade, uma imponente manifestação. Delegados dos Estados Unidos, da Noruega, da Hollanda, da Inglaterra, da Palestina, da França, da Belgica, e dos italianos refugiados no estrangeiro, *agradeceram calorosamente das janellas da Generalidade ao governo catalão a maneira como foram tratados*, lamentando que as circunstancias obrigassem á suspensão dos Jogos olympicos populares.

Eis, *ipsis-verbis*, o que nos diz o *Temps* de 25 de Julho (*O Povo de Aveiro*, n.º 451 de 2 de agosto de 1936, p. 1).

Com efeito, a tradução é *ipsis verbis*, só que de frases e excertos seleccionados, pois a notícia no *Le Temps* de 25 de julho de 1936, na primeira página, é bem mais extensa.

No dia 6 de setembro, quando os outros jornais analisados aqui se vergavam aos ditames da censura, Homem Christo conseguia expor com grande lucidez as causas profundas da Guerra Civil de Espanha, não afincadas nos crimes dos comunistas, mas no caciquismo, na corrupção, no banditismo, nas intrigas políticas. O artigo, uma vez mais, é longo demais para ser aqui exposto. Basta dizer que retoma escritos dele de 1915, 21 anos atrás, aquando da sua viagem por Espanha, onde augura que a mesma anarquia que assola Portugal de forma patente, e que vê subjazer de forma latente em Espanha, explodirá algum dia de forma mais virulenta que em Portugal. Não era bruxaria, afirma agora, mas o olhar atento de alguém que sabe perscrutar o ser humano. Acaba o artigo

com um parágrafo aparentemente equidistante nas culpas (o artigo intitula-se «Todos teem culpas»), mas que não esconde a verdadeira forma de pensar de um homem que era, antes de mais, democrata:

Condenemos os marxistas. Mas não esqueçamos de condenar também a cupidez, a corrupção, a insania, o cynismo das classes superiores, *causa primeira* do incendio que está devorando a Hespanha.

Homem Christo

(*O Povo de Aveiro*, n.º 452 de 6 de setembro de 1936, p. 1).

A censura ia aos poucos impedindo a livre publicação destas ideias, mas um erudito como Homem Christo conseguia recorrer a múltiplos ardis para a ludibriar. Mesmo um dia antes do Decreto-Lei de setembro, no dia 13 desse mês, tenciona rebater as informações transmitidas por todos os jornais no sentido de que só os comunistas é que cometiam atrocidades. Numa guerra, todos as cometem. Astuciosamente, o jornalista aveirense inicia um artigo, intitulado «As terríveis revoluções», com a menção aos horrores da Guerra Civil de Espanha. A partir daí, fala de numerosas outras guerras na história da humanidade onde quer os de um bando quer os do outro se mostraram implacáveis com os inimigos. Começa por reproduzir um trecho da obra de Fustel de Coulanges *La cité Antique*, onde se fala das revoluções sociais na antiga Grécia e de como os dois bandos que sempre se formaram, o dos ricos e o dos pobres, cometeram barbaridades. A seguir, transcreve um excerto do livro de A. Moret *Le Nil et la civilisation égyptienne*, onde explica a carnificina resultante de um conflito entre nobres e plebeus 2000 anos antes de Cristo. Prossegue com um fragmento de *La Révolution Russe, Les Origines, Les Résultats* (tome 1), de Henry Rollin, onde se explica que em todos os atos revolucionários houve violência. De seguida, reproduz um texto tirado de *L'Anarchie dans le Monde Moderne* de Gustave de Lamarzelle, onde se fala dos horrores da repressão dos grandes senhores durante a guerra dos camponeses alemães de 1525. Finaliza Homem Christo com o seguinte comentário:

Para não alongar este artigo, deixaremos de parte os horrores da guerra entre protestasitas e catholicos, com o seu *Saint-Berthelemy*, em França, nos reinados de Henrique II, Carlos IX e Henrique III; os horrores, no mesmo paiz, da guerra dos Camisards; os horrores da famosa Revolução Francesa e os da comuna de Paris (*O Povo de Aveiro*, n.º 453 de 13 de setembro de 1936, p. 1).

Com certeza, este cúmulo de citações que aparentemente nada tinham a ver com a guerra em Espanha deve ter confundido os censores, que não deviam saber se aquilo tinha que ser emendado ou não.

Mas no dia a seguir a esta grande mostra de habilidade de Homem Cristo, começa a nova lei, mais restritiva ainda, de censura sobre os acontecimentos da Guerra Civil de Espanha. Com essa mordaza implacável, *O Povo de Aveiro* passou três semanas sem dizer absolutamente nada do que acontecia no país vizinho. O silêncio, de qualquer modo, é uma opção. Se a única alternativa possível é apresentar a realidade pelo crivo do salazarismo ou calar, com certeza que a opção mais honesta era calar. Os ardis para poder falar são, nessa altura, cada vez mais rebuscados. A 4 de outubro lemos esta notícia no jornal:

Povo de Aveiro

Sob este título lê-se no excelente semanário, *A Verdade*, de 19 do corrente:

«Reapareceu êste magnífico semanário, tribuna das mais autorizadas – a mais nobre, a mais corajosa, a mais inteligente de tôda a imprensa portuguesa.

Homem Cristo, jornalista insigne, depois do descanço de um mês, voltou á liça, com a sua pena fulgurante, dando-nos o interêsse vivaz e inteligente da leitura do seu belo periódico.

O artigo de fundo do *Povo de Aveiro* da semana finda, é um juízo lucidissimo e justo sôbre os acontecimentos de Espanha.»

Os nossos mais vivos agradecimentos (*O Povo de Aveiro*, n.º 456 de 4 de outubro de 1936, p. 1).

Tratava-se de um estratagema subtil para insistir em que ele tinha razão, quase um grito unamuniano de «Venceréis, pero no convenceréis». Vejamos a data. O jornalista de *A verdade* escreve a 19 de setembro (não pode ser «do corrente» porque a data do jornal é 4 de outubro) e entretanto já saíram dois números d'*O Povo de Aveiro*, dos dias 20 e 27 de setembro. Por que não publicar esta nota mais cedo? Estava a ficar sem ideias para publicar qualquer coisa sobre a Guerra Civil de Espanha e teve que deitar mão deste último recurso após dois números sem possibilidade de falar?

A verdade é que os artifícios para burlar a censura deviam ser de dia em dia mais difíceis. No jornal seguinte, de 11 de outubro, escreve um artigo sobre generalidades acerca da insensatez das guerras; na semana seguinte, no jornal de 18 de outubro, mais um sobre generalidades acerca de as desigualdades sociais serem a principal causa das guerras. No dia 1 de novembro recorre novamente ao ardil de um mês atrás, publicando uma notícia aparecida no

Notícias de Basto a elogiar o seu artigo sobre as verdadeiras causas da Guerra Civil⁹ e que acaba com «nunca Homem Christo se enganou». E para não ter de se enganar, ou de errar, preferiu, a partir dessa altura, calar. Nesse ano não voltou a tratar o tema de Espanha, sabendo como sabia que só uma perspectiva era permitida, a perspectiva deturpada do fascismo, e para o ano seguinte a Guerra Civil foi perdendo interesse nos assuntos internacionais, pois outra guerra se estava a preparar, esta mundial. Mas o silêncio, por vezes, diz muito.

Vimos, portanto, alguns jornais de Aveiro e as suas estratégias informativas, ponderadas em conjugação com uma censura feroz que não deixava muita margem de manobra. Comprovámos que as etiquetas que a própria censura impunha nem sempre parecem adequadas, a não ser que as linhas editoriais tivessem mudado bastante em ano e meio, o que é, no fim de contas, possível. Vimos que Aveiro possuía, pelo menos, alguns jornais que só se vergaram à censura quando não houve outra opção, pois é preciso lembrar que era o distrito com mais jornais anti-situacionais. E vimos a magnífica luta intelectual de um erudito com uma perspicácia quase clarividente e uma censura cega, mas teimosa, que venceu, mas nem sempre convenceu.

Referências bibliográficas

- BARROS, Júlia Leitão de (2011). O Cerco Ideológico do Estado Novo à Imprensa de “Província”. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, 5/6, pp. 265-300.
- CERQUEIRA, Eduardo (1976). Notas sobre a implantação da República em Aveiro e seus antecedentes. *Aveiro e o seu distrito. Publicação Semestral da Junta Distrital de Aveiro*, 22, pp. 15-36. URL: <http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Aveidistrito/Boletim22/Page15.htm#05a>. (Consultado em 25-09-2017).
- GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo & LIMÓN NEVADO, Fredes (1988). *La Hispanidad como instrumento de combate. Raza e imperio en la Prensa franquista durante la Guerra Civil española*. Madrid: CSIC – Centro de Estudios Históricos.
- JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos (2017). Primo de Rivera y Portugal, 1923-1931: del “peligro español” a la nostalgia de la España autoritaria. *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, 16, pp. 91-117.

9 Devemos salientar a seguinte frase: «A Espanha está minada até aos ossos, como nós, de caciquismo e banditismo» (*O Povo de Aveiro*, n.º 460 de 1 de novembro de 1936, p. 1).

- PAULO, Heloisa (2013), Memoria y exilio: la difícil tarea de recuperar vidas olvidadas. *Trocadero*, 25, pp. 103-116.
- PENA RODRÍGUEZ, Alberto (1997). *El Estado Novo de Oliveira Salazar y la Guerra Civil española: información, prensa y propaganda (1936-1939)*. Tesis Doctoral. Madrid–Coimbra–Lisboa: Universidad Complutense de Madrid. URL: <http://webs.ucm.es/BUCM/tesis/19972000/S/3/S3036701.pdf>. (Consultado em 15-07-2017).
- (2010). Portugal, España y la historia del Estado Novo: las Relaciones Ibéricas y los medios de comunicación salazaristas en los años treinta. In Tavares Ribeiro, Maria Manuela (coord.), *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 437-461.
- (2012). Periodismo, guerra y propaganda: la censura de prensa en Portugal durante la Guerra Civil española. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, vol. 18, n.º 2, pp. 563-576.
- (2017). *Salazar y el fascismo español. Propaganda fascista y salazarista en la colonia española en Portugal (1933-1939)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Portugal ante la Guerra Civil de España. Documentos y notas* [s.d.]. Lisboa: Edições SPN.
- SEVILLANO CALERO, Francisco (2011). Los medios del lenguaje propagandístico del “nuevo Estado” franquista (1936-1945). In Moreno Cantano / Antonio César (coords.), *El ocaso de la verdad. Propaganda y prensa exterior en la España franquista (1936-1945)*. Gijón: Ediciones Trea, pp. 27-40.

TÍTULO: A Guerra Civil de Espanha e a imprensa aveirense

RESUMO: No presente texto analisamos as notícias publicadas em quatro jornais de Aveiro durante os inícios da Guerra Civil de Espanha para tentar perceber o impacto da censura na imprensa regional do distrito português com maior número de jornais deste tipo. Deste modo, veremos que a SPN catalogava os jornais dependendo do posicionamento ideológico, mas que nem sempre as notícias coincidiam com esta classificação. Centramos a nossa atenção, no fim, na figura de Homem Christo, que sobressai sobre os demais jornalistas quer pela sua perspicácia, quer pela sua integridade jornalística.

TITLE: The Spanish Civil War and the press of Aveiro

ABSTRACT: In the essay under review, I aim at analyzing the news stories published in four newspapers headquartered in Aveiro at the outset of the Spanish Civil War. Hence, I shall attempt to understand the impact of censorship in the regional press located in this Portuguese district, which, at the time, possessed the largest circulation of regional/local newspapers in the entire country. As such, I have come to the realization that the SPN cataloged these newspapers on the grounds of their ideological leaning. Their news stories, however, did not always match with this classification. Lastly, I focused on the figure of Homem Christo, who stands out among his peers, notably for his astuteness and for his journalistic integrity.

Contra las «mentiras de Madrid».

Portugal y las emisiones radiofónicas durante la Guerra Civil Española

Against the “lies of Madrid”.

Portugal and radio broadcasts during the Spanish Civil War

ALBERTO PENA RODRÍGUEZ*

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, Radio, Propaganda, Salazar, Franco, Guerra Civil.

KEYWORDS: Portugal, Radio, Propaganda, Salazar, Franco, Civil War.

1. Introducción

Este trabajo es una aproximación general al rol desempeñado por la radio portuguesa durante la Guerra Civil española.¹ Mediante el uso de fuentes documentales de archivo y bibliográficas especializadas, se abordan algunos aspectos relevantes sobre la intervención de las principales emisoras portuguesas en el conflicto a favor de los militares sublevados contra el gobierno republicano español. Se analizan de manera particular las campañas realizadas por el Rádio Club Português (RCP) y la Emissora Nacional (EN), así como algunos aspectos paradigmáticos sobre las emisiones radiofónicas relacionadas con Portugal durante el período bélico.²

* Faculdade de Ciências Sociais e da Comunicação, Universidade de Vigo.

¹ Este artículo es una versión complementaria de otros dos trabajos anteriores publicados por el autor sobre el mismo objeto de estudio: «Sintonía de combate. La propaganda del Rádio Club Português en la Guerra Civil española (1936-1939)», *Historia Crítica*, n.º 58, octubre-diciembre 2015, pp. 95-115. DOI: [dx.doi.org/10.7440/histcrit58.2015.05](https://doi.org/10.7440/histcrit58.2015.05). Y «La guerra del éter. La campaña radiofónica de Portugal contra la Segunda República española», *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea. Spagna Anno Zero: la guerre como soluzione*, n.º 7 (2011). DOI: [10.4000/diacronie.3266](https://doi.org/10.4000/diacronie.3266).

² Para comprender la intervención portuguesa en la Guerra Civil española, léase a César Oliveira: *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições O Jornal, 1988, 2.ª edición. Y también a Iva Delgado: *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Publicações Europa-América, s. f. [1980]. En relación con el uso de propaganda contra la II República, pueden consultarse en Portugal los siguientes trabajos del autor: *Salazar, a Imprensa e a*

La radio portuguesa jugó un papel extraordinariamente importante durante el desarrollo del conflicto fratricida español. Su intervención propagandística a favor del golpe de Estado franquista la convirtieron en un *frente* de lucha desde el que se combatía el desconcierto y la desmoralización de unos y se fomentaba la confusión y el desánimo de otros. El público ibérico, tanto español como portugués, estuvo sometido a esta «guerra de ondas» que protagonizaron las emisoras españolas y lusas en un intento por captar adeptos a una u otra causa. Tanto la estatal *Emissora Nacional*, dirigida por el capitán Henrique Galvão, como el *Rádio Club Português*, fundada y gestionada por el capitán Jorge Botelho Moniz, fueron potentes altavoces de la batalla propagandística contra las emisoras leales al gobierno de Madrid.

El RCP cubrió en directo el conflicto español y colaboró en la organización de decenas de actos de propaganda anticomunista en Portugal con el objetivo de adoctrinar a la sociedad portuguesa sobre los riesgos del republicanismo español, al que se identificaba con el comunismo internacional. Entre los eventos patrocinados por el RCP está el gran mitin anticomunista celebrado en la plaza de toros de Lisboa el 28 de agosto de 1936, promovido por el propio Jorge Botelho Moniz, que dio lugar a la fundación de la milicia de la Legião Portuguesa, como reacción y rearme civil frente a los acontecimientos de España (Rodríguez, 1996, pp. 39-46).³ Botelho Moniz, de hecho, fue un baluarte de la propaganda a favor de la militarización de la sociedad lusa para impedir el avance del comunismo en la Península Ibérica, y convirtió la sede de la emisora en centro de alistamiento de voluntarios portugueses para las tropas del general Franco para combatir el «marxismo».⁴

Guerra Civil de Espanha. Coimbra: Minerva Coimbra, 2007; y *O Que Parece É. Salazar, Franco e a Propaganda contra a Espanha Democrática*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2009. Sobre el aparato de propaganda del Estado Novo en los años treinta, véanse las obras de Helena Matos Salazar. *A Construção do Mito (1928-1933)*, y *Salazar. A Propaganda (1934-1939)*, ambos publicados en Lisboa: Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2010. Y también el libro de Margarida Acciaiuoli: *António Ferro. A Vertigem da Palavra: Retórica, Política e Propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Bizâncio, 2013. Para estudiar de modo comparado el uso de la propaganda por los gobiernos fascistas, puede consultarse a Alberto Pena-Rodríguez y Heloisa Paulo (eds.). *A Cultura do Poder. A Propaganda nos Estados Autoritários*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

³ Véase también la siguiente crónica periodística: «O comício anti-acomunista», *Diário da Manhã*, Lisboa, 29-08-1936, p. 3.

⁴ «O grande entusiasmo pela organização da legião cívica contra o marxismo», *Diário de Notícias*, Lisboa, 01-09-1936, p. 5.

Gracias a la propaganda del capitán Botelho Moniz, que incesantemente pedía colaboración para luchar contra los comunistas (léase republicanos) españoles, se reclutaron decenas de combatientes en los banderines de enganche de los fascistas españoles en Portugal.⁵ Además de crónicas y reportajes bélicos, comentarios, opiniones, o música militar, el RCP emitió programas específicos de carácter anticomunista. Entre ellos estaba «5 minutos anti-comunistas», un espacio diseñado por el Secretariado de Propaganda Nacional del Estado Novo que se difundía en las principales emisoras de Portugal. En el programa participaban intelectuales y políticos franquistas o salazaristas que hacían proclamas en las que se identificaba al gobierno de Madrid con la Internacional Comunista.⁶

A través de sus micrófonos se difundieron también mensajes de los portavoces de la colonia franquista en Portugal, como los aristócratas marqueses de Quintanar y de Vega de Anzo, o el prestigioso intelectual franquista José María Pemán, quien emitió un discurso radiofónico titulado «Mensaje a Portugal», publicado también por los diarios de referencia en Portugal, como el *Diário da Manhã*,⁷ *A Voz*,⁸ *Diário de Notícias*,⁹ *Radio Nacional*¹⁰ y *El Alcázar*,¹¹ que fue elogiado por estos medios con calificativos como «legítima glória da latinidade»¹² y «uma das maiores glórias da Espanha culta».¹³

⁵ «Telegrama del Cuartel General de Salamanca a la Representación de la Junta en Lisboa», 3 de diciembre de 1936, en Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores de España (AMAE), Madrid-España, Fondo Embajada de España en Lisboa, R-1111, exp. 5.

⁶ En el RCP intervinieron destacados miembros del régimen, como el Subsecretário das Corporações, José Luiz Supico, el diputado de la União Nacional e ingeniero Cancela de Abreu, o intelectuales salazaristas, como el ingeniero Neves da Costa, Mário Madeira, José Guilherme de Melo e Castro, Adriano Pimenta, José Mendes Alçada, Pedro Botelho Neves y Pedro de Castro e Almeida. En el RCP hubo espacio también para voces religiosas, como la de monseñor António Manuel da Silva Pinto e Abreu, que veía la actividad de la emisora como una cruzada. Según él, la guerra de España era un aviso divino que obligaba a los portugueses a apoyar al franquismo contra el comunismo. Véase, entre otros números del *Diário da Manhã*, los siguientes: *Diário da Manhã*, Lisboa, 31-08-1936, p. 3; *idem*, 02-09-1936, p. 2.

⁷ José María Pemán, «Mensaje a Portugal», *Diário da Manhã*, Lisboa, 29-08-1936, p. 5.

⁸ «Saboroziíssimo regalo espiritual», *A Voz*, Lisboa, 29-08-1936, p. 6.

⁹ José María Pemán, «Mensaje a Portugal», *Diário de Notícias*, Lisboa, 30-08-1936, p. 6.

¹⁰ José María Pemán, «Mensaje a Portugal», *Radio Nacional*, Salamanca, 14-05-1939, p. 45.

¹¹ José María Pemán, «Mensaje a Portugal», *El Alcázar*, Toledo, 29-08-1936, p. 1.

¹² *Diário da Manhã*, Lisboa, 29-08-1936, p. 5.

¹³ «José María Pemán», *A Voz*, Lisboa, 30-08-1936, p. 6.

El RCP emitió, además, diversas programaciones especiales. Entre ellas, por ejemplo, el 18 de julio de 1938 cedió parte de su espacio radiofónico a los franquistas con motivo de las celebraciones del segundo aniversario del golpe de Estado. Para conmemorar la fecha, el RCP invitó al embajador del gobierno de Burgos en Lisboa, Nicolás Franco (hermano del caudillo español), a hablar por la emisora.¹⁴ El hermano del general Franco reconoció públicamente la decisiva ayuda prestada por Jorge Botelho Moniz al bando rebelde.¹⁵

2. El «alimento espiritual» del fascismo ibérico: la propaganda del RCP

El RCP empezó siendo un simple juguete doméstico, que sería transformado posteriormente en un poderoso medio de comunicación. En 1932, el oficial del ejército portugués Jorge Botelho Moniz les regaló a sus hijos un pequeño emisor que podía comunicar varias estancias de la casa. Pronto cayó en la cuenta de que aquel invento podría ser un rentable negocio y una poderosísima arma de propaganda. Así nació la *Emisora del Estado Libre de Parede*, que al poco tiempo pasaría a llamarse *Rádio Parede* y, luego, *Radio Club da Costa do Sol*. La masiva afluencia de socios le permitió aumentar la potencia del emisor hasta alcanzar los 5 Kw. y refundar la empresa con el definitivo nombre con que el que saltó definitivamente a la fama: *Rádio Club Português*.

Al comenzar la Guerra Civil española en 1936, con más de 10.000 asociados, el RCP poseía un excelente complejo radiofónico que incluía laboratorio radioeléctrico, grabación de discos con eficaces servicios técnicos, áreas de recreo para sus varias decenas de empleados con bar, biblioteca, cancha de tenis y piscina, una unidad móvil preparada para transmitir desde cualquier lugar, entre otros adelantos técnicos.¹⁶ Al estallar la guerra fratricida en España, el RCP se convertiría en el «alimento espiritual»¹⁷ de los que apoyaban a los insurgentes contra la II República.

Pero el RCP no fue solamente un altavoz de las soflamas facciosas contra Madrid, ni un baluarte del que se servían los golpistas para justificar apoyos

¹⁴ Nicolás Franco utilizó los micrófonos del RCP en otras ocasiones. Véase, por ejemplo, *Rádio Nacional*, Lisboa, 29-02-1939.

¹⁵ *A Voz*, Lisboa, 19-07-1938, p. 6.

¹⁶ *Rádio Nacional*, año II, n.º 29, 28-05-1939, pp. 8 y 9: «Radio Club Português».

¹⁷ *Rádio Nacional*, año II, n.º 29, 28-05-1938, p. 15: «Radio Club Português y la guerra de España».

exteriores, ni tampoco un simple instrumento de las vocingleras soflamas de ánimo militar en las horas claves del desconcierto bélico. La emisora lusa fue, sin lugar a dudas, el medio de propaganda más eficaz con el que contaron los rebeldes durante los momentos más importantes de la guerra, especialmente en los seis primeros meses del conflicto. Sus emisiones no se ciñeron solamente a una mera transmisión de noticias favorables a los rebeldes. Su programación y sus mensajes obedecieron, en todo momento, a una estrategia preconcebida para vencer en el decisivo frente de la propaganda.

Pocas horas después del levantamiento militar en España, Jorge Botelho Moniz, un atrevido oficial conservador en la reserva, provocador y dinámico, proclive a embarcarse en aventuras bélicas, emprende su particular cruzada contra el gobierno de Madrid desde su emisora, situada a 30 kilómetros de Lisboa, en Parede, una localidad cercana a la señorial villa de Estoril, que era donde residía la aristocracia española exiliada en Portugal, entre la que se encontraba el León del Rif, el general José Sanjurjo, exiliado en Portugal tras su pronunciamiento fallido contra el gobierno republicano en 1932. Botelho Moniz se puso inmediatamente del lado del general Franco. Según sus palabras había que escoger entre la «civilización» o la «barbarie». «Se decidió por el más débil, por el más atacado, por el que todos desdeñaban. Y se decidió solamente porque éste era el representante de los principios y de las doctrinas que hicieron grandes a las naciones de la Península». ¹⁸ Tras apercibirse de las «mentiras de Madrid» pocas horas después de la revuelta, no dudó en ponerse al servicio de la «verdad». Así, quiso dejar claro para la historia que fueron las emisoras «rojas» las que le abrieron el camino al comprobar la manipulación de la información del conflicto; desmintiendo, de este modo, que se tratase de una confabulación suya con los golpistas.

Tras la insurrección contra el gobierno de Madrid, el RCP reclutó entre los miembros de la colonia española de Estoril locutores españoles para transmitir en castellano hacia España. ¹⁹ Pronto comenzaron a colaborar Martínez Romarate, Marisabel de la Torre de Colomina, Santiago Tarodo Fortis, el Marqués de Quintanar, entre otros colaboradores, que convirtieron la sede de la emisora portuguesa en el auténtico «centro de resistencia» franquista en Portugal (Abreu, 1995, p. 47). La cooperación entre la llamada «embajada negra», compuesta

¹⁸ *Radio Nacional*, año II, n.º 29, 28-05-1939, p. 14: «El primer amigo», de Jorge Botelho Moniz.

¹⁹ *Radio Nacional*, año II, n.º 27, 14-05-1939, p. 45: «La radio en las rutas de Madrid. De Lisboa a Madrid», de Leopoldo Nunes.

por los diplomáticos que se pusieron al servicio de los rebeldes, entre los que se hallaban el Marqués de Miraflores, el Marqués de Vega de Anzo, el Marqués de Contadero o el propio Gil Robles, y el RCP fue permanente, hasta el punto de estudiar la creación, en octubre de 1937, de un estudio radiofónico en la sede de la propia embajada de España en Lisboa conectado a la emisora por hilo directo. Plan concebido con la aprobación de Botelho Moniz, Nicolás Franco y el delegado de Prensa y Propaganda franquista, Manuel Arias Paz, que creyeron mucho más práctica la retransmisión desde la propia sede de la Representación diplomática, a cuyo servicio se pondría un nuevo emisor de 20 Kw. de potencia. Un agente rebelde en Lisboa incluso propuso utilizar esta nueva emisora como una falsa «emisora roja» para confundir a la opinión pública de la zona leal, dentro de una estrategia de propaganda negra.²⁰ Sin embargo, la falta de recursos económicos frustraría finalmente la operación.

Al empezar la guerra, el RCP aumentó su programación considerablemente, hasta las 14 horas diarias, emitiendo desde las dos de la tarde a las cuatro de la madrugada. «O pessoal de Rádio Club Português não dorme, não descansa, tal o entusiasmo e a ardorosa fé que põe no combate», publicó en agosto de 1936 el órgano salazarista *Diário da Manhã*.²¹ Bajo la batuta del que pasaría a ser conocido por el pueblo español como el “Capitán Botelho”, la emisora lusa difundió la propaganda rebelde a prácticamente todos los rincones de la Península, tal y como afirmaba la prensa lusa: «É escutado em toda a parte, em tôdas as ruas, em tôdas as casas. Os receptores falam-nos de Espanha a todos os momentos, numa obsessão apremiante, num pesadelo de tragédia que nos empolga e arrasta.»²²

La primera batalla propagandística en la que el RCP participó fue durante el levantamiento militar en Barcelona, tratando de buscar apoyos entre la población barcelonesa para el general Goded. El RCP intervino también en apoyo de los facciosos sitiados en el Cuartel de la Montaña, en Madrid, en el

²⁰ Archivo General de la Administración (AGA), fondo Exteriores, caja 6631. Carta sin firmar a Nicolás Franco, «estrictamente confidencial», de la Representación rebelde en Lisboa, 11-10-1937. Y también: Carta sin firmar a Arias Paz, «personal y reservada», de la Representación rebelde en Lisboa, 11-10-1937.

²¹ *Diário da Manhã*, n.º 1903, 03-08-1936, p. 8. «Rádio Club Português. A estação emissora que trabalha de dia e de noite noticiando com admirável precisão os acontecimentos de Espanha».

²² *Diário da Manhã*, n.º 1894, 27-07-1936, p. 8: «O papel do TSF nos actuais acontecimentos de Espanha».

que muchos de los rebeldes murieron fusilados.²³ Desde entonces, el RCP utilizaría sistemáticamente como *leit-motiv* propagandístico los crímenes leales, a los que calificaba como parte de una campaña de terror contra los españoles, bajo la expresión de *terror vermelho*.²⁴ Otro de los frentes de la emisora portuguesa fue el Alcázar de Toledo. El RCP informó a los sitiados de la marcha de los acontecimientos y les animó a resistir, convirtiéndolos en mito antes de ser liberados. El propio periódico realizado por los que resistían en la fortaleza, el histórico *El Alcázar*, utilizó como principal fuente de información las charlas de Botelho Moniz y de la locutora española Marisabel de la Torre de Colomina. Según el testimonio de los militares que resistieron en la fortaleza, las charlas de Botelho y las noticias favorables al avance faccioso hacia Madrid fueron un bálsamo moral para seguir aguantando los embates del enemigo.²⁵ Incluso el RCP cedió sus micrófonos a la hija del general Moscardó para transmitir un emocionado mensaje de apoyo a su padre. Durante y después de la numantina resistencia, el RCP emitiría programas especiales para dar a conocer al mundo la gesta heroica de los defensores del Alcázar.²⁶ La batalla de Teruel fue otro de los momentos más frenéticos en la actividad propagandística de Botelho Moniz, tratando de desmentir los éxitos que las radios leales atribuían al ejército republicano para aplacar los ánimos de los que apoyaban a Madrid en las zonas que todavía no habían sido conquistadas por Franco.

No es extraño, por tanto, que la Junta de Burgos hiciese publicidad para que las poblaciones bajo su mando escuchasen la radio lusa, haciendo llamados

²³ *Radio Nacional*, art. cit., n.º 29, p. 15.

²⁴ La expresión *terror vermelho* (terror rojo) se extendió a toda la prensa lusa para aludir a la defensa ejercida por el gobierno de la II.ª República o el bando leal. Incluso otro de los intelectuales españoles que estuvo del lado rebelde, Wenceslao Fernández Flórez, publicó en Portugal su libro de experiencias en Madrid durante la guerra, titulado *O Terror Vermelho* (Lisboa: Empresa Nacional Editora, 1938). También José Maria da Costa Júnior, uno de los corresponsales lusos que estuvieron en España, empleará la frase en uno de sus libros sobre la guerra: *A Espanha sob o terror vermelho* (Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1937).

²⁵ *El Alcázar*, n.º 49, 13-09-1936, p. 2.

²⁶ Por ejemplo, el programa «Cinco minutos dedicados aos heróis defensores de Toledo» (*Diário de Notícias*, n.º 25.341, 22-08-1936, p. 1). O también el discurso proferido por uno de los soldados que resistieron en el Alcázar, que certifica que *RCP* fue el único contacto que mantuvieron «con el mundo y con la verdad» durante el asedio (*Diário da Manhã*, n.º 1968, 10-10-1936, p. 5).

desde la prensa rebelde para que los españoles sintonizaran la emisora que daba las noticias más «exactas».²⁷

En su búsqueda de la verdad, el RCP desmentía con frecuencia los relatos informativos transmitidos por las emisoras leales. Si la leal *Unión Radio* decía, por ejemplo, que la Academia Militar de Zaragoza había sido destruida el 21 de julio de 1936 por la aviación de Madrid, el RCP, en contacto permanente con los rebeldes, lo desmentía de forma inmediata.²⁸ Del mismo modo, la estación lusa captaba mensajes telegráficos cifrados de la zona leal, a través de un incansable servicio de escucha, que luego transmitía a los rebeldes, como hizo con una de las comunicaciones secretas de Indalecio Prieto.²⁹ Revelaba también las posiciones del ejército fiel a la II.^a República,³⁰ leía en antena los editoriales favorables a los franquistas publicados en la prensa lusa o española, comentaba las charlas del general Queipo de Llano desde *Radio Sevilla*, puso en contacto a los rebeldes del frente sur con los del norte y era fuente esencial de la prensa facciosa. Y, además, para acallar la propaganda leal, a veces producía interferencias en las emisoras de Madrid transmitiendo en su misma longitud de onda.

Obviamente, el RCP más que una emisora portuguesa que emitía para un público portugués con una programación variada, funcionó como un arma de propaganda franquista durante la Guerra Civil española. Sus contenidos radiofónicos en los primeros seis meses de la batalla estaban orientados a un fin propagandístico. Básicamente, se emitían sesiones de música portuguesa (fados, el himno portugués, marchas marciales) y española (malagueñas, el himno del Tercio, de la Falange, etc.), espacios informativos sobre el conflicto español y programas de propaganda anti-comunista, como «Cinco minutos anti-comunistas». Esta programación se complementaba con una extensa participación de intelectuales salazaristas como José Pequito Rebelo, José Luiz Supico, Adriano Pimenta, Henrique Cabrita o José Mendes Alçada, que también emitían observaciones y comentarios sobre la guerra de España. Indudablemente, tanto por la superior potencia del emisor como por los medios humanos y técnicos, el RCP fue la emisora facciosa más influyente en España hasta la creación de Radio Nacional en 1937. *Radio Sevilla*, a pesar de haber jugado un papel interesante en la guerra con las charlas de Queipo de Llano, no alcanzó

²⁷ *Diário de Notícias*, n.º 25.319, 31-07-1936, p. 4.

²⁸ *Diário da Manhã*, n.º 1889, 22-07-1936, p. 5.

²⁹ *Diário de Notícias*, n.º 25.315, 27-07-1936, p. 4.

³⁰ *Diário da Manhã*, n.º 1893, 25-07-1936, p. 5

el impacto de la estación de Botelho Moniz. De hecho, el propio Queipo utilizó en numerosas ocasiones al RCP como fuente informativa neutral, otorgándole la máxima credibilidad por el hecho de ser extranjera (cf. Gibson, 1986).

La cruzada particular del RCP contra el gobierno de la II República le granjearon no pocos enemigos dentro de su propio país, especialmente entre los opositores al régimen del Estado Novo salazarista. De hecho, los anarquistas lusos atentaron contra sus instalaciones en Parede y contra las de la EN el 20 de enero de 1937.³¹ Los daños no fueron cuantiosos, pero la emisora sufrió una avería que le obligó a suspender sus emisiones durante varias horas. Tras el atentado, Botelho Moniz responsabilizó a los republicanos españoles. El RCP llegó a ser acusado por algunos medios de comunicación leales de haber sido comprada por los facciosos. Algunas emisoras, incluso difundieron que el puesto radiofónico portugués había recibido de Queipo de Llano tres millones de pesetas y que estaba en contacto permanente con este militar rebelde.³² Pero su colaboración no se quedó en mera propaganda. Además de servir para allanar el camino seguido por las tropas de Yagüe desde Sevilla hasta la capital española convenciendo a las poblaciones para que las recibieran de brazos abiertos, prestó también una eficaz ayuda en el plano logístico. Las instalaciones del RCP se convirtieron en un auténtico «centro de alistamiento»³³ de combatientes para la «embajada negra» en Portugal.³⁴ Además, la emisora lusa prestó auxilio técnico a los servicios de propaganda rebeldes para poner en marcha emisoras en zonas conquistadas, como ocurrió en Badajoz el 16 de agosto de 1936, justo un día después de quedar totalmente dominada la ciudad por los facciosos, donde técnicos del RCP repararon la averiada Radio Extremadura³⁵. También sirvió de enlace entre los combatientes franquistas y la Representación rebelde en Lisboa, e incluso prestó apoyo a los soldados y oficiales insurgentes que desde el frente fueron a la cómoda retaguardia lusa a descansar.³⁶

³¹ Véase la prensa diaria portuguesa el día 21 de enero de 1937. Para comprender la actividad de la oposición anarquista – la más combativa – a la dictadura léase a Rodrigues, Edgar. *A resistência anarco-sindicalista à ditadura. Portugal (1922-1939)*. Lisboa: Editora Sementeira, 1987.

³² Archivo de Oliveira Salazar, AOS/ANTT, CO/NE-9A, Pasta 1: «Informações dos comandos das unidades da Guarda Fiscal (1935-1937)», subdivisão 14.^a.

³³ *Diário de Notícias*, n.º 25.351, 01-09-1936, p. 5.

³⁴ AMAE, R-1111, Expediente n.º 5. Telegrama del Cuartel General de Salamanca a la Representación rebelde en Lisboa, 03-12-1936.

³⁵ *O Século*, n.º 19.549, 17-08-1936, p. 5.

³⁶ *Radio Nacional*, art. cit., n.º 29, p. 53.

3. La «perfecta» propaganda de la Emissora Nacional

La EN fue más prudente que el RCP en su campaña a favor de los insurgentes españoles. Una prudencia política y estratégica. Sus emisiones debían aparentar una cierta neutralidad, pues era un medio de comunicación al servicio del gobierno portugués. Una propaganda excesivamente ofensiva y atrevida de apoyo a los rebeldes podría perjudicar directamente la disfrazada colaboración diplomática de Salazar con Franco y restar fuerza en la defensa de su política pro franquista en los foros internacionales como el comité de Londres. No convenía a la estrategia del Estado Novo que un medio de comunicación con tanta influencia y difusión como la *Emissora Nacional* hiciera oficial en Europa la idea del incondicional apoyo salazarista al fascismo español, mientras luchaba por evitar la intervención a favor de los leales de países como Francia e Inglaterra en el conflicto.

Poco antes del inicio de las hostilidades en España, Oliveira Salazar decidió que la estación radiofónica del Estado pasase a depender administrativamente de la Presidencia del Conselho de Ministros, basándose en la necesidad de controlar a la opinión pública lusa en un momento de máxima tensión en el continente. Por tanto, las emisiones de la EN en relación con la guerra española fueron supervisadas por el dictador portugués, dada la extrema gravedad, por él asumida, que representaba para Portugal la lucha de carácter «internacional» desencadenada en España.³⁷ El dictador luso era totalmente consciente del poder de la radiodifusión, que él mismo había utilizado para dirigir sus discursos nacionalistas al país.

Mientras el RCP se lanzó con desenfreno al auxilio de los facciosos, la emisora estatal hubo de mostrarse distante en los primeros y delicados momentos de la guerra. La condición de estación radiofónica «particular» fue la excusa perfecta de que se sirvió Salazar para justificar la osada posición adoptada por el RCP. En cambio, si la EN se decantase por los rebeldes con la misma naturalidad y apasionamiento mostrada por el RCP, sería muy difícil hacer parecer, ante el gobierno republicano español y la comunidad internacional, que el gobierno luso era neutral, como lo obligaba su compromiso con el Acuerdo de No Intervención firmado en septiembre de 1936. No obstante, a medida que los facciosos consolidaban sus posiciones, Salazar y la EN

³⁷ Secretariado de Propaganda Nacional, *Portugal ante la Guerra Civil de España. Documentos y notas*. Lisboa: Ediciones del SPN, 1939, p. 28. Nota oficiosa de la Presidência do Conselho del 09-09-1936.

dejaron de guardar las formas y la propaganda radiofónica oficial se fue tornando menos discreta y más franquista. De este modo, su actividad propagandística debía ser compatible con los intereses de la política externa lusa, coordinando, conforme se desarrollaba el conflicto, sus campañas radiofónicas con las calculadas gestiones diplomáticas del Estado Novo.³⁸ Pero esa aparente neutralidad propagandística en el plano internacional, no podía, sin embargo, dar motivo a confusiones internas. La EN, en un ejercicio de transformismo, intentó aparecer ante el mundo como Dr. Jekyll y, ante sociedad portuguesa, como el Mr. Hyde que combatía el espurio comunismo que amenazaba Portugal desde España. Sin embargo, esta precavida actitud de la radio oficial portuguesa no fue óbice para una permanente colaboración con los rebeldes a través de la Representación de la Junta en Lisboa, al igual que ocurrió con el RCP.

Poco después del golpe, se iniciaron los contactos entre unos y otros para constituir un frente de propaganda radiofónica en Portugal. La ayuda de la EN tuvo incluso un carácter militar, aprovechando Burgos sus servicios telegráficos en los primeros días de guerra para enviar comunicaciones al extranjero.³⁹ La emisora de Burgos que emitía con las siglas EGR, de escasa potencia, transmitía a la Emissora Nacional mensajes que ésta desviaba a otros países de Europa. Asimismo, los servicios de escucha de la emisora salazarista captaban infinidad de comunicaciones radiofónicas y telegráficas de ambos bandos que le sirvieron para conocer la marcha real de los acontecimientos y poder orientar, de este modo, mejor su propaganda para ayudar a los insurgentes.

La EN utilizó a la locutora española Margarita Cambón para transmitir las informaciones sobre el conflicto, cuidadosamente elaboradas y supervisadas por el delegado político y editor del *Diário da Manhã*, Manuel Pestana dos Reis, y su director, Henrique Galvão. Su programación no concedió un protagonismo absoluto a la Guerra Civil, pero sí dedicó importantes espacios radiofónicos al asunto. Su estrategia propagandística se centró, más que en los desmentidos y el combate de las emisoras leales a Madrid o en resaltar las victorias rebeldes, en un adoctrinamiento político de su audiencia. Utilizaba un marcado tono paternalista para describir las catastróficas consecuencias de las «tentaciones democráticas», apuntando hacia España (Abreu, 1995, p. 48).

La estrategia propagandística de la EN fue especialmente eficaz en sus emisiones hacia Europa a través de su antena de 5 Kw. de potencia, que alcanzaba

³⁸ *Idem*, p. 37.

³⁹ AMAE, R-592, Gabinete Diplomático de Prensa y Propaganda. Carta remitida desde Burgos al Marqués de Quintanar, en Lisboa, 24-07-1936.

también las colonias africanas, Brasil y Norteamérica. Los discursos belicistas y profundamente nacionalistas contra el comunismo, realizados por algunos intelectuales del Estado Novo, acompañados de informaciones revestidas de una falsa neutralidad, tuvieron rentables resultados para los insurgentes españoles. Según el delegado del *Bureau* de la Entente Internacional Anti-Comunista, George Lodygensky, la propaganda de la radio portuguesa sobre la guerra fratricida hacia Europa era «perfecta». Lodygensky reconocía en las emisiones lusas cualidades de las que carecían las radios italianas y alemanas en la cobertura propagandística exterior a los sublevados. El delegado del organismo anti-comunista, con sede en Ginebra, argumentaba que, tanto los nazis como los fascistas italianos, aderezaban las noticias con una «violencia» y un «facciosismo» que les hacía perder todo crédito. Mientras que la *Emissora Nacional* mantenía un equilibrado tono propagandístico que la convertía en la más eficaz en la defensa del «nacionalismo» español en Europa. Tanto fue así que los representantes del *Bureau* de la Entente Internacional Anti-Comunista y de la Comisión Internacional Pro Deo, viajaron a Lisboa, a mediados de septiembre de 1936, para proponer a Henrique Galvão incrementar sus emisiones europeas en francés e inglés. El encuentro entre unos y otros dio lugar a la puesta en marcha de planes conjuntos para el intercambio de propaganda favorable a los rebeldes. La EN se comprometió a aumentar sus emisiones continentales en onda corta y entregó a los propagandistas ginebrinos los textos de los mejores reportajes, informaciones y conferencias radiofónicas relacionadas con España leídas en sus micrófonos. Lodygensky, por su parte, cedió toda la documentación empleada por la Entente para apoyar al general Franco en Europa. Además de este acuerdo, las dos organizaciones anti-comunistas internacionales acordaron crear, en Ginebra, en coordinación con la radio lusa, un servicio de propaganda para incrementar la audiencia de las emisiones de la EN. La radio oficial lusa y la Entente Anti-Comunista estuvieron particularmente interesadas en prestar una cobertura informativa a los facciosos relacionada con los debates de la Sociedad de Naciones, donde éstos carecían de representantes y desde donde el gobierno republicano tenía esperanzas de influir en la comunidad internacional para acabar con la actitud neutral de la mayoría de sus miembros mientras intervenían Portugal, Alemania e Italia.

El éxito de las emisiones hacia Europa pronto fue explotado por el Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) salazarista, que, con la aprobación de Oliveira Salazar y a partir del 1 de diciembre de 1936, se encargó directamente de realizar la programación y de emitir desde un micrófono habilitado en su propia sede. El SPN organizó un servicio informativo diario de 15 minutos,

entre las 22'30 y las 22'45 horas, que se difundía dos veces a la semana en francés, dos en inglés, otras tantas en alemán y una en español. La creación de este servicio propagandístico requirió la contratación de un redactor «com especial sensibilidade e inteligencia não só da nossa política interna e externa mas também da política internacional» y un gasto extraordinario anual de 42.000 escudos. Pero ésta no fue la única ocasión en la que el SPN subvencionó u organizó las retransmisiones de la *Emissora Nacional*. El organismo que dirigía António Ferro financió regularmente emisiones extraordinarias de la EN, como las realizadas en directo con motivo de actos como comicios anti-comunistas o manifestaciones de carácter patriótico.⁴⁰

4. Portugal y las charlas del general Queipo de Llano

Las «charlas» del general Gonzalo Queipo de Llano a través de *Radio Sevilla*, que comenzaron el 18 de julio de 1936 y perduraron hasta el 1 de febrero de 1938, fueron una excelente demostración del poder de la radio en aquellos días. El histriónico modo militarista de arengar, con un sarcasmo radical en el que se incluían expresiones insultantes para los dirigentes republicanos, convirtió a Queipo de Llano en uno de los personajes más odiados por la II.^a República y de los más halagados en el territorio rebelde (Garitaonaindía, 1988, pp. 179-186). Durante los dieciocho meses que duraron sus históricas e histriónicas «charlas» radiofónicas, Queipo de Llano hizo numerosas e interesantes menciones al Estado Novo portugués, al que siempre elogió, a la colonia española en el país vecino y a la sociedad lusa en general, con una clara intención de influir en el gobierno y la sociedad portuguesa.

Es importante subrayar que Queipo de Llano mostró durante todo el conflicto una lógica simpatía por Portugal. En sus alocuciones radiofónicas citaba, frecuentemente, informaciones o editoriales de la prensa portuguesa, haciendo hincapié en su seriedad para reafirmar la credibilidad informativa de los medios de comunicación portugueses. Del mismo modo, el general golpista convirtió el RCP en una de sus fuentes de información e inspiración preferidas para hacer sus jocosos comentarios en sus retransmisiones a través de *Radio*

⁴⁰ AOS/ANTT, CO/PC-19, Pasta 4, 11.^a subdivisión: «Relação discriminada das despesas efectuadas (1933-1939)». En diciembre de 1936, la *EN* recibió un subsidio de 1933\$05 escudos para la retransmisión en directo del comicio anti-comunista realizado en Coimbra el 30 de noviembre de 1936, entre otros.

Sevilla. E incluso se jactaba del apoyo de la radio lusa, como si ésta fuese completamente ajena a la guerra y emitiese imparciales noticias que servirían para desenmascarar las *verdaderas* intenciones de los «marxistas», los cuales, «con toda clase de *radios* y noticias falsas quieren hacer comulgar a los españoles con ruedas de molino». ⁴¹ Por eso, Queipo arremete contra los intentos de interferir en las emisiones de las emisoras portuguesas por parte de las radio leales a Madrid: «Como la radio de Portugal se halla tan bien enterada, gracias a sus inteligentes enviados, de la situación de Andalucía, los marxistas la interfieren para que no se la oiga. ¡Ya no soy yo sólo el interferido! Pero la verdad se abre paso por el mundo entero». ⁴² Esta colaboración propagandística entre *Radio Sevilla* y el RCP, que se promocionaban conjuntamente como si perteneciesen a la misma empresa, demuestra la estrechísima relación existente entre los rebeldes y la emisora de Parede. La radio de la CNT de Málaga difundió que Queipo de Llano periódicamente enviaba consignas propagandísticas al RCP a través de un agente secreto español, el teniente Rosamande.

Agradecido por la propaganda radiofónica portuguesa, el general faccioso sevillano fomentó un auténtico movimiento lusitanista en Andalucía. En ocasiones, *Radio Sevilla* presentaba sus discursos precedidos del himno portugués. A través de los altavoces públicos, se emitían diariamente sintonías portuguesas, y en muchos comercios se exponía la bandera nacional lusa. El Consulado de Portugal en Sevilla recibió la visita de numerosas personas que deseaban mostrar su adhesión a la actitud de Salazar frente al gobierno de Madrid, inspiradas en la actitud de Queipo de Llano hacia el gobierno portugués. En Portugal, las «charlas» del general rebelde se hicieron tan famosas como en el territorio español, sobre todo por la gran difusión que de ellas hicieron los medios de comunicación portugueses. El RCP y la prensa portuguesa fueron plataformas de resonancia para las soflamas belicistas del general golpista. Los principales diarios del país vecino daban cobertura informativa a las emisiones de *Radio Sevilla*, siendo *O Século*, *A Voz* y el *Diário da Manhã* los que más utilizaron como fuente informativa los comentarios propagandísticos de la radio andaluza.

⁴¹ «Charla» emitida por *Radio Sevilla* el 15-08-1936, a las 22'00 hs. Cf. Gibson, 1986, p. 354.

⁴² *Ibidem*.

5. La «llamada de los muertos» en territorio portugués

Desde el comienzo de la Guerra Civil, el gobierno portugués mostró una especial preocupación por las emisiones radiofónicas exteriores, desde los países que lo atacaban por su actitud parcial en el conflicto, especialmente las emisoras republicanas españolas (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1964, vol. 3, doc. n.º 67, p. 51).⁴³ Las *perigosas* influencias que podían tener las retransmisiones de las emisoras leales más importantes sobre la sociedad portuguesa mantuvieron en vilo al gobierno de Salazar durante la guerra. El dictador luso intentó impedir por todos los medios su audición, provocando episodios rocambolescos derivados de la acción represiva de su policía política y de la arriesgada imaginación de la propaganda clandestina de sus opositores. El aparato represor del Estado Novo portugués, lo mismo que impidió la publicación en la prensa de noticias provenientes del bando favorable a la II República, estableció una peculiar censura radiofónica para las emisiones de las radios afines al gobierno de Madrid. La PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) y la Legião Portuguesa detuvieron a algunos propietarios de receptores radiofónicos que cometieron la osadía de sintonizar con la España «comunista». ⁴⁴En cambio, los gendarmes de la dictadura lusa no tuvieron tanto éxito en el intento de capturar a los promotores de *Rádio Fantasma*, una curiosa emisora auspiciada por la Federação dos Anarquistas Portugueses Exiliados (FAPE), que hizo creer a la PVDE que tenía su sede en tierras portuguesas. Junto a ella también funcionó la *Estação Emissora da Frente Popular Portuguesa*, que emitía esporádicamente haciendo apología de la «revolución comunista» española. Si la propaganda, bastante limitada, de las emisoras citadas era una preocupación para el régimen portugués, las emisiones de las radios españolas leales a la II República eran un auténtico problema para Salazar, quien obligó a los portugueses a no escuchar las sintonías de emisoras Madrid, Barcelona o Valencia, a las que intentó interferir por medio de la EN y el RCP. Su éxito fue relativo, ya que la emisora *Unión Radio Madrid* poseía la antena de mayor potencia de la Península.

⁴³ Telegrama del Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros al Encargado de Negocios en Londres, 29-07-1936.

⁴⁴ Direcção dos Serviços de Censura, *Boletim de registo e justificação de cortes*, n.º 179, 03-08-1936. AMI-GM/ANTT, M n.º 482, C n.º 35; Vidarte, Juan-Simeón. *Todos fuimos culpables*. Barcelona: Grijalbo, vol. 2, 1978, p. 583.

En Portugal se pudieron escuchar las voces de casi todos los líderes políticos de la España leal que alentaron la resistencia de las milicias frente al avance de los rebeldes. Incluso el general José Miaja, reticente en un principio a emplear su voz como medio de combate, se pasó por los locutorios instalados en el Ministerio de la Gobernación para instar a los madrileños a defender la capital, motivo por el cual pasó a ser motivo de escarnio por los locutores de las principales emisoras portuguesas. Su audición en territorio portugués, al igual que *Radio España*, *Radio Barcelona* y *Radio Valencia*, era bastante buena. Por tanto, las interferencias de las radios lusas no lograron que la «llamada de los muertos», según la expresión del corresponsal Leopoldo Nunes, pudiera ser oída en gran parte del territorio portugués.

Referencias bibliográficas

- ABREU, Maria Filomena (1995). A Rádio portuguesa e a Guerra Civil de Espanha. *História*, (nova série) n.º 11/12, año XVII, pp. 42-45.
- (1996). As rádios portuguesas e a causa franquista. A “guerra do éter”. *História* (nova série), año XVIII, n.º 20, pp. 23-30.
- ACCIAIUOLI, Margarida (2013). *António Ferro. A Vertigem da Palavra: Retórica, Política e Propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Bizâncio.
- COSTA JÚNIOR, José Maria da (1937). *A Espanha Sob o Terror Vermelho*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- DELGADO, Iva (s. d. [1980]). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- FERNÁNDEZ FLÓREZ, Wenceslao (1938). *O Terror Vermelho*. Lisboa: Empresa Nacional Editora.
- GARITAONAINDÍA, Carmelo (1988). *La Radio en España (1923-1939). De Altavoz Musical a Arma de Propaganda*. Bilbao: Siglo XXI de España Editores.
- GIBSON, Ian (1986). *Queipo de Llano. Sevilla, Verano de 1936 (con las charlas radiofónicas completas)*. Barcelona: Grijalbo.
- MATOS, Helena (2010a). *Salazar. A Construção do Mito (1928-1933)*. Lisboa: Temas e Debates.
- (2010b) *Salazar. A Propaganda (1934-1939)*. Lisboa: Temas e Debates.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1964). *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial (1936-1947)*. Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional.
- OLIVEIRA, César (1988). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições O Jornal.

- PENA RODRÍGUEZ, Alberto (2007). *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*. Coimbra: Minerva.
- (2009). *O Que Parece É. Salazar, Franco e a Propaganda contra a Espanha Democrática*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- PENA RODRÍGUEZ, Alberto / PAULO, Heloisa (2016). *A Cultura do Poder. A Propaganda nos Estados Autoritários*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Portugal ante la Guerra Civil de España. Documentos y notas* (1939). Lisboa: Ediciones del SPN.
- RODRIGUES, Edgar (1987). *A Resistência Anarco-sindicalista à Ditadura. Portugal (1922-1939)*. Lisboa: Editora Sementeira.
- RODRIGUES, Luis Nuno (1996). *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- VIDARTE, Juan-Simeón (1978). *Todos Fuimos Culpables*. Barcelona: Grijalbo, vol. 2.

Archivos consultados

- Archivo General de la Administración (AGA), Madrid.
- Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (actualmente en AGA), Madrid.
- Arquivo Oliveira Salazar (Arquivos Nacionais Torre do Tombo), Lisboa.

Fuentes hemerográficas

- A Voz*, Lisboa.
- Diário da Manhã*, Lisboa.
- Diário de Lisboa*, Lisboa.
- Diário de Notícias*, Lisboa.
- O Século*, Lisboa.
- El Alcázar*, Toledo.
- Radio Nacional

TÍTULO: Contra las «mentiras de Madrid». Portugal y las emisiones radiofónicas durante la Guerra Civil Española

RESUMO: Durante la Guerra Civil española, las emisoras de radio portuguesas se convirtieron en los mejores altavoces del franquismo. Las dos principales estaciones radiofónicas de Portugal en aquella época, la emisora privada *Radio Club Português* y la oficial *Emisora Nacional*, difundieron de forma sistemática mensajes que pretendían desacreditar al gobierno de Madrid y elogiar las virtudes de Franco y su ejército, al servicio de la estrategia política de Salazar. Al tiempo que el aparato de propaganda salazarista fomentaba la audición de las emisoras favorables a los militares sublevados

españoles, intentó impedir que los oyentes portugueses sintonizaran las radios que denunciaron las maniobras del fascismo ibérico contra la II República española. Este artículo, basado en fuentes documentales y hemerográficas históricas portuguesas y españolas, intenta analizar cualitativamente los aspectos más relevantes de este objeto de estudio con el objetivo fundamental de desvelar algunas de las claves de este fenómeno mediático de una forma panorámica y simbólica.

TITLE: Against the “lies of Madrid”. Portugal and radio broadcasts during the Spanish Civil War

ABSTRACT: During the Spanish Civil War, at the service of Salazar’s political strategy and propaganda, Portuguese radio stations became the best loudspeakers of the Franco regime. The two main radio stations in Portugal at that time, the *Radio Club Português* and the official *Emissora Nacional*, disseminated systematically messages that sought to discredit the Government of Madrid and praise the virtues of Franco and his army. At the time that the Salazarist propaganda apparatus encouraged hearing favourable stations to the military rebels Spanish, it tried to prevent the Portuguese listeners from tuning radios that denounced the maneuvers of the Iberian fascism against the second Spanish Republic. This article is based on documentary sources and historical periodicals to attempt to analyze qualitatively the most relevant aspects of this object of study with the objective of uncovering some of the keys to this phenomenon media in a panoramic and symbolic way.

Portugueses pela República: republicanos e anarquistas combatentes em Espanha (1934/1936-1939)

Portuguese for the Republic: republicans and anarchists combating in Spain (1934 / 1936-1939)

HELOISA PAULO*

PALAVRAS-CHAVE: Republicanismo, Espanha, Portugal, Anarquismo, Colaboração, Exílio.

KEYWORDS: Republicanism, Spain, Portugal, Anarchism, Collaboration, Exile.

Introdução

Na historiografia sobre as relações entre Portugal e Espanha no século XX prevalecem as análises dos vínculos forjados entre o regime de Salazar e de Franco (Torre, 1998; Oliveira, 1987; Loff, 2008; Rosas, 1998). Na grande maioria dos casos, a Guerra Civil centraliza o foco dos estudos que, por sua vez, centram-se na colaboração militar ou ideológica dos portugueses ao regime franquista (Rodríguez, 2007).

No entanto, há uma “outra” história a ser feita no que tange às relações Portugal-Espanha: é a história das relações entre os exilados portugueses, quer republicanos ou anarquistas, e a República Espanhola proclamada em 1931. São escassos os estudos que abordam estes vínculos e, quando o fazem, a abordagem é pontual e não aprofundada (Antunes, 2004). No entanto, o estudo de Cristina Clímaco levanta pontos importantes para a análise destas relações, abrindo o espaço para o debate e estudos mais profundos (Clímaco, 2017). Este artigo aborda alguns destes pontos e propõe uma reflexão sobre outros estudos já realizados (Paulo, 2016).

* Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), Universidade de Coimbra.

As conexões entre os republicanos e anarquistas portugueses e os congêneres espanhóis

Se é possível entender a República como uma comunidade de cidadãos soberanos, baseada no governo de leis e na busca do bem público, pode-se pensar no republicanismo, principalmente como uma “paixão” civil e política ao mesmo tempo. (Ridolfi, 2011, p. 39).

As relações entre os republicanos espanhóis e portugueses remontam aos primeiros anos do florescimento do pensamento republicano em Portugal. Nos arquivos de Bernardino Machado, um dos maiores nomes do republicanismo Português, existe vasta correspondência que exprime o vivo intercâmbio com membros do Partido Republicano Espanhol, especialmente com os republicanos conservadores como Abad Conde, que será ministro do governo de direita, presidido por Lerroux, mas também com socialistas, como o Largo Caballero.¹

Tendo como pontos comuns o combate ao pensamento monárquico e o anticlericalismo, o republicanismo ibérico vai ter como primado o estabelecimento de uma sociedade moderna baseada nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade, combatente do clericalismo, apontado como o responsável pelo atraso do pensamento científico e todas as formas de progresso de ideias e modernização (cf. Catroga, 2010). Para tal, a educação é vista como o grande instrumento de formação da cidadania, sendo a República, no dizer de um historiador espanhol «a personificação da educação cívica» (Duarte, 2009, p. 69).

Por outro lado, como herdeiro do jacobinismo, o republicanismo ibérico é marcado pelas influências do pensamento radical do final do século XIX, como o socialismo ou o anarquismo. Assim, apesar da diversidade dos partidos republicanos, a «questão social» é um ponto comum entre os mais radicais, como atesta Cortina (cf. 2006) para o caso espanhol. No entanto, no que respeita ao socialismo, o seu alcance é diferenciado.

Em Portugal, apesar da formação do Partido Socialista em 1875, os republicanos não fizeram do socialismo sua principal premissa (cf. Homem, 1990). A palavra socialismo ou o adjetivo socialista pode qualificar o republicanismo ou o republicano. É uma qualificação, mas não uma designação. Na Espanha, o socialismo só irá atingir o seu apogeu com a Segunda República, apesar do

¹ Ver: http://casacomum.org/cc/pesqArquivo?termo=*&pag=960&nResult=10&facetFilterFundo=1197. (Consultado em 22-11-2017).

Partido Socialista Operário Espanhol ter sido fundado em 1879 (cf. Juliá, 1987).

Quanto ao anarquismo, as influências são diversas. Enquanto a CNT, Confederação Nacional do Trabalho, possui um amplo apoio popular durante a Segunda República (Aróstegui, 2006), em Portugal o anarquismo vai ganhar uma dimensão maior com a criação da União Anarquista Portuguesa, em 1923, que congrega diversas associações dispersas no território português. A repressão após o 28 de maio, no entanto, colocará em evidência a presença dos anarquistas portugueses no interior da Federação Anarquista Ibérica, acentuando os vínculos com o anarquismo espanhol e a CNT (cf. Clímaco, 2017).

Cabe ainda assinalar a importância da maçonaria, cujas lojas reúnem, em ambos os países, os adeptos do republicanismo e anarquistas. Em Portugal, os primeiros chefes de republicanos estaduais eram maçons, como é o caso de António José de Almeida, presidente da República entre 1919 e 1923, Bernardino Machado, presidente entre 1915 e 1917 e entre 1925 e 1926, e Afonso Costa, que serviu três vezes como primeiro-ministro (cf. Ventura, 2011). Do lado espanhol, a Segunda República leva ao poder uma grande maioria de membros da maçonaria. Dos 458 deputados da Assembleia de 1931, 183 eram maçons, o que representava 39,95% dos deputados (*apud* Cruz, 1989, p. 127).

Esses fatores e a própria convivência de portugueses e espanhóis no exílio francês são os responsáveis pela ativa participação portuguesa ao lado da República de Espanha durante a Guerra Civil.

Do Exílio ao combate pela República Espanhola

[...] el declarante, así como otros muchos correligionarios suyos de nacionalidad portuguesa, al instaurarse la Republica en España a este país se encaminaron satisfechos y con la esperanza de que la afinidad de ideas y la proximidad de ambos países pudiera determinar en día próximo la restauración en Portugal del régimen de gobierno democrático por el que ellos desde el destierro venían luchando.²

Em Portugal, a 28 de maio de 1926, um golpe militar levou a uma ditadura que sobreviveria por 48 anos. O regime republicano instalado a 5 de outubro de 1910 é extinto e substituído por uma ditadura militar e, depois de 1933,

² Trecho do Processo Criminal instaurado contra os portugueses por contrabando de armas para a Revolta das Astúrias em outubro de 1934. Archivo Generale de la Administración, Ministerio de la Justicia, Alcalá de Henares, Caja 43/4091, F.8.

por um regime fascista: o Estado Novo, que consolidou António de Oliveira Salazar no poder. Durante este período, o exílio é uma das formas de resistência e de sobrevivência aos desmandos ditatoriais vigentes no país.

Os caminhos seguidos pelos exilados são diversos: começam na Europa e vão até ao Brasil e aos Estados Unidos. Mas num primeiro momento, a fronteira espanhola ofereceu a solução mais fácil, apesar da oposição do regime então em vigor na Espanha. Assim, entre 1927 e 1936, o país vizinho é o grande porto de abrigo para os exilados portugueses.

É após 1931, com a proclamação da República em Espanha, que os exilados transformam Madrid num centro de operações contra o regime de Salazar. O grupo conhecido por Grupo de Madrid, ou Budas, é capitaneado por Jaime de Morais, ex-governador colonial, Alberto Moura Pinto, antigo Ministro da Justiça, e Jaime Cortesão, historiador, voluntário na Grande Guerra e antigo diretor da Biblioteca Nacional. As suas estratégias seguiram as mesmas táticas das suas vidas políticas antes do exílio, mas, desta feita, contam com o auxílio do poder espanhol. De facto, como já nos referimos, os companheiros de Espanha são mencionados várias vezes na correspondência e documentação dos exilados portugueses. Nos arquivos espanhóis também encontramos referências aos portugueses e as citações sobre as suas atividades em território espanhol estão presentes em relatos biográficos de personagens de vulto da história da República espanhola, como é o caso de Manuel Azaña:

Por la noche, después de cenar, voy a casa de Guzmán. [...] Le entero de lo que sucede, haciéndole ver com qué razón he desatendido las últimas peticiones de Corteção y sus amigos. Le explico cuánto me interesa saber dónde para el material. [...] En vista de lo que yo le cuento, Guzmán envía un recado a Corteção para que venga a verme. [...] El material está en España, cerca de la raya, y es tan numeroso como Pastor me había dicho. Sólo una parte ha pasado a Portugal. Me habla después del barco cargado de armas que tiene detenido en Copenhague, porque el Gobierno danés no le deja salir sin un permiso de tránsito por esse país. Esse permiso fue expedido por la Dirección de Aduanas, de orden de Prieto. Resulta ahora que el permiso es insuficiente y que se necesita otro admitiendo el cargamento. [...] Corteção está muy contento de Prieto y de mí, y también de Domingo. Poco o nada de Lerroux. (Azaña, 1996, pp. 84-85).³

³ No capítulo «Madrid: 1931». As referências feitas por Cortesão, citadas por Azaña, aos políticos Indalécio Prieto, PSOE, Marcelino Domingo Sanjuán, do Partido Radical Socialista, ambos ministros do 2.º Governo da República, são repetidas inúmeras vezes

As ligações entre os exilados republicanos portugueses e os membros do Partido Socialista dos Trabalhadores são feitas através da cúpula dos seus dirigentes. Largo Caballero e Indalécio Prieto são os nomes mais citados na correspondência entre exilados entre 1931 até ao final da guerra civil, em 1939.⁴ As articulações do grupo incluem também elementos de segunda linha, como Paulino Gómez Sáiz, sindicalista, membro da UGT, com forte influência nos círculos socialistas e ministro do Interior desde 1937, que se torna próximo de Juan Négrin, quando este assume o governo, ou Teodomiro Menéndez, deputado socialista e subsecretário de Indalécio Prieto (cf. Iñiguez, 1994).

Podemos identificar dois grandes momentos onde a colaboração dos exilados portugueses ganha destaque na história da República Espanhola da década de 30, durante a revolta contra o governo de direita, chefiado por Lerroux, em outubro de 1934, e nos combates durante a Guerra Civil, entre 1936 e 1939.

1. A Revolta das Astúrias: o caso Turquesa e o suprimento de armas pelos portugueses para a revolta asturiana (1934)

O episódio da Revolta das Astúrias é um momento importante na história da Segunda República na Espanha, porque é a resposta da esquerda ao governo direitista de Lerroux (cf. Ruiz, 2008). Os arquivos que tratam os processos dos envolvidos na revolta têm ações judiciais contra os portugueses acusados de fornecer armas para os mineiros rebeldes apoiados pelos socialistas do PSOE. Na verdade, duas grandes partes do julgamento criminal são reservadas para o testemunho dos portugueses envolvidos na revolta. Constituem o que ficou conhecido como o «caso Turquesa», referência ao nome do navio que transportava as armas compradas pelos portugueses e cedidas aos espanhóis revoltosos. Os documentos recolhidos foram apreendidos nas casas e locais de trabalho dos exilados em Madrid e constituíram provas contra os arguidos. Os cadernos e cadernos de endereços inseridos continham informações sobre os laços existentes com funcionários do governo. Por exemplo, o diário de Jaime

na correspondência trocada entre os republicanos portugueses no período da 3.^a República. Prieto, ou simplesmente Marcelino são citados em anotações durante e depois da Guerra Civil.

⁴ Arquivos pessoais dos exilados Jaime de Morais (Fundação Mário Soares) e Alberto Moura Pinto (em posse da família)

de Morais foi inscrito com o número de telefone de um certo «Paco», identificado pela polícia como o telefone de Largo Caballero. Os depoimentos, em particular, de Afonso Castro Galvão, esclareceram a íntima relação entre Horácio Echevarrieta, o banqueiro espanhol que financiara a compra das armas, e os exilados portugueses. De facto, na correspondência de Moura Pinto existem cartas remetidas por Echevarrieta e denúncias contra possíveis intrigas internas no meio oposicionista exilado. Após a derrota do movimento, os membros do PSOE são presos, assim como Alberto Moura Pinto, que cumpre pena entre setembro de 1934 e maio de 1935, no Cárcere Modelo de Barcelona.⁵

Em 1935, após o governo francês solicitar a deportação de Jaime Cortesão, o que não consegue devido aos inúmeros protestos de políticos e intelectuais, Jaime de Morais retorna incógnito a Madrid, sem que seja incomodado pelas autoridades locais. Moura Pinto é libertado em junho do mesmo ano.⁶ Em 17 de julho de 1936, com a amnistia dada pela Frente Popular, Cortesão volta à capital espanhola para se juntar ao grupo. O golpe de Franco vai envolvê-los e às suas famílias na Guerra Civil,⁷ levando os filhos de Jaime de Morais à frente de batalha.⁸ Jaime de Morais, Moura Pinto e Cortesão estão igualmente ligados aos serviços de informação,⁹ tendo um dos filhos de Morais, Oscar de Morais, trabalhado na Rádio republicana nas emissões destinadas ao território português.¹⁰ No entanto, o maior símbolo desta colaboração foi sem dúvida o «Plano Lusitânia».

⁵ No arquivo de Moura Pinto há inúmeros recibos do Cárcere Modelo, de Barcelona, em favor de Moura Pinto, pagos pela mulher, Maria do Carmo. Com Moura Pinto é igualmente preso Francisco Oliveira Pio, seu companheiro de exílio.

⁶ A partir desta data, desaparecem do Arquivo de Moura Pinto os recibos dos pagamentos ao cárcere em Barcelona.

⁷ A filha de Moura Pinto, Maria Luísa Moura Pinto, torna-se voluntária da Frente Republicana, passando a trabalhar como enfermeira num hospital em Madrid. Informações fornecidas por Joana Moura Pinto Rabinovitch, filha de Maria Luísa.

⁸ Os quatro filhos de Jaime de Morais alcançam os seguintes postos no exército republicano: tenente dos Carabineiros (Mário de Castro Morais); capitão dos Carabineiros (Fernando Secca Morais); capitão de artilharia (Óscar Secca Morais) e tenente de Engenharia (Ruy Secca Morais). Depoimento de Fernando Secca Morais, actualmente com 92 anos, residente no Rio de Janeiro, Brasil.

⁹ Jaime de Morais, numa carta a Moura Pinto, afirma que o Estado espanhol lhe devia e aos seus filhos cerca de 10.000 pesetas em salários atrasados. «Falia o Banco de Espanha se nos pagassem tudo». Carta datada de 15 de maio de 1938. Arquivo Moura Pinto.

¹⁰ Óscar Waldemar Morais, o primeiro dos quatro filhos de Jaime de Morais, participa das emissões logo no início dos combates. Ver: Anotações de Moura Pinto datadas de Espanha

2. A Guerra Civil (1936-1939)

Tão logo os exilados portugueses recebem em Madrid as primeiras notícias da revolta de 18 de julho, declaram a sua fidelidade ao Estado Espanhol, estampando nas páginas dos periódicos um manifesto de apoio total aos republicanos de Espanha.¹¹

O passo seguinte, é a apresentação dos seus préstimos como militares ao governo republicano. São inúmeras as atividades desenvolvidas pelos exilados durante o conflito. Assumem postos no Exército, alguns deles de relevância como Alexandrino dos Santos, Comandante da Base de Castellón,¹² Catalunha, César de Almeida, membro do Estado-Maior General das Forças Armadas e Francisco de Oliveira Pio, director da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.¹³ Já os anarquistas, mesmo os que não participam diretamente nas Brigadas

entre novembro de 1936 até ao final do primeiro trimestre de 1937. Arquivo Moura Pinto.

¹¹ “Portugueses ilustres alejados de su patria condenan la política de Oliveira Salazar”, Barcelona, *La Vanguardia*, 9 de Octubre de 1936, p. 3

¹² Na documentação espanhola, Alexandrino dos Santos é citado como Alejandrino e as poucas menções existentes na historiografia daquele país referem-no como sendo espanhol, dada a importância do cargo que ocupou. Na verdade, Alexandrino dos Santos era oficial português, combatente da Grande Guerra e opositor ao regime ditatorial desde 1927.

¹³ Francisco Oliveira Pio nasceu em 17 de janeiro de 1897. Em 1921, é nomeado Comissário da Divisão de Polícia da Segurança Pública de Lisboa. No 28 de maio, pela discordância que assume publicamente em relação ao movimento, é transferido para Bragança. Participa do movimento de 3 de fevereiro de 1927, fugindo para a França, Bélgica, e finalmente para Espanha. Em 1934, é preso com Moura Pinto após o Caso Turquesa. Solto, fica em Madrid até a eclosão da guerra civil, quando é incorporado no 5.º Batalhão de Milícias Civis como Major. Participa em várias frentes de combate, incluindo a formação da linha de defesa da cidade universitária. É nomeado diretor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, posteriormente, chefe de Operações do 23.º Corpo do Exército. Em 1939, ao passar a fronteira, é internado no campo de concentração na região de Montauban, de onde escapa para Argel. Nesta cidade, combate pela resistência junto ao General Bethouart e é indicado pelos Budas, em 1945, como o seu representante no Hemisfério Norte. Em 1955, parte para o Brasil, retomando a resistência antissalazarista através do Movimento Nacional Independente. É membro do Grande Oriente Espanhol e possui fortes contactos com os espanhóis exilados em território brasileiro e com o governo republicano no exílio no México. Falece em 1972, no Rio de Janeiro, onde o seu corpo se encontra enterrado. Sobre Oliveira Pio não há estudos, mas o seu arquivo pessoal está no Museu da República e da Resistência em Lisboa, servindo de base para este apontamento.

Anarquistas, forjam a partir de França uma rede de auxílios, capitaneada por um elemento vinculado aos Budas, Inocêncio Câmara Pires.

Mas, há um episódio que ilustra bem a estreita relação estabelecida entre exilados portugueses e republicanos espanhóis: o Plano Lusitânia. Alguns historiadores tendem a depreciar este facto por falta de elementos que fornecessem maiores detalhes sobre a sua execução (Oliveira, 1987). No entanto, os arquivos dos exilados, nomeadamente dos Budas, fornecem informações suficientes para complementar um quadro que, mais recentemente, foi traçado pela historiadora Cristina Clímaco (Clímaco, 2017).

De facto, o desenrolar da Guerra Civil vai intensificar a cooperação entre os republicanos ibéricos e a ideia do restabelecimento do governo democrático em Portugal surge como uma possível solução frente ao não intervencionismo adoptado por Inglaterra e França. O plano para a derrocada do salazarismo no país vizinho fica conhecido como Lusitânia,¹⁴ e o seu assumido autor, Jaime de Morais, vai classificá-lo em suas memórias de «ambicioso».¹⁵ Para a invasão do território português e a derrubada da ditadura, os opositores antisalazaristas contam com o auxílio directo do governo espanhol.¹⁶ Para tal, o Estado Maior de Espanha designa o General Rojo para dar assistência militar aos republicanos portugueses, possibilitando o seu deslocamento nas zonas ocupadas pelos governamentais e o acesso às bases militares e aos depósitos de armamentos.¹⁷ Da parte portuguesa, os contactos com o norte, o centro e o sul de Portugal demonstram um clima propício para a revolta, contando com o auxílio das guarnições militares e de comandos formados por civis. Em Espanha, os portugueses que lutavam ao lado da República são concentrados no sul, na região de Centelhas, esperando a confirmação da revolta em Portugal. No entanto, as dificuldades de comunicação, o rápido avanço das tropas franquistas e as

¹⁴ O Plano consistia na invasão do território português por parte dos republicanos exilados em Espanha e na instauração de um novo governo, favorável à República Espanhola. Sobre o tema há pouco material publicado, ver, entre outros, Farinha (1998). A melhor fonte sobre o Plano Lusitânia é o relato do próprio Jaime de Morais nas suas memórias, os apontamentos de Moura Pinto e as cartas cifradas trocadas entre ambos.

¹⁵ Memórias de Jaime de Morais. Exemplar dactilografado, Arquivo Jaime de Morais, Fundação Mário Soares.

¹⁶ Jaime de Morais afirma que o Governo espanhol estaria «pronto a auxiliar-nos, pedindo-nos em troca pouca coisa: que Portugal deixasse de abastecer e auxiliar os rebeldes». Memórias de Jaime de Morais. Exemplar dactilografado, Arquivo Jaime de Morais, Fundação Mário Soares.

¹⁷ Memórias de Jaime de Morais. Exemplar dactilografado, arquivo Jaime de Morais.

desavenças internas¹⁸ fazem com que «quando Portugal disse que estava pronto, acabava a guerra em Espanha».¹⁹

Em janeiro de 1939, Jaime de Morais e Jaime Cortesão atravessam a fronteira para um longo exílio. Em França, encontram Moura Pinto, que deixara Barcelona meses antes, iniciando uma série de contactos para uma saída da Europa, já às portas da guerra. Mais uma vez, os caminhos dos Budas se cruzam com os republicanos espanhóis, retidos nos campos de concentração de Argelès-Sur-Mer e St. Ciprien. O número de pedidos de socorro enviados, em especial, para Moura Pinto, mas também para Jaime de Morais, revelam as condições miseráveis a que foram submetidos os exilados espanhóis em França.²⁰ Diversos grupos de portugueses também se encontram nos campos e, em alguns deles, os espanhóis assumem a identidade dos seus «vizinhos» e antigos companheiros de armas, com medo de serem entregues ao regime de Franco (cf. Clímaco, 1996).

De facto, a colaboração entre portugueses exilados do regime de Salazar e espanhóis antifranquistas prosseguirá nas décadas seguintes, sendo a tomada do pacote português Santa Maria, por resistentes antissalazaristas e antifranquistas, em 1961, um dos pontos mais significativas de uma batalha que, em suma, almejava o retorno do regime democrático ao território peninsular ibérico.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, J. F. (2004). *Os Espanhóis e Portugal*. Lisboa: Oficina do Livro.
- AZAÑA, Manuel (1996). *Memórias Políticas 1931-1933*. Barcelona: Crítica.
- CATROGA, Fernando (2010). *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 3.^a ed. Lisboa: Casa das Letras.
- CLÍMACO, Cristina (1995). A emigração política portuguesa em França (1927-1940). Fontes e Bibliografia. *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais (Portugal no exílio no Século XX)*. Lisboa: Ed. Cosmos, n.º 16, pp. 153-177.

¹⁸ É de assinalar um incidente ocorrido no acampamento português, que levou a morte de um anarquista e à prisão de um soldado, Pedro Rocha. Tal facto causa um mal-estar entre os oficiais e as autoridades locais e estaria vinculado ao posicionamento dos comunistas, contrários ao Plano. Declarações de Fernando de Morais, filho de Jaime de Morais, tenente carabineiro encarregado do acampamento em Centelhas.

¹⁹ Memórias de Jaime de Morais. Exemplar dactilografado, Arquivo Jaime de Morais.

²⁰ Carta de Jaime de Morais endereçada a Armando Cortesão, 5 de maio 1939, Fundo Armando Cortesão, Correspondência, Arquivo da Universidade de Coimbra.

- (2017). *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio (1927-1936)*. Lisboa: Colibri.
- CORTINA, Manuel Suárez (2006). De la utopía a la realidad; el proyecto social y político del republicanismo en la España Liberal. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 27, pp. 67-99.
- CRUZ, Ignacio (1987). Los diputados masones en las Cortes de la II República (1931-1936). In BENIMELI, J. F. (dir), *Masoneria Política y Sociedad*. Madrid: Centro de Estudios Históricos de la Maseoneira Española, pp. 123-188.
- DUARTE, Ángel (2009). *El Otoño de un Ideal*. Madrid: Alianza Editorial.
- FARINHA, Luís (1998). *O Revivalho, Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- GÓMEZ, Hipólito de la Torre (1998). *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-36)*. Lisboa: Cosmos.
- HOMEM, Amadeu Carvalho (1990). *A Propaganda Republicana, 1870-1910*. Coimbra: Coimbra Editora.
- IÑIGUEZ, M. (1994). *Esbozo de una Enciclopedia Histórica del Anarquismo Español*. Granada: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo.
- JULIÁ, S. (1997). *Los Socialistas en la Política Española. 1879-1982*. Madrid: Taurus.
- LOFF, M. (2008). «O Nosso Século é Fascista!» *O Mundo Visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras.
- MAURIZIO, Ridolfi (2011). Terras Republicanas. Tradições e Culturas Políticas na Europa Meridional. In SILVA, A. M. / CARNEIRO, M. L. T. / SALMI, S. (dirs.), *República, Republicanismo e Republicanos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 38-57.
- OLIVEIRA, César (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal.
- PAULO, Heloisa (2016). Une vision commune du républicanisme: la coopération entre les exiles portugais et les républicaines espagnols (1931-1939). In AAVV, *Exils et Migrations Ibériques au XXe Siècle. Le Temps de l'Exil Portugais (1926-1974)*, pp. 26-43. Paris: Riveneuve,
- PENA RODRÍGUEZ, Alberto (2007). *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*. Coimbra: Minerva Editora.
- ROSAS, Fernando (ed.) (1998). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Colibri.
- RUIZ, David (2008). *Octubre de 1934. Revolución en la República Española*. Madrid: Síntesis.
- VENTURA, António (2011). *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*. Lisboa: Temas e Debates.

TÍTULO: Portugueses pela República: republicanos e anarquistas combatentes em Espanha (1934/1936-1939)

RESUMO: A historiografia portuguesa e espanhola têm centrado os estudos sobre a Guerra Civil na colaboração prestada pelo regime português aos rebeldes capitaneados por Francisco Franco. No entanto, há que assinalar a presença de portugueses na defesa da República Espanhola e dos seus ideais. Republicanos e anarquistas exilados em Espanha, a partir de 1931, vão sempre apresentar o seu apoio incondicional à República. Em 1934, quando a ascensão da Confederação Espanhola das Direitas Autónomas e o governo de Lerroux ameaçavam as liberdades republicanas, os portugueses colaboram na Revolta das Astúrias. Em 1936, eles serão os primeiros estrangeiros a se apresentarem aos batalhões populares para combaterem as forças franquistas no Quartel de La Montana. Desta data até ao final da guerra, lutaram ao lado dos espanhóis, integrando as suas forças regulares de combate, alcançando postos de importância no exército e no Estado-maior. Neste quadro, o Plano Lusitânia é mais um dado na colaboração dos portugueses para o combate espanhol contra o avanço franquista. Este artigo pretende oferecer um painel das relações e da cooperação estabelecidas entre os exilados portugueses e a República Espanhola entre 1931 e 1939.

TITLE: Portuguese for the Republic: republicans and anarchists combating in Spain (1934 / 1936-1939)

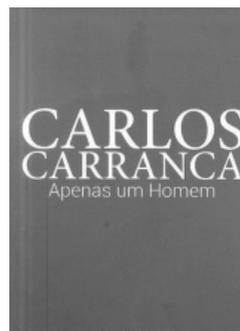
ABSTRACT: Portuguese and Spanish historiography have centered the studies on the Civil War in the collaboration provided by the Portuguese regime to the rebels led by Francisco Franco. Nevertheless, it is necessary to point out the presence of Portuguese in defense of the Spanish Republic and its ideals. Republicans and anarchists exiled in Spain, from 1931, will always lend their unconditional support to the Republic. In 1934, when the rise of the Spanish Confederation of Autonomous Rights and the government of Lerroux threatened republican freedoms, the Portuguese collaborated in the Asturian Revolt. In 1936, they will be the first foreigners to appear to the popular battalions to fight the Francoist forces in the headquarters of the Montana. From this date until the end of the war, they fought alongside the Spanish, integrating their regular combat forces, reaching positions of importance in the army and the General Staff. In this context, the Lusitania Plan is one more piece in the collaboration of the Portuguese for the Spanish combat against the pro-Franco advance. This article intends to offer a panel of relations and cooperation established between the Portuguese exiles and the Spanish Republic between 1931 and 1939.

■ Recensões / Textos de Apresentação

■ ■

O silêncio e o tempo na linguagem poética de Apenas um Homem: a voz, a sombra e o corpo na construção da atmosfera – Carranca

CARLOS CARRANCA (2018). *Apenas um Homem*. Figueira da Foz: Talencilicious, 45 p.



1. Considerações iniciais

Quando aceitei o desafio, endereçado pelo próprio Carlos Carranca, de assinar aquilo que acordámos designar por ante-texto do seu mais recente livro intitulado *Apenas um Homem* (2018), propus-me relatar a jornada que a partir da sua leitura pude experimentar. Precisamente por isso, e penso ser fiel às intenções do autor, faço menção a um ante-texto *do* texto de Carranca, e não *ao* texto de Carranca. A diferença, parecendo subtil, é, porém, assaz relevante, quanto mais não seja porque é dela que resulta, não só esta à primeira vista bizarra qualificação, como sobretudo o registo impressionista no qual predominantemente se inscreve.

Ficara, pois, entre nós estabelecido que não se tratava de redigir um prefácio ou prólogo onde se discorreria acerca do autor e da sua obra, apresentando-os, nessa medida, ao leitor. Ficava ainda determinado que não se trataria de um preâmbulo no qual constassem as chaves interpretativas do texto, oferenda o mais das vezes envenenada. Ainda ficava entre nós delineado que esse ante-texto não constituiria uma crítica literária, com o fito de revelar filiações, genealogias, paternidades mais ou menos evidentes. Ante-texto: nem prefácio, nem prólogo, nem preâmbulo, nem texto crítico, já que todos estes implicam, em maior ou menor grau, uma delimitação e objetivação da unidade-texto, unidade forçosamente estabilizada (ou a estabilizar) e em função da qual se orientam.

Ora, é justamente por esta des-orientação primeira que parece ser reclamada pela classificação encontrada (reduzida à alusão a uma mera sequência segundo a qual os textos estão dispostos, sequência essa que, pese embora presente na expressão ‘prefácio’ e seus familiares, aí se encontra já sobrecarregada por outras determinações normativas), que o leitor de *Apenas um Homem* não estará perante um ante-texto *ao* texto de Carranca, relação que, estabilizando este último, condenar-se-ia a permanecer-lhe exterior. Se afirmo, contrariamente, tratar-se de um ante-texto *do* texto de Carranca, é porque o primeiro pertence por inteiro à experiência da leitura do último, leitura fazendo-se constantemente, leitura refazendo a cada instante o texto sobre o qual se debruça, ao invés de repousar numa unidade já recortada, domada, obediente.

Percebe-se, assim sendo, que nada nesse *do* remete para uma relação de propriedade de um texto sobre o outro. Da mesma maneira que não se trata, evidentemente, de um ato de sobrançeria pelo qual o ante-texto se reivindicaria parte do texto de Carranca. Tanto a exterioridade implicada na posse, como a total identificação plasmada na tentativa de se fazer pertencer, são imagens inadequadas para pensar a relação dos dois textos. Por meu turno, devo dizer que, com a redação do ante-texto, mais não desejei que traçar uma linha de desdobramento – apenas uma de entre outras possíveis, tantas quantas as leituras de que o texto for alvo, estou em crer –, linha emergente na experiência de leitura que forçosamente foi a minha, dela extraída, e através da qual o texto de Carranca encontra uma via de irradiação, propagação, logo, de afetação. O ante-texto mais não se presta do que a relatar as peripécias envolvidas nesse espaço-tempo afetivo fundado entre o livro e o leitor – a leitura.

Ora, se faço questão de abrir o presente artigo com esta pequena reflexão acerca da natureza do laço que os dois textos entretecem entre si, devo-o às dificuldades que a variação da sede de publicação levanta àquilo que seria um transplante integral do ante-texto. Dificuldades que se prendem, acima de tudo, com a relação que um (ante-)texto de teor declaradamente impressionista pode estabelecer com a redação de um artigo que se quer publicável numa revista universitária.

Se bem que ciente das exigências implícitas na variação da sede de publicação, considero ainda assim útil e pertinente resistir a abandonar por completo o registo por que o ante-texto se pautou, já que a análise textual que se seguirá tem como objetivo último, mais do que revelar o pensamento de Carranca, justamente demonstrar o engendramento de determinados efeitos no leitor. Assim sendo, não pretendo, no presente artigo, alterar radicalmente o tom adotado no ante-texto, intenção que me pareceria inevitavelmente fadada

ao fracasso, ou não fosse a própria linguagem-Carranca, e a experiência da leitura que lhe está associada, a dissuadi-la, mas antes aproveitá-lo enquanto indicador de alguns efeitos desencadeados com e pelo texto *Apenas um Homem*. Compreender-se-á, pois, a transcrição integral de alguns excertos do ante-texto, procedimento através do qual demando integrar algumas ideias nele impressivamente registadas num conjunto mais vasto de obras do autor (a obra poética mais recente), exercício que, além de viabilizar um desenvolvimento mais consistente da assiduidade das dimensões do silêncio e do tempo no seu pensamento (bem como as relações entre elas estabelecidas), permitirá uma busca mais clarividente dos mecanismos através dos quais elas se fazem presentes em *Apenas um Homem*. É esta a paisagem geral na qual o presente artigo se ancora e dos quais surgem os seus objetivos.

2. A libertação do afeto na palavra poética de Carlos Carranca: Deus e o tempo

Se defendi tratar-se de um ante-texto *do* texto de Carranca, e não *ao*, tal deve-se àquilo que me parece ser uma impossibilidade fundamental de falar *sobre* a linguagem poética de Carlos Carranca, e por conseguinte, da sua obra, mas apenas *com* ela. É o próprio, aliás, que o faz notar em *O Fogo o Tempo e as Cinzas* (2016b):

Explicar a palavra?
Só se ela estiver de vida
morta.
(Carranca, 2016, p. 14).

A palavra poética, viva, mantém-se a todo o preço inexplicável, sob pena do poeta se transformar num autopsiador. Com efeito, assim é, como de resto é apanágio de qualquer grande poeta, já que a linguagem poética contém em si a sua própria metalinguagem, prescindindo, com efeito, de qualquer outra linguagem que, sendo-lhe estrangeira, a viesse traduzir. Mais: dizer que a linguagem poética de Carlos Carranca contém a sua própria metalinguagem não é o mesmo que defender a demarcação de dois lugares distintos no seio da sua obra, ou sequer a existência de duas posições diversas do sujeito da fala: uma que alegadamente estaria reservada à linguagem poética, outra que, visando-a, sobre ela se rebateria, lugar este destinado à metalinguagem. No meu entender, tal conceção passa ao lado do essencial, já que a linguagem poética de Carranca

é-o, não na medida do motivo ou do objeto que toma para si, mas antes porque a cada momento é indissociavelmente linguagem e metalinguagem, sujeito e objeto, fala e escuta.

Torna-se perceptível, assim, que nesse impedimento nada há a lastimar, uma vez que ele não advém de uma qualquer falta que lhe pudesse ser assacada. É rigorosamente o oposto: ele antes procede de um excesso que transpira da sua criação, com a condição, é evidente, de a esse excesso não se sobrepor a ideia de algo remanescente e dispensável. Se se testemunha um excesso na obra do poeta, ele sempre concerne à abertura para o descomedido e imoderado. E é precisamente incidindo na potência que sempre excede o ato, o de linguagem incluído, ou não fosse o sentido poético esse vapor que da palavra se desprende, que a obra poética, seja ela qual for, se evade de si mesmo, do seu formato-livro, para, vibrando com os filamentos cósmicos, se tornar um mundo, não metafórico nem exatamente atual, já que diferente daquele que diariamente experienciamos, mas plenamente real enquanto potência literalmente vivida na carne do leitor.

Acontece que é na obra e somente por via dela, no ato e somente através dele, na palavra e somente pela palavra, que a potência desse excesso se nos revela e torna sensível. Estamos no cerne da poesia de Carranca, assumida logo na abertura de *O Eu Desconhecido* (2016a): «O que há para dizer cabe em poucas palavras. Gastámo-las levemente, coisificámo-las, vulgarizámo-las e, agora, resta-nos a ciclópica missão de lhes restituir o sentido primeiro, o compromisso devido à poesia: reconstruir o verbo derrubado» (Carranca, 2016a, p. 7). Lograr, pela palavra, o nascimento da própria palavra, esse mundo nem ainda sem palavra, nem já com palavra, mas mundo do qual despontou a força-palavra, esse sopro impessoal que lhe está na origem, a palavra-sopro (Artaud, 2006). É por isso que esse Deus que a poesia de Carranca incansavelmente persegue não é representável pela palavra, o que significaria supor uma verdade que fosse exterior à linguagem poética e que esta se limitaria a traduzir e transmitir. Ao contrário, esse Deus pertence à própria palavra poética, melhor, à sua irrupção intempestiva, relâmpago onde já nem mesmo as categorias de interior e exterior fazem sentido algum:

Encontrar Deus?
Só onde Ele for possível
p'la palavra
(Carranca, 2016b, p. 10).

Nesta demanda, Carranca alerta, é-se vedado o uso da palavra comum, já que ela foi gasta e banalizada. A língua, gramaticalmente regida e logicamente organizada, modalidade de linguagem discursiva, proposicional, significante, representacional é fundamentalmente inapta para tornar as forças sensíveis, já que se encontra presa ao mundo das formas já organizadas, ao seu próprio mundo, afinal (Derrida, 1995). A conceção de verdade correlativa a esta linguagem é absolutamente alheia à poética de Carranca. Nesta, como vimos, a verdade não pertence à esfera do ato e da realidade atual, mas outrossim da potência que dela sempre se liberta e que não pode deixar de *realmente* a exceder, não é verificável nem sequer observável, mas ao invés autoevidente e arrebatadora, verdade esquiva à demonstração, mas apenas mostrável, não geométrica ou intelectual, atributos de uma realidade estratificada e formada, mas topológica, energética e pulsante, ou não habitasse o mundo das forças. É por as forças só frivolamente se deixarem dizer, sendo apenas afetivamente captáveis, que o Deus que a poesia de Carranca incansavelmente busca é em absoluto incompatível com linguagem comum. Ora, o excesso em Carranca não é outra coisa afora aquilo que em si mesmo sobrepuja a própria obra no seu estado *já* realizado, ou o mesmo é dizer que ele é a força primeva e genuína que lhe esteve na aurora e que sempre se faz presente, mesmo no mais ascético dos poemas, como aliás evidencia a intensa linha de sobriedade tão bem delineada nos seus mais recentes trabalhos.

Assim é, em *Apenas um Homem*, com a revelação da nossa verdade, isto é, da *mareidade* do mar (o ser do mar). Oiça-se como permanece pairando no ar uma das exclamações finais: «Todos nós somos mar!» (Carranca, 2018, p. 44). Mas esta verdade não é uma a que Carranca chegou, raciocinando e concluindo, mas antes uma que dele se apossou e trespassou, verdade *no* poeta, mais que do poeta, e que neste encontrou a maneira de se fazer revelar, como num ápice, ao mundo das formas, não para neste habitar, mas para o desmontar por dentro e nesse mesmo movimento convidar-nos a tocar o mundo larvar do qual emergiu. Uma verdade da ordem do acontecimento, do inesperado e repentino, da visão, audição, sensação evanescente que só a palavra poética pode fazer durar, o relâmpago de uma visão vívida onde já nada distingue os olhos que veem daquilo que é visto, evanescência do prolongamento de um ritmo sonoro onde ouvido e ruído são o prolongamento de uma só tessitura. Uma verdade saída de um «tempo atempo, sem horas, sem minutos, sem segundos, sem tempo» (*ibid.*, p. 37), de um «tempo a correr para lado nenhum» (*ibid.*, p. 38), de um «tempo anterior à fala, primordial, sentido pelas pedras, pelos animais» (*ibid.*, p. 38), onde se pode ser «a capela primitiva» (*ibid.*, p. 36), «a respiração

original para além do mundo de existir, para além do pó das estrelas, do absurdo da transitoriedade da vida, para além... sempre para além» (*ibid.*, p. 37). Tempo a-cronológico, tempo da pura aparição, não do já aparecido, da criação, não do já formado, do fluxo cósmico, não do mundo percebido. Tempo do ainda não e já não, dividindo-se perpetuamente num passado que não mais pode ser e num futuro que ainda não é (cf. Deleuze & Guattari, 1995): é esta a dinâmica temporal do Deus que só na linguagem poética Carranca pode perseguir.

Em todo o caso, é certo e sabido que essas verdades se furtam irremediavelmente, como vimos, à esfera da língua, à linguagem como instrumento manobrado pelo sujeito para representar o mundo, forçando assim o poeta a um conjunto de criteriosas operações de despojamento daquela. Significa isto que toda a questão de Carranca consiste, não em colocar de lado essa linguagem sempre castradora, sempre insuficiente e fatigante, mas antes em penetrar nela, esburacá-la por todos os lados e fazê-la escapar de si mesmo – o poeta não foge da linguagem, mas põe-na a fugir, a explorar paragens inauditas (Deleuze, 1997). É a isto, penso, que o próprio Carranca se refere quando adota a missão, não pessoal, note-se, mas da arte poética em bloco, de «reconstruir o verbo derrubado» (Carranca, 2016a, p. 7).

Isto não invalida que cada poeta tenha a sua própria maneira de torcer a linguagem e de assim aceder ao seu outro lado, diferente do que dela estamos acostumados, mas ainda sua pertença, lado de lá da linguagem abrindo na direção do que ela não é, ao mar, ao homem, mas que ainda assim só por ela é acessível – um seu mar, um seu homem, um seu fora (Foucault, 2009). É essa torção que a linguagem poética de Carlos Carranca, e especificamente em *Apenas um Homem*, inflige na língua que aqui constitui motivo de interesse. Nas palavras do próprio, estamos à espreita dessas «habilidades na corda sintática das palavras» (Carranca, 2018, p. 37). De qualquer maneira, a título preliminar, bastará frisar que ao passo do movimento da pena de Carranca, é todo um espaço poético que se vê inaugurado e onde se é convidado a experimentar uma linguagem por ele reinventada. Esvaziando-a da sua trivial função representativa, tece-se um plano onde a palavra e o mundo se tornam indiscerníveis, onde a primeira dá *imediatamente* o segundo, e onde este é imediatamente composto pela carga afetiva daquelas. Não será demais sublinhar que nesta conversão tudo passa por fazer da linguagem coisa viva do mundo (não deixando de simultaneamente ser um outro mundo), e não uma sua imagem, presença primeiramente bruta, violenta, imediata, afetiva, e só depois, acessoriamente, intelectual e compreensiva.

A minha oração
és tu
poema de sangue
(Carranca, 2016a, p. 36).

Fundar um novo mundo neste mundo pela linguagem passa por transfigurar a palavra em sangue e carne, sopro e grito – em vida, afinal de contas. É por devolver à linguagem a vitalidade que o seu uso quotidiano já a havia feito perder, que escrever e viver são uma e uma só coisa, um só fluxo, como já em 1997 soube ver Carranca:

Tento escrever
um poema,
só para me entreter.

Mas ele não vem...

Não tem sentido
um verso que seja
só para o escrever.

Tento...
mas, não!
Um verso não é isso
de ornamentar espaços de lazer.

Poesia é pão da alma,
é a consagrada
hora proibida.

E sempre que escrevo um verso,
escrevo a vida.
(Carranca, 2013, p. 9).

Escrever um poema é abrir uma passagem de vida, é criar e experimentar um pedaço de vida em estado puro (Deleuze, 1997). É por isso que a linguagem poética transporta já em si a sua metalinguagem. É que enquanto a linguagem comum, chamemos-lhe assim, implica posições de fala ocupadas por sujeitos

que a utilizam para codificar e decodificar o mundo de que se apercebem, por sujeitos que intencionam *vis-à-vis* o mundo já percebido, ordenando-o, qualificando-o, classificando-o, investindo-o – a linguagem mediando a relação com o mundo, confortando-a, segurando-a –, já na linguagem poética tudo se desenrola de modo distinto. Nesta já não se trata de intencionalidade, já que deixou de haver um mundo, mais ou menos coeso, para ser percebido, mas sim aquele que a própria vida da palavra proporciona experimentar e que se encontra em perpétua irrupção. Substitui-se, então, a lógica da intencionalidade, das relações entre posições predefinidas e ordenadas, sujeito de percepção e mundo percebido, pela intensidade própria da linguagem, pelo afeto puro, antes de tudo impessoal, ainda que sempre à espreita de corpos aventureiros, de poetas e de leitores, onde instalar-se.

Aqui já não há sujeitos nem objetos formados, mas apenas variação intensiva da matéria larvar da qual eles emergem. Nenhuma forma se fixa, senão as forças da matéria germinal, da qual a cada instante nos tornamos nós próprios passando por outros. A segurança garantida ao sujeito da fala pela ordenação e hierarquização típicas à gramática da linguagem comum, é trocada pela incerteza e pelo risco do devir, ou não fosse a verdade uma aventura. É por isso que, mais do que numa linguagem poética *de* Carranca, prefiro falar de uma linguagem-Carranca, uma linguagem que atravessa Carranca e o leva consigo, que fá-lo perder-se para logo após se descobrir o mesmo, mas sempre já transformado. É o próprio que o reconhece:

Subitamente
fora de mim
um verso
(Carranca, 2016a, p. 9).

O estilo é isto. Ele não se confunde com a recorrência de certos temas (independentemente de eles existirem), nem com noções como sofisticação e maneirismo linguístico. O estilo, e é por isso que não basta escrever bem, é antes de tudo uma forma de vida: de calar a sua voz pessoal, de se dissolver na linguagem, de captar o rumor que lhe é próprio, para depois regressar, ainda atordoado, com um pedaço de vida entre as mãos – eis um verso (Blanchot, 1987). O estilo é, numa fórmula, uma maneira de *ser* palavra. Como lembra esse homem solitário do livro em questão: «Sou palavras, talvez versos, mancha gráfica ocupando a folha em branco; sítio onde reflecto; o lugar da palavra entre palavras» (Carranca, 2018, p. 36).

Assim, Carlos Carranca, colocando o leitor na impossibilidade de falar sobre aquilo com que no momento se depara, Carlos Carranca condu-lo igualmente, e eis a sua mestria, a experimentar essa incapacidade como a mais elevada potência da linguagem e com isso põe-na a mostrar, em vez de demonstrar. É por isso que não falo *sobre* a obra de Carlos Carranca, empreendimento sempre a um passo de lhe devolver as hierarquias da linguagem comum e contra a qual o poeta tanto resiste, mas *com* ela, num registo de amizade, horizontal.

3. O silêncio e a construção da atmosfera-Carranca: a voz, a sombra e o corpo

Em *Apenas um Homem*, Carranca, hábil construtor de Deus(es) – mais do que *pela, na* palavra, simultaneamente coexistindo e distinguindo-se dela –, constrói uma atmosfera que transtorna por completo a função representativa que usualmente se impõe à palavra desempenhar. Esta atmosfera, claro está, não alude a algo como um ambiente no qual as palavras viriam ulteriormente repousar. Entre aquela e estas, nenhuma exterioridade pode ser reivindicada. A atmosfera-Carranca, designemo-la assim, é o mundo resultante de um efeito disparado pela própria respiração das palavras. Expandindo-se, revelando a cada vez um índice de centrifugação diverso, uma velocidade e temperatura distintas, a palavra engendra o que a rodeia. Ou o mesmo é dizer, do corpo-palavra se desprende, como um vapor fumegante, a atmosfera na qual ela granjeia, não um significado definido, mas um certo grau e tonalidade afetiva, um sentido. Escusado será dizer que o não faz sozinha, senão em conjugação com as outras, o que faz do poeta um compositor de palavras, é certo, mas sobretudo de silêncios, tarefa frontalmente assumida por Carlos Carranca.

Como o poeta trabalha o silêncio em *Apenas um Homem* e como daí surge a atmosfera adequada à libertação e circulação da carga afetiva da linguagem, e conseqüente entrada num tempo a-cronológico – eis a questão por ora norteadora. A relação entre o silêncio, o tempo da verdade poética e a necessidade de trabalhar a linguagem são, aliás, confessadas quando Carranca associa «o autor, a capela primitiva, fresta de silêncio» (Carranca, 2018, p. 36-37) ou as «habilidades na corda sintática das palavras, [com] o imperativo do silêncio» (Carranca, 2018, p. 37). É atingindo esse silêncio essencial que o poeta se torna a fala imemorial da linguagem. Antes de entrar no texto citado, porém, leiam-se os dois poemas seguintes:

É do silêncio que a poesia nasce.
 É pelo silêncio que se cumpre
 a palavra.
 (Carranca, 2016a, p. 44).

*

Todo o poema
 é um túmulo de
 onde a palavra ressuscita.
 (Carranca, 2016b, p. 9).

É que para que a linguagem poética fale, lembre-se, não basta que o poeta se cale e se deixe trespassar por ela, mas também que, retornando vivo dessa invasão visceral, ele consiga fazer com que ela tenda o mínimo possível para o tagarelar típico da linguagem comum. É por isso que Carranca raia os limites concebíveis na economização dos meios, rarefazendo e subtraindo, e com isso tocando esse silêncio que sempre se faz cumprir nas mais arrebatadoras sensações.

Não idealizemos, porém, este silêncio. Com efeito, no seu estado absoluto, ele não existe nem poderia existir. Distanciem-nos, pois, da simplista pressuposição de que silêncio e som se opõem. Sugiro, contrariamente, um *continuum* que vai do silêncio ao grito, e vice-versa, constituindo ambos estados-limite do ruído. Pelo meio, todos os ritmos possíveis, o que, por si só, sempre implica, no mínimo, a ocorrência de dois sons e respetivo silêncio intervalar. Por só nascer à segunda batida – ainda que, nesse momento, aja retrospectivamente e acolha em si tanto a primeira batida como o período que a distancia dela, criando aí um tom –, um grito, apenas um grito, não dá lugar ao ritmo (que no silêncio encontra a sua expressão mais pura), sendo apenas um brutal rasgão no silêncio, imóvel para a eternidade. Carranca reconhece-o, senão veja-se o final da segunda secção do poema intitulado «Poesia»:

[...]
 o meu grito,
 rasga o momento,
 o nada.
 (Carranca, 2013, p. 10).

Não obstante, o grito e o silêncio, ainda segundo Carranca, estão longe de se opor, relacionando-se, por vezes, tão intimamente que chegam a sobrepor-

-se, ou não fosse este *continuum* elástico-bastante para se dobrar sob a forma circular, pondo os seus extremos a beijar-se:

Silêncio

Grito aflito

Sufocado.

(Carranca, 2016a, p. 57).

A relação do silêncio com o grito assume contornos peculiares em *Apenas um Homem*. É que se é verdade que o grito, isolado de tudo mais, é a pura impossibilidade do ritmo, já que para o ser seria necessária a emergência de uma segunda batida, um segundo sopro, não é menos verdade que, dada a perfeição rítmica inerente ao silêncio (a ponto de ele ser inescrutável ao ouvido humano), o ritmo sempre requer a existência de um grito que o rompa e lhe abra a possibilidade de sofrer essa segunda batida. É por isso que os extremos do *continuum* não existem no seu estado puro na linguagem poética, sendo esta um trabalho de articulação de ambos, de criação de ritmos, de tons vocais, de variações rítmicas, ou o mesmo é dizer, de sentidos inéditos e não significados.

Ora, a atmosfera-Carranca nasce precisamente destas articulações, sendo uma ecologia de ritmos mais ou menos próximos do silêncio, mais ou menos próximos do grito, mas sempre variando em função do recurso a um e a outro. Basta lembrar a já referida fórmula repetidamente lançada pelo homem do texto e que vai pontuando o desenrolar do texto: «Que ficará de mim?» (Carranca, 2018, p. 38, 42, 45), mas também outras tiradas que funcionam do mesmo modo, como «Todos nós somos mar» (*ibid.*, p. 44) ou «Quem nos vem dizer quem somos?» (*Ibid.*, p. 45). Nenhuma delas é um grito no seu sentido puro, ideal, no entanto, pela forma como se inserem no texto, pela sua abertura ao indefinido, ao porvir incógnito, pelo espaço que à sua frente abre e projeta sob a sua marca, percebe-se que são marcadores rítmicos dele próximos, espécies de sopros guturais que cortam o silêncio.

Por outro lado, só colhem sentido pelo jogo em que entram com o silêncio, o qual também nunca é, repetimos, silêncio na sua aceção mais pura, mas criações rítmicas a tender para a indiscernibilidade que é o ritmo perfeito do mundo sem fala, do silêncio, isto é. Bem vistas as coisas, se por silêncio entendessemos a total ausência de ruído, ele pura e simplesmente não poderia ocorrer, ou não fosse a própria terra uma entidade viva que respira, que geme, que pare, ou não fosse o nosso corpo um incessante e fervilhante fluxo de sangue, minérios e letras. Quando se diz, comumente, fazer silêncio, mais

não se está a indicar do que a ausência de qualquer som reconhecível. Como conquista o silêncio o seu lugar em *Apenas um Homem* e que linhas rítmicas traça ele com o grito?

Antes de mais, impõem-se mais algumas considerações acerca do silêncio em Carranca. Para isso, repare-se nos seguintes poemas:

O segredo é
perdermo-nos mais além
noutra palavra
(Carranca, 2016a, p. 18).

*

O silêncio repousa
em tudo o que é vivo
a despertar
(Carranca, 2016a, p. 55).

O primeiro, julgo, remete para um silêncio intersticial, entre as palavras, intervalar, silêncio da folha em branco, silêncio puro insensível à audição. Ora, no que à linguagem poética diz respeito, há um silêncio mais essencial, na medida em que é ele que funda a possibilidade das palavras entrarem em linhas rítmicas – refiro-me ao silêncio inerente às próprias palavras, silêncio que me parece surgir no segundo poema. Mais essencial porque, na linguagem poética, a sensibilização ao primeiro tipo de silêncio depende da extração deste silêncio que já repousa em cada palavra. Silêncio esse que nada tem que ver com o término da sua leitura ou com o final do seu desenho gráfico, mas antes com a sua própria irrupção, com a potência que a excede, com a força, com o afeto, com o sopro, com o grito. Conquistar o silêncio à palavra é conquistar automaticamente o grito que lhe é próprio, e assim torná-la apta a entrar no jogo das variações rítmicas. É por isso que falar deste silêncio ou falar do tempo a-cronológico é falar do mesmo, é falar do tempo em que já nada pode ser como era, nem pode ser como será, é falar da verdade do acontecimento pelo qual fomos de repente engolidos, é falar da incrível verdade incausada do menino Jesus (referida pelo autor em *Apenas um Homem*), diferente de todas as outras crenças – é «o despertar».

Arrancando silêncios às palavras é para esta extasiante experiência que Carlos Carranca nos empurra, deixando-nos, a nós leitores, perante o abismo do desconhecido e, mais que isso, do inominável. E se, de um momento para

o outro, algo se nos revela, é exatamente no ponto em que nos abeiramos desse indizível pela palavra tagarela, desse insensível ao organismo, desse inaudível e invisível aos ouvidos e olhos viciados – aí, bem aí, tocamos, num instante sem instante que sempre nos escorrega por entre os dedos, o *elã vital*.

Em *Apenas um Homem* o seu silêncio reverbera do princípio ao fim. É por respirar por estas «frestas de silêncio», por desenhar contornos de ausência às entrelinhas e ao não-dito, que *Apenas um Homem*, antes de oferecer conclusões, incita à interrogação e ao pensamento. Pondo a linguagem a oscilar entre os seus dois limites assintáticos, o silêncio e o sopro, Carlos Carranca cria uma atmosfera também ela oscilante entre dois estados que, como os anteriores, convenhamos, também eles se confundem em permanência: a vacuidade e a plenitude. Este movimento pendular a que o texto, ele próprio, obedece e obriga o leitor a realizar, movimento pelo qual texto, bem como leitor, se deixam submergir numa atmosfera pautada pela incerteza e pelo mistério, tem no corpo, estou em crer, o seu ponto de ancoragem.

Carranca explora sem tréguas uma das propriedades fundamentais do corpo: a sua possibilidade de se expandir intangivelmente – sombra e voz. O corpo é, e disso ninguém duvida, esse corpo «cosido consigo mesmo», matéria, cabeça, tronco e membros, veias e sangue, sexo. Ele não deixa de ser, no entanto e ao mesmo tempo, esse corpo que atingido pela luz é sombra, imagem, mancha, contorno; esse corpo que falando é sopro aéreo, impalpável, fluxo sonoro, ritmo. A subtil articulação levada a cabo por Carranca entre a luminosidade e a sonoridade vocal – variando ângulos e intensidades luminosas de forma a fazer aparecer, por vezes sombras lúdicas, outras vezes despóticas; variando timbres e tonalidades vocais, produzindo um efeito cinematográfico onde o corpo é aproximado e distanciado dos olhos do leitor, sem que este se aperceba que eles já não são só visuais, mas polivalentes –, essa articulação entre luz e voz, incidindo no processo de desdobramento corporal sob a sua forma espectral, forja uma fenda no seio do próprio corpo e na qual o silêncio desprendido pelas palavras poderá, enfim, descarregar a sua potência afetiva.

A título de ilustração, tome-se o seguinte excerto do texto, referente a uma das indicações cénicas presentes no texto:

[...] continua sentado, de olhos fixos no chão, olhando a sua própria sombra que se projeta diante de si. Levanta-se, lentamente, brinca com a sombra do seu corpo, ergue os braços, uma perna de cada vez. Tudo em silêncio. Não se ouve um ruído para além dos sons dinâmicos da sombra. Sem que nada o faça prever, o corpo físico, carnal, palpitante, desaparece e é só sombra; ampliada no chão, vai ganhando

o palco até se transformar numa espécie de poder totalitário que tudo toma – o espaço cénico é, apenas, feito de sombra humana. Em simultâneo, surgem numa tela, ao fundo, imagens em movimento de políticos nas suas funções, chefes religiosos, migrantes naufragando no mediterrâneo; crianças (umas em escolas, brincando, em plena ação de ensino-aprendizagem, e outros, subalimentados, vítimas de todos os poderes). A sombra gigante ocupa o chão do palco. Aos poucos, a sombra desaparece, assim como as imagens em movimento que, de súbito, deixam de existir. E fica o homem só, cosido consigo mesmo, monodialogando, sem palco, sem público, sem espaço físico identificável. (Carranca, 2018, p. 35-36).

O que aconteceu? Numa primeira fase a personagem está fixa, absorva na sua própria sombra, um e outro pertencendo-se, justapondo-se num absoluto silêncio – apenas um homem. Até ao momento em que decide levantar-se, ao que se segue um conjunto de movimentos progressivos, encadeados, como que estimulando a ação da sombra, a sua autonomização que não tardará a dar-se – apenas um homem com a sua sombra, com o seu espaço. Estes dois momentos constituem, por assim dizer, um primeiro segmento rítmico caracterizado pela dependência, ainda que sob duas modalidades distintas, entre corpo e sombra. Até que, subitamente ocorre um corte na situação que a fará entrar num novo segmento rítmico: o corpo desaparece e a sombra, senhora de si, galopa incessantemente até preencher todo o espaço. Ao contrário do ponto inicial do excerto onde o espaço era percebido sob a sua forma euclidiana, aqui todo o espaço se torna exterior, raso, sem coordenadas, atingindo o seu ápice com o aparecimento das imagens, já que nesse passo todo ele se torna uma imagem em si mesmo, desvinculada, imagem porque sombra no chão de um corpo já inexistente, imagem porque todo o ambiente exhibe imagens sem referente atual na situação – segundo segmento. Um terceiro segmento rítmico, todavia, rompe a cena: a sombra começa a extinguir-se e as imagens desaparecem. Mas o nosso personagem não regressa ao espaço do qual havia partido, senão a um espaço completamente interior, sem nenhum exterior possível, e logo sem espaço identificável, sem público, absoluta e essencialmente só – eis a solidão mais essencial, o silêncio. Sombra e corpo, sombra sem corpo, corpo sem sombra: três estágios compositores de uma mesma linha rítmica, onde os primeiros dois se espaçam mais duradouramente no tempo, num crescendo paulatino (muito bem construído pela leveza associada à imagem, objeto sem peso, na realidade), enquanto o último protagoniza uma queda a pique cujo peso decorre da ideia de um corpo «cosido consigo mesmo», massa inerte, sem referência nem exterioridade que o localize num ambiente mais vasto. Serve o caso para

demonstrar como a sombra, modalidade de expansão intangível do corpo, produz, a partir das variações rítmicas que Carlos Carranca consegue incutir, uma atmosfera também ela variável, incerta, e onde é o próprio corpo que nela se abre e fecha aos silêncios e aos gritos da linguagem.

Mas atente-se à forma como o autor finaliza a indicação cénica anterior e prossegue com a fala do nosso homem:

De novo, o poder da palavra, como sangue-alma, única realidade objectiva, identificável].

– Retenhamos a seguinte ideia: eu não sou eu nem a minha circunstância, nem nada. Sou um funâmbulo de carne e osso, sangue de palavras [...]. (Carranca, 2018, p. 36).

Após o corpo ter ficado cosido consigo mesmo, absoluta interioridade, uma outra modalidade de expansão intangível do corpo emerge: a voz. A personagem volta a ter a palavra e prossegue o seu discurso, somente, devido à ausência de espaço exterior, e lembremos que se trata de um monodílogo, ela ao invés de se dirigir e repousar num destinatário (humano ou não-humano, pouco importa para o caso), permanece a vibrar no ar, dando corpo a uma atmosfera etérea. É esta falta de quem receba o discurso, esta falta de direcção que não é mais que o próprio sujeito que fala, que põe a voz a ressoar e que evidencia, mais do que aquilo que é efetivamente dito, a própria reverberação da voz. Tal como a sombra se havia, por engenho do autor, autonomizado do corpo, agora passa-se o mesmo com a voz: ele expande o corpo, mas como voz que é, retirando-se no mesmo momento em que nasce, logo o apaga se não tiver onde repousar, onde deixar marca, rasto. Assim, o personagem não pode deixar de se situar «entre o ser e o não ser» (Carranca, 2018, p. 39)), na «inconsistência do ser» (*ibid.*, p. 41) que todos somos, ou se quisermos, descobre na evanescência do fluxo sonoro que é a voz a própria estrutura, não de si, mas *do* si (Nancy, 2014).

E não é essa, justamente, a *mareidade* do mar: aquilo que não existe senão diferindo de si a cada instante, fluxo constante. Assim nos diz Carranca: «voz interior à voz que somos, é nele, mar, que reencontro o segredo fechado da sua voz rouca de profeta» (*ibid.*, p. 43). «Perante ele, para além dele, nada há a descobrir, senão o aquém» (*ibid.*, p. 44). Descoberto que está o segredo da variação *permanecendo* outro, Carranca não pode deixar de se encontrar somente e apenas no exato instante em que se perde, nessa semente de tempo a-cronológico.

De sobressalto em sobressalto.
De remorso em remorso.
Nem eu nem o outro.
Só o assombro de mim.
(Carranca, 2017, p. 12).

Referências bibliográficas

- ARTAUD, A. (2006). *O Teatro e o seu Duplo*. São Paulo: Martins Fontes.
- BLANCHOT, M. (1987). *O Espaço Literário*. Rio de Janeiro: Rocco.
- CARRANCA, C. (2013). *55 Poemas de Idade*. Figueira da Foz: Talencilicious.
- (2016a). *O Eu Desconhecido*. Figueira da Foz: Talencilicious.
- (2016b). *O Fogo, o Tempo e as Cinzas*. Figueira da Foz: Talencilicious.
- (2017). *Para Além do Mar Vermelho*. Figueira da Foz: Talencilicious.
- (2018). *Apenas um Homem*. Figueira da Foz: Talencilicious.
- DELEUZE, G., & GUATTARI, F. (1995). *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- DELEUZE, G. (1997). *Crítica e Clínica*. São Paulo: Editora 34.
- DERRIDA, J. (1995). *Escritura e Diferença*. São Paulo: Perspectiva.
- FOUCAULT, M. (2009). *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- NANCY, J-L. (2014). *À Escuta*. Lisboa: Chão da Feira.

*José Maria Carvalho**

* Doutorando em Sociologia no programa OpenSoc do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa.

Alegria, de Eduardo Mahon

EDUARDO MAHON (2018). *Alegria*. Cuiabá: Carlini & Caniato; Porto Alegre: Editora Sulina, 2018, pp. 175.



Começo pela constatação daquilo que presumo ser uma evidência. No contexto de uma atenção editorial cada vez mais dedicada a escribas menores e dependente em larga escala de sofisticadas estratégias de *marketing*, todo o crítico literário ter-se-á já confrontado com essa experiência, sempre surpreendente e feliz, que é a de se cruzar com um livro praticamente anónimo, porque assinado por um escritor pouco menos do que desconhecido, e descobrir, afinal, no seu interior um texto magnífico. Um livro, por outras palavras, cujo virtuosismo estético-literário saltaria de tal modo à vista que, sem grandes despesismos hermenêuticos, merecesse o direito imediato à preservação canónica.

No meu caso, o escritor chama-se Eduardo Mahon, e o livro intitula-se *Alegria*. Em bom rigor, o autor não me era de todo incógnito. Dele tinha previamente lido *Contos Estranhos* (2017), textos assaz exemplificativos da sua estupenda perícia técnico-narrativa e do seu não menos impressionante poder imaginativo. Em todo o caso, esta introdução prévia ao romancista pela mão segura do contista não podia por si só antecipar a magnitude – talvez devesse escrever: a excepcionalidade – do romance. Como é sabido, bons contistas não desembocam forçosamente em romancistas de primeira água.

Que dizer, então, no curto espaço desta recensão, de *Alegria*? Antes de mais, que não será necessária particular sagacidade hermenêutico-exegética para filiar esta obra numa ascendência literária facilmente reconhecível. A narrativa, com efeito, apresenta-se sem custo como possível filha pródiga d’*O Alienista*, sem prejuízo, como é claro, de outras referências intertextuais maiores (*Rhinocéros*, de Ionesco, por exemplo; ou mesmo, consinta-se, por flagrante contraposição temática, *Intermitências da Morte*, de Saramago).

Assumido herdeiro ou não de Machado de Assis, o certo é que Mahon nos oferece, nesta fábula, tintada de realismo mágico, uma poderosa alegoria em torno da condição humana. A traços largos, a intriga resume-se em poucas palavras. Divorciado e sem grandes estados de alma, um médico, em tudo banal, exila-se numa pequena cidade do interior, sugestivamente denominada Alegria. É então que, muito estranhamente, irrompe um fenómeno inimaginável: um virulento surto de suicídios, antecipado, como se de um sinal profético se tratasse, pela morte de todos os peixes do rio. Dir-se-ia que o jovem clínico, contrariando a incumbência profissional, trouxe, sem que ninguém alguma vez o venha a suspeitar, a morte por contaminação. Ou seja, como se a ontologia do vazio que parece transparecer na sua personalidade, um tanto descomprometida com a realidade (desde logo, pela sua manifesta incapacidade, ou quase, de estabelecer laços sólidos com quem quer que seja), se traduzisse na morte de todos aqueles que com ele privassem. Tanto mais que antes de chegar a Alegria, o médico, em boa verdade, já trazia no seu encaço os óbitos, razoavelmente inexplicáveis, da ex-mulher e, antes disso, do pai. A situação, sem paralelo, torna-se tão crítica que o poder político, alarmado com a incessante proliferação de cadáveres, se vê constrangido a adotar, procurando deste modo evitar o extremo abismo, medidas drásticas e muito típicas dos regimes totalitário-burocráticos. Razão pela qual a pacatez de Alegria se converte bem depressa no seu reverso obscuro. O ponto mais alto desse reverso ocorre quando tudo passa a funcionar num horizonte despótico, que é como quem diz, ao serviço de uma estratégia de perseguição obsessiva.

Ao nível do estilo e da linguagem, convirá assinalar que o romance se pauta por um léxico desprovido de ornamentações e todo o tipo de efeitos rebarbativos. O que isto significa é que, visto a partir de que ângulo for, o estilo é elegante e eficaz, não se perdendo na eloquência de uma retórica vácuca e empastelada. O mesmo é dizer, a excelência fraseológica de Mahon, não há como negá-lo, decorre daquela aptidão pela qual a inteligência ficcional de um escritor se mede pela sua desenvoltura em condensar muito em poucas palavras. Acresce o facto de as frases, pouco extensas, se concatenarem, de um modo geral, e a bem da legibilidade, em regime de parataxe. Como diria, n' *O Paraíso e Outros Infernos*, com inteira sensatez, José Eduardo Agualusa: «Escritores muito jovens tendem ao artifício fácil. A hiper-adjetivação, por exemplo, é uma doença infantil da literatura. Mais tarde, à medida que cresce, um escritor aprende a cortar. A partir de certa altura compreendemos que o mais importante é a simplicidade. O mesmo quanto à vida. Cortando tudo quanto é artifício ficamos mais livres e, talvez, mais próximos da felicidade» (Lisboa, Quetzal, 2018,

pp. 21-22.). Não é custoso perceber que a prosa de Mahon configura esta maturidade literária de que nos fala o autor de *Milagrário Pessoa*. Despojamento estilístico só alcançável na dicção de quem, qual joalheiro a aperfeiçoar filigrana, dispõe de um domínio magistral da linguagem e das cadências do estilo. Leia-se, a título de exemplo, esta esclarecedora passagem (e repare-se, já agora, na incrível atitude fleumática, melhor dizendo, alheada do protagonista perante a tragédia de que padece Alegria): «Era questão de tempo. Eu imaginava – ou sentia – que as mortes não iriam acabar naquelas três. Suicídio é como bocejo. Quando alguém começa, a tendência é se espalhar. Pode ser desumana a comparação, mas foi o que me ocorreu no momento, observação sem nenhum rigor científico. Não tardou para se confirmar minha teoria. À noite, por volta das dez horas, quando ainda todos estavam acordados, ouviu-se uma gritaria de um canto a outro de Alegria. Do alto da ponte, jogara-se Gentil Mattos e, do outro lado, da cidade, Carlos Bianchi cortara os pulsos na bandeira de casa. Naquele momento, eu não precisava ser comunicado de nada. Os gritos me chegaram à varanda onde tomava a terceira dose de *whisky* da garrafa que estava no final. Lamentei o fato de me esquecer de fazer o gelo. Ao virar o resto do líquido, vi no fundo do copo de cristal vários homens que entravam na minha casa pelo portão de ferro. Foram me pegar para o primeiro plantão do que, enfim, foi diagnosticado formalmente: epidemia» (pp. 59-60).

Na pluralidade de itinerários que neste romance se podem trilhar, a desafiar a cada passo a perspicácia do leitor, não é ocioso prestar demorada atenção ao investimento alegórico do texto e, por extensão, à sátira civilizacional. Sátira especialmente visível nas críticas tecidas à ordem política e às relações burguesas. Assim, este notável romance atinge não raro, pode dizer-se, a condição documental. Através dele se expõe, com as suas hierarquias, toda uma estratificação sociocultural e respetivas sociabilidades conviviais. Daqui decorre uma representação válida, é de crer, para todas as pequenas, e esquecidas, povoações do interior desse território sem fim que é o Brasil. E nesta examinação do aparelho social em formato pequeno não é menor o lugar reservado ao rastreio das enfermidades do corpo político. Revelando acentuado pessimismo político, Mahon não se inibe, pois, de enfatizar a perfeita (e, deveras, chocante) inoperância do poder instituído, seja ele nacional ou local.

Se há uma lição a extrair de *Alegria*, essa lição poderá ser, entre outras possíveis, a de a clivagem entre a boa convivência democrática e a moldura autocrática se afigurar, na realidade, bem frágil. Sobretudo se o contexto for (e não é difícil imaginar cenários suscetíveis de o preencher: alterações climáticas

ferozes, ameaças nucleares, hecatombes tecno-digitais, *etc.*) o de uma situação radical e incontrolável.

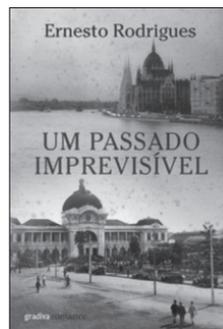
Quanto ao (surpreendente) final do livro, que resisto à tentação de desvendar, diria somente isto: é o final astuto de uma narrativa, digamos, de interrogação, na medida em que se suspende um sentido definitivo em favor de um final algo aberto e inconclusivo. Não é essa, ao fim e ao resto, a missão por excelência da (grande) literatura?

*Sérgio Guimarães de Sousa**

* Membro do CEHUM, Universidade do Minho.

De um outro existencialismo e de um mundo de sombras

ERNESTO RODRIGUES (2018). *Um Passado Imprevisível*. Lisboa: Gradiva, 157 p.



É simples: não há história sequencial. Cada novo texto revê o anterior. Cada noite a da véspera. Assim, tudo, para ele era borrão, excepto o último.

Ernesto Rodrigues, *Um Passado Imprevisível*

Da vasta obra de Ernesto Rodrigues, que inclui ensaio, poesia e ficção, retenho com especial interesse os seus romances *Passos Perdidos* (2014) e *Uma Bondade Perfeita* (2016), este que viria a vencer o Prémio Pen Clube Português no ano seguinte. Acabo agora de ler a sua mais recente peça de ficção, *Um Passado Imprevisível*, cujo título já contém em si essa ironia de nunca nos conhecermos por completo, muito menos os outros e os relacionamentos mais marcantes das suas e nossas vidas. Há aqui uma tentação de considerar, pelo menos parcialmente, este livro um romance um tanto autobiográfico, mas seria um erro elementar de leitor, como diriam certos críticos americanos acerca de textos ou narrativas complexas. De facto, Ernesto Rodrigues, hoje professor na Faculdade de Letras na Universidade de Lisboa e director do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, foi também leitor de Português na Universidade de Budapeste nos anos 1981-1986, os anos de chumbo daquele país que ainda nem suspeitava, (suponho) que todo o sistema sociopolítico estava prestes a ruir em pouquíssimo tempo como resultado da queda da União Soviética. É também verdade que o autor – que viria a tornar-se o mais distinto tradutor no nosso país da melhor literatura húngara – deixou por lá laços de

amor e família, muito do que nos levaria à tentação de o ler interligando realidade presente e passado num acto de ficção como este. Só que na obra de Ernesto Rodrigues existem estruturas narrativas que à primeira vista nos parecem desligadas, e a sua escrita torna-se um exercício complexo da imaginação pura, e em que o leitor vai desfrutando de frases lapidares que podem ou não significar os múltiplos sentidos de um tema que esconde em si não só o mundo dos outros mas mais ainda o estado interior do seu narrador, que, tal como nós na tentativa de interpretação, nunca sabe claramente o que aconteceu ou vai acontecendo no seu próprio mundo ou noção de existência entre os mais diferenciados seres humanos aqui inventados ou reinventados. Estamos dentro de um enigma que vai da vida académica e amorosa em Budapeste a Moçambique dos nossos dias em busca de uma mulher de nome Andrea. Este é um romance de poucas personagens centrais, mas os seus relacionamentos e as respectivas implicações para as várias representações aqui encenadas são algo complexas, deixando o leitor como que num jogo de xadrez e a olhar demoradamente cada peça e cada movimento.

Um Passado Imprevistível faz-me lembrar, de certo modo, o *Finnegans Wake*, de James Joyce, que levaria o grande crítico norte-americano Edmund Wilson, que introduziu nos anos 20 o modernismo europeu aos seus leitores enquanto olhava atentamente os seus colegas que no país ou residentes na Europa também respondiam a uma literatura que havia sido até então provinciana, ignorando quase tudo que se passava além-fronteiras. Wilson, falecido em 1972, leu e releu a ficção de Joyce, e não teve meias medidas: se era praticamente incompreensível, ele procedeu a uma interpretação muito original, quer coincidissem ou não com o que o autor irlandês teria em mente quando o escreveu. Faço o mesmo agora aqui. *Um Passado Imprevistível* tem um narrador que se identifica com um personagem principal de nome J. C. no seu regresso a Budapeste no presente depois de lá ter sido professor de Português na universidade principal do país. Vai à jubilação de um colega oriundo da Eslovénia, mas que será devidamente homenageado, e neste caso chamado simplesmente de «Z», pois o seu nome é tão longo e complicado que tira do leitor o primeiro riso e perplexidade, e que nem me atrevo a escrever neste texto, depois de um alerta, ou de quem leu com atenção, que se tratava de todas as letras do alfabeto, numa brincadeira algo gratuita com o leitor, creio eu. De resto, será lembrar os anos passados e as mulheres da sua vida, ambas de nome Nídia, mãe e filha, que nos levam a tentar decifrar quem é o pai, se J. C. ou Z. Seja como for, o romance leva-nos mais ao ambiente internacional dos nossos dias na Europa, e termina, como já referi, em Moçambique aonde se encontra Andrea, uma outra possível

amante, numa missão humanitária e que não espera um encontro com esse seu passado amoroso na Hungria. Pelo meio, acompanhamos a viagem num navio criminoso, que se dedica ao tráfico de tudo, inclusive de crianças. A violência durante essa viagem entre a Europa e África é extrema, e constitui uma outra visão do mundo actual, do mundo que permitimos no silêncio ou na nossa indiferença. Entre o passado dos anos 80 do século XX num país comunista retornamos à actualidade, testemunhamos o pior dos mundos. Resta ao indivíduo consciente reorientar-se e actuar dentro do perigo perante o que vê e vive. É o regresso ao tal existencialismo filosófico, que combina realidade e arte para denunciar os infernos que criamos, e ao mesmo tempo a possibilidade de apagar os fogos quando pode e onde pode. Este é um livro de prosa simbólica e poética, com frases tão contundentes e significantes que prendem nos seus leitores a força de irmos de página em página à procura de significações escondidas, dos mistérios ou segredos da vida de cada personagem.

Ora, outros perigos irrompem nesta distração. A pólvora da História deixa resíduos em qualquer um. Seja palavra, na tabuleta da loja, seja nome de rua, ou música descida de longe, que a rádio filtra, o peso da vida volta, velado em passado, que a mão esquerda dela, numa paragem brusca, entoa melhor, ao tocar-lhe no joelho, dois dedos, indicador e média, pormenor que lhe lembra outros dedos, talvez outro tempo, o que nem sempre coincide....

Por fim, *Um Passado Imprevisível* dá continuidade a essa obra ficcional de Ernesto Rodrigues de que já falei anteriormente, um mundo de sombras ominosas ou meramente pessoais, e na qual o leitor encontra na sua prosa o caos e os relacionamentos misteriosos entre uns e outros, especialmente o que se chama na sociologia de *significant others*. Certa Europa permanece algures entre a civilização e o desastre, com as relações de cada um ou uma servindo como que de metáfora a todo o tipo de ameaça indefinida. A viagem para a África acontece, uma vez mais, num navio de loucos, e Moçambique como memória de um passado português pouco feliz, e agora dependente da ajuda e da criminalidade dos que pensam levar todos à salvação.

Vamberto Freitas*

* Docente universitário, ensaísta e crítico literário.

Filomena Serpa, uma poetisa açoriana do século XIX agora redescoberta

FILOMENA SERPA (2017). *Poesia*. Recolha de Carlos Enes. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 123 p.



A poesia de Filomena Serpa surge reunida, neste livro, cento e quarenta anos depois da sua estreia literária. Tem de se saudar o facto de Carlos Enes ter procedido à compilação dos poemas dispersos publicados na imprensa e dos inéditos que estavam em posse da família, pois fica estabelecido mais um *corpus* poético peculiar no panorama da literatura do século XIX, nos Açores, até agora praticamente desconhecido. E de realce, também, por se tratar de uma jovem poetisa, que arrostou com os preconceitos da época, pelo facto de querer impor-se na Poesia, como escritora de pleno direito, entre os seus pares masculinos.

Muito curioso é o longo poema que tem por título *Porque é que não escrevo*, que só agora é publicado – Filomena Serpa inibiu-se de o dar à estampa, mas escreveu-o «A pedido do suave poeta Ernesto do Amaral». Constitui um depoimento arrojado e lúcido sobre o estatuto da mulher no século XIX, discriminada nos planos cultural e artístico por literatos, que, como diz, *Passam-lhe desde logo, os honrosos diplomas/ De tola e pretensiosa*. Além disso, as suas manifestações consideradas então de adesão à corrente ideológica do Positivismo e às tendências estéticas do Realismo, que entravam em fogo cruzado com o Ultra-Romantismo, mereceram-lhe o maior repúdio por parte dos ironicamente designados por ela «críticos do ofício». Neste poema, a poetisa denuncia essas atitudes, referindo sarcasticamente:

Se está desiludida e desgostosa e céptica
 Crente apenas no vício
 Enfim – positivista –
 Mostra no seu cantar a animação frenética
 Da escola realista/ Taxam-na de grosseira e doida e de mil coisas
 Que eu agora não junto
 Dizendo que ela usurpa a linguagem o assunto
 Dos livros masculinos/ E que melhor faria
 Trabalhando em casa crochet, mirando figurinos
 E deixando a poesia.

Filomena Serpa tinha apenas dezassete anos quando escreveu este poema, que se revela precioso como testemunho cabal da sua precoce maturidade e desenvoltura intelectual, apesar de viver isolada num meio insular muito distante geograficamente dos centros de cultura – Coimbra, a capital, a Europa. A realidade é que, mercê das excelentes e renovadas bibliotecas a que eventualmente teria tido acesso, no seu meio social das Velas, na ilha de São Jorge, esta Mulher revela-se, como açoriana, pioneira na leitura de poetas do Romantismo europeu, conhecendo várias línguas e apreciando as *Belles Lettres*, o que era excepcional numa ilha onde a primeira escola feminina só abre precisamente um ano antes do seu nascimento. Personalidade de carisma intelectual e pessoal de excepção, pela leitura da sua poesia, reconhece-se na sua inspiração um verdadeiro talento, aliás elogiado em referências que são feitas aos seus poemas, quando são publicados na imprensa, nomeadamente no Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro, ultrapassando assim a sua poesia os limites da ilha e alçando-se a outros voos.

Se uma palavra fosse pedida para definir a sua poesia, ela seria musicalidade. O seu itinerário interior é apresentado por uma voz de poeta que sabe utilizar o valor das sonoridades e dos ritmos assim como o poder evocativo das imagens. A inspiração acomoda-se à métrica rigorosa dum soneto ou, então, a fantasia dum sonho leva-a para ritmos oscilantes, sujeitos aos movimentos do coração e dos caprichos da imaginação. A arquitectura apurada do verso e a exploração sugestiva da prosódia parecem beber no Almeida Garrett das *Folhas Caídas* os cambiantes indispensáveis à metamorfose da matéria sensível do mundo em poesia.

Quando a obra de arte expressa os valores essenciais da realidade, e se a realidade, segundo a maneira de ver dos Realistas e Parnasianos é, no seu essencial, perene, absolutamente definida, a sua estilização artística tem de ser perfeita. Este anseio de perfeição formal, que se consubstancia na construção dialéctica

do poema, na escolha meticulosa do léxico, na estruturação sintáctica e na tessitura rítmica, está presente na poesia de todos os parnasianos. Poeta tangencial ao Parnasianismo, Filomena Serpa cultivou uma estética romântica, que aliás atravessou todo o século XIX, nas suas evoluções de gosto. Poesia de expressão pessoal, confiança lírica de vivências, a par com a poesia de circunstância, a reflectir a vida social e em que sobressai o discurso da mundanidade ou da homenagem, convivem na sua obra como resultado de um interesse pelo quotidiano, captado em instantes e cenas íntimas ou em momentos de celebração. Sobretudo nos poemas que ficaram inéditos, observa-se a necessidade de experimentação de várias tendências estético-literárias que passam pelo Ultra-Romantismo e até por uma poesia de Romantismo social, ao gosto de Antero.

As suas impressões descritivas, de uma comovida sobriedade dramática, valem pela exactidão do recorte e pela transposição plástica de sensações e de emoções. A mestria no uso de recursos retóricos (apóstrofes, interrogações, invocações, hipérbatos, quiasmos...) vem acentuar a teatralidade de alguns poemas, projectando neles uma visão analítica e questionadora sobre os segredos, cumplicidades e intuições que aí afloram.

O lirismo de juventude da poetisa da ilha de S. Jorge percorre temáticas variadas. O amor aparece concentrado no elogio da vida espontânea em contacto directo com a natureza, associado à passagem do tempo que conseqüentemente gera a lembrança da felicidade perdida. A mulher é idealizada numa dimensão neoplatónica combinada com a exaltação das qualidades sensíveis, e até sensuais, que a configuram como um ser único, arrebatadora de sentimentos exaltados, possuidora de um estranho fascínio que a torna móbil numa relação amorosa, por vezes cristalizada em poemas ambíguos de profunda e íntima amizade. A superação de uma existência amarrada ao mundo convencional surge associada ao sonho, à evasão no tempo e no espaço e até à fuga através do amor. Tal como Cesário e Pessoa que ambicionavam conhecer o mundo, permanecendo fisicamente no torrão natal, também Filomena Serpa manifesta essa necessidade de evasão e de saída da ilha interior e geográfica em que se encontra – a insularidade deve ter-lhe aguçado o desejo de sair do perímetro físico que a confinava, tal como a muitos outros ilhéus e poetas açorianos.

A corroborar o conflito existencial que labora em combustão lenta, os motivos da morte, do tédio, da melancolia, da voluptuosidade surgem evadidos de fundura expressiva, aproximando-se das tendências dum Romantismo inglês e/ou alemão que a poetisa teria conhecido nas suas versões mais divulgadas, através de leituras de Tennyson (que, tal como Byron, tinha visitado Lisboa e Sintra em 1859, gozando de enorme popularidade como poeta pré-raphaelita,

na época vitoriana) ou de Friedrich Ruckert, poeta musicado por Schumann e Mahler em *canções* inspiradoras – tudo isto sugerido por citações destes escritores seus contemporâneos.

Estamos, portanto, perante uma Mulher que tentou afirmar-se na poesia desde muito jovem, uma intelectual que dominava as línguas de cultura (o inglês, o francês, o italiano, o espanhol) e que usava a sua, subordinada às exigências da estética parnasiana, com a mestria do léxico erudito e da imagem sumptuosa. Acrescente-se a estes dotes a habilidade versificatória, rica e notável pela variedade métrica e pela adaptação fácil a variados ritmos. Compondo em métrica tradicional, usando a quadra e a redondilha maior e menor, Filomena Serpa fliava-se, por um lado, nas ressonâncias do Romanceiro cultivado por Garrett. Por outro lado, os seus longos poemas combinam com desenvoltura a sextilha e a oitava, tão caras aos poetas românticos, em versos decassilábicos, heróicos quebrados, alexandrinos e mesmo eneassílabos, o verso preferido para traduzir a «doce melancolia» da sensibilidade oitocentista.

Muito há a descobrir e a saborear nesta poesia que, não conseguiu atingir um lugar de destaque no panorama literário português, por razões por demais óbvias: a condição feminina não lhe favoreceu a fortuna literária (note-se que a poetisa omite a sua identidade sob um pseudónimo masculino, Carlos César, quando publica o poema *O Quadro da Noiva*, no Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro, o que nos faz lembrar George Sand, a escritora francesa sua contemporânea, que o fizera também para publicar a sua obra); pelo facto de, por opção pessoal – a esperável, à época –, a poetisa ter trocado as Musas pelo Lar, como confessa num poema inédito:

A Arte, a verdadeira

Quer se maneje o escopro, a pena ou o pincel

Exige simplesmente a nossa vida inteira

Gasta num forte estudo e num amor fiel.

[...]

Eu não posso entregar a minha vida à arte!

Reclama-me outra lida e chama-me outro amor

E mesmo por a amar, deixo-a por minha parte

a um cérebro mais livre, a um feliz cultor!

e ainda, porque o afastamento a que a ilha a condicionou certamente não lhe permitiu, com facilidade, aceder aos círculos literários dominantes, a não ser por demorada correspondência, com todas as vicissitudes que se podem imaginar.

Como sua conterrânea também nascida na ilha de São Jorge, foi com imenso entusiasmo e emoção que aceitei o convite de Carlos Enes para me debruçar, ainda que muito superficialmente, sobre este acervo que, sem sombra de dúvida, merece ser divulgado e até estudado. E graças ao Instituto Açoriano de Cultura, que continua a ser o editor atento a todo um património cultural que constantemente enriquece o prestígio das nossas ilhas, é possível a divulgação da poesia de Filomena Serpa.

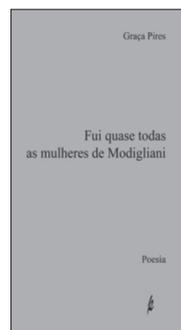
Coimbra, Julho de 2017.

*Leocádia Regalo**

* Licenciada em Filologia Românica, Leocádia Regalo tem desenvolvido intensa atividade cultural como professora e formadora, bem como nas áreas da crítica literária e da tradução. No âmbito da criação literária, tem-se afirmado como escritora no domínio da poesia.

Fui quase todas as mulheres de Modigliani, *de Graça Pires*

GRAÇA PIRES (2017). *Fui quase todas as mulheres de Modigliani*. Óbidos: Poética Edições, 56 p.



Na literatura portuguesa atual, existem escassos volumes de poesia que abracem o tema da ecfrásis, refletindo de forma criativa sobre uma determinada obra de arte visual. Mais raros ainda são os livros consagrados em exclusivo ao legado de um artista específico, percorrendo as diversas fases da sua criação. *Fui quase todas as mulheres de Modigliani* (2017), de Graça Pires, reúne ambas as características, através de um conjunto de quarenta composições centradas nos retratos femininos pintados pelo célebre mestre.

Amedeo Clemente Modigliani (1884-1920) foi uma figura extraordinária, não surpreendendo que tenha suscitado o interesse de escritores, cineastas e artistas plásticos. Conhecido entre os seus pares como *Modi* ou *l'Italiano*, emigrou para a capital francesa, em 1906, então o centro da vanguarda. Aí desenvolveu a sua obra, constituída sobretudo por retratos de mulheres, vestidas ou nuas, de rosto oval, pescoço longo e olhos amendoados. Modigliani cedo cultivou uma imagem de boémio, amante de jovens belas, do absinto e das drogas. Após inúmeros excessos, com apenas trinta e cinco anos, sucumbe à meningite tuberculosa. Em vida, a obra de Modigliani não granjeou uma aceitação significativa, pelo que o artista se viu forçado a vender as suas telas a preços irrisórios, para sobreviver e saldar dívidas. Contudo, depois da morte, o seu legado suscita o apreço dos especialistas, e os quadros atingem, na atualidade, valores astronómicos.

Os poemas incluídos em *Fui quase todas as mulheres de Modigliani* primam pela capacidade de *dialogarem* com as obras, reinterpretando-as e expondo-as de acordo com a sensibilidade da escritora. Para tanto, cada texto centra-se apenas num quadro e assume, como título, o nome dessa tela. Neste contexto,

o livro em análise constitui uma “galeria de palavras”, onde as telas se recriam através dos versos, ganhando uma nova paleta de cores e significados.

Pires escreve exclusivamente sobre retratos de mulheres, partindo de informações biográficas das várias figuras que posaram para o artista, recolhidas através de uma pesquisa aturada. Quando os dados disponíveis acerca de certas pessoas são escassos ou fragmentários, a autora dá largas à licença poética para preencher as lacunas. Em qualquer dos casos, imprime sempre uma perspetiva feminina aos poemas, onde pontificam o erotismo, o amor, a solidão e a angústia. Nesta breve crítica ao poemário, centrar-me-ei apenas nas duas mulheres que mais indelevelmente marcaram Modigliani, por ordem cronológica de chegada à sua vida: a escritora russa Anna Akhmatova (1889-1966) e a pintora Jeanne Hébuterne (1898-1920), o seu amor mais belo e trágico.

Anna Akhmatova, nome literário de Anna Andreevna Gorenko, conheceu Modigliani em 1910, quando viajou para Paris, em lua de mel, na companhia do marido, Nikolai Gumilev. A jovem de vinte e um anos corresponderia ao ideal de beleza do artista: alta, de olhos verdes e cabelo negro. Segundo os relatos da época, Akhmatova impressionaria Montparnasse, ao ponto de os transeuntes pararem para admirar a sua beleza. A poeta encontrava-se mesmerizada pelo artista, comparando-o ao semideus grego Antínoo; por seu turno, Modigliani pintava-a com joias clássicas, como se fora uma divindade egípcia. Naquele verão chuvoso, encontravam-se com frequência, ora para visitarem o Museu do Louvre, ora para declamarem poemas, sentados num banco do Jardim du Luxembourg, sob o guarda-chuva de Modigliani. É lícito pensar que esta paixão, tão breve quanto fulgente, tenha moldado a arte do pintor, que elaborou pelo menos dezasseis retratos da amante.

Pires evoca duas destas obras nos poemas «Anna com vestido negro» e «Anna com vestido branco», posicionando a musa ora no início, ora no final do dia. O primeiro texto parece-me ser o mais conseguido, pela capacidade de captar o pensamento da retratada:

Pouso devagar as minhas mãos
habituaadas à luxúria dos gestos
e sento-me, imperturbável,
no meu sofá preferido.

Possuo nas costas de cada mão
um risco de contágio de sinais noturnos
oxidados no reflexo de vultos antigos
que me açoitam o olhar.

Acolho o silêncio até à nesga de luz
que ilumina a esquiva linha de uma sombra
suspensa na pureza da noite.

Se me perguntarem o que faço aqui,
nesta serenidade mordaz, eu direi:
é um ritual diário, este, de me vestir
de negro para ver findar o dia.

Até agora nenhum crepúsculo
me deixou indiferente.

Mas a noite, essa, já começa
a pesar-me sobre o peito.

(p. 14)

A poeta recorre à primeira pessoa, uma voz íntima e confessional, que aproxima o leitor do drama sentido pela jovem, naquele instante. Akhmatova posa no sofá, para um retrato do amado, e recorda os momentos de sensualidade vividos com este, sugeridos pela expressão «mãos / habituadas à luxúria dos gestos» (p. 14). Pires recria a atmosfera do estúdio, evocando o silêncio e o final do dia, a «sombra / suspensa na pureza da noite» (p. 14). Contudo, a serenidade da musa é aparente, pois sabe que o crepúsculo, que tanto aprecia, é apenas um instante antes da noite, tal como o seu *affaire* com o pintor. Os versos finais indiciam a tristeza da previsível separação, aquando do seu regresso à Rússia: «a noite, essa, já começa / a pesar-me sobre o peito» (p. 14).

Na Primavera de 1917, Modigliani travou conhecimento com Jeanne Hébuterne, uma bela estudante de arte, de apenas dezanove anos, que o mesmerizou. O artista termina o seu relacionamento com a poeta inglesa Beatrice Hastings, ao passo que a jovem é afastada pela família conservadora, que não via com agrado a ligação ao boémio. Em breve, vivem num estúdio da Rue de La Grande Chaumière, viajam, trabalham e convivem com alguns dos mais célebres pintores da época. Tratou-se de uma fase particularmente fértil na produção artística de Modigliani, que recorreu à companheira como musa para as telas. No ano seguinte, Hébuterne dá à luz Jeanne (1918-1984) e, em breve, engravida de novo, para gáudio de ambos. Contudo, Modigliani é diagnosticado com meningite tuberculosa, a doença que o mataria. Hébuterne não resiste ao desgosto e, embora grávida de oito meses, suicida-se, precipitando-se de uma janela do quinto andar. O seu epitáfio, «Companheira devota até ao sacrifício extremo», resume a paixão que sentira pelo mestre italiano.

Pires consagra três poemas da obra em estudo a Jeanne, um número superior àqueles que dedica a qualquer outra mulher. Tal reforça a importância desta paixão na vida e obra de Modigliani. A autora abre a coletânea com «Jeanne» (p. 7); apresenta, perto do final, «Jeanne com blusa branca» (p. 40); encerra com o pungente «Jeanne de ombros nus» (p. 3). É precisamente este último texto que transcrevo e analiso:

Acordei com coragem de morrer,
como se a tua ausência cortasse
os meus pulsos, até que o sangue
vertesse todo sobre mim.

Sitiada por um silêncio onde me perco
sem recuo, entro, destemida, na luz
oblíqua em que antevi a tua morte.

Vou até à varanda para não sufocar de dor.
E ouço claramente a tua voz,
como se a proximidade de um temporal
me enlouquecesse com o ruído do mar.

Ouço a tua voz. E vejo-te. E desço,
a pique, até à eternidade dos teus olhos.
(p. 46)

O poema é marcado pelo signo da morte — quer a de Modigliani, quer a de Jeanne, que se prepara para cometer suicídio, por não resistir ao desgosto causado pela perda do companheiro: «como se a tua ausência cortasse / os meus pulsos» (p. 46). O solilóquio confessional é trespassado pelo desespero e pela alucinação: «E ouço claramente a tua voz» (p. 46). O final do poema coincide com a verdade biográfica: tal como a Jeanne real, a figura fictícia precipita-se para a morte, procurando o reencontro com o amado perdido: «E desço, / a pique, até à eternidade dos teus olhos» (p. 46). Trata-se de um texto típico do livro em análise, pois mistura o factual com a interpretação subjetiva que a poeta tece da realidade. Pires concentra-se num momento singular e apropria-o em versos longos, que geram um ritmo sombrio e melancólico.

Outras mulheres povoam os retratos do mestre italiano e, por inerência, os poemas de Pires. Destaco «Elvira» (p. 11), ou Quique, filha de uma prostituta,

que o artista tomou por amante e modelo; «Alice» (p. 19), pré-adolescente de ar plácido, que a autora reinterpreta nestes versos temperados de sensualidade «Sabem: os agridos das meninas / são suculentos como os medronhos bravos / tão secretos que só as mães os adivinham» (p. 19); «Lunia» (p. 24), ou Lunja Czechowska, uma amiga polaca, que viveu com Modigliani enquanto o marido servia na Primeira Guerra Mundial; «Dedie» (p. 33), de apelido Hayden, cujo mirar magnético suscita estes versos: «Dentro dos meus olhos, um mar sem limite / (...) / Tão breve a luz na idade do rosto» (p. 33).

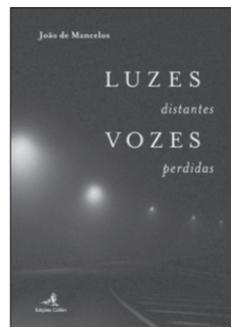
Em suma, mais do que tecer uma mera descrição das telas de *l'Italiano*, Pires *reinterpreta-os* recorrendo à sensibilidade poética e à capacidade de captar pormenores como os olhos, a pose, o vestuário das figuras que Modigliani immortalizou. Neste espírito, enverga a pele das retratadas, imaginando o seu sentir e pensar. Atribui uma voz singular, feminina, a essas mulheres que, no fundo, são também uma parte da autora, tal como o título do livro indicia. Para tanto, socorre-se de informações biográficas, que complementa com invulgar imaginação, certa de que a liberdade ficcional se sobrepõe a qualquer rigor histórico. Com mais de uma dúzia de livros publicados, Pires atinge, em *Fui quase todas as mulheres de Modigliani*, o domínio da lírica e a capacidade de efabulação inerentes àqueles poetas que o vento não levará.

*João de Mancelos**

* Professor universitário e escritor.

Um belíssimo livro de poesia

JOÃO DE MANCELOS (2019). *Luzes distantes, vozes perdidas*. Lisboa: Colibri, 92 p.



1.

Luzes Distantes, Vozes Perdidas, de João de Mancelos, das Edições Colibri, é o sétimo livro de poesia do autor, professor universitário, que, além de poeta, tem obra nos domínios da ficção narrativa, do ensaio e da didáctica (escrita criativa, escrita criativa on-line, e guionismo).

João de Mancelos, mantendo a sua produção poética ao nível a que nos está a habituar, e, principalmente, em *Luzes Distantes, Vozes Perdidas*, ficará certamente entre os nomes duma geração de novos eleitos, e assim seja.

2.

Há quatro meses, desde a sua publicação, que *Luzes Distantes, Vozes Perdidas*, me desafia da mesinha de cabeceira. Várias vezes o li, lendo partes dele, depois de o ter lido todo, e sabia que haveria de reflectir mais sobre a poesia nele. Decidi-me, finalmente, tirei-o do quarto, e aqui estou.

3.

Luzes Distantes, Vozes Perdidas, de João de Mancelos, é um muito belo livro de poesia tecido por um mestre artesão da mais fina filigrana lírica. Cada um dos seus poemas, todos eles formados apenas por três versos, é uma concentração extraordinária de sentido e de beleza irradiante explosiva. Em muitos deles apetece parar, contemplando, mais que lendo, tal a força da revelação neles inscrita. E isto acontece, e o leitor tem que ler para crer, porque o seu autor,

João de Mancelos, tenha ele consciência disso, ou não, mas deve ter, é um poeta possuído pelo dom da escrita. E o brilho de cada poema, acrescenta e ilumina a obra toda. E, todavia, tudo nos é transmitido numa linguagem que, aparentemente, nos parece muito fácil. Na verdade, o autor usa, como já nos habituou, uma linguagem concisa e depurada, até aos limites, onde domina a clareza, a simplicidade e a leveza, mas também a subtileza inteligente e elegante, a sugerir e a dar espaço ao leitor, para se envolver no quadro. Ao mesmo tempo, é uma linguagem encantatória, na selecção vocabular, rica e rigorosa, na sua variedade simbólica, na sua harmonia musical e na, muitas vezes contrastiva, visualidade ideográfica. A poesia de João de Mancelos, na sua subida concisão, porventura, elíptica, capta o espírito, embala a alma, prende o olhar. Neste livro, cada poema é, por regra, uma tela escrita com palavras e imagens contemplativas de revelação. Sopram aqui ventos do oriente, na subtileza pictórica ideográfica.

4.

Luzes Distantes, Vozes Perdidas tem 62 poemas ao todo, ou seja, 62 tercetos, distribuídos por cinco partes, a saber, e do seguinte modo: «o último verão da adolescência» (17); «as memórias», «pássaros invisíveis» (12); «breves notas sobre o silêncio» (8); «boca a boca» (16) e «poemas de lume» (9).

Pode o leitor escolher um poema, ou dois, ou três, de cada vez, ou uma ou outra parte isolada e, mesmo assim, obter deles fruição estética capaz, digna de bom apreço, pois que, como já se viu, cada um é uma pérola de sentido e arte concentrada, tendo o seu autor aquele tal dom de, em cada poema, plasmar, em subtil profundidade, vivências singulares, e pensamentos, que súbito se impõem com pormenores de requinte cativantes. Não se ficará por aí o leitor avisado e imbuído, mesmo que minimamente, do espírito da poesia. E isto, porque *Luzes Distantes, Vozes Perdidas*, de João de Mancelos, é um livro de poesia que deve ser lido, pausada e atentamente, no seu todo, como uma narrativa, como uma partitura, ou, dada a sua rica visualidade, como tela que se contempla pensativa. O leitor se encantará nos caminhos da leitura, e verá, inteligente, às vezes andando para trás e para a frente, outras vezes parando, que cada uma das partes se enriquece, entrelaçada com as outras, e com o todo, e que o todo é muito mais valioso que a simples soma das partes. Depois, sim, poderá voltar, uma e outra vez, como eu fiz, ao pormenor das partes, ora com o todo iluminado.

5.

O próprio título, *Luzes Distantes, Vozes Perdidas*, nos aponta para uma visão abrangente de vivências que se diluem, perdidas na distância de um espaço e dum tempo. Também a evocação desses momentos, pela ponte da memória, que atravessa as cinco partes, interligando-as, é garante da unidade. Nelas se encadeiam as vivências, e os estados de espírito, delas decorrentes, que se evocam, em registos variados de viagem, que é una, no seu todo. Começa esta naquele tempo mágico mais longínquo da sua ocorrência – «o último verão da adolescência» –, e termina no tempo mais próximo da sua evocação transfigurada, vertida na poética da palavra, em que se fixam sublimadas – «poemas de lume» –, cumprindo, em minha opinião, o ciclo completo duma viagem interior evocativa, criativa e órfica.

5.1.

Evoca-se, em «o último verão da adolescência» um passado próximo, luminoso, colorido e mágico, com indícios de avisos de sombras sibilinas. É essa luz aquela força vital, no seu apogeu da adolescência, mas que acaba, até porque é o seu último verão. Poderia ser o último verão de qualquer adolescente, com todo o fascínio do enamoramento e da paixão, vivida e desejada, mas que, e porque toda a paixão é finita, deixa na memória marcas indeléveis de luz e de sombras para todo o sempre, e às quais sempre se volta, de intensas. É um tempo que, em termos da magia evocada, se aproxima muito do «Era uma vez», das fábulas, que tem o dom de nos fazer voar até ao mundo maravilhoso, onde os sonhos são verdade, e onde se crê fielmente que os amores impossíveis são, não só possíveis, como muito naturais. E o mesmo acontece com as ilusões. Todo o verão, toda a paixão, todo o amor irradiante da adolescência, e assim visto, acaba.

5.2.

Esse verão vai ficando mais distante no tempo e, enquanto isso, agitam-se «as memórias, pássaros invisíveis», penduradas no espírito do sujeito, envoltas na melancolia da perda, na insónia que desgasta, no sonho que se torna pesadelo, na dor acutilante e sem remédio, num beco sem saída, perdido na distância. Enquanto isso, vai-se descendo até ao fundo de si mesmo, que se busca e se alcança, na seta do tempo. É nesse fundo que mora o silêncio, passados três anos, e doze poemas depois. Há muita noite nessa descida dos doze passos.

E neles se dilui, fugidia, a harmonia perdida do verão. Mas chega-se ao fundo do lado sombrio do vale, à solidão do silêncio. Talvez seja possível a sabedoria para encontrar outro caminho, que não seja só de sombras.

5.3.

Entra-se, agora, pois, nas «breves notas sobre o silêncio», onde parece que se toca no fundo do limite, não havendo nada mais que o silêncio quase sólido, nada mais que turve, ou perturbe a voz mais funda de nós mesmos, ou da alma, ou do sagrado. Talvez se encontre uma abertura porta por onde passa a perfeição, e onde só o transcender se opera, ou pode. Só no silêncio se pensa sabiamente, e se debicam pacientes os grãos da sabedoria necessária para sair do inferno. Se se reparar, estamos exactamente a meio da viagem, no eixo do livro, no fundo do vale. O silêncio, por regra, salva-nos do inferno. Onde está Eurídice? Curiosamente, ou talvez não, são oito as «breve notas sobre o silêncio», pelo que se pode dizer que, simbolicamente, estamos numa zona onde se pode alcançar o equilíbrio, e retomar, ou não, a viagem noutra direcção ou sentido, já sustentado no poder do saber que no silêncio chama.

5.4.

A partir do silêncio, a viagem recomeça em «Boca a boca», onde ressurgue, da porta que se abre no fundo do limite, o espírito e a vontade de regresso ao lado quente, luminoso e redentor, que é o fogo e o amor, revivescente, ou recriado, após a depuração reflexiva do silêncio. Encontra-se o caminho da subida na vertente ensolarada do vale. Parece que Eurídice regressa. Ela é o irredutível e precioso princípio feminino que se guarda, que acalma as sombras e alimenta o desejo. O corpo é fogueira e verão que se quer de vez e para sempre. Rumoreja o vestido num silêncio, que agora é de adoração, toca-se a maciez do peito, os pássaros agora são os dedos delirantes, por ente chamadas, sem pousar. Mas, fere os olhos a excessiva luz, e a lava derretida dos vulcões arrefece. Afinal o que é que acontece? Não se pode recuperar o verão que se perdeu. Perde-se Eurídice, sempre no olhar para trás.

São dezasseis os poemas de «Boca a boca». Neles se inicia uma marcha triunfante de subir ao céu, na exaltação do corpo, nos primeiros dez. Esmorece-se, depois, e hesita-se nos quatro poemas seguintes. Nos dois últimos consuma-se a impossibilidade do regresso do verão passado. Seria o céu. Mas não. Eurídice não voltará. O fogo em «boca a boca» tem a sua finitude irreversível. Onde está, então, o fogo mais sagrado e para além?

5.5.

Está, ou está-se perto dele, em «poemas de lume», quinta e última parte de *Luzes Distantes, Vozes Perdidas*, corolário da viagem, que se quer de superação, e que começa exactamente por citar esse «sacrum furore». Estamos na terra. Só num esforço de depuração transfigurador se poderá atingir o céu, ideal de perfeição. E a poesia é a via escolhida de chegar, nem que seja sempre, e só, por apropinuação, ao ideal de perfeição, que só o divino. É por isso que os poemas não andam por aí mão de semear. É preciso que se desçam os degraus, um a um, até ao inferno da solidão para aprendermos «o terrível silêncio de um verso.» É também, a poesia, uma demanda dum intemporal, por rejeição do temporal, ou tentativa de vencer, sublimando, o dual procurando a harmonia da unidade: «a poesia é um desassossego». Parece que a poesia tem uma gravidade solene supra ou infra terrena. Talvez por ela um mundo toque e se eleve até outro mundo, porque «todos os poemas nascem e morrem / no lado mais azul / do vento.»

6.

A poesia em *Luzes Distantes, Vozes Perdidas* é surpreendentemente bela e subtil, sendo, ao mesmo tempo, muito fácil, muito embora seja melhor que o leitor esteja atento. Referi já que o seu autor deveria estar possuído pelo génio da escrita, a escrevê-la, e devia. Há, por exemplo, uma repetição encantatória de elementos, que nos vicia e nos prende, diria até, subliminarmente. E digo-o assim porque, quando vamos procurar o porquê de tal encantamento, encantamo-nos ainda mais. E isto acontece no conjunto da estrutura do todo e da parte, mas também na palavra simples, no grupo de palavras, nas figuras, no visualismo ampliado das imagens, das ambíguas metáforas variadas. E há em toda a obra um rico simbolismo antigo dos elementos, misturados na subtilidade oriental. Ora, acontece que todo o tipo de reiterações provoca gradações progressivas de atenção, de harmonia e de sentido acumulado. Em «o último verão da adolescência», no segundo poema, lemos: «era uma rapariga de olhos cor de sombra / e vestido melancólico / onde todos os rapazes adormeçam.» Está estrutura anafórica «era uma rapariga», num total de dezassete tercetos, vai-se repetir dezasseis vezes, repetindo-se a palavra «rapariga», ainda mais oito vezes, o que dá um total de vinte e quatro repetições. E o problema é que não cansa, antes estimula. O «era uma rapariga», leva-nos direitinhos para o mundo mágico do «era uma vez», onde os amores impossíveis são bem sucedidos, tal como juram as paixões adolescentes. E, ao mesmo tempo que nos leva para

esse sonho mágico, dá mais visualidade à rapariga, cria ritmo e harmonia. E é assim também que, através de metáforas e imagens, frescas e coloridas, João de Mancelos traça um dos mais belos retratos femininos que não vejo retratado há muito tempo. Na verdade, esse retrato é um retrato do desejo intemporal. É um autêntico hino luminoso, de cores quentes e amorosas vivas, onde alguns prenúncios de sombra sibilinos se adivinham. Tanto que a primeira parte termina com a advertência: «não esqueças nunca / o verão distante, a luz perdida, / a rapariga que incendiou a noite para ti.» Quem pode na verdade esquecer o amor, talvez o primeiro, do último verão da sua adolescência, fosse verdadeiro, ou imaginado. O melhor talvez, para o conservar, seja sublimá-lo em ideal poético: «desce os degraus, / poema a poema, / até ao silêncio.» Até porque só lá se ouve a voz sagrada e íntima, nunca ouvida ou dita.

7.

Mas isto não é tudo. Antes está mais perto do nada do que do tudo. *Luzes Distantes, Vozes Perdidas* dava facilmente uma tese. Seria interessante analisar a frequência de símbolos ou termos, como «navio», «vento», «pássaros», «neve», «árvore», «fogo» e outros termos correspondentes. Ver como se repetem ao longo das cinco partes, e que sentido têm. Ver e comparar as três vezes em que aparece o «vestido». Ver as cores onde, explícitas ou adivinhada, nomeadamente o «azul» e o «branco», que são um ícone em João de Mancelos, mas sem esquecer as cores do fogo e da noite. É que tudo isso está contemplado na arquitectura de *Luzes Distantes, Vozes Perdidas*, podendo-se estabelecer correspondências entre as partes. Foi nisso tudo em que andei meditando. Agora, porém, limitar-me-ei à referência da estrutura em forma de V do vale, tão ao gosto oriental. Sendo assim, findo o verão, a primeira parte, «o último verão da adolescência», desce pela vertente à esquerda, que está ensombrada, e continua a descer, na segunda parte, «as memórias, pássaros invisíveis», e até ao fim: «três anos sem ti / e a minha sombra / é cada vez mais breve». É, então que chega ao vértice do V, que é o centro, ou eixo de tudo, onde tudo se ouve que vai além de nós. É esse centro, a terceira parte, «breves notas sobre o silêncio», toda ela breve, só com oito poemas, porque ela é o limite, o lugar onde a sabedoria bebe. E grande é o esforço para que se saiba: «de coração carbonizado, voei até ao fim. / não há febre mais escura, / não há silêncio tão exausto.» Recomeça, então a viagem, agora de baixo para cima, e na encosta do vale, onde bate o sol. E recomeça com muito cuidado: «transporto o oceano nas mãos em concha, / caminho cautelosamente, para não tropeçar. / a gota que perder podes ser tu.»

Eurídice? Será? Parece. Mas ao fim de doze poemas, todo o fogo esmorece e arrefece, já não se acredita, Eurídice desaparece na curva do último olhar, e o que se adivinhava de exaltação acaba: «já nenhum pássaro regressa / ao lugar mais noturno / do teu peito.» Entra-se, então na quinta parte, «poemas de lume». Estamos na última parte das encostas do vale. Temos que entrar nos domínios do transcendente imaterial, o tal céu. Só lá chegam os que são capazes de descer aos infernos: «se os deuses não queriam / que fossemos perfeitos, / por que nos deram a poesia?» Para lá chegar é preciso encontrar «a linguagem / que respira o fogo nu», porque «todos os poemas nascem e morrem / do lado mais azul / do vento.» Só no silêncio se ouve a voz sagrada:

desce os degraus

desce os degraus,
poema a poema,
até ao silêncio.

*António Mota**

* Escritor e crítico literário. Vd. igualmente *infra* «Apontamentos Literários».

Outono em Visita/Otonõ de Visita de Josefa de Maltezinho

JOSEFA DE MALTEZINHO (2018). *Outono em Visita/Otonõ de Visita*. Trad. Xavier Frias-Conde. Toledo: Ianua Editora, 64 p.



Um título bem escolhido constitui o cartão de visita de uma obra, porque sugere o conteúdo, revela o tom do texto e cativa o leitor. A mais recente coletânea de poemas de Josefa de Maltezinho, pseudónimo de Julieta Aleluia, chama-se *Outono em Visita*. Trata-se de uma expressão desafiante, pois suscita diversas questões. Quem visita quem? Será o outono que bate à porta do sujeito poético? Ou, pelo contrário, é este que caminha ao encontro do tempo frio? No título, a palavra «Outono» refere-se à estação? Ou aludirá à fase da vida em que a poeta se aproxima da luz de Saturno?

Uma leitura atenta das composições do livro revela que esse outono é, simultaneamente, a estação do ano e a idade da autora, ambas tingidas por recordações em tons de sépia. Neste contexto, algumas vezes, o sujeito poético *revisita* instantes da sua existência. Outras, sucede o oposto, e são as recordações que *visitam* a autora, dando azo à criação literária.

A melancolia de Maltezinho não é estática, nem se esgota na contemplação. Pelo contrário, a autora arquiteta uma tensa dialética entre o presente e o passado, revelando um ser humano em perpétua *construção*. A epígrafe da obra, extraída do poema «Motivo», da escritora brasileira Cecília Meireles, vai nessa linha, ao mostrar o mais vivo conflito: «Se desmorono ou se edifico / se permaneço ou se me desfaço, / — não sei, não sei. Não sei se fico ou passo» (Meireles, 2001, p. 9).

A melancolia que cresce entre os versos de Maltezinho é aquela que o escritor John Keats, um dos expoentes do romantismo, classifica de *criativa*.

Este sentimento é percebido como uma capacidade artística, tão preciosa quanto invulgar, que permite ao autor converter as experiências num texto literário. Assim, o que outrora foi sombra ou dor é, através da alquimia da escrita, transmutado na poesia mais iridescente. Tal agrada tanto ao leitor que, afirma Keats, em «Ode à Melancolia», «A alma dele degustará a tristeza dela» (Keats, 1988, pp. 172-173, trad. minha).

Este sentimento, associado ao outono, perpassa a generalidade dos poemas que integram a coletânea, mas assume destaque em três textos: «Entardecer», «O tempo», e no poema que concede título à obra, «Outono em Visita» (Maltezinho, 2018, pp. 5, 16, 12). Para não subtrair ao leitor o prazer de fruir o livro, cingir-me-ei a uma breve abordagem das referidas composições, salientando dois aspetos: na forma, a musicalidade; no conteúdo, a melancolia.

O poema «Entardecer» transporta o leitor para o momento final de uma jornada em que a noite já se anuncia, podendo ser também entendido, no plano simbólico, como o «outono da vida». Tal como sucederá noutros textos, a autora começa por criar uma atmosfera propícia à contemplação e à memória:

Gosto daquele momento em que o dia apanha o barco
até ao outro lado do mundo,
quando se põe em bicos dos pés debruado no alpendre
sobre vasos de hortênsias e sardinheiras
observando de fugida a dança nupcial das libélulas,
gosto quando se deita com a passarada a amolentar o voo
no musgo tenro dos telhados, na cama de folhas secas,
ou estende a capa cinzenta sobre a lenta procissão
dos homens atafalhados de desprazeres
(Maltezinho, 2018, p. 5)

Contrariamente à massa pressurosa que regressa a casa, indiferente aos pequenos milagres da vida, o sujeito poético constela-se na paisagem, descrita com pormenores imagéticos («o dia apanha o barco até ao outro lado do mundo»), verbos sugestivos («a passarada a *amolentar* o voo») e adjetivação verbal expressiva («homens *atafalhados* de desprazeres»). Essa atenção ao real, nas palavras de Sophia de Mello Breyner Andresen, ou capacidade para contemplar as coisas invisíveis, segundo Eugénio de Andrade, é própria dos melhores poetas, em sintonia com o espírito do lugar.

Porém, o regozijo da poeta é tão efémero quanto o momento da jornada, e o dístico final chama-a, cruamente, de regresso à realidade: «e chega a noite

por mansas pontes, / perde-se o dia de vista» (Maltezinho, 2018, p. 5). Tal queda no mundo, após momentos inefáveis de alheamento, é uma constante nos diversos textos desta coletânea.

Outra composição exemplar da melancolia criativa intitula-se «O tempo». Trata-se de um poema mais breve do que a média dos restantes, transmitindo, como tal, a sensação de uma memória fugaz. Nos primeiros versos, a época das vindimas, em setembro ou em outubro, faz a ponte para o outono, evocando uma cena em que duas pessoas se afadigam na colheita:

Vindimámos a cepa ao pé do poço,
colhemos as maçãs vermelhas do pomar,
dançámos tanto à chuva sem nos molharmos,
sem reprimir o “strip-tease” da trepidação dos corpos,
que deixámos correr um singular desígnio de que
aquele que elevava o olhar acima dos lancis
e arqueava o rumor das cordas,
o som tangível das harpas, era Davi.
(Maltezinho, 2018, p. 16)

Nestes versos, ressuma a musicalidade, através do paralelismo estrutural («Vindimámos», «colhemos», «dançámos»), das sibilantes («a cepa ao pé do poço»), e da referência bíblica à harpa de David, o jovem pastor e músico. O recurso ao pretérito imperfeito, um tempo verbal particularmente adequado à evocação, impregna o texto com um tom lendário.

Porém, à semelhança de outras composições da obra, os momentos mais prazerosos cedem, com frequência, lugar à disforia. Tal ocorre nos derradeiros versos dos poemas, criando um anticlímax e um duro regresso ao real. Aqui, a foice da efemeridade corta cerce a memória, perante a impotência do sujeito poético. O aforismo final, apartado por uma linha em branco do resto do texto, constitui um desabafo: «Afinal o tempo, meu amor, é tão-somente erva daninha» (Maltezinho, 2018, p. 16).

Reservei, para concluir, o poema «Outono em Visita», um dos mais conseguidos do ponto de vista literário. Trata-se de uma composição musicalmente encantatória, de ritmo lânguido e versos extensos, que recria fónica e visualmente a atmosfera do outono. As estrofes de abertura convidam, desde logo, a uma contemplação aprazível:

Nestes dias de morte silenciosa no início,
prenúncio da vida que passa agora
aureolando o frio arisco a insinuar-se pelas frinchas,
que bom subir a gola do casaco de lã
e aquecer os joelhos
ao sol aprazível que entra pela varanda.

Que bom ficar nela quieta e calada
a entregar os olhos à copa ruiva das árvores
que se despem sobre o rio que daqui vejo,
largar o pensamento à lengalenga do vento
que despenteia a roupa nas cordas
e bem mais alto que os estorninhos
seguir a rota imaginária de qualquer avião
(Maltezinho, 2018, p. 12)

Na globalidade, o vocabulário empregue contribui para, nas palavras do poeta norte-americano Edgar Allan Poe, extraídas do ensaio *A Filosofia da Composição* (1846), criar uma «unidade de efeito» (Poe, 2003, p. 433). Trata-se de uma estratégia lírica ou narrativa para, apontando todas as palavras e figuras de estilo na mesma direção, gerar uma atmosfera *única* na mente do leitor (Poe, 2003, p. 433).

Neste caso, transmite-se a *melancolia*, o envelhecimento ou mesmo o inelutável fim. Atente-se em expressões como «dias de morte silenciosa», «vida que passa» ou «copa ruiva das árvores», que evocam imagens sazonais. Tal suscita no sujeito poético uma reação introspectiva perante o espaço paisagístico, como sugere a bela imagem «largar o pensamento à lengalenga do vento».

Em suma, *Outono em Visita*, de Josefa de Maltezinho, constitui um conjunto de poemas evocativos das memórias de um tempo fugaz. Certas ocasiões, como o entardecer do dia ou os tons auricolores do outono, propiciam uma atmosfera contemplativa, convidam a memória a visitar o sujeito poético, e suscitam uma reflexão sobre o fluir dos anos. Como se lê num dos poemas, são «coisas passadas», «por entre a nossa repartida solidão» (Maltezinho, 2018, p. 14). Que essa *partilha* se faça, página e página, na sensibilidade e na mente de cada leitor.

Bibliografia

- Keats, John. (1988). In John Barnard (Ed.). *Selected Poems* (pp. 172-173). London: Penguin.
- Maltezinho, Josefa. (2018). *Outono em Visita/Otonõ de Visita*. Trad. Xavier Frias-Conde. Toledo: Ianua Editora.
- Cecília Meireles. (2001). *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Poe, Edgar Allan. (2003). “The Philosophy of Composition”. In William Harmon (Ed.), *Classic Writings on Poetry* (pp. 431-440). New York: Columbia University Press.

*João de Mancelos**

* Professor universitário e escritor.

Uma pessoalíssima arte do conto

Teolinda Gersão (2016). *Prantos, amores e outros desvarios*. Porto: Porto Editora, 144 p.



O conto vem de tempos imemoriais e, como toda a ficção, obedece a um simples caderno de encargos: *ser interessante* – disse-o Henry James e, antes e depois dele, disseram-no ou pensaram-no muitos outros. Desde o *Decameron* até Hemingway e Carver, os formatos adoptados pelo congeminador de ficções curtas têm sido os mais variados. Todos válidos, nenhum se impondo como o único aceitável. Maugham, grande contista inglês, não se importou nada, no século XX, de seguir, quase à letra, o guião de Maupassant, do século XIX. Saroyan, desbocado americano de origem arménia, varia de formato como quem muda de camisa e cultiva, desde fábulas singelas ao gosto da velha pátria, até conversas escaroladas e desarrumadas sobre coisas e em termos que nada devem aos protocolos mais normais da narrativa.

Neste seu belo livro – *Prantos, amores e outros desvarios* – Teolinda Gersão, que tem já, no seu activo, quatro livros de contos, dá-nos um exemplo pessoalíssimo da arte da *short story*: histórias, quase sempre, de pequeníssima dimensão, estas, caracterizam-se, entre outras, por duas vantagens: uma finíssima e maliciosa ironia e uma pessoalíssima liberdade de execução e de formatos e protocolos, exibindo também uma enorme variedade de registos e de vozes narrativas. Tudo alimentado por uma prodigiosa imaginação fabricadora.

Tirando a última história – *Alice in Thunderland*, extraordinário *tour de force* – todas as outras, embora muito pessoalmente concebidas e executadas, correspondem perfeitamente ao acervo de exigências proposto por Edgar Poe, para o que deve ser uma boa *short story*: ser uma ficção que dê conta de um único incidente, material ou espiritual, que possa ser lida de uma assentada,

que seja original, que cintile, excite ou impressione e que deva ter uma unidade de efeito ou de impressão. A todas estas exigências respondem, de modo exemplar, estes «prantos, amores e outros desvarios» que, em boa hora, Teolinda Gersão resolveu servir-nos.

Estes contos breves, mais do que quaisquer outros, até porque dispõem de pouco espaço e de limitados recursos, não podem dar-se ao luxo de acomodarem neles o supérfluo. Era Tchekov quem observava que, se, num primeiro capítulo de uma história, se fala de uma pistola pendurada na parede, se tornava fundamental que, no segundo ou terceiro capítulo, a pistola acabasse por disparar. Não há, na narrativa curta, espaço para objectos meramente decorativos. Tudo deve ter serventia, no conto bem construído. Os contos de Teolinda Gersão são, a este respeito, exemplares. A mais pequena notação tem consequências decisivas. Por exemplo, o primeiro e curto parágrafo do admirável conto «O meu semelhante» dá, em poucas palavras, uma série de informações fundamentais, para explicar o desenvolvimento da história e, também, para o seu desfecho. Reza assim: «Eram já cinco e cinco quando cheguei à entrada do prédio a abri a porta da rua. Foi quando ouvi a campainha de um elevador tocar. Está alguém fechado, pensei. Mas tinha muita pressa de chegar ao metro. Se não apanhasse o barco das cinco e quarenta e cinco no Cais do Sodré só tinha outro passado meia hora.» No terceiro e também curto parágrafo, acrescenta mais algumas informações significativas: «Eu, se pudesse, bem me deitava logo que chegasse, nem se me dava de comer ou não. Mas aqueles mafarricos não têm pressa de ir para a cama e nunca estão cansados, enquanto eu ando estafada e chego à noite a cair.» Disto e de quase mais nada se deduz que a narradora-protagonista é o único ganha-pão daquela família onde, ostensivamente, não há marido ou companheiro que dê mão aos custos: só dois rapazes, os filhos, e o «ouvi-los bulhar um com o outro». No citado primeiro parágrafo, é de notar uma pequena informação, *en passant*, mas que se vai constituir no verdadeiro gatilho que dispara todo o drama interior e emoção da história: «Foi quando ouvi a campainha de um elevador tocar.» Uma notação discreta mas que levará a protagonista a congeminar, com razão, que alguém ficara fechado dentro do ascensor. Normalmente, teria acudido à chamada do prisioneiro aflito. Mas, nesse curto parágrafo, encontra espaço para se justificar por o não fazer: «Se não apanhasse o barco das cinco e quarenta e cinco no Cais do Sodré só tinha outro passado meia hora.» De aqui se conclui que ela trabalha em Lisboa – lava escadas num condomínio de luxo – e vive, modestamente, numa povoação na outra margem do Tejo. Profissão humilde e cansativa, uma lufa-lufa constante entre casa e serviço, com o tempo contado com muita precisão: saía às cinco

em ponto, para apanhar o barco das cinco e quarenta e cinco. Chegava a casa cansada, a ter de tratar dos filhos, embora só lhe apetecesse ir direitinha para a cama. Todos os ingredientes do drama e os argumentos de uma futura e repetida auto-justificação por não ter acudido à pessoa aprisionada no elevador estão concentrados nos curtos parágrafos iniciais. Todo o resto do conto é uma minuciosa congeminção auto-justificativa, minada por uma ironia desenvolvida, onde se pode ler algum ressentimento de classe: «E o que queriam que eu fizesse? Que fosse chamar o segurança? Sabia lá por onde andava, na porta de saída não estava, podia andar na ronda em qualquer garagem ou corredor, vá-se lá saber qual.». Além disso: «Não tenho nadinha a ver com isso; se o elevador avariou, problema deles. Eu lavo escadas, é para isso que me pagam, e só ando de elevador para as lavar. Subo até ao último piso e começo a lavar de cima para baixo, que é como deve ser.». Que é como quem diz: Vocês são *outra* gente: arranjem-se!

Todo o monólogo interior que constitui o conto se desenvolve entre algum remorso (e curiosidade) pelo que terá sucedido no elevador e por como se teria finalmente resolvido o problema. Para amaciar o remorso, procura confortar-se: «Ora, não lhe havia de acontecer nada. É verdade que o elevador se fecha que nem uma caixa de metal, mas aquilo deve ter algum buraco por onde venha o ar.». E acrescenta, com algum ressentimento classista, redentor do remorso: «Ou deve ter ar condicionado, aquela gente tem ar condicionado em tudo quanto é canto.». Mais tarde, lá para o fim do monólogo (e do conto), volta-lhe uma ponta de remorso: «E ainda estou a pensar que podia ter feito alguma coisa. Não me sai da cabeça a mulher lá trancada toda a noite. O que ela deve ter sofrido, coitada. E Deus manda ajudar o nosso semelhante. Pois.».

É nas poucas linhas subsequentes e finais que o desfecho irónico se consuma: é desencadeado, no interior do monólogo, pelas palavras «nosso semelhante», nele insinuadas pelo remorso. Ditas, logo a protagonista se rebelde: «Devia ajudar o meu semelhante? Ora, tinha de tratar da minha vida primeiro.». Mais ainda: «E aquela mulher nem era semelhante a mim. Se fosse, vivia no meu prédio ou no meu bairro.». Porque, se vivesse, «aí é claro que [...] voltava atrás e a ajudava, mesmo que fosse carregada e com pressa.». «Mas», termina ferinamente o monólogo, «nem ia ser preciso. No meu bairro não há elevadores.». A menção do fechamento dentro do elevador, no parágrafo inicial do conto, ganha toda a sua carga venenosa neste disparo final: não haver elevadores no bairro em que vive. A desatenção inicial ao drama no elevador não teria, afinal, algo que ver, sibilamente, com a não existência deles no lugar pobre em que vivia...? Não os olharia de soslaio, como coisa (antipática) de ricos?

Escolhi, quase ao acaso, esta amostra da arte do conto de Teolinda Gersão. É uma arte de imensa subtileza, em que o *não dito* assume tanta ou mais importância do que o *dito*. Um escritor mais indiscreto ou mais voluntarista teria tirado maior e mais explícito partido deste subliminar «conflito de classes», aqui insinuado com deliciosa ironia, por Teolinda Gersão. Do que duvido é que o fizesse com mais eficácia ou, para usar a formulação de Poe, com maior unidade de efeito ou de impressão. A subtileza tem sempre a palavra final.

*Eugénio Lisboa**

* Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, Eugénio Lisboa (*1930) é um conhecido ensaísta, escritor e crítico literário. Publicou numerosos estudos sobre Literatura portuguesa, tendo dedicado especial atenção às obras de Jorge de Sena e, sobretudo, de José Régio, das quais é considerado um reputado especialista. Sobre a própria criação literária de Eugénio Lisboa, principalmente como autor de crónicas de pendor autobiográfico, bem como sobre os prémios e as distinções com que o escritor foi agraciado, vd. *infra* «Apontamentos Literários».

■ Apontamentos Literários

Páginas inéditas de um *Diário* de

Maputo, 08.05.2007 (Terça-feira) – Cheguei aqui no domingo de manhã, após oito anos de ausência. Vim sem apetite e sem grande tumulto interior. Uma viagem infernal, de avião, depois de uma partida surrealista, na Portela: quarenta minutos de pé no autocarro que nos levaria ao avião. Quarenta minutos à espera de Godot. E, como de costume, sem a cortesia de uma explicação e de um humilde pedido de desculpas.

À chegada, à minha espera, a directora da Escola Portuguesa de Moçambique, Albina dos Santos Silva. Mulher das Arábias: autêntica construtora de impérios. Levou-me ao hotel e, depois de um banho, passeio pela marginal, Costa do Sol e a Ilha dos Pescadores. Estava tudo ainda na minha memória, isto é, estava e não estava: o velho Pavilhão da Polana desapareceu, embora o Clube Naval ainda lá esteja, referência imortal. De resto, centenas de casas que já são dos últimos anos.

Indo pela estrada do Palmar (não sei se ainda se chama assim), sinto pungir-se-me o coração: como eu já fui feliz, aqui, num tempo em que o presente era cheio e havia ainda tanto futuro à minha espera (à nossa espera). Um tempo em que toda a gente estava viva (a mãe, o pai, a tia Maria, os sogros, os amigos) e em que se festejava ainda o dia dos meus anos. Agora quase só há passado e mortos e o futuro é melhor não pensar nele.

No próprio domingo, depois de ter encontrado, por acaso, a Luísa Agapito no Restaurante Cristal (em frente ao que foi o meu velho liceu – que já não existe!), fui visitar, com ela, o nº 510 da outrora Av. Massano de Amorim, onde vivemos de 1964 a 1975. Desta vez, tinham arrancado os taipais em frente à casa e pude espreitar a sala de visitas, a janela do que fora o meu escritório e a do nosso quarto de dormir; o jardim por onde cirandava a generala e o Riscadinho (gatos) e onde, uma vez por outra, fazíamos um jantar ao ar livre. Parece que foi tudo há tanto tempo, noutra encarnação, impossivelmente nesta mesma casa... Há, no que sinto, um misto estranho de alegria e de angústia, de sentimento de uma enorme perda irremediável, de vontade de ir muito

depressa para outro lugar, de onde possa recordar estes sítios, com as pessoas que lá tinham estado e enchido a minha vida – agora a esvaziar-se e a esmorecer. Como tudo era bom! Como tudo era cheio de sentido e de promessas! E como os deuses se divertem connosco!

Maputo, 09.05.2007 – Armando Guebuza congratula Sarkozy. *L'on aura tout vu*. Quem os vê e quem os viu, em 1975 – todos então muito puristas, muito puritanos, muito espartanos, muito fundamentalistas de um marxismo-leninismo muito quimicamente puro, isto é, muito incontaminado pelos vícios burgueses. Quem os vê e quem os viu.

Resultado da explosão do paiol: os americanos ajudam maciçamente. O mundo é feito de mudança. Grande Camões.

A Escola Portuguesa: uma obra de grandeza, ambição e teimosia. E uma infinita atenção ao pormenor. Tão pouco português, até certo ponto...

Ainda não contactei quase ninguém. Falta de tempo, de energia, de tudo.

O outono está bonito como estava no tempo de antigamente. Eu é que já não estou tão bonito: nem por dentro nem por fora.

Ouvir os políticos na televisão: as mesmas fórmulas vazias, a mesma retórica arredondada, o mesmo paleio que tão bem contorna a realidade pelintra e, às vezes, trágica.

Na televisão, um pescador queixa-se: há peixe e camarão em abundância, mas não tem nem frigorífico nem barco. Vai para o mar de canoa. Perguntam-lhe quais as dificuldades que sente. Diz que não há dificuldades, só que não existe nem barco nem frigorífico. Portanto, o peixe que pesca, com dificuldade, apodrece.

Ontem à noite, jantar, a convite da Luísa Agapito. No Zambí, reaberto ao fim de dois anos de estar fechado. Só vagamente reconheço, por dentro, o Zambí dos meus tempos moçambicanos. Tudo muda tanto e tão depressa, que podemos ler, nisto, o que será o desaparecimento rápido de nós na memória dos outros.

Encontro um simpático José Esteves, que foi aqui professor, nos tempos em que eu me “agitava” intelectualmente em Lourenço Marques. Diz que eu era um «guru», para ele e para outros, «muito acima de tudo quanto aqui se escrevia». Exagero, claro, mas é sempre bom saber que já fizemos bem a alguém, que

estimulámos intelectualmente algum contemporâneo. O Lourenço do Rosário também me chamou «guru», ontem, no colóquio. Não há dúvida: devo estar prestes a desaparecer. Quando os mimos chegam, o fim não anda muito longe.

À tarde, de regresso ao hotel. A manhã foi-me, em parte, consagrada. A mesa presidida, na 1.ª parte, por Fernando Cristóvão, depois substituído pelo Calane da Silva (sempre amistoso, minucioso e inteligente) – teve uma primeira parte, em que a Teresa Martins Marques me “apresentou”: foi um texto bonito, um verdadeiro ensaio em que, com subtil intenção, se ocupou bastante da minha poesia. Depois, passou-me, para eu ler, um soneto que eu em tempos escrevera para a revista *O Escritor*: «Paráfrase camoniana, com paisagem mas sem ninfa (A pensar em Moçambique)». Quando cheguei ao primeiro verso do último terceto, a voz ameaçou fraquejar; quando cheguei ao segundo verso, embargou-se-me a voz por completo e não consegui continuar: «Sem ela, eternamente miserando» parou no «sem ela». Se continuasse romperia a chorar. Em suma, dei raia.

Depois, li o meu texto: «50 Anos». Creio que o li bem e, no fim, tive uma longuíssima salva de palmas (de pé e tudo). Abraços, beijinhos, *accolades*. A prodigiosa presidente da Escola Portuguesa, a grande Albina, chamou-me depois ao palco, deu-me o título de «aluno honoris causa», ofereceu-me uma camisa da escola e um presente que ainda não tive a coragem de desembulhar. E mandaram, entretanto, fazer um marcador de livros, com o poema em que eu emperara, 3 fotografias minhas e a minha assinatura. Veio a televisão e não sei que mais. O carinho de semelhante acolhimento deixa-me sem palavras. Sempre que venho à minha terra natal é isto. Poder-se-ia perguntar: por que a deixei?

À tarde, inauguração de um obelisco, com um poema de Miguel Torga, na Escola. Depois, fui com o Nataniel Ngomane a casa do José Craveirinha, na Mafalala, ver o espólio do poeta, a pedido da Ana Mafalda. Tenho a impressão de que me vim despedir de Moçambique, onde descobri que estar vivo era bom e que com pouco se conseguia ser feliz. Aqui aprendi a alegria de ler e amar, aqui tive tudo quanto vale a pena ter. (Nota: comprei aqui um gala-gala, em arame, pintado de azul, que todo eu me consolei! O gala-gala levou-me aos meus tempos de infância, no Largo João Albasini e na Estrada do Zixaxa.)

Maputo, 11.05.2007 – Esta terra. Passo pelos sítios que conheço e penso: foi aqui – só aqui – que me senti, alguma vez, *protegido*. Sobretudo, na adolescência, quando, à noite, terminado o ano lectivo, vinha da matiné do Scala – a matiné das cinco da tarde – a caminho de casa, noite fechada, depois de

ter visto um filme de terror com o monstro de Frankenstein, e me esperava, em casa, um jantar de apetecidos rissóis de camarão. Ali, havia eternidade à minha espera... Tudo aquilo, aquele conforto (conforto de pobre, mas conforto), aquela *certeza*, aquela confiança – davam-me uma grande e deliciosa segurança. Foi nessa altura – e nunca mais.

Ontem, visita ao Kruger Park. A última: não voltarei lá. Vimos tudo: girafas, elefantes, impalas, pacaças, zebras, macacos, hipopótamos, crocodilos, porcos espinhos e um grupo impressionante de três rinocerontes pretos e enormes. Cada um deles – dez toneladas de estupidez e mau feitio. Um dos “meninos” voltou-se decididamente para nós e esteve uns minutos a decidir se “carregava” ou não. Finalmente, decidiu-se a votar-nos ao desprezo.

Na fronteira de Ressano Garcia (o lado moçambicano), é o caos burocrático. Maneira eficaz de desencorajar o turista. Do lado sul-africano, as empregadas negras quase nos atiram o passaporte à cara, talvez num descomprimir de ressentimentos antigos. E as empregadas brancas fazem quase o mesmo, para mostrarem zelo e sintonia com as camaradas negras (quem as não compreende?) Eu, embirrento, compreendo tudo mas, mesmo assim, não gosto.

Leio pouco: cansado, à noite, dá-me o sono. E temos sempre de nos levantar cedo.

Telefona-me o Armando Monteiro, meu antigo colega de gasoleiras (ele, da Shell). Reconheço-o logo pela voz. Vou vê-lo à tarde. Diz-me que o Teles, colega electrotécnico, está bom de cabeça, mas frágil, fisicamente. Que se repete muito, sinal que não mente. Lá chegaremos todos, como diria o Álvaro de Campos. E, no fim e ao cabo, os escritores e os artistas, em geral, também passam a vida a repetir-se.

O nosso grupo é extraordinariamente simpático. Nem uma ovelha ranhosa a estragar o baralho, o que é sensacional. Gente descontraída, bem humorada, boa conversadora, prestável. Que bela Arca de Noé, se disso fosse caso!

Dentro de meia hora, saímos para uma volta à cidade. Vamos ver o que nos mostram. Felizmente, já fui à nossa casa da Massano de Amorim e já espreitei o nosso último apartamento no Miradouro. E passámos ao largo do Lígamo, onde eu e a MA e a Geninha vivemos, de 1959 a 1964. Uma médica simpática (e bonita), que diz ter sido nossa vizinha na Fernandes da Piedade, veio falar-me e trazer-me o desejo de ali ir espreitar um pouco do meu passado... Talvez

convença o Armando Monteiro a levar-me lá. Com isso fico com as contas todas arrumadas.

A manhã toda a visitar lugares: o mercado, a Casa Elefante (onde comprei quatro lenços para levar à MA), a Biblioteca Nacional (que guarda, no jardim, uma estátua do Salazar), a Fortaleza (onde cavalga, altivo, o Mouzinho de Albuquerque e onde jaz e apodrece o Gungunhana, se é que os restos dentro daquele caixão são realmente dele), o Jardim (Vasco da Gama) e o Teatro Gil Vicente, de que desapareceu a entrada para o Café adjacente (informar a Maria de Lourdes Cortez), a Pastelaria Hazis, em cuja esplanada se sentava todas as manhãs o Aristides Coelho, admirável cronista e implacável republicano que odiava Salazar 24 horas por dia, a Casa de Ferro, etc. Ao lado da Pastelaria Hazis, um rapaz novo vendia livros velhos. Comprei-lhe, perversamente, adivinhem o quê? Um manual de electricidade...

De manhã, fomos ainda à estação dos caminhos de ferro, na Praça MacMahon. Fui variamente fotografado, na plataforma de onde saí de Moçambique, em Março de 1976. Foi um momento dilacerante, que nunca esquecerei, com o Francisco Bomba (meu empregado na TOTAL) a chorar desabaladamente no meu ombro. Causou-me agora impressão ver aquela plataforma: os momentos intensos ali vividos, o embarque, a viagem tormentosa, com a “generalá” alucinada a trepar por todo o compartimento da carruagem. O fim de uma era. E o fim de um tempo feliz, onde prevaleceram o amor, a amizade, o convívio, a cultura...

NOTA BIOGRÁFICA

Sobre a atividade cultural e ensaística de Eugénio Lisboa, sobretudo no domínio da Literatura portuguesa, veja-se a nótula *supra*, em «Recensões / Textos de Apresentação».

O escritor Eugénio Lisboa é autor de uma série de seis obras de memórias, subordinada ao tema *Acta est Fabula* (2012-2017). Estas crónicas incidem sobre experiências e encontros diversos, matizados pela mundividência do intelectual atento e empenhado que reflete, com acutilante perspicácia, sobre a vida cultural portuguesa ao longo dos últimos 70 anos (vol. I: 1930-1947; vol. II: 1947-1955; vol. III: 1955-1976; vol. IV: 1976-1995; vol. V: 1995-2015; vol. VI: 2015-2017). Mais recentemente, deu à estampa *Diário de Viagens Fora da Minha Terra* (2017), uma narrativa de memórias e de viagens que constitui uma espécie de complemento às crónicas de pendor autobiográfico que integram *Acta est Fabula*. Eugénio Lisboa assinou ainda dois livros de poesia, nomeadamente *A Matéria Intensa* (1985), que lhe valeu o Prémio Cidade de Lisboa, e *O Ilimitável Oceano* (2001).

O escritor em apreço é membro da Academia das Ciências de Lisboa, na Classe de Letras, e Doutor Honoris Causa pela Universidade de Nottingham, do Reino Unido e pela Universidade de Aveiro. Foi agraciado com diversos graus de ordens honoríficas portuguesas

(Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, Comendador da Ordem do Mérito e de Comendador da Antiga, Nobilíssima e Esclarecida Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, do Mérito Científico, Literário e Artístico). Foi distinguido com vários prémios (*e.g.* o Grande Prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores, o Prémio Jacinto do Prado Coelho da Associação Internacional de Críticos Literários e o Prémio Tributo de Consagração da Fundação Quinta das Lágrimas).

iluminando o fim do verão

desamar o silêncio

como posso amar ainda o silêncio
depois de ouvir um pássaro cantar
no teu peito inundado de azul?

quando adormeces junto a mim

quando adormeces junto a mim,
pássaros de melancolia levam
o fogo mais azul para outra ilha.

era uma rapariga de ontem

era uma rapariga de ontem:
guardava borboletas no vestido branco,
tão frágeis como a melancolia de verão.

era uma rapariga a quem chamavas casa

era uma rapariga a quem chamavas casa,
quando no teu coração só
havia um lugar distante.

era uma rapariga estendida sobre o verão

não contemples a rapariga estendida
sobre o verão da adolescência.
o seu lume cegar-te-á.

quarto duplo para um só

era a chuva ou punhais no vento?
 era a noite ou a sombra muda do teu corpo?
 era uma cama ou um campo de neve?

branca, a madrugada

branca como as costas da minha amada
 quando regressa ao país do sono,
 deixando apenas silêncio nos lençóis.

roupa branca estendida na corda

as memórias são roupa branca
 estendida na corda,
 iluminando o fim do verão.

Outra noite, outra memória

Uma vez, conheci uma rapariga que nunca tinha visto o mar. Foi na cidade de Luton, em Inglaterra, durante um curso intensivo de verão, já decorreu uma década e meia. Ela viera de Marusina, uma aldeia sumida no interior da Lituânia, tão próximo da fronteira que bastava a travessia da estrada para se entrar na Bielorrússia. Contou-me que a região era uma manta de retalhos tecida de campos e floresta frondosa, de um verde escuro no verão, vermelha no outono, branca no inverno, polvilhada de flores e abelhas na primavera.

«É um lugarzinho tão pacato», gracejou, «que quando rebenta um pneu vem na primeira página do jornal.»

Ela chegara a Luton para estudar pintura, preparando o ingresso na Academia de Artes de Vilnius, a capital da Lituânia. Eu viajara de Portugal com o intuito de aprender cinema, uma paixão antiga e, confesso, quebrar a monotonia das férias.

A rapariga tinha dezoito ou dezanove anos, estatura média, magrinha, o cabelo de um loiro quase branco, invariavelmente preso numa bandotele escura. Vestia sempre de negro, contrastando com os olhos de um azul intenso.

Disse-me que tinham a cor do céu do Báltico, na Primavera, e eu acreditava. Mesmo o tímido sol de velha Albion lhe tornava a pele de um tom róseo, como as atrizes dos filmes em *technicolor*.

Embora eu fosse um dinossauro comparado com ela, pois atravessava os trinta anos, sentimos empatia à primeira vista. Foi numa pacata manhã de sábado que a conheci. Apareceu no pátio da residência de estudantes, ladeada por duas malas enormes. Vinha perdida de sono, claramente a sofrer de *jet lag*, após numerosas horas de voo. Ajudei-a com o transporte da bagagem, escadas acima, para o apartamento que partilharíamos durante um mês, e ofereci-lhe um chá de boas-vindas. E assim ficámos amigos.

Com o tempo, passámos a preparar em conjunto as refeições na cozinha do apartamento, semivazio, que servia também de sala de visitas. Ainda me recordo dos nossos desastres culinários como ter posto uma pizza no forno, sem ter retirado a base de esferovite. Ou da vodka que ela usou para regar os bifés, transformando a sertã numa pira flamejante, e fazendo disparar o ensurdecedor alarme de incêndio.

Naquele mês de julho, nenhum de nós conseguia dormir. Ela sofria de insónias desde sempre; eu tinha demasiado receio de adormecer e de não mais despertar – nunca sobre porquê. Todas as noites, após o jantar na cozinha do apartamento, a rapariga batia à porta do meu quarto de estudante. Como não havia sofá, sentávamo-nos na minha cama, no escuro, em cavaqueira. A única luz provinha das velas aromáticas que ela acendia e dos faróis dos carros, que estacionavam no pátio. Não raras vezes, víamos filmes no meu computador portátil, poisado na secretária.

Como eu, a jovem apreciava os clássicos *noir*, fitas a preto e branco, com detetives solitários, mulheres fatais e criminosos enlouquecidos. Entre os seus favoritos, contavam-se *Pagos a dobrar*, de Billy Wilder, *Os assassinos*, de Robert Siodmak, e o inevitável *Casablanca*, do mestre Michael Curtiz. A rapariga da Lituânia até sabia de cor algumas conversas, e imitava com gosto a entoação dos atores:

«Sabes qual é a minha linha de diálogo favorita?», perguntou. «É do filme *A Dama de Shangai*. Há uma cena em que Michael O'Hara diz: Talvez eu viva tanto tempo que me esqueça dela. Ou talvez morra a tentar esquecer.»

«É bonito!»

«É, não é? Gosto de amores proibidos.»

Na escuridão da nossa pequena caverna, ela foi Rita Hayworth, Ingrid Bergman, Lauren Bacall e todas as divas da era dourada de Hollywood. Desses serões, recordo o perfume a lavanda da rapariga, o cheiro às maçãs que guardava

numa caixa, o aroma acre da *Guinness*, que invariavelmente partilhávamos, antes de dar o serão por concluído.

No entanto, naquelas ocasiões em que o sono ainda não vinha, ela voltava a bater à porta do meu quarto, com pancadinhas quase silenciosas, receando acordar-me.

«Já estás a dormir?», perguntava do outro lado da porta. «Queres ir dar uma volta?»

«Claro.»

Decidíamos passear por Luton, gozando a frescura tardia e a calma das ruas. Uma noite, vimos um bando de adolescentes embriagadas, saídas de uma festa de anos, esvoaçando nas ruas quase desertas. Desembocámos na praça central, onde o autotanque estava sempre a postos para qualquer incêndio. A aniversariante suplicou a um bombeiro para ligar as luzes dos pirilampos, para festejar o dia. O condutor, que devia ser um bonacheirão, acedeu. E a jovem dançou entre as sombras e o azul intermitente dos pirilampos do autotanque, ao som de uma canção que só ela escutava. As amigas bateram palmas, entusiasmadas, os seus risos e gritos perdidos na noite. Naquele tempo, havia pequenos milagres assim.

Continuámos a caminhar pela Park Street, entre ébrios, vagabundos e amantes. O caminho era longo e sentíamo-nos exaustos. Fomos até ao jardim público, perto do rio Lea, e deitámo-nos sobre a relva. A chuvinha morna de verão começou a tombar entre as árvores, o rio e as casas adormecidas.

Ela tirou do bolso uma pequena garrafa de vodka.

«O remédio nacional da Lituânia!», exultou. «Serve para curar constipações, pegar fogo a bifés e, se a misturares com gasolina, consegues mais uns quilómetros. O meu avô fazia isso!»

Bebemos metade, por turnos, até ficarmos tontos e nostálgicos. E eu lembrei-me loucamente disto: levar a garrafa à boca era o mais perto que algum dia estaria dos lábios dela.

«O que vais fazer depois do curso?», perguntou-me.

«Tenho uns trabalhos a terminar. A seguir, passo férias com a família, numa cidade junto ao mar. Chamam-lhe a rainha das praias de Portugal.»

Então, ela fitou-me e confessou baixinho:

«Sabes, eu nunca vi o mar ao vivo.»

«Nunca?»

«Nunca. Só da janela do avião.»

Não lhe respondi. Abracei-a, simplesmente. Ficámos, ali, em silêncio, enquanto a chuva tombava. De súbito, levantou-se um vento forte. Fazia mais frio do que no coração de um icebergue.

Regressei a Portugal três dias depois e nunca mais a vi.

No entanto, hoje a noite transborda de memórias. Chuvisca, o céu está de um cinzento quase branco e há fantasmas dançando nos olhos das estranhas deste bar, onde termino o serão. Reparo nelas. São todas da idade que há mil anos eu tive. E lembro-me daquele mês de julho, em Luton, e de tantas oportunidades que o vento levou, de braço dado, pela noite. Espero que já tenhas visto o mar, rapariga da Lituânia. Ele esteve sempre nos teus olhos.

NOTA BIOGRÁFICA

João de Mancelos, nome literário de Joaquim João Cunha Braamcamp de Mancelos, nasceu em Coimbra, em 1968. É licenciado em Ensino de Português e Inglês pela Universidade de Aveiro (UA), mestre em Estudos Anglo-americanos pela Universidade de Coimbra (UC), doutorado em Literatura Norte-americana pela Universidade Católica Portuguesa (UCP), tem um pós-doutoramento em Estudos Literários e uma agregação em Estudos Culturais pela UA. Foi aluno do Polytechnic of North London, do King's College e da University of Luton. Lecionou na UCP (1992-2006), na UA (2006-2012) e na UBI (2012-presente). Publicou vários livros de conto, poesia e ensaio, com destaque para *As fadas não usam batom* (conto, 2.^a ed. aument.: 2004), *Manual de Guionismo* (monografia, 2.^a ed.: 2016), *O pó da sombra* (poesia, 2014, esgotado), *Introdução à Escrita Criativa* (monografia, 5.^a ed.: 2017), *Todas as Cores da América: A Literatura Multicultural* (monografia, 2015) e *Introdução à Narrativa Cinematográfica* (monografia, 2017). É membro do PEN Clube Português, do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC, UA) e da Associação de Investigadores da Imagem em Movimento.

NUNO JÚDICE

Dois poemas inéditos

TERAPIA

O Ingmar Bergman gostava de bolachas maria, e tinha sempre com ele um pacote para ir comendo quando o estômago lhe doía. Em vão a Morte, para o distrair, lhe punha à frente o tabuleiro de xadrez; de nada servia a jovem mónica despir os seios para que o desejo saísse de dentro da blusa; e foi inútil terem queimado a bruxa, à frente dos artistas ambulantes, como se alguém pensasse que ela rejeitaria o amor pelo Bode dos infernos. Sempre, o Bergman tirava as bolachas do bolso e comia, uma após outra, para que a Morte não lhe desse o xeque-mate, a mónica não voltasse a cobrir os seios e a bruxa não se benzesse em frente do Bode. Não sei porquê, também eu gosto de bolachas maria, e quando as como não penso na Morte, ainda menos na jovem de seios despidos, e nem pensar que olho para a fogueira onde a bruxa arde sem um grito. A única coisa que me faz doer o estômago, como ao Bergman, é não saber, quando as tenho na boca, porque é que as bolachas se chamam maria.

AS CABEÇAS DA ILHA DA PÁSCOA

O que eu tinha de ver era o local exacto onde o atlântico e o pacífico se encontram, e quando estivesse na ponta do cabo horn, em cima do penhasco, com uns binóculos embaciados pelo gelo húmido da madrugada, veria a jangada onde uma virgem negra e um urso branco se amam, debaixo do céu tinto de um inverno prolongado. Aí, com um papel na mão, tentaria descrever o momento em que a jangada atravessasse o cabo no sentido do pacífico, rumando à ilha de páscoa onde a virgem chegaria grávida do urso para dar à luz cada uma das estátuas que, mais tarde, Darwin encontrou enquanto estudava as carapaças das tartarugas. A minha dúvida, porém, é se não me terei enganado ao olhar pelos binóculos e se, em vez de olhar para o ponto em que os oceanos se encontram, não terei olhado para a base das falésias do cabo horn onde a jangada embateu, lançando ao mar gélido a virgem negra e o urso branco. Escusado será dizer que o urso se salvou e a virgem não, o que invalida a teoria de Darwin de que a evolução se deu a partir da ilha da páscoa, onde a virgem grávida nunca poderia ter dado à luz as estátuas porque morreu afogada.

NOTA BIOGRÁFICA

O escritor Nuno Júdice tem desenvolvido uma intensa atividade como poeta, ficcionista, dramaturgo, ensaísta e tradutor. Professor Jubilado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – onde se doutorou em 1989 com a tese sobre Literatura Medieval – encetou a sua atividade poética em 1972 com a publicação de *A Noção de Poema*. Desde então tornou-se num dos mais importantes nomes da poesia portuguesa contemporânea. Deu à estampa cerca de 40 livros de poesia, alguns dos quais

agraciados com reputados prémios nacionais e internacionais, nomeadamente, entre outros, *O Mecanismo Romântico da Fragmentação* (1975, Prémio de Poesia Pablo Neruda), *Lira de Líquen* (1985, Prémio de Poesia do Pen Clube), *As Regras da Perspectiva* (1990, Prémio D. Dinis), *Uma Sequência de Outubro* (1991, Comissariado para a Europália), *Meditação sobre Ruínas* (1995, Prémio da Associação Portuguesa de Escritores – APE; obra finalista do Prémio Europeu de Literatura, Aristeion), *Por Todos os Séculos* (1999, Prémio Bordalo da Casa da Imprensa), *Rimas e Contas* (2000, Prémio Review 2000 da Associação Internacional de Críticos Literários), *O Estado dos Campos* (2003, Prémio de Poesia Ana Hatherly), *Geometria variável* (2005, Grande Prémio de Literatura dst), e *A Convergência dos Ventos* (2015, Prémio Literário António Gedeão). É igualmente autor de cerca de uma vintena de obras de ficção e de vários textos dramáticos pelos quais foi igualmente distinguido com vários prémios. As suas obras encontram-se traduzidas em diversas línguas. Nuno Júdice assinou traduções de obras de Corneille e de Emily Dickinson. A vasta produção do autor em apreço inclui ainda antologias, edições de crítica literária, estudos sobre Teoria da Literatura e sobre Literatura Portuguesa. Nuno Júdice foi diretor da revista literária *Tabacaria* (1996-2009) e Comissário para a área da Literatura da representação portuguesa à 49.^a Feira do Livro de Frankfurt. Desempenhou igualmente as funções de Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal em Paris (1997-2004) e de diretor do Instituto Camões na mesma cidade. Organizou a Semana Europeia da Poesia, no âmbito da Lisboa '94 – Capital Europeia da Cultura. Além de manter uma colaboração regular na imprensa, tem atualmente a seu cargo a direção da revista *Colóquio-Letras*.

Um saco de notas bárbaras (ou excertos de um quase diário-em-estórias)

21 de Setembro de 2017

Levei o Pedro Lopes de Almeida, nosso aluno de pós-graduação, a almoçar a um restaurante português para, com calma e boa comida, falarmos do seu trabalho. A dada altura, apareceu-nos junto à mesa um moço micalense, por aqui há alguns anos mas sem estatuto legal. Agora, devido à obsessão de Trump com os imigrantes ilegais, está apavorado. Abriu-se comigo em tempos e recomendei-lhe que contactasse uma pessoa amiga com longa experiência na resolução de casos congéneres. Como não nos víamos desde Maio, perguntei-lhe: *Então, sempre falou com a tal pessoa que lhe indiquei?* Respondeu-me todo sorridente: *Não, senhor. Eu agora estou a namorar.* Apertei com ele: *Mas ouça cá: Namora assim o dia todo a ponto de não ter um momentinho livre para tratar de um assunto tão importante? Olhe que de repente apanham-no e você não tem mais namoro. Mandam-no mesmo para a ilha.* Muito sério, explicou-me: *Não! O senhor não percebeu. É que é namoro para casar.*

Caí em mim. *Ah! Pois... Já entendi. Olhe, e isso é mesmo a sério, ou é só casamento com um passaporte? Sabe que antigamente nos Açores se chamava assim, não?*

Garantiu-me ser para nó a sério.

Expliquei então ao portuense Pedro, desconhecedor destes meandros mas sempre interessado em tudo, como funcionava o sistema naquele tempo. Havia quem volta e meia ia casar aos Açores, trazia a consorte, divorciava-se e voltava aos Açores para ir buscar mais uma. Casos houve em que se tratava de pura generosidade, mas abundavam também redes com ligações ao mundo inteiro, e os casamenteiros ganhavam uma boa maquia.

Hoje já tudo fia mais fino. Os EUA só dão o «cartão verde» [que legaliza oficialmente um residente nos EUA] definitivo depois de dois anos de casamento.

Se o importante é o cartão verde – comentou o Pedro – *então a expressão açoriana deveria ser «casar com um ‘cartão verde’ e não ‘com um passaporte’.* Expliquei-lhe que antigamente o importante nas ilhas era sair delas para a América e isso não poderia acontecer sem um passaporte, que depois era

levado ao consulado americano para se receber um visto. O cartão verde não era importante. Aqui chegados, tudo o mais se resolvia naturalmente.

O moço da minha estória é que precisa mesmo de casar com um cartão verde. Por amor ou por interesse, como na história do alentejano que a Leonor sabe contar bem melhor do que eu, porque imita bem o sotaque: *Compadre, o compadre casou foi por amor ou por interesse?* O amigo, depois de reflectir um pouco: *Eu acho que foi por amor, que ela cá interesse nam tem nenhum!*

5 de Outubro de 2017

De três em três anos, lecciono um seminário de pós-graduação sobre Fernando Pessoa. Costumo incluir a colaboração de pessoanos, ligados à Brown ou de universidades vizinhas, porque hoje Pessoa é um campo enorme de investigação e seria tacañeira não aproveitar os especialistas nas diversas áreas existentes nas redondezas. José Blanco dizia há décadas que a Brown tinha o maior número de pessoanos por metro quadrado; todavia já faleceu Edwin Honig, o primeiro tradutor americano de Pessoa, e António Carreño e George Monteiro aposentaram-se. No entanto, o George, apesar das dificuldades de locomoção, não se nega nunca a colaborar. A Susan Brown, antiga aluna dele, lecciona num *college* perto. E surgiram entretanto outros, como o brasileiro Carlos Pittella Leite, a trabalhar no arquivo pessoano de Hubert Jenkins; o Patrício Ferrari, a investigar as ligações anglo-americanas de Pessoa. E há o Jerónimo Pizarro que, a partir de Bogotá, comigo e com o Paulo de Medeiros (em Warwick, Reino Unido) dirige a revista *Pessoa Plural*. Com a colaboração de gente deste calibre, também sou aluno do seminário e aprendo. Sortudo.

O Jerónimo, que em tempos foi aluno de doutoramento em Harvard, mas veio fazer seminários comigo à Brown, é hoje quem melhor conhece o espólio do poeta. Tem-no todo digitalizado no seu computador (garante que metade dos escritos de Pessoa ainda estão por publicar) e é o grande motor de uma equipa internacional jovem que tem vindo a editar, e a reeditar com revisões, volume após volume. Para o seminário de ontem, os alunos receberam um pacote de manuscritos inéditos de Pessoa para escolherem e tentarem transcrever. Na aula, foi deveras entusiasmante o trabalho de equipa sob a liderança do Jerónimo, ele mais do que ninguém habituado a decifrar a caligrafia de Pessoa. Foram mais de três horas de intensa e divertida azáfama, porque interrompemos os trabalhos a meio, pois eu havia encomendado a um restaurante português um jantar volante. Era uma aula extraordinária, a fim de aproveitarmos a visita do Jerónimo para dirigir duas sessões, e os alunos não tinham oferecido qualquer objecção ao eventual adiamento do seu jantar visto só termos conseguido

arranjar um horário comum a todos no final do dia. Mereciam de facto ser bem tratados.

Um dos alunos tinha seleccionado a escrita mediúnica de Pessoa, que está numa caligrafia diferente, naturalmente criada pelo poeta para a distinguir da sua normal. Além disso, é quase toda em inglês, pois deve ter sido essa a língua da sua “conversa” com os espíritos. Nesse contexto, não resisti a contar aquela do miúdo luso-americano que morria de saudades do seu querido avô recentemente falecido. Como em muitas famílias imigrantes, a comunicação entre ambos tinha sempre sido por meio de uma linguagem de afectos, já que os pais não se tinham empenhado em ensinar português ao filho. Mas o garoto adorava o avô e por isso chorou muito a sua morte. Um dia, ouviu dizer que perto de sua casa havia um médium que falava com os espíritos do outro mundo. Sem revelar à família, encheu-se de coragem e foi bater-lhe à porta a perguntar se podia falar com o avô. Comovido de ternura, o médium levou-o para uma sala escura e sentou-o à mesa ao seu lado. Em breve o garoto, extasiado, iniciava uma conversa com o avô. Mas o entusiasmo foi-se diluindo aos poucos até que, de repente, soltou-se-lhe uma incontida pergunta: *Ó avô, onde foi que aprendeste a falar inglês?*

2 de Janeiro de 2018

Tradicionalmente, o almoço do primeiro dia do ano é em casa do Joe & Tina, respectivamente meu irmão e cunhada, na margem do rio Tauton, com larga vista sobre Fall River. É mais uma reunião de família, esta com a vantagem de incluir os netos Ben e Sydney (meus sobrinhos-netos), que moram a norte de Boston.

O Ben(jamin) fez um salto em altura e não só. Dez anos. Já deu para nos sentarmos ambos num sofá em prolongada conversa, como se fosse um convidado meu no programa de televisão – eu, curioso de saber o que ciranda na cabeça de um miúdo de hoje. Descreveu-me a sua rotina – *Nada de especial, é uma vida normal*, comentou sobre os dias de escola e os fins-de-semana. Compenetrado, a meu pedido contou tudo em pormenor. Prestei particular atenção ao tempo dedicado às leituras que faz na escola e em casa. Aqui, é uma hora por dia durante a semana, antes de ir dormir; mas quando o livro é deveras bom, é mais. Lê em média uns três livros por semana. O seu amigo Trevor ainda lê mais. Já devorou tudo o que tinha em casa, incluindo vários que não entendia. *Estava muito curioso e queria saber o que eles continham. O Trevor é fã de livros grandes. Eu não gosto de ler livros sobre assuntos que não entendo. Mas também gosto de livros grandes.* Perguntei se eram *e-books*. *Não, são livros mesmo.*

O grande problema do Ben em casa são as relações com a irmã, a Sydney. Ela tem sete anos e gostos muito diferentes. Por si, prefere silêncio; ela adora falar. *Para brincar, gosta de fazer de médica e interessa-se muito por produtos de beleza. Quer que eu brinque com ela... Ora eu não tenho paciência para aquilo. Volta e meia aceito que me ausculte, mas prefiro estar no meu espaço a ler, ou no computador.*

Estávamos nisto quando chegou a Sydney, entrando de imediato na conversa e transformando-a num debate clássico sobre questões de género. Pesem embora todas as campanhas de destruição de barreiras, elas estavam ali chapadas nas opiniões recíprocas. A Sydney, com uma verbosidade e um vocabulário de embasbacar, expunha as suas opiniões a uma velocidade e fluência desarmantes. O Ben, de poucas palavras, volta e meia desferia um golpe: *Tens montes de amigas, mas depois vocês estão sempre a criticar-se umas às outras. Com os meus amigos passamos muito tempo calados a jogar.* A Sydney defendeu-se: *Eu tenho a preocupação de procurar fazer as pessoas felizes e fazer com que elas gostem de mim.* O Ben: *Tu e as tuas amigas são umas tagarelas e inventam problemas com tudo. Os meus amigos e eu brincamos sem nunca nos zangarmos e em silêncio. A mãe chama-nos para irmos comer e vamos. Tudo o que ela nos põe na mesa está bem. Depois voltamos em paz para continuarmos a jogar.* O debate acicatou-se até eu intervir perguntando à Sydney (e agora tenho de reproduzir o diálogo mesmo em inglês):

- *Do you love your brother?*
- *Yes, I do love him.*
- *But it looks like you love him but you do not like him.*
- *That's just it.*

É isso mesmo! Admitido ali preto no branco.

Quando regresssei à conversa a sós com o Ben, o pai (o meu sobrinho Greg) passou perto e perguntou: *Estão a falar sobre Trump?* E acrescentou que ele e o filho não partilhavam as opiniões políticas do avô do Ben (o meu irmão).

Quando o Greg nos deixou, o Ben quis saber o que eu pensava de Trump. Virei o bico ao prego: *Eu é que quero saber o que tu pensas.* Explicou-me então que não gosta de se pronunciar sobre esse assunto antes de conhecer as posições políticas da pessoa com quem fala, pois não quer insultar ninguém. *Sobre Trump, falo com o meu pai, mas não com o vovô.* Descansei-o: *Comigo podes estar inteiramente à vontade.*

- Não pensas como o vovô?
- Não. Temos muitas coisas em comum, mas discordamos em política e, sobretudo sobre Trump. Diz-me lá então o que pensas sobre Trump?

– Brrrrrrrrr!!!! – fez ele a acompanhar uma careta de nojo.

– Estou a ver.

– Explica-me por que razão *vovô* gosta de Trump.

– As pessoas não são iguais e cada uma tem a sua história com experiências diferentes. O teu avô foi para a guerra no Vietname e, na tropa, ensinaram-lhe que ele estava a defender a América, que a América era o país mais forte do mundo, respeitado por ter força militar e política. Depois, o teu avô teve muito êxito na vida profissional com a sua empresa e conseguiu pelo seu trabalho tudo o que tem. Por isso acha que quem quer triunfar na vida deve fazer o mesmo. Porque a América é uma terra onde quem quer triunfar também pode fazer como ele, desde que trabalhe. Mas ele teve sempre muita sorte. Por exemplo, regressou do Vietname com saúde. Na vida também é preciso ter-se sorte e muita gente não tem, apesar de muito esforço. É por isso que muitas pessoas pensam que o governo tem obrigação de ajudar os que não tiveram sorte na vida. Quer dizer: na política, há pessoas que olham mais para um lado da balança e outras, mais para o outro.

– Mas Trump não foi à tropa nem esteve na guerra.

– Pois, não foi. Mas teve muito sucesso nos negócios. E foi sempre um espertalhão. Mesmo quando entrou em bancarrota, soube aproveitar-se das leis do país e arranjar maneira de dar a volta e ficar de novo por cima. Por isso ele acha que todos podem fazer o mesmo e não compreende nem respeita os mais fracos.

– Compreendo.

– Eu também percebo a tua pergunta. Deves achar estranho que pessoas que se estimam tanto como o teu avô e eu tenham pontos de vista políticos diferentes. É que também tivemos diferentes experiências de vida. Quando eu era criança, aconteceu algo parecido comigo em relação ao meu avô, o teu trisavô. Naquele tempo, toda a gente nos Açores adorava a América e queria vir para cá. Eu era criança e um dia o meu avô disse-me: *Não acredites em nada do que ouves para aí sobre a América. É tudo mentira.* Fiquei espantado e não sabia o que pensar. Como é que pessoas que eu estimava tanto poderiam fazer afirmações assim tão contrárias. Só muito mais tarde compreendi. O meu avô tinha vivido aqui na América durante a depressão, nos finais dos anos 20 do século passado, quando havia muita falta de trabalho, e viu muita gente passar fome e frio. Ele foi-se embora para Portugal e jurou nunca mais cá voltar. Foi uma experiência que o marcou para sempre. Diferentemente dele, muitas outras pessoas nos Açores só ouviam falar das maravilhas da América e queriam vir para cá.

– *I see...*

– Mas ouve lá: eu é que estou aqui a fazer perguntas. Por isso, fala-me tu de Trump.

– Não gosto nada dele. É uma figura repelente.

– Espera aí: vocês não começam o dia na escola com o *Pledge of Allegiance*?

– Sim, o *Pledge of Allegiance* é uma promessa que fazemos diante da bandeira americana, mas não se diz que temos de respeitar Trump. Repara bem nas palavras: *I pledge allegiance to the flag of the United States of America, and to the Republic for which it stands, one Nation under God, indivisible, with liberty and justice for all*. Estás a ver? Não prometemos nada sobre o Presidente, muito menos sobre Trump. Quando digo que não gosto nada dele não estou a dizer o contrário do que prometo na escola.

Rendi-me ao argumento e mudámos de assunto, regressando aos seus livros favoritos e a outros temas de deixar um septuagenário deliciado. Mas esta já vai longa.

16 de Fevereiro de 2018

A figura do P.e José Jacinto Botelho esteve desde a minha juventude associada a uma famosa estória a ele atribuída, e incluída no meu *(Sapa)teia Americana*, que hoje soa politicamente incorrecta. No final da sua vida activa, o bispo ter-lhe-á perguntado numa visita pastoral: *Como estão as minhas ovelhinhas?* – referindo-se naturalmente aos paroquianos sob a sua alçada. O bom sacerdote, já cansado de labutas, terá respondido: *Com o devido respeito a Vossa Excelência Reverendíssima, brutas me-las destes, brutas vo-las dou*. Mais tarde, vim a saber que ele era a figura por detrás do poeta António Moreno, seu pseudónimo. Tudo o que sobre ele aprendi adveio-me da magistral introdução de Eduíno de Jesus a um volume que colige a sua poesia (esse estudo é um de quatro que o patriarca das letras dos Açores escreveu para apresentar poetas açorianos, os outros sendo referentes a Armando Côrtes-Rodrigues, Virgílio de Oliveira e Madalena Férin). Todos eles constituem importantes peças que relatam minuciosa e criticamente significativos momentos da história da literatura açoriana na primeira metade do século XX. Valeria a pena, aliás, reuni-las num único volume, se não mesmo reeditá-las por inteiro, pois os livros de que fazem parte estão esgotados há décadas.

Sobre António Moreno, para além do que aprendi nesse precioso estudo de Eduíno de Jesus, ouvi sobre ele mais uma estória, essa contada por Armando Côrtes-Rodrigues, de quem Moreno era amigo. O autor de *Quando o Mar*

Galgou a Terra conta-a num dos volumes do seu *Voz do Longe*, colectânea das crónicas por ele lidas na Emissora Regional dos Açores. Escreve então Côrtes-Rodrigues que, quando ainda seminarista, José Jacinto Botelho, num dia de férias, parou em casa de um tal Tio Gonçalo, na altura cantador popular de renome. E transcrevo: «Com alegre exuberância o acolheu a Tia Aninhas. Depois de larga conversa [...] atentou ele no oratório e viu, com espanto, entre tantos santos, um busto pequeno de Camões, barbudo, de bofes brancos e gibão vermelho, apumado e solene, com uma coroa de louros sobre a cabeleira castanha. Sorriu-se de o topar ali em tão selecta companhia e não se conteve que não dissesse: ‘A Tia Aninhas havia de me oferecer este busto.’»

Formalizada por tal ousadia, logo ela replicou: «Credo! Menino Josezinho. E o meu marido? Não sabedes que este é o senhor S. Caimão, o santo dos cantadores? O meu Gonçalo todas as noites lhe reza três avé-marias.»

Côrtes-Rodrigues prossegue contando como, falecido o Tio Gonçalo, a Tia Aninhas foi ofertar o “Santo” ao padre Botelho, que estimadamente o conservou no seu quarto de trabalho. E acrescenta o poeta: «Por sua morte, foi-me entregue por direito de poesia e em sinal da profunda amizade que sempre nos uniu.»

O “Santo” há-de estar por aí, no espólio de Armando Côrtes-Rodrigues. Já pus alguém na senda dele e aguardo notícias. Teria o seu charme ele reaparecer por estes dias em que o poeta António Moreno anda a ser justamente lembrado.

6 de Abril de 2018

Duas curtas histórias:

1.

Retido no aeroporto da Terceira por atrasos sucessivos da SATA, ligo para o Hotel Marina, em Ponta Delgada, a fim de informar a Leonor que entretanto havia chegado de Lisboa. Aqui vai o meu diálogo com a recepcionista:

– Por favor ligue-me para o quarto de Onésimo Almeida.

– Ele ainda não chegou. Só a senhora dele está no quarto

– Eu sei. Sei que ele ainda não chegou. E sei que ela está lá. É mesmo com ela que quero falar.

– Mas disse-me que queria falar com o senhor Onésimo Almeida.

– Desculpe. Eu pedi-lhe que me ligasse para o quarto de Onésimo Almeida, não disse que queria falar com ele.

– Ai! Que eu já não estou entendendo nada. Eu sei ele quem é e sei que ele ainda não chegou.

– Eu também sei ele quem é. Sou eu mesmo.

2.

O José Alberto Postiga, ex-pescador em Caxinas, Póvoa de Varzim, e hoje emigrante na Suíça, publicou recentemente o livro de poemas *O Inventário do Sal* (à falta de melhor, convenceu-me a escrever-lhe o prefácio). Para verem como um pescador virou mesmo poeta, partilho o final de um email dele chegado há dias:

P.S. – enquanto esperava a minha filha no aeroporto, recordei este pequeno texto que escrevi em Dezembro de 2016 quando me despedi dela em Portugal!

O tempo ajuda a lamber as feridas.

Voo EZY 1133

Os aeroportos deveriam ter compartimentos de despedida.

Salas onde se pudesse apertar um abraço mais íntimo, dizer Te Amo, Volta Rápido, e chorar sem ter de sustentar sentimentos perante olhares desconhecidos.

Os aeroportos não deveriam resumir-se a lugares que nos roubam e entregam pessoas. Entradas e saídas do céu, onde nem sequer há um lenço disponível para limpar do rosto a chuva do coração.

17 de Setembro de 2018**1.**

No sábado, fomos ao Bristol Sports, um antigo clube português em Bristol, participar numa festa de homenagem à Márcia Sousa, que aqui durante cerca de quatro anos foi vice-cônsul, desempenhando uma actividade verdadeiramente notável que lhe granjeou uma imensa popularidade na comunidade portuguesa. Mulher de um extraordinário dinamismo e com um sentido prático e uma eficiência enorme, no Bristol Sports nomearam-na Mulher do Ano. Daí a festa.

Os filhos, o Antonio e a Sofia, de 10 e 7 anos respectivamente foram comigo os oradores da festa. Leram um texto sobre a mãe cheio de ternura e graça. A alturas tantas, a Sofia lendo no texto «a minha mãe é mandona e desenrascada», acrescentou a seguir a cada adjectivo «como eu!». De sua lavra. O texto estava escrito em inglês, havia termos e expressões portuguesas lidas impecavelmente, pois ambos são bilingues.

2.

Passaram hoje aqui em casa a Elsa e o Francisco. Vieram de Portugal fazer pós-graduação em Física (ela na Boston University e ele no MIT) e quando, terminados os doutoramentos, se lançaram à cata de emprego, o que melhor lhes surgiu foi em Zurique, Suíça. Mudaram-se de armas e bagagens há quatro

anos. Há dois, casaram-se em Lisboa e quiseram que eu fosse o oficiante do evento. Separaram a parte legalista, que em Portugal é muito chata e comprida, fazendo-a ter lugar numa sala privada e depois, ao ar livre, encenaram com guião feito por eles uma bela cerimónia. Foi nela que participei.

A tarde, sem nada a ver com o cenário que agora domina a Carolina do Norte fustigada pelo furacão Florence, estava convidativa para um prolongado almoço no Al's Waterfront no início da baía Narragansett. Bombardeámo-los com perguntas sobre a vida lá para as bandas helvéticas. Perfeitamente ambientados – como aliás se sentiam em Boston – aceitam sem drama viver na diáspora como tanta gente da sua geração. As picuinhas suíças (como não se poder fazer barulho ao domingo, daí ser proibido usar o aspirador em casa, ou colocar metais e vidros no caixote da reciclagem) não lhes causam qualquer engulho. Portugal, ao fim e ao cabo, fica ali ao lado. Isto é, o Rectângulo, que Portugal hoje está espalhado pelo globo inteiro.

3.

Como se de propósito, da Holanda outro português da diáspora, o Fernando Venâncio, envia-me uma piada sobre a meteorologia nos Açores. Creio que lá estive apenas uma vez, a passar férias connosco (ele, a Catherine e as duas filhas de ambos), nos idos de 1993. Onde, aliás, tiveram sempre tempo magnífico.

Zurique, Bristol (Rhode Island), Amesterdão. Lisboa é apenas um centro geográfico deste Portugal de agora.

14 de Dezembro de 2018

1.

Em Lisboa, não consegui ir ao lançamaneto do livro *A Subjectividade nos Limites da Razão*, de José Carlos Pereira, professor de Estética na Faculdade de Belas Artes, autor também de *O Valor da Arte*, editado pela FFMS. Mas deu para ir ao jantar, um belo convívio que se prolongou para além da meia-noite.

O José Carlos é fã da obra filosófica de José Enes, revelou-me ele quando um dia me atalhou caminho gritando de uma esplanada do Chiado quando eu passava na rua e me convidou a juntar-me ao seu grupo de amigos (eu não o conhecia). Há pouco tempo vim a saber que outro fã da obra de Enes é Pedro Abrunhosa. Tenho pormenores, todavia não me cabe a mim revelá-los. Curiosamente, pouco depois de tomar conhecimento dessa descoberta recente do cantor, dei com um artigo no *Público* sobre o seu mais recente álbum,

de onde retiro esta passagem que ajuda a perceber o seu interesse pela filosofia de José Enes:

O álbum chama-se Espiritual, remetendo para essa ideia nuclear do indivíduo que se questiona, mas é também uma sugestão sobre o momento actual do mundo. «Vivemos um período de profunda agonia espiritual. A palavra espírito, na sua génese, quer dizer força vital. Uma palavra que está associada ao início do pensamento não mitológico, que faz uma clivagem entre o pensamento reflexivo e o não-reflexivo. Portanto, espírito não é apenas uma coisa religiosa. Para mim é a atitude perante a profundidade, a diferença entre o ser e o parecer.» Às tantas interroga: «O que é que define mais o ser humano: o facto de ter dois carros na garagem ou não ter livros em casa? É por aí.»

2.

Nesse mesmo convívio, a seguir ao lançamento, o acaso levou-me à conversa com uma mulher que às tantas revelou ter vivido em Fall River. Intrigado, pedi-lhe datas: fora já na longínqua década de 70. Conversa puxa conversa, aprendi que a minha interlocutora é filha de José Veiga Simão. Foi ele o Ministro da Educação no tempo de Marcelo Caetano que, a seguir ao 25 de Abril, se “refugiou” nos Estados Unidos sob a protecção de amigos e viveu em Fall River empregado pela Portuguese Cultural Foundation, na altura interessada na criação de um museu português na Nova Inglaterra. Cruzámo-nos e conversámos algumas vezes, no entanto quem contactou mais de perto com ele foi o meu amigo António Cirurgião, ao tempo professor na Universidade de Connecticut, Storrs, e muito amigo do Dr. Seabra da Veiga, Cônsul Honorário em Connecticut, que reunia regularmente em casa os seus amigos, entre os quais o general Spínola. Quando o ambiente político serenou, Veiga Simão regressou a Portugal e foi feito Ministro da Indústria. Antes de daqui sair, insisti em que o visitasse quando passasse por Lisboa, e lembro-me perfeitamente de ter estado com ele no Ministério, ali ao Largo de Camões.

A Susana (chama-se assim a filha) recordou com boas palavras os seus anos de Fall River e ficou tocada com algumas lembranças dos meus contactos com o pai.

Tudo assim ali, num acaso, celebrando o lançamento de um livro de estética, porque Portugal é uma aldeia e o mundo lusófono um *small world*, *piccolo mondo*.

24 de Dezembro de 2018

Duas estórias californianas:

1.

Voltámos, a Leonor e eu, ao Little Portugal de San José a aviar um fornecimento de vinho e azeite portugueses para a consoada e fizemos nova paragem no Café Docanto para uma bica lusa. Um local meteu conversa comigo: *Trabalha para a televisão?*

Respondi pela negativa, mas o homem insistiu garantindo que me conhecia da TV. Reconheci-lhe o sotaque jorgense e fiquei mais interessado em ouvi-lo falar de si do que em contar-lhe de mim. Foi só carregar no botão e desatou a desfilar dados: natural de Rosais, está aqui há 30 anos nesta bela terra para fazer uma vida que lhe tem permitido regressar quase todos os anos. Já foi à sua ilha 27 vezes. Tem ainda um ar relativamente jovem, se calhar nem chegou aos cinquenta, no entanto já vislumbra a reforma por perto. *Vou continuar a dar as minhas saltadas a S. Jorge mas, daqui a cinco anos, será uma viagem como a do Toyota.*

Percebi que haveria ali qualquer sentido figurado, todavia não descortinei. Foi a Leonor, habituada à descodificação de signos literários, que me socorreu recordando-me o slogan publicitário: *O Toyota veio para ficar.*

2.

Juuel é uma empresa daqui de San José, produtora de um substituto do cigarro que está a ser um sucesso comercial entre os jovens a ponto de ter já gerado complicações legais, pois ao que parece sabe como rebuçados e pode viciar. Uma multinacional tabaqueira investiu uns biliões nela e a empresa resolveu distribuir parte desse dinheiro pelos seus 1500 empregados, sendo os montantes atribuídos consoante os anos de trabalho na firma. Segundo as notícias, alguns empregados receberam cinco milhões.

Contava-nos isso há dias a Danielle, mulher do nosso Duarte e minha nora, acrescentando: *Gostava de conhecer um dos felizardos e saber como se sente com uma oferta do Pai Natal desse quilate.*

Ontem fomos convidados a jantar no Scott's Seafood, no centro da cidade de San José, por um velho amigo, o picaroto Tony Goulart (aqui a residir há quatro décadas) e sua mullher, a faialense Judite. O convite tinha sido meu, porém ele insistiu argumentando não se estender a minha jurisdição para além da Costa Leste.

Conversa puxa conversa, viémos a saber que uma das filhas do Tony trabalha para a Juuel e foi contemplada com 4 milhões de dólares.

Small world piccolo mondo. San José tem um milhão de habitantes, contudo a firma tem empregados de toda a Bay Area e arredores, o que significa uns acrescentados milhões. Acasos da sorte. Nem mesmo o Pai Natal californiano é para qualquer todos.

27 de Dezembro de 2018

Mais duas estórias californianas:

1.

Almoçávamos no The Spinnaker, em Sausalito, do lado de lá da Golden Gate, aonde sempre gosto de ir quando vou com algum tempo a S. Francisco ou imediações. O empregado, um adulto para lá da meia idade parecia um robot com ares de intelectual e incapaz de expressar uma emoção por mais ténue que fosse. Perguntou-nos pelas nossas preferências e ouviu impávido as nossas quatro escolhas de pratos, cada qual com complicadas variações sempre sem tomar uma única nota. Meia-hora depois, regressava com uma carrinha e quatro atraentes pratos, que distribuiu entregando cada qual certinho diante de cada um de nós.

Não resisti a tentar sacar-lhe uma expressão humana: *Isso é que é! Sem tomar uma única nota, conseguiu dar conta do recado sem uma falha.* Ele, sempre lacónico, mas agora com um levíssimo jeito irónico no olhar: *Teria sido mais complicado decifrar a minha caligrafia.*

2.

Antes de entrarmos na Golden Gate, demos logo com o aviso: *Vista Park closed.* O *locus classicus*, a panorâmica sobre S. Francisco e a ponte, ficava assim riscado do programa. De qualquer modo, consegui descer até ao Fort Baker, de onde os ângulos também valem a pena. O lado norte, no início da Coastal Route, esperou para depois do almoço, na viagem de regresso.

Aí, inesperadamente, voltamos a encontrar empecilhos. O acesso à parte mais alta, que é um parque, estava vedado. Guardas faziam o reencaminhamento do tráfego, uma fila enorme de carros e filas de gente a pé. O transtorno de repente ficou claro. Foi-nos explicado que os parques nacionais estavam fechados em consequência da decisão de Trump fechar o Governo. Claro que sabíamos desse facto, porém nunca nos ocorreu que isso nos afectaria o passeio, por não nos termos lembrado que alguns daqueles miradouros ficam num parque nacional. A mesma explicação deve ter sido dada pelos pais de uma pequenita à nossa ilharga de quem só ouvimos a reacção, num irritado desapontamento por não poder entrar no parque: *E porque é que Obama não continua a ser Presidente?*

2 de Fevereiro de 2019

Tem sido uma invasão de emails de amigos a indagarem se a Leonor e eu estamos sobrevivendo às brutais temperaturas que a televisão propaga como ocorrendo por estas bandas. O meu silêncio de uma semana, sem remeter as habituais “notas bárbaras” por dificuldades técnicas no envio de fotos, não ajudou. Alguns amigos devem mesmo ter pensado que morri soterrado no gelo.

Aqui por Rhode Island, os dias têm sido esplendorosos de sol e céu azul. O termómetro desceu até -15° C, nada de matar nem que já não tivesse ocorrido no passado. Sobretudo nada comparável aos -50°C de Minnesota, Wisconsin, Chicago... Aí, sim, tudo fiou mais fino.

Salta-me à mente uma história por mim não presenciada, mas ouvida na rádio. Num Inverno de há anos, a Leonor e eu rolávamos de carro por uma estrada do norte da Nova Inglaterra e sintonizávamos uma estação de rádio local. O programa era uma linha aberta de conversa com os ouvintes, a quem o moderador pedia que contassem uma história pessoal, verdadeira, de experiência dura de frio.

Uma mulher entra em linha e narra o seguinte (resumirei porque ela deslindou-a demoradamente, enchendo a narrativa de magníficos pormenores que ajudavam a assegurar-lhe autenticidade). Em enxutas palavras, aqui vai:

Era um *first date*, a instituição americana de data mardada para um encontro com um/a namorado/a. Pode ser mesmo o primeiro entre gente que se conheceu por acaso e pretende conhecer-se melhor. Às vezes é um *blind date*, encontro às cegas entre desconhecidos, agendado por amigos esperançados em que duas pessoas descubram algo em comum entre ambos para uma possível relação duradoura. Hoje, tudo isso se faz via Internet e, portanto, nada alheio a Portugal. Mas fica a introdução para os leitores da velha guarda.

Contava então a moça que fora jantar com um indivíduo num primeiro encontro. Tinha nevado e o frio era gélido. Depois do jantar, a moça, conservadora de costumes e a querer marcar uma posição de seriedade, de alguém que não acredita em amor à primeira vista, pedira ao comparsa para deixá-la em casa. Ele, sem evidenciar qualquer sinal de contrariado, rumou a cumprir-lhe a vontade. A alturas tantas, porém, a jovem foi assaltada por uma vontade enorme de fazer um xixi. Atravessavam numa estrada no meio de uma floresta sem sítio onde parar a não ser mesmo no meio do mato. A urgência apertava tão severamente que teve de ser mesmo ali. Noite cerrada e sem luzes, não haveria problema.

A jovem saiu do automóvel, contudo a neve no chão era tão alta que ela se enterrava e não teve outro remédio senão aliviar-se mesmo junto ao carro,

apenas com a porta a servir de biombo. Entretanto, sem querer, encostou uma nádega ao carro e – quem já experimentou temperaturas baixas a valer sabe o que acontece ao corpo se toca metal gelado – ficou colada. Na tentativa de se descolar, encostou-se ainda mais e... mais pregada ficou. Acometida de terror, gritou a pedir socorro. O seu *date* saltou fora do carro a averiguar o que se passava e deparou com ela de cócoras, de pernas entulhadas na neve e de rabo ao léu encostado à porta do carro. Tentar desviá-la a frio da superfície metálica de certeza resultaria num desastroso arrancar de pele que ficaria presa ao carro, deixando-lhe aberta uma vasta ferida na coxa e traseiro. A única solução era – e, repito, quem vive em regiões frígidas sabe disso – lançar água quente sobre a zona colada ao metal. Mas onde ir buscá-la? À mão, ele só poderia recorrer à... sua urina. Hesitou, voltou a hesitar, mas importava ser célere no agir e explicou então a sua ousada proposta. Em desespero de causa, a moça teve de aceitar. O rapaz abriu a braguilha, tirou fora o dito cujo e, generosamente, regou a nádega da infeliz que, envergonhada, sentiu vontade de se enterrar na neve como a Leonor do «Naufrágio de Sepúlveda» da *História Trágico-Marítima* se enterrou na areia cobrindo a sua nudez com a cabeleira.

A inventiva solução do moço resultou.

Regressaram ao carro, todavia mantiveram-se em civilizado silêncio durante todo o resto da viagem. O rapaz deixou-a em casa, onde ela se arrumou respirando finalmente de um profundo alívio, mil vezes maior que o sentido depois daquele imparável xixi. E – contava a radiouvinte – nunca mais se viram na vida.

16 de Fevereiro de 2019

De Aveiro, a minha amiga Otilia Pires Martins conta-me por e-mail ter recebido a prenda *Aos Ombros de Gigantes*, de Umberto Eco. Atirou-se à leitura e está a gostar tanto que até tem vontade de se ir deitar mais cedo para continuar a leitura.

Eu ignorava a existência do livro e fui googlá-lo. Aprendi tratar-se do último escrito entregue por Eco ao editor pouco antes de morrer. Publicado em várias línguas, incluíse em português, descobri não haver ainda edição inglesa. Vou tentar trazê-lo de Portugal no próximo salto transatlântico. Nanja que me falem livros para ler, pois continuam a arribar aí em ritmo tal a ponto de eu ter leitura assegurada para toda a eternidade.

Pelo título, deduzo que tenha a ver com o famoso dito atribuído a Newton: *Se vejo mais longe é porque vejo de cima de ombros de gigantes*. Uma gandafrese, diga-se. Que afinal não pertence a Newton. Robert K. Merton, um clássico

historiador da ciência, a quem muito devo graças à sua *opus majus* (*Science, Technology, and Society in Seventeenth-Century England*), lida nos meus anos de pós-graduação num seminário de Sociologia do Conhecimento com Dietrich Rueschemeyer, havia citado nesse seu livro a dita frase atribuindo-a Newton, mas um crítico apontou-lhe a falha. Que não; ela tinha dono mais antigo. Merton pôs-se em cata e acabou escrevendo um livrinho que é uma delícia de erudição: *On the Shoulders of Giants: a Shandean Post-Script*. Estacou em Bernard de Chartres, um neoplatonista francês do século XII, como autor do sábio aforisma. Aposto, porém, de mil certezas que Eco, esse furão de bibliotecas, sabe e conta isso nesse seu novo livro.

Já o encomendei de Lisboa. O bom senso sussurara-me há muito tempo ao ouvido não valer a pena comprar mais livros, no entanto é incontável o impulso de os mandar vir. E disse isso à Otlia numa curta resposta teclada assim:

Não conheço esse livro dele e já vou mandar vir pela Amazon. Mais um para a lista interminável dos livros que quero ler antes de passar para o outro lado da relva. Os cemitérios aqui têm relva e por isso o outro dizia: Enquanto eu estiver do lado de cima da relva, tudo bem.

Faltou-me acrescentar, a propósito da relva dos cemitérios (só conheço esses locais associados a prazer em Lisboa!) aquela do João dos Ovos, figura popularíssima na Angra do Heroísmo de há cinquenta anos. Divertidíssimo *idiot savant* local, era um *aficionado* das touradas e não perdia nenhuma naquela ilha onde elas se contam pelas centenas anuais. Dizia ele: *O que me vai custar mais depois de morrer é sentir as passadas das pessoas na corrida por cima a caminho das touradas e eu sem poder juntar-me a elas.*

Pois é! Isto de gostos... *Suum cuique.*

NOTA BIOGRÁFICA

O professor universitário e escritor português Onésimo Teotónio de Almeida é doutorado em Filosofia pela Universidade de Brown, em Providence, Rhode Island, nos Estados Unidos da América do Norte, para onde emigrou em 1972. Leciona no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros desta universidade, que ajudou a criar. É autor de numerosos estudos de índole diversa publicados em livros e revistas. Fundou e dirige a editora Gávea-Brown, dedicada à edição em inglês de obras de Literatura e Cultura portuguesas, à qual está associada a revista *Gávea-Brown—a Bilingual Journal of Portuguese American Letters and Studies*, da qual é igualmente fundador e codiretor. É co-editor do *e-Journal of Portuguese History* e de *Pessoa Plural*, ambas revistas eletrónicas editadas em cooperação internacional e publicadas na Brown University. É co-editor de uma coleção de obras de Lusophone Studies

na Sussex Academic Press e codirige a série Bellis Azorica, de obras açorianas em tradução inglesa. É colaborador regular na revista LER, no site PNETLiteratura e no *Jornal de Letras*. No âmbito da criação literária, publicou obras diversas principalmente nos domínios da narrativa, do teatro e da crónica, tais como, entre outras, *Esperança-21* (teatro, 1969); *Ah! Mònim dum Corisco!* (teatro, 1998); *(Sapa)teia Americana* (contos, 1983; ed. rev., 2001); *No Seio Desse Amargo Mar* (teatro, 1991); *Rio Atlântico* (crónicas, 1997); *Que Nome é Esse, ó Nézimo? E Outros Advérbios de Dúvida* (crónicas, 1994); *Viagens na Minha Era* (crónicas e anotações diarísticas, 2001); *Onze Prosemas (e um final merencório)* (crónicas, 2004); *Livro-me do Desassossego* (crónicas, 2006); e *Aventuras de um Nabogador & outras estórias-em-sanduíche* (contos, 2007).

Foi Vice-Presidente do Rhode Island Council for the Humanities e da Associação Internacional de Lusitanistas. É Membro da Academia Internacional de Cultura Portuguesa e da Academia das Ciências de Lisboa. Foi distinguido com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique (1997), com a Grã-Cruz da mesma Ordem (2018) e com um Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de Aveiro (2013).

Materializei-me dentro de um guarda-fatos antigo e empoeirado, talvez de um jovem jogador de hóquei, pois quase levei com o stique na cabeça, mas, felizmente, o capacete caiu primeiro, amachucando-me o penteado. Desenven-cilhei-me, a custo, do equipamento e saltei, aturdido, para fora do armário.

O quarto estava sem vitalma; no entanto, permaneci uns instantes de ouvido apurado. Ao primeiro sinal de alarme, teria que me precipitar para a fuga apesar de o dispositivo de teletransporte estar a menos de meia carga. A solução seria usar as minhas clássicas sapatilhas propulsoras dos anos 3000 para me lançar pela janela, aterrando em segurança na rua.

Olhei em redor e vislumbrei um longo vestido de cambraia pendurado no manequim, a um canto do quarto. Era de um tecido fino e negro como uma pantera, estampado a flores campestres amarelas e vermelhas vivas. O decote era pouco acentuado e a saia, com pregas, pendia até pouco abaixo do joelho. Atrás, caía pelos ombros aberto em direção ao cóccix, e um laço vermelho espraiava-se da cintura até ao chão. Quedei-me, por momentos, a imaginar quem o vestiria, e a questionar-me: que faria aquela peça de roupa quase imaculada no quarto de um rapaz?

Sentei-me no que séculos antes seria considerado uma cama. O colchão rangia com o meu peso, mas a suavidade da manta de pelo arrepiou-me assim que a toquei. Parecia que alguém tinha esfolado um qualquer animal pré-histórico para fazer aquela coberta. No entanto, a suavidade e o aconchego confortavam-me a alma. Na minha cidadela, Supel, o melhor que se consegue encontrar é uma cama de rede que pende do teto, presa a duas chapas de níquel.

Ouvi o trinco da entrada da habitação rodar no andar de baixo e entreabri a porta do quarto para avaliar as minhas hipóteses de fuga. Uma jovem bela, pálida como um anjo, de olhar azul e penetrante, entrou com a mãe. Com os braços encheados pelos casacos, afadigavam-se com sacos de papel castanho a abarrotar de compras. Dirigiram-se para uma divisão no piso inferior e foi então que liguei as sapatilhas no modo silencioso e voei porta fora tão discreto

como a brisa, ainda que levemente desajeitado. Pelo caminho, surripi um casaco que estava no bengaleiro, para me poder camuflar entre a multidão.

Para não dar nas vistas, pousei logo à saída de casa, num pequeno jardim rodeado de arbustos, e trajei o casaco, esfregando as mãos para manter o calor. Deambulei alguns minutos pela vizinhança a fim de me afastar do edifício. Apesar da neve, espreitava um sol tímido entre nuvens prestes a eclodir em faíscas tenebrosas, que rasgam o horizonte. Erguia-se uma brisa ora fresca, ora gélida, como se o Deus, ao qual oravam numa igreja ali perto, abrisse a porta do frigorífico e do congelador ao mesmo tempo.

As habitações flanqueavam o bairro. Os telhados e os quintais cobertos de um manto fino de neve evocavam as casas de gengibre dos velhos postais de Natal que vi uma vez numa taberna intergaláctica de relíquias em Surg, pertencente à coleção de um centenário louco, perdido no passado após demasiadas viagens através do tempo. Atrás de mim, no lençol branco, um rasto de quatro propulsores surgia em vez de pegadas, mas as poucas pessoas, sobretudo transeuntes, que deambulavam na rua pareciam não reparar.

Prossegui lentamente a marcha até ao cruzamento, onde estaquei. Um placar antigo, em madeira trabalhada, com folhas pregadas, anunciava o primeiro jogo de hóquei no gelo da região. Senti-me entusiasmado pois foi a esse espetáculo que vim assistir. Ainda que restrita a um grupo diminuto de investigadores e cobaias, no qual me insiro, a viagem espaço-temporal foi a melhor das invenções. Além de presenciar factos históricos desvanecidos numa sociedade essencialmente virtual, feita de *bytes* e *pixéis*, o que pagam lá vai servindo para suportar as contas. As únicas três regras limitam-nos a não interferir com o decorrer dos acontecimentos, jamais revelar o ocorrido ou a identidade e nunca regressar ao mesmo local.

O evento decorreria uma hora mais tarde num lago congelado ali perto nas cercanias. Mais à frente, um estabelecimento de bebidas era convidativo. Vasculhei o bolso do casaco e encontrei uma nota. Deveria ser suficiente para provar aquilo que sempre quis: chocolate quente. Na realidade onde vivo, o açúcar é ilegal, classificado como uma droga viciante, e apenas acessível por milhares de criptomonedas, interdito ao comum dos mortais que se alimentam durante duzentos anos de ração liofilizada e cápsulas.

O chocolate quente sabia pela vida. Com a consistência perfeita, o paladar a cada trago, ora amargo ora doce, aquecia-me a alma. Conseguia perceber o corpo cremoso de um chocolate acabado de derreter, ainda com pequenos grânulos que se acomodavam nas minhas papilas gustativas e acabavam por se dissolver com a saliva. Todas as minhas suposições foram excedidas por aquele néctar.

Com a bebida a fumar, segui um grupo de habitantes locais que formigava para o acontecimento. Apoderei-me de um lugar, afastado dos grupos de pessoas que iam chegando, e encostei-me a uma árvore vestida de neve e estalactites de gelo prontas a despenhar-se ao mínimo abanão, com a certeza de que iria permanecer sozinho.

Poucos minutos depois, dois indivíduos balizaram aquilo que seria o campo para o jogo. Ao centro da lateral, um enorme marcador com números desenhados a caneta estava a postos para o apito inicial. Duas equipas chegaram e posicionaram-se para baterem o disco. Ouviu-se um som agudo e o jogo começou como um bailado no gelo. Os movimentos eram graciosos e inebriantes, e fui absorvido por aquela dança que nunca antes vira, entre tragos de chocolate quente.

Foi então que reparei num rosto familiar. A figura mais veloz era a jovem do quarto onde apareci. Estava explicado o mistério do vestido. Preguei os olhos nela e fiquei a admirá-la. Em cada movimento, parecia que o seu vestido pendurado no manequim lhe caía pelo corpo e rodopiava com ela. A graciosidade era tão grande quanto a sua beleza. A trança negra saía do gorro e pendia pelo ombro. O casaco às riscas condizia com as meias altas que surgiam dos patins, e os calções, ainda que abaloados, conferiam elegância à cena.

Assisti, entusiasmado, até ao final do jogo, e esperei que toda a gente abandonasse o recinto, ignorando o *bip* do dispositivo de teletransporte. Queria ver-te desaparecer na neve. Sabia que viajar com menos de um quarto da bateria seria bastante arriscado, mas não podia desperdiçar a oportunidade de te contemplar a caminho do horizonte.

A noite já se aproximava. Olhei de soslaio para me certificar que estava sozinho. Bebi o último gole no copo de papel de chocolate quente e guardei-o no bolso, cautelosamente, como recordação. O regresso foi atribulado, graças aos dez por cento de bateria restante. Forcei tanto o equipamento a realizar a viagem que danifiquei um dos propulsores, e só por sorte não me aconteceu nada. É o segundo este mês. Terei que inventar uma boa desculpa para que me deixassem continuar com este emprego.

Logo pelo amanhecer, na sede do Departamento de Viagens Intertemporais, espera-me uma bateria de testes infundáveis e um questionário de um par de horas. Mas por agora, na cama de rede do meu cubículo morno e inundado do néon multicolor dos prédios da frente, no ano de 3547, contemplo das alturas, através da diminuta janela, a constelação de Vénus, entrecortada pelos veículos voadores que, pressurosos, cruzam os céus. Na minha quietude, sonho acordado com a rapariga do vestido imaculado, de pele angelical e faces afogeadas, olhos

penetrantemente azuis, de equipamento às riscas e stique na mão, a posar para a fotografia a preto e branco no final da partida. Tão apaixonada por hóquei no gelo como eu fiquei por ela, no ano longínquo de 1921, onde se perdeu o meu coração.

NOTA BIOGRÁFICA

Ana M. M. Santos nasceu na Beira Interior em 1990. É licenciada em Cinema (UBI, 2013) e mestre na mesma área (UBI, 2016) com uma dissertação sobre a adaptação cinematográfica do conto tradicional Branca de Neve. Frequenta o doutoramento em Media Artes (UBI, em curso), onde desenvolve a sua pesquisa sobre adaptação de romances de terror à sétima arte, seguindo a linha de investigação do mestrado. É autora de várias comunicações e artigos, trabalha como revisora científica, escreve guiões e histórias para crianças. É investigadora colaboradora no Centro Labcom.IFP (UBI).

Departamento de Línguas e Culturas:

■ Eventos | 2018
■ ■

Congressos, Colóquios, Ciclos de Conferências e Jornadas

- «Histórias com Ciência na Biblioteca Escolar». Ciclo de Conferências. Organização: António Manuel Lopes Andrade, Isabel Malaquias, Vítor Bonifácio, Helmuth Malonek & José Saro. Locais vários. 3.^a edição: ano letivo de 2017-2018; 4.^a edição: ano letivo de 2018-2019.
- «Jornada de Cordel». Organização: Anthony D. Barker. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 27 de fevereiro.
- «Festa da Francofonia 2017 – “La Fête de la langue française” [“Dis-moi dix mots”; “Mai 68: 50 ans déjà!”]». Organização: Otilia Pires Martins & Fernando Jorge dos Santos Martinho. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 19 a 24 de março.
- «Línguas, Culturas e Negócios: Portugal e Mercados Emergentes». Colóquio Internacional no âmbito do Mestrado em Línguas e Relações Empreeariais da Universidade de Aveiro. Organização: Ana Maria Ramalheira, Andreia Vitória, Carlos Morais & Abdelilah Suisse. Sala de Atos da Universidade de Aveiro, 17 de abril (<http://lcnpme.web.ua.pt/>).
- «1.º Simpósio de Jovens Investigadores em Literatura para a Infância e Juventude – Desafios da Investigação em LIJ – da invisibilidade à legitimação». Organização: Ana Margarida Ramos, Inês Costa e Emanuel Madalena. Universidade de Aveiro, 27 de abril.
- Encontro Anual da AIM (Associação Portuguesa da Imagem em Movimento). Organização: Anthony D. Barker. Departamento de Línguas e Culturas, 17 a 19 de maio.
- «Revisitando Heinrich Böll no Centenário do seu Nascimento». Colóquio. Organização: Ana Maria Ramalheira. Departamento de Línguas e Culturas, 17 de maio.
- «Pelos Mares da Língua Portuguesa». IV Congresso Internacional. Organização: António Manuel Ferreira, Carlos Morais, Maria Fernanda Brasete & Rosa Lúcia Coimbra. Departamento de Línguas e Culturas. 23 a 25 de maio (<http://mares4.web.ua.pt>).

- «Coastal Communities & Regional Identities of the Pacific: 24th annual Conference of the New Zealand Studies Association». Organização: David Callahan, Andreia Sarabando & Ian Conrich (British University of Egypt, Cairo). Universidade de Aveiro, 27 a 29 de junho. (<http://www.nzsa.co.uk/conferences.htm>).
- Encontros Internacionais de Cinema, Televisão, Vídeo e Multimédia – AVANCA 2018. Organização: Cláudia Ferreira *et al.*
- «Arca de Noé: catástrofe e redenção». Congresso Internacional. Organização: António Manuel Ferreira, Ana Maria Ramalheira, Carlos Morais, Maria Fernanda Brasete, Maria Hermínia Amado Laurel & Rosa Lídia Coimbra. Departamento de Línguas e Culturas, 26 a 28 de setembro (<http://arcanoe.web.ua.pt>).
- «Literatura para a Infância e Juventude sem Fronteiras». Ciclo de Conferências. Organização: Ana Margarida Ramos, Inês Costa e Emanuel Madalena. Universidade de Aveiro, outubro e novembro.
- «Do manuscrito ao livro impresso». Ciclo de Conferências, IV Edição. Organização: António Manuel Lopes Andrade e Maria Cristina Carrington. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 18 de outubro a 7 de dezembro.
- «CLASTEIA IV – Clásicos en escena ayer y hoy». Congresso Internacional. Organização: Carlos Morais. Santiago de Compostela, 25 a 27 de outubro.
- 3.º Colóquio Internacional de Estudos Literários. Organização: António Manuel Ferreira, Agnaldo Rodrigues Silva & Carlos Morais. UNEMAT, Cáceres, Brasil, 5 a 9 de novembro (<https://eva.faespe.org.br/eventos/3ciel-sletras/?page=regulamento>).
- «Jornadas em Variação e Cartografia Linguística». Organização: Lurdes de Castro Moutinho, Maria Teresa Roberto & Xulio Sousa. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 9 de novembro (<http://jornadas.varialing.eu/>).
- «Mix and Match – Poéticas do Hibridismo». Colóquio. Organização: Márcia Neves, Isabel Cristina Rodrigues, Paulo Alexandre Pereira, Maria Eugénia Pereira & Ana Margarida Ramos. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 16 de novembro.

- «Línguas e Aprendizagens». Ciclo de Conferências. Organização: Katrin Herget, Noemí Pérez & Abdelilah Suisse. Departamento de Línguas e Culturas, 21 e 22 de novembro.
- «Jornadas “Global Trends /Local Identities”». Organização: Gillian Moreira. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 28 de novembro.
- XII Encontro Internacional OTIUM – Associação Ibero-americana de Estudos de Ócio. VI Congresso Internacional em Estudos Culturais. Organização de Maria Manuel Baptista. Universidade de Aveiro, 28 a 30 de novembro.
- «Voice of Customer». Colóquio. Organização: Maria Teresa Roberto, Maria Teresa Alegre, Teresa Marques, João Costa, Rute Santos, Cláudia Ferreira, Sara Carvalho Raquel Silva e Alexandra Albuquerque. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 29 e 30 de novembro.

Conferências, Aulas Abertas, Seminários e *Workshops*

- «Os deuses na Grécia Antiga». Conferência/Aula Aberta por María Cecilia Colombani (Universidad de Morón /Universidad de Mar del Plata, Argentina), no âmbito da UC Cultura Clássica. Organização: Maria Fernanda Brasete. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 27 de fevereiro.
- «Luo Qi ‘sou eu’, Arte e Design na China». Conferência por Luo Qi. Organização: Carlos Morais, Zhiyan Guo, Nuno Dias & Shao Ling. Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, 1 de março.
- «Authors who jump over the fence: traditional and new ways of getting your book published». Conferência/Aula aberta por Ewa Stefanowicz (Universidade de Wrocław, Polónia). Organização: António Manuel Lopes Andrade & Ana Margarida Ramos. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 7 de março.
- «From producer to curator. A publisher faces overload». Conferência/Aula Aberta por Ewa Stefanowicz (Universidade de Wrocław, Polónia). Organização:

- António Manuel Lopes Andrade & Ana Margarida Ramos, Universidade de Aveiro, Departamento de Educação e Psicologia, 7 de março.
- «O uso do Diccionario médico-biológico, histórico y etimológico (dicciomed.eusal.es)». Oficina dinamizada por Andrea Navarro, no âmbito da UC Terminologia. Organização: Maria Fernanda Brasete e Maria Teresa Roberto. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 4 de abril.
 - Curso de curta duração (4 horas) sobre a utilização do *software* HISTCITE para pesquisas bibliométricas, dirigido aos discentes do Programa Doutoral em Estudos Culturais da Universidade de Aveiro, ministrado por Rafael Fernandes de Mesquita. Organização: Maria Manuel Baptista. Universidade de Aveiro, 5 de abril.
 - «Literatura e Cinema: um Casamento de Conveniência». *Workshop/Aula Aberta* dinamizada por João de Mancelos (Universidade da Beira Interior), no âmbito das UCs Temas de Literatura Alemã, Literatura Alemã II e Literatura de Expressão Alemã. Organização: Ana Maria Ramalheira. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 9 de abril.
 - «Comparative Literature in China: Historical Retrospection and Contemporary Orientations». Conferência por Wang Ning (Tshingua University). Organização: Carlos Morais & Zhiyan Guo. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 30 de abril.
 - «Chinese Music as Cross-Culture». Conferência/concerto dinamizada por Han Mei e pelo Red Chamber Concert. Organização: Carlos Morais, Zhiyan Guo, Susana Sardo & Ling Shao. Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, 7 de maio.
 - «Ética y Deontología en el Periodismo y la Comunicación Audiovisual». Conferência por Maria Del Mar (Universidad Complutense de Madrid), no âmbito do Seminário Permanente em Estudos Culturais. Organização: Maria Manuel Baptista. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 7 de maio.
 - *Workshop* com instrumentos musicais chineses, dinamizado por Han Mei e pelo Red Chamber Concert. Organização: Carlos Morais, Zhiyan Guo, Susana Sardo & Shao Ling. Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, 8 de maio.

- «Sobre a Helena de Eurípides». Conferência/Aula Aberta por Andrea Navarro (Universidade de Valência, Espanha), no âmbito da UC Cultura Clássica. Organização: Maria Fernanda Brasete. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 15 de maio.
- «Dar Voz a Experiências de Mentoring». Seminário organizado em colaboração com voluntários no Projeto Mentoring Ser Mais Valia. Organização: T. Neto & Gillian Moreira. Universidade de Aveiro, 19 de maio.
- «Picturebooks and Graphic Narratives in the Classroom». Seminário Internacional. Organização: Rogério Puga, Sandie Mourão & Ana Margarida Ramos. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 8 de junho.
- Seminário de Formação de Professores de Mandarim (com formadores do Hanban, China). Organização: Carlos Morais & Zhiyan Guo. Aveiro, Hotel Melia, 22 e 23 de junho.
- «Medicina tradicional chinesa». Aula aberta, dinamizada por Ye Xiao. Organização: Carlos Morais & Zhiyan Guo. Universidade de Aveiro, Instituto Confúcio, 11 de julho.
- «El marco común de la competencia digital docente y las nuevas tecnologías». Conferência por Cristina Alfonso (Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha). Organização: Noemí Pérez & Suisse Abdelilah. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 15 de outubro.
- «Conceptualização e Desenvolvimento de *Start-ups* em Portugal». Sessão informativa dinamizada por Adriana Costa Gomes, no âmbito do Ciclo de Conferências de Línguas e Relações Empresariais. Organização da sessão: Margaret Costa Seabra Gomes. Departamento de Línguas e Culturas, 5 de novembro.
- «Learning for tomorrow, today: Future Fit Universities for 2040». Seminário Internacional, no âmbito do ECIU. Organização: M. Brown, S. Speight, G. Moreira & O. Wessels. Bruxelas, 6 de novembro.
- Visita de estudo à Gráfica Norprint (Santo Tirso) e à Exposição «Imprimere: Exposição comemorativa dos 250 anos da Imprensa Nacional» com alunos do Mestrado de Estudos Editoriais. Organização: Maria Cristina Carrington. Santo Tirso e Matosinhos, respetivamente, 9 de novembro.

- «O papel do editor em uma sociedade digital». Aula Aberta/Workshop por Paula Cajaty (Editora Jaguatirica & Gato-Bravo), dirigida aos alunos do Mestrado de Estudos Editoriais. Organização: Maria Cristina Carrington. Departamento de Línguas e Culturas, 4 de dezembro.
- «Viajar pela tradução de textos literários». Seminário, dinamizado pela tradutora Helena Topa, no âmbito do projeto Tradução Especializada para Fins Didáticos. Organização: Katrin Herget. Departamento de Línguas e Culturas, 5 de dezembro.

Provas Académicas*

1. Pós-Doutoramento

- Elisabeth Battista, «Maria Archer: Uma Jornalista Portuguesa No Exílio». Unemat, Cáceres, Brasil.
Orientação: Maria Fernanda Brasete.
- Margareth Silva Mattos, «Leitura Comparada de Livros Ilustrados Portugueses e Brasileiros». Universidade Federal Fluminense, Brasil.
Orientação: Ana Margarida Ramos.
- Marislei da Silveira Ribeiro, «Mídia e Representação Feminina – Uma Análise na Mídia Televisiva dos Países Brasil e Portugal sob a Perspetiva Teórico-Metodológica dos Estudos Culturais». Universidade Federal de Pelotas, Brasil. Orientação: Maria Manuel Baptista.
- Olalla Cortizas Varela, «Materialidade e Arte no Livro Infantil Ilustrado». Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.
Orientação: Ana Margarida Ramos.

* Provas académicas concluídas no Departamento de Línguas e Culturas e noutras instituições de Ensino Superior nacionais e estrangeiras, sob a orientação científica de docentes do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

2. Doutoramento

- Elsa Cascais Silva Andrade Machado, «Masculinidade, Melancholia e Misoginia nos Filmes de Sam Peckinpah / Masculinity, Melancholia and Misogyny in the Films of Sam Peckinpah». Universidade de Aveiro e Universidade do Minho. Programa Doutoral em Estudos Culturais.
Orientação: Anthony Barker.
- Marta Henriques Leitão dos Santos Farinha, «Dramaturgias teatrais contemporâneas: reconfigurações identitárias individuais e sociais face ao desemprego jovem». Universidade de Aveiro e Universidade do Minho. Programa Doutoral em Estudos Culturais.
Orientação: Maria Manuel Baptista. Coorientação: Larissa Latif (Universidade Federal do Pará, Brasil).
- Pedro Luís da Cruz Corga de Barros, «*Uma Viagem à Índia* de Gonçalo M. Tavares – percurso identitário de um (não) herói contemporâneo». Universidade de Aveiro e Universidade do Minho. Programa Doutoral em Estudos Culturais. Orientação: Maria Cristina Carrington. Coorientação: Paulo Alexandre Pereira.
- Rui Monteiro de Oliveira Beja, «O livro em transição. Edição e comércio do livro em Portugal (1970-1980)». Universidade de Aveiro e Universidade do Minho. Programa Doutoral em Estudos Culturais.
Orientação: Maria Teresa Cortez. Coorientação: José Soares Neves.
- Susana Menezes, «Distopia ou Utopia: Cultura, Criatividade e Território. Diário de uma viagem». Universidade de Aveiro e Universidade do Minho. Programa Doutoral em Estudos Culturais.
Orientação: Maria Manuel Baptista.

3. Mestrado

3.1. Mestrado em Estudos Editoriais

- Ana Beatriz Castanheira Breda, «Edição Jurídica: relatório de estágio na Edições Almedina».
Orientação: Ana Margarida Ramos.

- Ana Isabel Magalhães Pinto, «Relatório de Estágio na Editora MEDIAXXI».
Orientação: João Manuel Torrão.
- Ana Sofia Valente Coelho, «Ver além da narrativa: o relevo dos paratextos nas edições juvenis de Alice Vieira».
Orientação: Ana Margarida Ramos.
- Andreia Marques Cunha, «Relatório de Estágio na Alêtheia Editores».
Orientação: Maria Cristina Carrington.
- Catarina Barbosa de Sousa Pereira Coelho, «”Super Puré”. Uma viagem ao mundo do álbum ilustrado com tripla autoria».
Orientação: Ana Margarida Ramos.
- Cátia Madalena da Silva Franco, «Relatório de Estágio em Edição Municipal no Serviço Editorial da Póvoa de Varzim».
Orientação: António Andrade.
- Isabel Cristina Fonseca e Costa, «Edição e comunicação cultural no Bairro dos Livros: Relatório de Estágio».
Orientação: Maria Teresa Cortez.
- João André Estima Santos Paula, «Relatório de Estágio Economia circular: repensar o mercado; o projeto UNILOOP».
Orientação: Maria Cristina Carrington.
- Madalena Isabel Fernandes Formiga, «Relatório de Estágio na Booktailors – Consultores Editoriais».
Orientação: Maria Cristina Carrington.
- Mara Alexandra Dias Almeida, «Relatório de Estágio em Edição na Imprensa da Universidade de Coimbra».
Orientação: António Andrade.
- Sandra Isabel dos Santos Cardoso, «Laboratórios de edição no Brasil – análise das práticas editoriais».
Orientação: Ana Margarida Ramos. Coorientação: Nina Katarzyna Szczygiel.
- Soraia Maria Lopes Pedrosa, «Autoedição de um livro para público infantojuvenil».
Orientação: João Manuel Torrão.

3.2. Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas

- Cui Danqui, «O uso do artigo por aprendentes chineses de Português Língua Estrangeira».
Orientação: António Moreno.
- Haotian Ji, «Aquisição das preposições em PLE por aprendentes chineses Universidade de Aveiro».
Orientação: António Moreno.
- Luís Carlos Ratola da Silva Branco, «António Antes de Variações. O percurso inicial do cantor».
Orientação: Nuno Rosmaninho.
- Margarida Isabel Melo Beirão, «*Mariazinha em África*, de Fernanda de Castro – representações coloniais».
Orientação: Maria Teresa Cortez.
- Xiao Pan, «Funcionalidade e simbologia do animal em fábulas portuguesas e chinesas: uma leitura comparative».
Orientação: Paulo Alexandre Pereira.
- Xionan Bai, «*Chinesinha*, de Maria Pacheco Borges: histórias de mulheres».
Orientação: Paulo Alexandre Pereira.
- Yilan Shen, «Análise de dificuldades de alunos chineses e portugueses nas orações relativas em Língua Portuguesa».
Orientação: Rosa Lídia Coimbra. Coorientação: Ran Mai.
- Yiqing Ma, «A Imagem da China na Literatura Portuguesa do Sec. XVI ao Sec. XIX».
Orientação: António Manuel Ferreira.

3.3. Mestrado em Línguas e Relações Empresariais

- Ana Sofia Pinto Machado, «Inovação na Prio: do Planeamento à Medição».
Orientação: Ana Maria Ramalheira. Coorientação: Ana Daniel.
- Beatriz de Almeida Barbosa Figueiras, «Relatório de Estágio na Empresa Lifial – Indústria Matalúrgica de Águeda».
Orientação: António Andrade.

- Filipa Daniela Moreira Monteiro, «Relatório do Estágio Curricular, realizado na Lusalgae Lda.».
Orientação: Maria Fernanda Brasete.
- Hugo Alexandre Martins Fernandes, «Relatório de Estágio no Sport Clube Beira-Mar».
Orientação: Nuno Rosmaninho.
- Inês Silva Moreira, «Meliá Ria Hotel & Spa e Bleisure – Relatório de Estágio».
Orientação: Maria Fernanda Brasete.
- Inês Sofia Alves Ribeiro, «A evolução do Turismo como fator de desenvolvimento na cidade de Espinho».
Orientação: Carlos Morais.
- Liliana Manuel Praça de Oliveira e Silva, «Projeto de Estágio na Empresa Mitjavila SA».
Orientação: Fernando Martinho.
- Luís Filipe Gomes Aguiar Pereira, «‘A Escalada do Dragão’ e a Nova Rota da Seda — A China em Portugal. Que futuro?».
Orientação: Ana Maria Ramalheira.
- Natacha Rodrigues Sousa, «Viarco – Realidade e Perceção sobre a Internacionalização da Fábrica Portuguesa de Lápis».
Orientação: Carlos Morais.
- Ricardo Pais Costa Dias, «EcoREEE, uma solução ambiental».
Orientação: Otilia Pires Martins.
- Susana da Costa Alves, «O universo singular de ‘Aleluia Cerâmicas’: Produção, Mercados, Responsabilidade Social e Ambiental».
Orientação: Otilia Pires Martins.
- Susana Patrícia da Cruz Pinto, «*Business Development* para Mercados Internacionais Específicos – Estágio Curricular na Sword Health».
Orientação: Ana Maria Ramalheira.
- Vânia Jesus Mota, «Relatório de Estágio Curricular realizado na empresa Guialmi, S.A!»
Orientação: Maria Fernanda Brasete.

3.4. Mestrado em Tradução Especializada

- Ana Luísa Sousa Duarte, «Relatório de estágio em Tradução Especializada em Saúde e Ciências da Vida».
Orientação: Maria Teresa Roberto.
- Andreia Patrícia Ferreira Alves, «Tradução Técnica e científica – Relatório de Estágio na Kvalitext».
Orientação: Maria Teresa Murcho Alegre.
- Cátia Sofia Duarte Soares, «Tradução de folhetos informativos: Relatório de Estágio na AP|Portugal».
Orientação: Maria Teresa Murcho Alegre.
- Mafalda Maria Cruz Barreto, «Patologia do Ângulo Ponto-Cerebeloso: Tradução e Terminologia».
Orientação: Otilia Pires Martins.
- Robbert J. P. Dewulf, «Análise do Relatório Médico como Género Textual e a Sua Contextualização na Tradução Médica e Dentro do Domínio Profissional».
Orientação: Maria Teresa Roberto.
- Sara Filipa Santos Ventura, «Doenças Cerebrovasculares: tradução comentada de capítulo e glossário».
Orientação: Maria Teresa Roberto.
- Sofia Marques Rola Pereira, «Tradução, Glossário e Análise Terminológica de Artigos no Âmbito da Quiralidade».
Orientação: Maria Teresa Roberto.
- Soraia Catarina De Carvalho Soares, «Tradução para a European Patients' Academy on Therapeutic Innovation: participação do doente no desenvolvimento de medicamentos».
Orientação: Maria Teresa Roberto.
- Stefanie Ramos Alves, «Competências do Tradutor e Gestor de Projetos na Aplicação da Norma ISO em Contexto de Estágio».
Orientação: Maria Teresa Roberto.

3.5. Mestrado em Português Língua Estrangeira/Língua Segunda

- Guangping Jiang, «Configurações prosódicas em português. Um estudo com falantes portugueses e chineses».
Orientação: Lurdes de Castro Moutinho. Coorientação: Rosa Lídia Coimbra.
- Li Jianing, «A cultura chinesa no romance *Amor e Dedinhos de Pé*».
Universidade de Aveiro.
Orientação: António Manuel Ferreira.
- Li Jun Wang, «*A Cidade do Fim*, de Miguel Real – uma cartografia afetiva de Macau».
Orientação: Paulo Alexandre Pereira.
- Li Wenxin, «Tradução Português-Chinês do livro infantil *O dia em que os lápis desistiram* e a sua análise crítica».
Orientação: Wang Suoying. Coorientação: Maria Teresa Roberto.
- Lyudmyla Bila, «O papel da Associação de Apoio ao Imigrante (São Bernardo) na integração de imigrantes de Leste».
Orientação: Carlos Morais.
- Xue Tian, «Álvaro Semedo e o Processo Religioso de Nanquim. O primeiro grande conflito cultural entre a China e o Ocidente».
Orientação: Nuno Rosmaninho.
- Yaru Jiang, «Estudo Comparativo do Uso de Preposições em Provérbios Portugueses e Chineses».
Orientação: Emília Oliveira. Coorientação: Wang Suoying.
- Yan Siqi, «Análise da Restauração Chinesa em Portugal e as Estratégias de Desenvolvimento future».
Orientação: Wang Suoying. Coorientação: Maria Teresa Roberto.
- Yiqing Qin, «O uso da vírgula em estruturas de subordinação. Dificuldades de aprendizagem para falantes de Língua Chinesa».
Orientação: Maria Fernanda Brasete.
- Yuan Xu, «Censuras Culturais no Estado Novo Português e na Grande Revolução Cultural da China. Estudo comparativo».
Orientação: Nuno Rosmaninho.

- Yufei Li, «Poemas para fado: alguns exemplos». Orientação: Paulo Alexandre Pereira.
- Zhiwei Li, «A Cultura da Vinha na China e em Portugal. Breve estudo comparativo». Orientação: Nuno Rosmaninho.

3.6. Outros

- Nuno Miguel Almeida Soares, «Desenvolvimento de uma aplicação móvel de suporte ao Programa de Tutoria da Universidade de Aveiro». Mestrado em Comunicação Multimédia. Orientação: Dora Maria de Oliveira Simões Ribeiro Pereira. Coorientação: Gillian Moreira.
- Susana Alexandra Coutinho de Oliveira Marques Fernandes, «Meia dúzia de histórias – criação de uma coletânea de contos ilustrados». Mestrado em Ilustração. Escola de Arte e Design de Guimarães. Orientação: Ana Margarida Ramos.

RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro – Letras

A *RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro – Letras* foi fundada em 1984 pela direção do Departamento de Línguas e Culturas (DLC), então liderada pelo Prof. Doutor Albino de Matos, com o objetivo principal de divulgar trabalhos de investigação nos domínios da Literatura, Cultura e Ciências da Linguagem.

Sucessivamente dirigida por diversos docentes ligados à Comissão Científica do DLC, a *RUA-L* visa publicar textos de cariz essencialmente ensaístico em torno de temas vários, afetos às Ciências Sociais e Humanas, *lato sensu*, incluindo resultados de investigação desenvolvida no âmbito de cursos de Licenciatura, de Mestrado e de Doutoramento oferecidos pelo DLC.

A *RUA-L* propõe-se divulgar anualmente artigos de docentes e investigadores afetos não só ao Departamento de Línguas e Culturas, mas também a outras instituições ou centros de investigação portugueses e estrangeiros, estimulando, nos planos nacionais e internacionais, a reflexão, o diálogo, a cooperação e o desenvolvimento de atividades científicas em rede.

Publica anualmente um volume temático na área das Humanidades e das Ciências Sociais com artigos inéditos em português, inglês, francês, alemão ou espanhol (*vd.* Normas de Aceitação / Publicação), sujeitos a uma avaliação prévia duplamente cega por parte de uma Comissão Científica / Arbitragem, constituída por investigadores e docentes afetos à Universidade de Aveiro e a outras instituições de Ensino Superior e centros de investigação portugueses e estrangeiros.

Aberta assim à participação de todos os interessados, a *RUA-L* privilegiará artigos de investigação e leituras críticas assentes em perspetivas de abordagem e métodos atuais. Aversa a escolas ou a qualquer proselitismo de índole política, ideológica ou religiosa, a *RUA-L* orienta-se apenas por critérios de qualidade científica e de tolerância, no respeito pela pluralidade de pontos de vista.

A *RUA-L* está associada ao Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

ISSN: 0870-1547 | E-ISSN: 2183-4695

Editora: UA Editora.

Website: <https://proa.ua.pt/index.php/rual>

A *RUA-L* adota a licença Creative Commons BY 4.0.

A *RUA-L* está indexada no RCAAP e no OpenAIRE e está em processo de indexação nas seguintes bases de dados: DOAJ, ERIHPLUS, LatIndex, SCOPUS, SHERPA/RoMEO e Web of Science.

RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro – Letras

The *RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro/Letras* was founded in 1984 (ISSN: 0870-1547) by the Chairman of the Department of Languages and Cultures (DLC), Professor Albino de Matos, with the purpose of publishing scholarship on issues related to Literature, Culture, and Linguistics.

The *RUA-L* journal aims at publishing mostly scholarly essays within the Social Sciences and the Humanities while keeping track of the research conducted in the degree programs offered at this institution both at an undergraduate and graduate levels.

The *RUA-L* journal aims at publishing, once a year, essays submitted by scholars who are associated with the research centers based at the DLC or by scholars from other institutions as well as those affiliated with other national or international research centers so as to enhance academic dialogue while fostering a network of cooperation and development both at a national and international levels.

Open to the participation of a worldwide academic community, the *RUA-L* encourages scholarly submissions which enhance contemporary models of critical inquiry and scope. A publication exempt from any political, ideological or religious affiliation, the *RUA-L* is imbued with the mission of fostering a spirit of tolerance and academic excellence while encouraging a plurality of points of view.

RUA-L is associated to the Department of Languages and Cultures of the University of Aveiro.

E-ISSN: 2183-4695 | ISSN: 0870-1547

Publisher: UA Editora.

Website: <https://proa.ua.pt/index.php/rual>

RUA-L adopts the Creative Commons BY 4.0 license.

RUA-L is indexed in RCAAP and OpenAIRE and is in the process of being indexed in the following databases: DOAJ, ERIHPLUS, LatIndex, SCOPUS, SHERPA/RoMEO and Web of Science.

Chamada de artigos (2019)

Itinerâncias: Línguas, Textos e Mediações

Data limite de submissão: 31 de março de 2019

Coordenadores: Teresa Alegre e Abdelilah Suisse

Enviar submissão de artigos para teresaalegre@ua.pt

O número de 2019 da revista *RUA-L*, subordinado ao tema Itinerâncias: línguas, textos e mediações inscreve-se no diálogo entre línguas e culturas sob diferentes perspetivas – linguísticas, culturais, literárias. Assim, a respeito das línguas discutem-se questões relacionados com a aquisição e/ou variação linguísticas em contextos multilingues e multiculturais, cujos enfoques teórico-práticos se alicerçam na mobilização dos saberes transversais, linguísticos, psicolinguísticos, sociolinguísticos e, ainda, socioculturais. Relativamente aos textos e às suas trajetórias, valoriza-se o texto enquanto fenómeno social, cultural e histórico, sublinhando-se as suas recontextualizações e reconstruções de significado. Tais processos de ressignificação, quando observados sob o ponto de vista de transposições culturais e literárias, emergem de interações complexas entre diferentes espaços linguísticos e culturais. Os estudos de tradução têm vindo a valorizar, desde meados do século passado, as interações entre tradução e cultura e a análise de processos de recriação, numa trajetória que conduziu a propostas de interdisciplinaridade, nomeadamente com as áreas da linguística, literatura e cultura. Refira-se ainda a visão da tradução como fenómeno indissociável de comunicação interlinguística e intercultural, caracterizada pela aplicação de filtros culturais.

Call for papers (2019)

Moving Texts: Languages and Mediations

Deadline: March 31, 2019

Coordinators: Teresa Alegre / Abdelilah Suisse

Send article submission to teresaalegre@ua.pt

The 2019 volume of the RUA-L journal on the special thematic issue, Moving Texts: Languages and Mediations, aims at enhancing the dialogue between languages and cultures from a myriad of different viewpoints, ranging from linguistic, to cultural or even literary. As for the study of languages, the purport is to discuss questions connected with language acquisition and/or linguistic variation in multilingual and multicultural contexts, whose theoretical and empirical underpinnings are mobilised by a complex network of linguistic, psycholinguistic, sociolinguistic and sociocultural domains of research/disciplines. By taking these texts and their trajectories into account, we value the text as a social, cultural and historical phenomenon while, in the meantime, underscoring their attempt at inquiring into the recontextualizations and reconstructions of meaning. Such processes of resignification, when seen from the viewpoint of cultural and literary transpositions, arise from complex interactions amongst different languages and cultural settings. Since the middle of the previous century, translation studies, too, has fostered the interplay between translation and culture as well as the analysis of processes of re-creation, where both converge towards building and/or even strengthening interdisciplinary alliances in combination with linguistics, literary and cultural studies. Furthermore, worth taking into further consideration is the view of translation as being inseparable from interlinguistic and intercultural communication, marked, too, by the application of cultural filters.

Chamada de artigos (2020)

Arte(s) e ofício(s) do mundo editorial na atualidade

Data limite de submissão: 31 de março de 2020

Coordenadores: Maria Cristina Carrington e António Manuel Andrade

Enviar submissão de artigos para carrington@ua.pt

Numa era dominada pelas redes sociais, pela diversidade dos *media* e pela desmaterialização de conteúdos, o contexto editorial e a indústria livreira procuram (re)inventar-se, (re)criar-se, (re) construir-se.

É, pois, num ambiente de dispersão e de ruído, no seio de um ‘festim digital’, que o livro se propõe continuar a ser um meio de formação e de conhecimento, um espaço de cultura, uma forma de preservação da memória, um objeto de lazer.

Desta feita, autores, editores, livreiros e também leitores informados e atentos desafiam a agitação circundante e, cientes de toda a conjuntura transversal, procuram que o mundo da edição prossiga um dos seus principais desígnios, o de ser um dos mundos da arte.

Propõe-se assim que sejam apresentados textos / estudos que contribuam para a reflexão e discussão de algumas das temáticas mais relevantes na ‘arte de editar’ da atualidade:

- Leitores e Leitura(s)
- Pluralidade, mudanças e o valor da edição
- A desmaterialização do livro: a realidade digital
- A turbulência editorial: os grandes monopólios *vs.* os editores independentes
- A importância das artes gráficas e tipográficas

Call for papers (2020)

Art(s) and craft(s) of the publishing world today

Deadline: March 31, 2020

Coordinators: Maria Cristina Carrington / António Manuel Andrade

Send article submission to carrington@ua.pt

In an era dominated by social networks, media diversity and the dematerialization of content, the publishing and book industries seek to (re) invent, (re) create, (re) build themselves.

It is, therefore, in an environment of diffusion and noise, in the midst of a 'digital feast', that the book aims at maintaining its role as educator and knowledge builder, a space of culture, a means of preserving memory, as well as an instrument of leisure.

Within such a framework, authors, editors, booksellers, along with informed and keen readers challenge the surrounding turmoil and, aware of all the cross-cutting environment, seek that the publishing world pursues one of its main goals, that of it also being one of the foremost players in such a world art.

We, hence, therefore call for the submission of texts / studies that contribute to the reflection and discussion of some of the most relevant themes in today's 'art of publishing':

- Readers and Reading (s)
- Plurality, changes and the value of publishing
- The dematerialization of the book: the digital reality
- The editorial turbulence: great monopolies *vs.* independent editors
- The importance of graphic and typographic arts

Normas de Submissão e de Publicação

1. Condições para Submissão

A revista organiza-se em volumes temáticos anuais. Propõe-se publicar apenas artigos inéditos em português, inglês, francês, alemão ou espanhol (*vd.* Normas de Aceitação / Publicação), sujeitos a uma avaliação prévia duplamente cega por parte de membros de uma Comissão Científica / Arbitragem, constituída por investigadores e docentes afetos à Universidade de Aveiro e a outras instituições de Ensino Superior e centros de investigação portugueses e estrangeiros.

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os pontos listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Os artigos publicados (originalmente inéditos) poderão, se os respetivos autores assim desejarem, surgir noutras revistas ou livros, desde que estes incluam a referência bibliográfica completa da sua publicação prévia na RUA-L.

Esta revista não cobra encargos de processamento nem de submissão de artigos.

2. Normas de Publicação

A RUA-L segue basicamente o modelo de referências bibliográficas da APA (American Psychological Association).

Convém, contudo, atentar nos seguintes aspetos:

2.1. Formatação dos artigos

Os textos devem ser apresentados em formato digital (*Word for Windows*, ou programa compatível), em letra *Times New Roman*, de tamanho 12 (com exceção das notas, de tamanho 10), com espaçamento de 1,5 entre linhas e parágrafos. As páginas devem ser configuradas no formato A4, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

2.1.1. Extensão

Cada artigo, configurado no formato acima indicado, deve ter no máximo 17 páginas.

2.1.2. Organização

A apresentação de cada artigo (ver volumes já publicados *online* e em papel) deve obedecer à seguinte sequência:

- Título – centrado

- Autor(es) – centrado
- Instituição de Ensino e/ou Centro de Investigação a que está(ão) ligado(s) o(s) autor(es) – em nota de rodapé, afeta ao nome do(s) autor(es)
- Palavras-chave – até 6 palavras, justificadas à esquerda, no idioma do artigo, em português e em inglês, logo a seguir ao nome do(s) autor(es)
- Resumo – máximo de 200 palavras, em português e em inglês, no final do artigo
- Referências bibliográficas – apenas de obras, de artigos e de outros trabalhos referenciados no texto.

2.2. Critérios de apresentação gráfica e referenciação bibliográfica (por ordem alfabética)

Citações: até três linhas, incorporar as citações no texto, entre aspas. Se o texto for escrito em português, usar «...», em alemão, »...« ou „...”. Recolher as citações mais extensas: 1 cm à esquerda e à direita, em letra *Times New Roman*, tamanho 12, sem aspas.

Quando a tradução da citação for incorporada no texto, colocá-la entre aspas, seguida do original entre parênteses retos (sem utilizar novamente aspas).

Ilustrações / Gráficos: numerar e legendar.

Interpolações / Omissões: identificar as interpolações por meio de parênteses retos [...]. Se uma omissão num texto citado se encontrar já no original, usar reticências entre parênteses curvos (...).

Itálico: usar itálico para expressões em línguas estrangeiras e para títulos de livros, revistas ou jornais.

Notas: formatar em *Times New Roman* 10 e espaço simples em rodapé, com a numeração seguida. Colocar o algarismo que remete para a nota depois do sinal de pontuação.

Numeração das páginas: inserir no canto inferior direito.

Parágrafos: no início de cada parágrafo, introduzir um espaço de 1,25 cm.

Parênteses: dentro dos parênteses retos pôr curvos: [(...) texto]. *Vd.* igualmente, *supra*, «Citações».

Referências bibliográficas:

a) No corpo do texto: entre parênteses curvos, indicar o apelido do autor, seguido de vírgula, data da publicação, seguida de vírgula, e número de página (p. 15 / pp.15-16).

Exemplos: (Santos, 2007, p. 15); (Martins / Polónio, 1985, p. 35); (Ribeiro et al., 1973, pp. 25-30)

No caso de haver muitas remissões seguidas para a mesma obra, deverá indicar-se apenas *ibid.*, seguido da indicação da(s) página(s). Exemplo: (*ibid.*, p. 350).

Quando o nome do autor precede imediatamente a referência bibliográfica, indicar apenas entre parênteses as datas e páginas. Exemplo: ... como refere António Santos (2007, p. 15).

Se se tratar de uma citação indireta, preceder a indicação de *apud*. Exemplo: *apud* Melo, 2002, p. 55.

Se se tratar de uma paráfrase, preceder a indicação de cf. Exemplo: cf. Monteiro, 2018, pp. 11-14.

b) Em lista única no final do texto (nas «Referências bibliográficas»), apresentar por ordem alfabética de apelidos dos autores e, no caso de várias obras do mesmo autor, por ordem alfabética das respetivas obras, com indicação da cidade, da editora e das páginas (estas nos casos de artigos).

Exemplos (de monografias, coletâneas, antologias de estudos, revistas, dicionários, textos *online*...):

– Ramalheira, A. M. P. (2002). *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha. Representações Historiográficas e Literárias (1578-ca. 1800)*. Coimbra: MinervaCoimbra / CIEG / Universidade de Aveiro.

– Martines, E. (ed.) (1998). *Cartas entre Fernando Pessoa e os Directores da Presença*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

– Coelho, M. H. da C. / Homem, A. L. de C. (eds.) (1999). *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (Séculos XIII-XV)*. Ciclo temático de conferências organizado pela Universidade Autónoma de Lisboa no ano letivo de 1996/97. Lisboa: Universidade Autónoma Editora.

– Mingocho, M. T. D. / Gil, M. de F. / Castendo, E. (coords.) (2011). *Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille*. 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / CIEG / Edições MinervaCoimbra.

– Diogo, A. T. (1991). O Cavalo de Sol, *Colóquio de Letras*, Lisboa, n.ºs 121-122, Julho/Dezembro, pp. 258-259.

– Schulze, H. (1997). *Estado e Nação na História da Europa*. Trad. de M. A. Júdice e A. Hall. Lisboa: Presença. [Ed. original: (1992), *Staat und Nation in der europäischen Geschichte*. München: Beck].

– Mexia, P. (2011). Parque da Pena, *Expresso / Atual*, 10-09, n.º 2028, p. 3. URL: <http://aeiou.expresso.pt/parque-da-pena=f672148> (Acesso em....).

– Lucas, I. (2007). Saramago acusado de ser “incapaz de defender Portugal”, *Diário de Notícias*, 16.07. URL: <http://dn.sapo.pt> (Acesso em....).

c) Na indicação de artigos de autores vários inseridos num mesmo volume: abreviar as referências bibliográficas. Exemplo: Silva, R. (2007). John Steinbeck and Ernest Hemingway's Attitudes towards Otherness, in: George, S. K. / Heavilin, B. A. (eds.), *John Steinbeck and His Contemporaries*. Lanham / Maryland: The Scarecrow Press, pp. 69-76.

d) Duas ou mais referências do mesmo autor e do mesmo ano: acrescentar à data as letras a, b, etc. A data da primeira obra indicada de um mesmo autor deve ser seguida da letra a.

e) As datas da primeira edição, se relevantes, poderão ser indicadas. Incluir estas indicações no fim da respetiva referência, entre parênteses retos. Exemplo: [2.^a ed., 1999].

Remissões: no próprio texto; usar as expressões latinas consagradas (cf. *supra*...) (cf. *infra*...) em itálico.

Títulos: centrar o título do artigo a negrito, em *Times New Roman*, tamanho 14.

Os títulos dos livros em itálico e o dos artigos entre aspas. O tipo de aspas dependerá da língua usada no texto (vd. *supra* Citações).

Os títulos de obras constantes do título de um artigo devem vir em itálico.

Traduções: na tradução das citações, inserir uma linha de separação entre a citação e a respetiva tradução. Quando a tradução da citação for incorporada no texto, deve ser colocada a seguir ao original entre parênteses retos, sem utilizar novamente aspas (vd. *supra* Citações).

Sobre referências bibliográficas de traduções, vd. *supra* Referências bibliográficas.

Submission and publication guidelines

1. Conditions for Submission

Each volume of this journal will feature an annual special topic. It aims at publishing original scholarship – in either Portuguese, English, French, German or Spanish (see Submission and publication guidelines) – firstly subject to a double blind peer review process by appointed members of the Scientific Committee/Peer Review Panel, composed by researchers and instructors affiliated with the University of Aveiro and by other Portuguese or foreign institutions of higher learning and research centers.

As part of the submission process, authors are required to verify the compliance of the submission for all items listed below. Submissions that are not compliant will be returned to the authors.

The articles (originally unpublished) may, if their authors so wish, appear in other journals or books, provided they include the complete bibliographic reference of their previous publication in RUA-L.

This journal does not have article processing (APCs) nor submission charges.

2. Publication standards

The *RUA-L* follows the APA (American Psychological Association) bibliographic reference model.

However, attention should be paid to the following aspects:

2.1. Formatting

The texts must be presented in digital format (Word for Windows, or compatible program), in font Times New Roman, size 12 (with the exception of notes, size 10), with 1.5 spacing between lines and paragraphs. The pages should be configured in A4 format, with 3 cm in the upper and left margins and 2 cm in the lower and right margins.

2.1.1. Extension

Each article, configured in the above format, should have a maximum of 17 pages.

2.1.2. Organization

The presentation of each article (see volumes already published online and on paper) should follow the following sequence:

- Title – centered

- Author(s) – focused
- Educational Institution and/or Research Centre to which the author(s) is (are) attached – in footnote, linked to the name of the author(s)
- Keywords – up to 6 words, left justified, in the article language, in Portuguese and in English, right after the author(s) name(s)
- Abstract – maximum of 200 words, in Portuguese and English, at the end of the article
- Bibliographical references – only of works, articles and other works referenced in the text

2.2. Criteria for graphical presentation and bibliographic reference (in alphabetical order)

Bibliographic references:

a) In the text: in parentheses, include the author's surname/last name, followed by a comma, date of publication, followed by a comma and the page number.

Examples: (Santos, 2007, p. 15); (Martins / Polónio, 1985, p. 35); (Ribeiro et al., 1973, pp. 25-30)

- In case of a sequence of the same reference, should be used only *ibid.*, followed by the number of the page(s). Example: (*ibid.*, p. 350).

- When the author's name is mentioned right before the bibliographic citation, simply indicate the dates and page numbers in parentheses.

Example: ...as noted by António Santos (2007, p. 15).

- If the material was quoted elsewhere (indirect quote), precede it by *apud*. Example: *apud* Melo, 2002, p. 55.

- In case of a paraphrase, precede it by *cf.* Example: (*cf.* Ramalheira, 2000, p. 505).

b) Bibliographic references should be listed in alphabetical order at the end of the text (in the "Bibliographical references"). In the case of several works by the same author, in alphabetical order of their respective works, with an indication of the city, publisher and pages (these in the case of articles).

Examples (monographs, collections, anthologies, journals, dictionaries, online texts):

Ramalheira, A. M. P. (2002). *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha. Representações historiográficas e literárias (1578-ca. 1800)*. Coimbra, MinervaCoimbra / CIEG / Universidade de Aveiro.

Martines, E. (ed.) (1998). *Cartas entre Fernando Pessoa e os Directores da Presença*. Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Coelho, M. H. da C. / Homem, A. L. de C. (eds.) (1999). *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*. *Ciclo Temático de Conferências Organizado pela Universidade Autónoma de Lisboa no Ano Lectivo de 1996/97*. Lisboa: Universidade Autónoma Editora.

Mingocho, M. T. D. / Gil, M. de F. / Castendo, M. E. (coords.) (2011). *Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille*. 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / CIEG / MinervaCoimbra.

Diogo, A. T. (1991). O Cavalo de Sol. *Colóquio de Letras*, Lisboa, n.º 121-122, Julho/Dezembro, pp. 258-259.

Schulze, H. (1997). *Estado e Nação na História da Europa*. Trad. de M. Augusta Júdice e A. Hall. Lisboa: Presença. [Ed. original: (1992). *Staat und Nation in der europäischen Geschichte*. München: Beck].

Mexia, P. (2011). Parque da Pena. *Expresso / Atual*, 10-09, n.º 2028, p. 3. URL: <http://aeiou.expresso.pt/parque-da-pena=f672148> (Acesso em...).

Lucas, I. (2007). Saramago acusado de ser “incapaz de defender Portugal”. *Diário de Notícias*, 16.07. URL: <http://dn.sapo.pt> (Acesso em...).

c) When referring to articles with multiple authors in a collection of essays, abbreviate the bibliographical references. Example: Silva, R. (2007). John Steinbeck and Ernest Hemingway's Attitudes towards Otherness. In George, S. K. / Heavilin, B. A. (eds.), *John Steinbeck and His Contemporaries*. Lanham / Maryland: The Scarecrow Press, pp. 69-76.

d) When there are two or more references of the same author and the same year, add to the date the letters a, b, etc. The date of the first work by the same author must be followed by the letter a.

e) The dates of the first edition, if relevant, may be indicated. Include these indications at the end of the respective reference, in square brackets. Example: [2nd ed., 1999].

Ellipses: highlight ellipses by way of using square brackets [...]. When an original text that was quoted includes an ellipsis, use three dots inside square brackets [...]. Foreground any omissions using three dots inside square brackets.

Footnotes: Times New Roman, font 10, single spaced, and numerated sequentially. The superscript number for the footnote should appear right after the punctuation mark.

Identification: each author must indicate which institution he or she is affiliated with.

Illustrations / Graphs: numbered and with an explanatory caption.

Italics: italicize phrases in foreign languages and titles of books, journals, newspapers and other published works.

Number of pages: texts should not exceed 17 pages, including the notes and the bibliography.

Page numbers: these should appear on the lower right hand side.

Paragraphs: paragraphs in the entire essay should be indented 1.25 cm.

Parentheses: use parentheses inside square brackets [(...) text]. See information in the Quotes section.

Quotes: up to three lines, run the quote along with the text using quotation marks; longer ones should be indented (1 cm from both the left and right hand margins), Times New Roman, font 12, without quotation marks. If the text is written in Portuguese, use «...», in English or any other language »...« or "...".

Quoted material which has been translated must be followed by the original quote in parentheses (without quotation marks).

References: to something already alluded to: inside the body of the text, use the appropriate Latin phrases (cf. / *vd. supra*, cf. / *vd. infra*) in italics.

Titles: please center the title of the paper in bold letters, Times New Roman, font 14, followed by the respective English translation.

Titles of books are italicized and titles of articles are in quotation marks. The use of quotation marks depends on the language in which the paper has been written (see Quotes above). Titles of books included in the title of an article should be italicized.

Translations: in the translation of the quotations, insert a line between the quotation and the respective translation. When the translation of the quotation is incorporated into the text. When the translation of the quotation is incorporated into the text, it should be placed after the original in square brackets, without using quotation marks again (see above Quotations). On bibliographical citations of translations, please see Bibliographical references above.



Por que razão evocar, em Portugal, os 80 anos da Guerra Civil de Espanha? Trata-se de uma pergunta legítima, pelo facto de se relembra-rem uma guerra na qual Portugal, oficialmente, não teve uma participação ativa. Com efeito, foi esta a perspetiva que se adotou durante muito tempo: que se tratou de uma guerra entre espanhóis em que também intervieram potências outras fascistas, como a Alemanha ou a Itália, mas em que o vizinho Portugal ficou mais ou menos de fora, na medida em que se limitou a facultar um irrelevante apoio logístico aos sublevados. A investigação atual, porém, tem vindo a desmontar esta imagem de aparente neutralidade e a demonstrar a ativa participação portuguesa na contenda espanhola em apreço.

A interrogação acima é contudo legítima. Na verdade, faz todo o sentido evocar uma efeméride alegre, como o nascimento de um grande poeta ou do médico que descobre um novo tratamento contra uma doença mortal. Será todavia sensato evocar o começo de uma guerra sangrenta, que foi palco das mais arrepiantes barbáries que o ser humano pôde conceber contra o seu próximo?...



dlc universidade de aveiro
departamento de línguas e culturas



clc universidade de aveiro
centro de línguas, literaturas e culturas